Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1973 — N.º 18055 — ANO 52.º — PREÇO 1$50

O NÚMERO DOIS

Abdel Kader Hatem (à direita) vice-primeiro-ministro egípcio e segundo homem na hierarquia do país, após as remodelações anunciadas pelo presidente Anwar Sadat, quando se dirigia para a primeira reunião do gabinete acompanhado pelo ministro do Interior, Mamdouh Salem. (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

Por acordão do Supremo Tribunal Administrativo

Considerada ilegal a proibição das matrículas no curso de Serviço Social do I.S.C.S.P.U.

Não há dúvidas sobre a legalidade da criação dos cursos superiores de Serviço Social e Complementar de Serviço Social do I.S.C.S.P.U., segundo se depreende de um acórdão do tribunal pleno do Supremo Tribunal Administrativo, agora tornado público.

As matrículas nos dois cursos tinham sido suspensas em 15 de Julho de 1969, pelo ministro da Educação, dr. José Hermano Saraiva, que considerava existirem dúvidas sobre a legalidade da criação dos referidos cursos. A decisão veio afectar cerca de quatrocentos alunos, que, vendo suspensas as matrículas, concluiram que o curso estava praticamente extinto, não sabendo qual a utilidade das licenciaturas que entretanto poderiam tirar. Criou-se entre os alunos que se mantiveram a ideia de estarem a frequentar um curso clandestino, ao passo que outros desistiram e tiveram de sujeitar-se a exame de aptidão para ingressarem em outras faculdades.

Perante o movimento criado à volta do «caso I.S.C.S.P.U.», o ministro dr. Hermano Saraiva pubblicou na Imprensa, em 3 de Agosto do mesmo ano, uma extensa nota em que justificava a dúvida da legalidade da criação dos cursos, rebatendo ao mesmo tempo os argumentos que tinham sido opostos pelo Conselho Universitário da Universidade Técnica.

(Continua na pág. 2)

SENGHOR RECEBIDO PELO PAPA

Leopold Sedar Senghor, o presidente-poeta da República do Senegal, quando era ontem recebido pelo Papa Paulo VI. Senghor, que teve uma audiência privada com Paulo VI no Vaticano, visita a Europa para conferenciar nomeadamente sobre questões económicas. (Telefoto UPI/Telimprensa/DL)

A actividade vulcânica vai ser fonte de energia eléctrica nos Açores

Procuram-se em todo o mundo novas fontes de energia eléctrica. As reservas de petróleo esgotar-se-ão dentro de algumas dezenas de anos, nos grandes países industrializados reduzem-se as possibilidades de novos aproveitamentos hídro-eléctricos. Cresce a produção de energia eléctrica em centrais nucleares. A França produz electricidade a partir da energia das marés. Israel e a Austrália estudam a produção de electricidade a partir da energia solar. Portugal vai produzir energia eléctrica pelo aproveitamento da actividade vulcânica nas caldeiras das Furnas, na ilha de S. Miguel, nos Açores.

(Pág. 11).

EDIÇÃO DE 44 PÁGINAS

Nixon impõe limite ao preço da carne

O presidente Richard Nixon impôs a noite passada um preço máximo para a carne nos EUA e anunciou que esse preço fixo continuará em vigor até que seja dominada a tendência para a alta de preços. A decisão de Nixon, anunciada durante uma mensagem que dirigiu ao país pela Televisão, seguiu-se ao anúncio de uma série de movimentações contra os preços da carne. O preço fixo anunciado afecta os grossistas e retalhistas, mas não se aplica à venda de gado vivo, isto é, aos produtores. Na mesma mensagem, o presidente americano voltou a ameaçar o Vietname do Norte com represálias, caso não cumpra cabalmente o acordo de Paris. Nixon acusou Hanói de estar a desrespeitar esse acordo. Entretanto, em Saigão, continuavam as partidas de militares americanos que se encontravam empenhados nos trabalhos da Comissão Militar Conjunta. O discurso de Nixon foi pronunciado antes do presidente seguir para a Califórnia onde, na segunda e terça-feira, se encontrará com o presidente Nguyen Van Thieu, do Vietname do Sul. Thieu parte amanhã de Saigão. O presidente americano pediu ainda o apoio do público para a sua posição de recusa em reduzir o orçamento militar. Segundo Nixon, que vê o seu orçamento militar — o maior de sempre — ameaçado pelo Congresso, uma América forte não representa uma ameaça para a paz. Simultâneamente foi desencadeada nos Estados Unidos uma campanha de divulgação de alegadas torturas contra os homens que estiveram como prisioneiros no Vietname do Norte.

(F.P. R. e DL).

Inundações na Tunísia: mais de oitenta mortos

. As inundações na Tunísia já provocaram 83 mortos e 26 300 sinistrados. É alarmante a situação devido às chuvas torrenciais que assolam o país há mais de 48 horas. Os desalojados são cerca de 50 mil e estão a ser organizadas brigadas de socorros. Helicópteros sobrevoam as regiões mais atingidas, em operações de salvamento. Vários países estão a enviar víveres e medicamentos para as vítimas. (UPI-ANI e DL).

LEIA EM "MESA REDONDA"

Um «Projecto de lei da habitação proposto pelos inquilinos», por Roque Laia.

«Para que servem os assistentes sociais» — uma mesa-redonda sobre este problema, em que participam elementos das duas listas concorrentes à eleição dos corpos gerentes do respectivo Sindicato.

«Lisboa: crescimento, poluição e zonas verdes» — entrevista concedida a Urbano Tavares Rodrigues pelo arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

DL/NACIONAL

Um ministro entre deputados

ASSEMBLEIA DIA A DIA

Armando Pereira da Silva

«Lamento também que quando se começou a pensar, pela pressão de importações rapidamente crescentes, na indústria automóvel, e sendo ainda possível projectá-la nessa altura em termos de autarcia económica, se não tivesse querido ou podido traçar com mais audácia apolítica industrial do sector» — afirmou ontem na Assembleia Nacional o deputado Joaquim Macedo, ao falar da indústria de montagem de automóveis em Portugal. O orador prestou homenagem a uma intervenção anterior do seu colega Themudo Barata, dizendo depois: **«Teria sido evidentemete indispensável limitar drasticamente o número de marcas e de modelos presentes no mercado e obrigar essas a taxas de incorporação elevadas que correspondessem a uma efectiva fabricação portuguesa, em lugar de se ter abertoa porta a todos os que pretendessem montar automóveis, observando uma incorporação mínima, que pouco excedia o trabalho de montagem e pintura e os acessórios cujo fabrico o mercado de substituição existente tinha já justificado entre nós — os pneus, as baterias e os vidros»**. O deputado Joaquim Macedo admitiu a seguir que isso possivelmente provocaria o encarecimento dos automóveis mas, em contrapartida, **«haveria agora talvez em Portugal com o substancial aumento de consumo que temos experimentado, uma indústria automóvel capaz de poder ser concorrencial, quando em 1980 se liberalizar o mercado»**. E comentou: **«Infelizmente tem sido hábito reservar-se o autoritarismo sobretudo para o domínio da política, enquanto que no domínio da economia mantivemos muitas vezes um liberalismo não muito apropriado para fomentar o arranque de indústrias difíceis»**.

Foi este problema — o que acontecerá a este tipo de indústria quando forem libertadas as pautas aduaneiras no âmbito dos acordos com o Mercado Comum — que motivou a intervenção daquele deputado portuense, o que, aliás, considerou também exagerada a autorização concedida para se montarem em Portugal 600 modelos diferentes de veículos e propugnou, no final, a criação de uma linha de montagem de veículos pesados e a «nacionalização» crescente da indústria, através do aumento coonsiderável dos componentes fabricados no País.

A TAXA DO VINHO

O deputado Manuel José Homem de Melo, que representa na Assembleia o círculo de Aveiro, lembrou a importância agrícola do seu distrito, nomeadamente nos domínios da produção do leite, da carne, da batat, do vinho, da madeira, do milho, etc. Pedindo medidas para incentivar estes diversos tipos de produção, citou especialmente o caso da taxa de $20 sobre o vinho, tão antipática aos agricultores. Sugeriu que a taxa começasse a incidir unicamente a partir dos primeiros 5 000 litros, a $10, e de $20 a partir dos 10 000 litros. E que, em vez de ser reprimida «violentamente» a produção directa dos chamados «vinhos americanos», de grande importância em certas zonas do distrito, fosse combatida a sua comercialização e oferecidos prémios pecuniários por cada pé de videira cortado ou enxertado.

OUTRAS INTERVENÇÕES

Ainda antes da ordem do dia, o deputado Almeida e Sousa, do Porto, voltou a lamentar que a sua cidade (e região) seja considerada a «gata borralheira», andando toda a vida à procura daquilo de que precisa e que, mesmo assim, seja obrigada a pagar, desde há séculos, tudo o «que lhe concedem». No caso presente, criticou sobretudo que a capital do Norte tenha somente «meia universidade» (e mesmo assim mal servida de professores, tendo apontado até o caso da Faculdade de Economia onde para 2 000 alunos existe um único catedrático) e fazendo apelo para que ali seja criada a Faculdade de Direito e o Curso de Jornalismo.

Leal de Oliveira, representante de Faro, teceu louvores à próxima construção da barragem de Alqueva, que considera muito importante, também, para o Algarve; e Pinto Castelo Branco referiu-se ao significado que entende atribuir às recentes eleições legislativas nos territórios ultramarinos.

Na ordem do dia (aviso prévio sobre o turismo no desenvolvimento económico e social do ultramar), intervieram os deputados Agostinho Cardoso, propugnando que seja incentivado o turismo da Metrópole para o Ultramar, e Alberto Alarcão, em defesa do artesanato.

Hoje há sessão, com a mesma ordem do dia.

A REFORMA DO ENSINO

Assistiram ao início da sesssão 68 deputados, mas quando o eng. Alberto Alarcão terminou o seu discurso estavam na sala somente 15 dos membros da Câmara. Isso compreendeu-se, ontem, pela simples razão de que o ministro da Educação Nacional reuniu-se com a Comissão de Educação para apreciar, em conjunto, a proposta de lei sobre a Reforma do sistema educativo. A reunião começou às 11 horas, mas prolongou-se e, depois de um intervalo recomeçou cerca das 18 horas.

Divulgação de arte literatura e turismo

Em Vila Nova de Famalicão foi constituída por individualidades dos distritos de Braga e Viana do Castelo ou aos mesmos ligados e ainda por diversas colectividades e associações dos mesmos distritos, que se denominará Altum-Associação de Arte, Literatura e Turismo.

Os fins da colectividade são culturais e serão prosseguidos através de investigação, inventariação e divulgação do património histórico, artístico, arqueológico, monumental, paisagístico, folclórico, musical, literário, económico e social da região do Minho, visando a promoção humana por meio de estudos, inquéritos, conferências, colóquios, exposições publicações e quaisquer outros adequados àqueles fins.

Também é objectivo da Associação promover e desenvolver visitas a museus a explorações arqueológicas, a locais paisagísticos, bem como estabelecer ligações na região entre as várias associações culturais para permuta e comunicação de investigações, estudos e com vista a tornar comuns as diversas e respectivas organizações culturais.

A divulgação propriamente dita será atingida por meio de publicação periódica.

MÚSICA BRASILEIRA EM CASCAIS

No desenvolvimento do seu plano de actividades, a Junta de Turismo da Costa do Sol, promove no Palácio Condes de Cstro Guimarães, em Cascais, no dia 30, pelas 21 e 45, «Uma Hora de Cancões Brasileiras» executadas pelo «Grupo Coral Madrigal Paestrina de Porto Alegre», vinda a Portugal a convite do Orfeão Académico de Coimbra e a propósito do I Festival Internacional de Coros Universitários.

Companhias Reunidas Gás Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos inadiáveis para a boa conservação das redes obrigam-nos a interromper, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica, no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

3.º Sector — **Concelho de Lisboa:** Ruas 1, 2, 3 e 4 Bairro da Serafina e imediações. (Das 8 às 12 horas).

6.º Sector — Rua dos Correeiros 193 a 237. (Das 8 às 12 horas). Praça D. João da Câmara 7 a 15, Rua 1.º de Dezembro 118 a 120-B. (Das 8 às 12 horas).

9.º Secter — Est. de Chelas (parte), Rua Cima de Chelas, Quinta do Paló, C. do Teixeira e imediações. (Das 8 às 12 horas).

10.º Sector — Campo das Amoreiras à Charneca, Quinta do Louro e imediações. (Das 8 às 12 horas). Rua Cidade de Vila Cabral 28 a 30 e 29-A a 29-B. (Das 8 às 12 horas). Av. Cidade de Lourenço Marques lotes 158 a 182, Rua B à Av. Cidade de Lourenço Marques lote 160. (Das 8 às 12 horas). Rua Dr. Costa Sacadura, Rua B à Av. de Pádua, Praceta à Av. de Pádua. (Das 8 às 12 horas). Zona I de Chelas e Rua Aquilino Ribeiro. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras — CAXIAS:** Est. Nacional 6-4 entre a Est. Marginal e a derivação com a Est. para o Cacém, Rua da Nova Stela e imediações, junto ao Farol da Gibalta. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Caseais — MURTAL:** Murtal (parte), Caparide, Livramento. (Das 8 às 14 horas). **CASCAIS:** Rua Padre José Maria Loureiro, Rua Visconde da Luz, Rua Alto da Bela Vista, Trav. do Magalhães, Rua José Florindo, Rua Conde Arnoso, Bairro dos Pescadores, Rua Conde Castro Guimarães (parte), Trav. da Atouguia, Ribeira das Vinhas (norte), Rua D. Francisco de Avilez e imediações. (Das 8 às 14 horas) **GUIA:** Est do Guincho, Farol da Guia e imediações. **PAMPILHEIRA:** Rua Cesário Verde, Rua Afonso Lopes Vieira e imediações. **BIRRE:** Est. da Areia e imediações. **TORRE:** Est. des Cortiços, Est. para Birre, Rua Joaquim Nunes Ereira e imediações. (Das 8 às 14 horas). **ALCABIDECHE:** Rua da Vila Nova, Rua do Olival, Rua Francisco Roquete, Est. da Atrozela, Rua de Cascais, Rua Manuel Antunes, Rua de Bramanga e imediações. (Das 8 às 14 horas).

3. Zona — **Concelho de Sintra:** Abelheira. (Das 8 às 14 horas). Tojais-Almoçageme. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Mafra — VENDA DO PINHEIRO:** Av. Dr. Oliveira Salazar, Rua da Colónia de Férias da Marconi, Rua do Matutinho, Alto do Matutinho, Rua da Venda do Pinheiro, Valador, Trav. do Pinhal Manso, Rua do Roseiral (lado Norte) e imediações. (Das 7 às 15 horas). **ERICEIRA:** Rua do Norte, Rua da Ericeira, Est. Principal, Bairro dos Pescadores, Rua das Pocinhas, L. da Feira, L. da Igreja e imediações. (Das 7 às 15 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Vila Franca — ALHANDRA:** Rua S. João de Deus, Rua Afonso de Albuquerque, Rua Cónego Joaquim M. P. Botto, Rua Marquês de Rio Maior e imediações. (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona — **Concelho de Alenquer: Paiol, Arneiro.** (Das 8 às 14 horas).

7.ª Zona — **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos-Vila. (Das 8 às 14 horas).

8.ª Zona — **Concelho de Torres Vedras:** Regueira, C. Barro, Carvalhal, Turcifal, Melroeira, Freixofeira. (Das 8 às 14 horas). Sarge, Monte Redondo, Ernigeira, Maxial, Aldeia Grande. (Das 8 às 14 horas).

Exposição de Gravura Portuguesa Contemporânea

NA

GALERIA FUTURA

GRAVURAS DE **JORGE BARRADAS**

HOGAN

JOSÉ JÚLIO

SCAPINAKIS

SÁ NOGUEIRA

Rua Francisco Metrass, n.º 2 - A

Escritores portugueses convidados a visitar a URSS

Foram convidados pela União das Associações Soviéticas para a Amizade e Relações Culturais com os países estrangeiros os Escritores portugueses Alberto Ferreira, Fernando Namora e Urbano Tavares Rodrigues, que devem assim brevemente visitar a U.R.S.S., contactando com os escritores e intelectuais soviéticos e percorrendo aquele país, numa viagem de características exclusivamente culturais, desde Leninegrado a Sarmarcanda. Há poucos meses efectuaram esta mesma viagem os escritores Augusto Abelaira, Óscar Lopes e Alexandre Babo.

COZINHA VELHA

QUELUZ — TELEFONE 95 02 32

Informamos os nossos Ex.mos Clientes que amanhã, sábado dia 31, faremos o serviço habitual de Almoços, Chás e Jantares na SALA DE BANQUETES, em virtude da SALA COZINHA VELHA se encontrar reservada para um LANCHE DE CASAMENTO.

A DIRECÇÃO

AVIS **2.ª SEMANA**

ROMINA POWER * AL BANO

REALIZAÇÃO ETTORE FIZZAROTT

melodia incompleta

ANGELI SENZA PARADISO

EASTMANCOLOR

O POEMA LÍRICO EM QUE FRANZ SCHUBERT CONVERTEU EM ANGÚSTIAS O SEU AMOR.

DL/OPINIÃO

OS DIAS NACIONAIS DO TEATRO

Deliberadamente este comentário vem fora do dia que lhe pareceria próprio. Está muito bem que o mundo comemore o seu Dia do Teatro, pois, segundo rezam os escritos que cruzam as fronteiras e conforme podem verificar os venturosos que as mesmas fronteiras atravessam, as nações de além têm efectiva vida teatral, mesmo quando da sua presuntiva insuficiência se queixam. Por lá se estreiam peças, se abrem salas, se formam actores, se criam estéticas, e se nem tudo é certo ou eficaz, ao menos são moeda corrente a criação e a crítica, a análise e o entusiasmo, o trabalho continuado, a descoberta e a invenção quotidiana. Nada que se pareça com esta apagada tristeza em que temos a estultícia de supor nosso também o direito de comemorar o Dia Mundial do Teatro. E fazemo-lo sinceramente, porque queremos ser parte do mundo, viver nele harmoniosamente, como quem se alimenta do mesmo ar e do mesmo sol. Mas não de uma cultura comum ou do que das culturas alheias pudéssemos aproveitar para fomento e liberdade da nossa. Daí que, por assim dizer, tenhamos «saudades do céu»...

. . Houve colóquios, espectáculos (poucos), o Conservatório abriu estrondosamente as portas (na mesma ocasião em que não poucos teatros fecham silenciosamente as suas), e tudo isto pode ter criado em espíritos simples a ideia de que afinal o teatro em Portugal é um organismo vivíssimo, irrequieto de vitalidade, capaz de grandes coisas e de grandes obras. A prova está que à mesma hora que nos grandes centros artísticos do mundo, lemos aqui, com voz comovida ou exaltada, consoante o temperamento dos leitores, a mensagem de Luchino Visconti: bom proveito nos fez a audição e o meticuloso cumprimento da efeméride... Por um ano nada mais teremos a fazer, e em 1974 outro Visconti redigirá outra mensagem, para a qual se encontrarão, sem esforço, as comoções ou exaltações nacionais que a nossa consabida retórica produz mecanicamente.

...Mesmo passando por cima do que no texto de Visconti há de evidentemente fumoso, de oblíquo, de comprometido, ainda por lá se encontra matéria cuja novidade para nós nos deveria mostrar que os nossos dias nacionais do teatro pouco têm que ver com os casos, coisas e substâncias de que ali se trata. Seja exemplo disto a seguinte passagem: «...tudo o que hoje significa vivermos uns com os outros, reunirmo-nos na expectativa de um acontecimento essencial, de uma esperança (terapêutica, salvação talvez, de qualquer modo certeza de uma relação essencial e irrecusável entre os homens), de uma transcendência misteriosa, pertence ao teatro». E esta: «O teatro, que parecia ter sido expulso para as margens, regressa deste modo, ao centro da experiência colectiva.» E mais o fecho da mensagem: «Assim é que o facto de entrar, hoje, num teatro se tornou um acto diferente, implica uma escolha, pressupõe uma expectativa racional de claridade e de absoluto; e este retorno às origens colectivas das emoções e das verdades constitui um acto de humildade e de amor.»

Mas (perguntará o leitor, já indisposto ou inquieto com este negativismo que se diria sistemático) não há nada no texto de Visconti que nos toque de perto? Há, sim senhor. Quando ele escreve: «É por isso que no teatro, transformado como houve já quem dissesse, em catacumba...» — não tenhamos dúvidas de que é a nós que se dirige...

Criminalidade nos E.U.A.

A taxa de criminalidade nos Estados Unidos desceu três por cento em 1972 — o primeiro decréscimo em dezassete anos — mas o número de estupros foi onze por cento mais elevado do que em 1971 — afirmou o procurador geral (ministro da Justiça), Richard Kleindienst.

Kleindienst divulgou estatísticas preliminares elaboradas pelo FBI, que mostram que o volume de crimes graves, conhecidos pela polícia, diminuíu em 94 grandes cidades.

O relatório diz que as ofensas que vão desde crimes violentos a roubos diminuíu oito por cento no nordeste, três por cento nos Estados do Norte e Centro e dois por cento no Sul, mas aumentou dois por cento no Oeste.

No entanto, todas as áreas inquiridas mostraram um grande aumento no número de estupros: 26 por cento nas cidades com população entre 25000 e 50000 habitantes, 19 por cento nos subúrbios e cidades com menos de 10000 habitantes, 14 por cento nas cidades com 50000 a 100000 habitantes, quatro por cento nas cidades com 100000 a 250000 habitantes, doze por cento nas cidades com 250.000 a 500000 habitantes, três por cento nas cidades com 500000 a 1 milhão de habitantes e doze por cento nas cidades com mais de um milhão de habitantes.

O presidente Nixon afirmou que estes números eram «muito animadores» e mostravam que se está «no bom caminho» para alterar a vaga de crimes nos Estados Unidos.

«Estes resultados são um tributo aos homens e mulheres que estão empenhados na guerra contra o crime e aos funcionários que fazem cumprir a lei» — sublinhou Nixon.

Igualdade de salários

Os homens e as mulheres que trabalham em França receberão, de agora em diante, legalmente remunerações iguais.

Com efeito, um decreto de aplicação da Lei de 22 de Dezembro de 1972, relativo a igualdade dos salários, que era pouco adoptada até agora pelo patronato, foi ontem publicado no Diário do Governo francês.

Para efeitos de aplicação desta lei, inspectores do trabalho, das leis sociais ou outros funcionários de controle procederão de futuro, a inquéritos nas empresas e aplicarão pesadas multas a qualquer responsável que pague às mulheres trabalhadoras em condições ilegais.

«Diário de Lisboa»

A Sociedade Portuguesa de Naturalogia comunicou-nos que na sua reunião de 22 de Fevereiro, a Assembleia Geral aprovou, por proposta da direcção, um voto de louvor ao nosso jornal «pela compreensão e atenções com que tem honrado» aquela colectividade.

O sr. David Cristo, presidente da comissão directiva e executiva dos bombeiros do distrito de Aveiro, enviou-nos em nome da União das 25 corporações distritais um telegrama de saudação «pelas oportunísimas considerações» da nossa opinião «Malhar em Ferro Frio», sobre a falta de meios de comunicação via rádio, «desde há anos e reiteradamente solicitados e tantas vezes em vão prometidos».

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras

PEDRO MARTINS DA SILVA

PRÉDIOS COM BORBULHAS

. .Não, leitor amigo, não conclua.(precipitadamente) o que voi meter foice na seara alheia da Arquitectura, para iniciar qualquer pseudeo-polémica acerca de fachadas de edifícios.

Vou começar com uma pequena referência de natureza médica. Ao acne, doença da pele caracterizada pelo aspecto depolorável que lhe confere, com os seus pequenos botões violáceos e vermelhos. Manifesta-se muito particularmente na juventude. Pode correlacionar-se temporalmente com as crises de afirmação do jovem. Sentindo fugir o apoio que a «ferramenta» psicológica fornecida pelo ambiente familiar pode proporcionar-lhe, tenta encontrar caminho próprio. É um período de confusão interior, que a tal dermatose retrata para o exterior. Com sinais que muito preocupam o jovem, que a todo o custo procura ocultá-los.

Mas, voltemos aos prédios. E começo pelos ocupados por algumas grandes emprêsas.

O aço e o cimento vão erguendo um esqueleto: É espectáculo constante pela cidade, a que gosto de ir assistindo. Por uma sensação intensa, que nem sei bem descrever, mas que me desperta tuto o que é processo de crescimento — da planta, da criança e (porque não) do edifício. Há sempre uma interrogação: como irá ser?!

. E às vezes é mesmo bastante bonito. Ultimamente surgiram fachadas que se olham com muito agrado, que quebram a monotonia que nos moldava ao percorrer certas ruas, onde, prédios após prédios, a repetição imperava. Quando não intterrompida por alguma nota de mau gosto gritante.

Mas, nestas fachadas onde a dimensão «beleza» não foi descurada, surge um belo dia um pequeno orifício rectangular, sob o peitoril de uma janela, que, pouco depois é preenchido pelo que se designa habitualmente por «unidade autónoma de condicionamento de ar». Fico a pensar: ali está, com certeza, um chefe — de quê, de quem, não interessa — que conseguiu algo de muito importante para satisfação do seu ego. Na fachada ainda quase impoluta do edifício, a pequenina borbulha marca o seu gabinete. E isto de ter uma marca distintiva é muito importante. Passado tempo, noutra janela, afastada da primeira — porque há uma vizinhança onde o primeiro chefe domina incontestavelmente — aparece outro edifício e outra das tais «unidades autónomas» vai assinalar outro a quem o lugar ocupado na escala hierárquica deu o direito de manifestar que sente calor no Verão e frio no Inverno. Quem sabe até se esta nova «borbulha» não assinala uma promoção recente. O tempo corre e mais algumas vão pintalgando a fachada. De qualquer sorte, olhando-as e verificando a sua idade — é fácil porque em geral acusam-na bem — continua a ser possível a tal interpretação de hierarquias.

(«Mas então V. não acha bem que as pessoas lutem pela sua comonidade?»)

Sim, até penso que é um dever. Embora tenha as minhas dúvidas acerca da comodidade que tais «unidades» proporcionam. Não tenho tido um certo convívio com elas, falo assim com experiência.

E tanto acho que as pessoas têm direito a disfrutar de um certo conforto que advogo que os tais edifícios sejam dotados do sistema centrais de condicionamento de ar, devidamente dimensionados e regulados.

Referi-me aos chamados «edifícios de escritórios» — mesmo agora, num, perto do qual passo com frequência (não digo onde é) o processo está em pleno curso. Mas a situação não lhes é exclusiva. Certos promotores da construção imobiliária já exploram o método. E oferecem os seus apartamentos — mini-apartamentos, que a miniaturização não é exclusiva da Electrónica z já equipados com os tais condicionadores de janela. Que talvez pouco condicionem e façam muito barulho... enfim, isto é outra história, com outras implicações — é assim que se diz — bem para além das inestéticas borbulhas de fachada. Que, ao contrário das de acne, não se escondem, talvez antes se exibam com orgulho.

Moral da história: os problemas de conforto devem resolver-se na fase de projecto do edifício, para que não dêm «borbulhas» diversas. Só isto. Logo, leitor amigo, se quizer tirar outras ilações é só consigo.

Exclusivo «LE MONDE»/«DL»

UM MILHÃO DE DÓLARES PARA AFASTAR ALLENDE

. A sociedade I.T.T. (International Telephone and Telegraph) ofereceu em 1970 a quantia de 1 milhão de dólares aos serviços secretos americanos (Central Intelligence Agency, C.I.A.) com o fim de financiar um plano destinado a impedir que Salvador Allende tomasse posse do cargo de presidente da República do Chile. É esta a maior revelação do inquérito público levado a cabo por uma sub-comissão do Senado. Presidida pelo senador liberal Franck Church (democrata de Idaho) esta sub-comissão foi encarregada, designadamente, de estudar o impacto que podem ter as sociedades multinacionais na vida política e económica dos países nos quais têm interesses.

Depois de criada esta subcomissão, tornou-se evidente que as actividades da I.T.T. no Chile iriam ser seguidas com particular atenção pelo senador Church e os seus colegas. Por outro lado, as revelações feitas pelo jornalista Jack Anderson sobre as manobras da I.T.T. no Chile contribuiram bastante para a decisão do Senado de analisar mais atentamente o peso das sociedades multinacionais.

Esta oferta de 1 milhão de dólares à C.I.A. foi revelada por John McCone, um especialista, se assim se pode dizer. Com efeito, o sr. McCone, que é actualmente membro do conselho de administração da I.T.T., foi em tempos director da C.I.A.. Foi John Kennedy que o nomeou para este posto em 1961, logo após o fiasco da «baía dos Porcos». Ocupou o lugar até 1965, data em que Johnson o substituiu por Richard Helms, que Nixon acaba justamente de substituir.

PARA A ELEIÇÃO DE EDUARDO FREI

Segundo McCone, teria sido ele próprio a transmitir a proposta da I.T.T. ao governo americano. McCone, que já trabalhava em 1970 para a I.T.T., afirma ter agido sob a responsabilidade de Harold Geneen, o presidente do grupo. A proposta foi primeiro apresentada a Henry Kissinger e depois a Richard Helms, «um grande amigo pessoal», precisou McCone. Ainda segundo o antigo director da C.I.A., Kissinger não teria manifestado um grande entusiasmo pela proposta, e Helms teria acabado por informar que «o Governo americano tinha decidido não fazer absolutamente nada» para impedir a subida ao poder de Salvador Allende.

Segundo documentos na posse da subcomissão de inquérito, o plano da I. T. T. consistia em favorecer por todos os meios uma coligação do partido nacional e do partido democrata-cristão com o fim de conseguirem uma nova eleição presidencial, travada entre Allende e o chefe da democracia-cristã Eduardo Frei. Mas este plano viria a cair por terra com a desistência de Alessandri.

Seria este plano da exclusiva iniciativa da I.T.T.? Há razões para crer o contrário. Segundo o testemunho de um alto dirigente da sociedade, parece que esta estava a trabalhar intimamente com alguns elementos da C. I. A. desde o Verão de 1970, quer dizer, muito antes da eleição presidencial no Chile. Também o sr. William Merriam, vice-presidente da I.T.T. e antigo chefe da secção de Washington, reconheceu ter estado em contacto quase permanente, desde Julho de 1970, com um alto funcionário da C.I.A., William Broe, que, por coincidência, era na altura o responsável pelas actividades clandestinas da C.I.A. na América Latina.

Ainda segundo o testemunho de William Merriam, o sr. Broe teria tentado por várias vezes, depois da eleição de Allende, organizar uma campanha de pressões económicas contra o Chile, através da retirada das firmas americanas com interesses económicos no país. Esta campanha, declarou Merriam, não resultou em virtude do pouco entusiasmo de firmas como a General Motors, a Ford e alguns bancos da Califórnia e de Nova Iorque. Ainda segundo Merriam, William Broe teria insistido bastante junto dos seus dirigentes para que estes

Continua na pag. 27

DL/NACIONAL

PORTO

CONVÍVIO DE ESTUDANTES DE FARMÁCIA

A associação dos estudantes da Faculdade de Farmácia promove, este ano, a tradicional «Semana de Convívio», cujo programa, a decorrer na primeira semana de Abril, é o seguinte:

Dia 1, às 21 e 30 — Abertura da «Semana de Convivium», convívio com colegas e Manuel Freire no Bar da Faculdade; dia 2, à 18 e 15, no Cinema Trindade, «Tarde de Cinema», com a exibição do filme «O Beco», de Roman Polanski; dia 3, ás 21 e 30, colóquio — «Arte e Sociedade — Fenómeno português», por Fernando Pernes (crítico de Arte), no salão nobre da Faculdade; dia 4, ás 16 horas, «Tarde de Convívio: «Piquenique na Quinta da Conceição (só para professores e alunos da Faculdade e acompanhantes); dia 5, ás 21 e 30 — «Noite de Teatro», «Exploração da Expressão no Teatro», pelo Grupo de Teatro do Instituto Comercial do Porto; dia 6, ás 20, jantar de confraternização e ás 22 horas, «Noite de Música» no salão nobre da Faculdade, com Carlos Paredes, Fernando Alvim e Carlos Moniz.

CIRURGIA ARTERIAL

As direcções clínicas dos Hospitais de Matosinhos e de Vila Nova de Gaia, em colaboração com Boehringer Mannheim promovem no dia 6 de Abril, às 21 e 30, na Estalagem da Via Norte (em Leça do Balio), uma conferência, subordinada ao tema «Cirurgia Arterial Directa: A doença, o doente e o cirurgião», pelo prof. dr. Cid dos Santos, da Faculdade de Medicina de Lisboa.

No dia seguinte, aquele catedrático repetirá a conferência no Hotel de Santa Luzia, em Viana do Castelo, às 21 e 30, a convite do «Cadem», em colaboração com a Boehringer Mannheim.

EXPOSIÇÃO DE GRAVURA CONTEMPORÂNEA

Na Galeria Espaço, na Rua da Conceição, 80, será inaugurada hoje, às 22 horas, uma exposição de gravura contemporânea portuguesa, que reúne originais de Alice Jorge, Ângelo de Sousa, António Palolo, António Sena, Armando Alves, Artur Rosa, Bartolomeu dos Santos, Costa Pinheiro, Domingos Pinto, Espiga Pinto, Fernando Calhau, Guilherme Parente, Ilda Reis, João Hogan, Jorge Martins, Jorge Pinheiro, José Augusto, Júlio Pomar, M. Manuela Jorge, Maria Beatriz, Maria Gabriel, Nadir Afonso, Nikias Skapinakis, René Bertholo, Rocha de Sousa, Sérgio Pinhão, Teixeira Lopes, Vítor Fortes e Vieira da Silva.

COIMBRA

VISITA DE UM PROFESSOR BRASILEIRO

Esteve em Coimbra o prof. dr. Roberto Figueiredo Santos, filho do prof. dr. Edgar Santos, reitor da Universidade da Baía, acompanhado pela esposa e pelo prof. dr. Vítor Crespo, director-geral do Ensino Superior e sua esposa.

O cientista brasileiro foi recebido na Universidade pelo Magnífico Reitor, prof. dr. Cotelo Neiva e foi-lhe oferecido um almoço no qual foram convivas os profs. Roberto Santos e Vítor Crespo e suas esposas, os vices reitores da Universidade, profs. drs. Simões de Carvalho e Rogério Soares; prof. dr. Paulo Quintela directores e subdirectores das Faculdades e o secretário da Universidade.

Os profs. Roberto Santos e Vítor Crespo, acompanhados pelo prof. dr. Simões de Carvalho, visitaram a capela e Museu de Arte Sacra e a Biblioteca Joanina da Universidade e ainda dependências da Biblioteca Geral e da Faculdade de Letras, incluindo as instalações do Instituto de Estudos Brasileiros e, mais tarde, os monumentos da cidade, Conimbriga, etc., seguindo, depois, para Lisboa.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

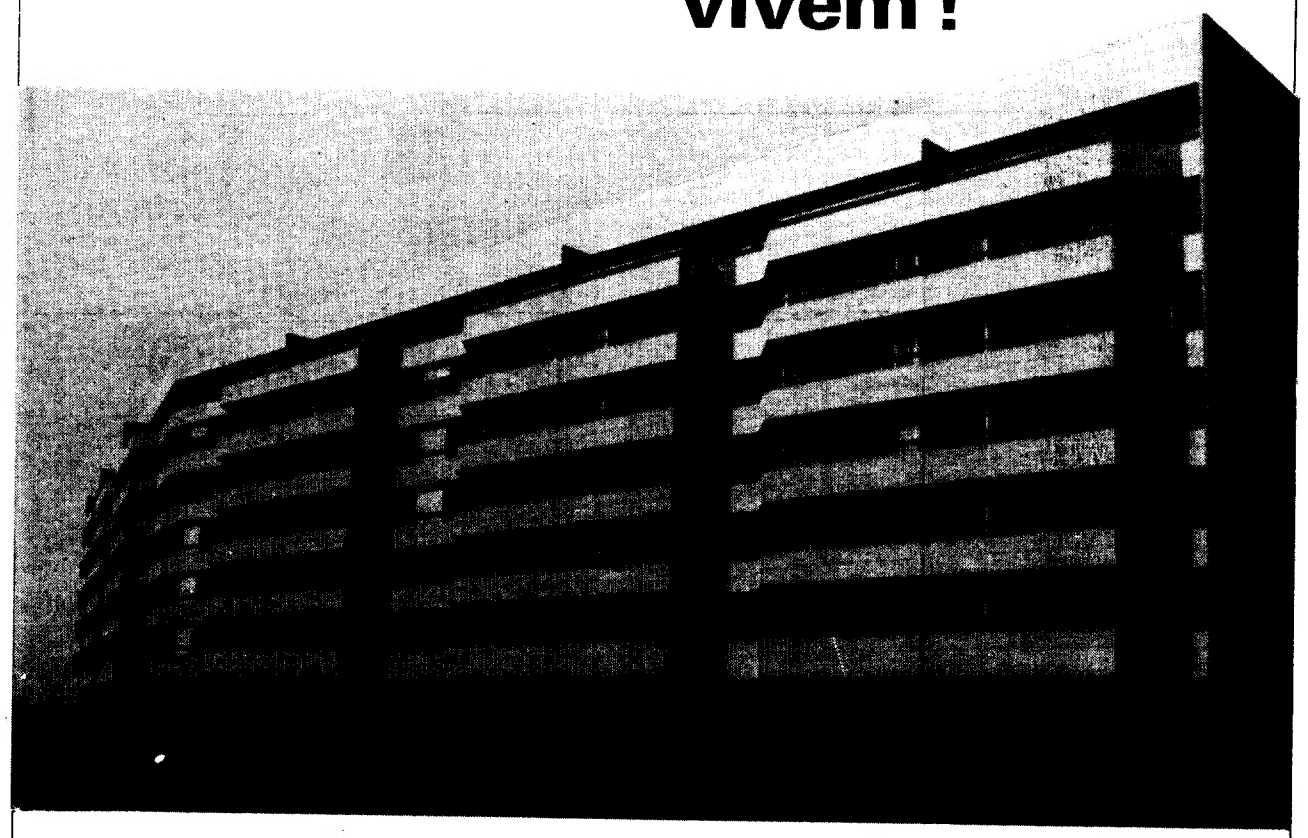
Está aberto concurso na Polícia Judiciária para a admissão de agentes estagiários. Condições: idade não suprior a trinta anos, quinto ano liceal ou equivalente e serviço militar cumprido.

NOVA CASA DO POVO

Foi criada a Casa do Povo de Penela, cuja jurisdição abrange as freguesias de Santa Eufémia, São Miguel, Podentes, Rabaçal e Cumieira, sendo, também, nomeada a sua comissão Organizadora, que irá orientar e dirigir o novo organismo durante os próximos dois anos.

O delegado do I.N.T.P., dr. Manuel Carvalho Parente conferiu posse à referida Comissão, constituída pelos srs. António Simões Júlio, Marco Ramos, José Simões dos Santos, Adelino dos Santos Freire, José Faria, Ramiro Fernandes Ramos e António Duarte Brásio, desempenhando o primeiro o lugar de presidente.

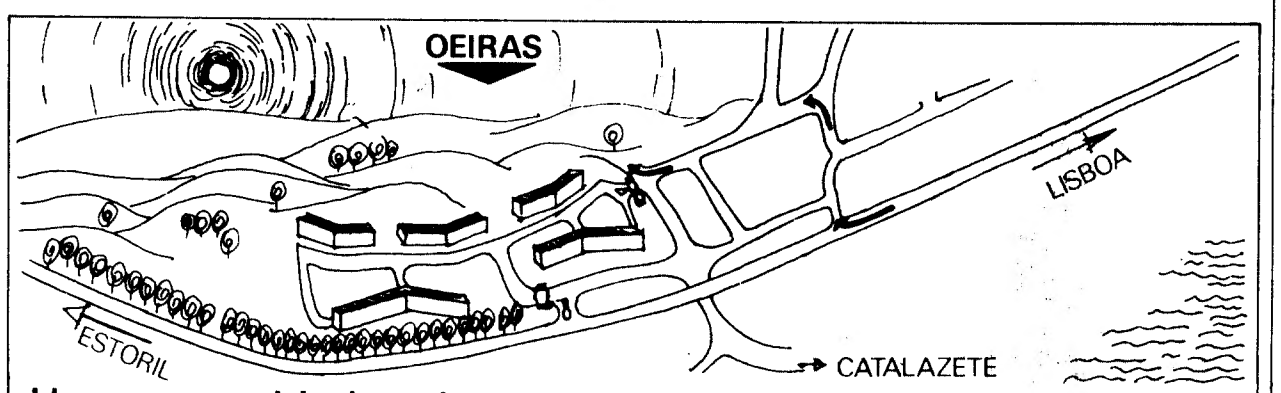
Se sonha viver como alguns já vivem!



O silêncio repousante.
O ar puro.
A liberdade do grande horizonte.
O espaço habitacional mais valioso entre todos.
A técnica sueca ao serviço da construção moderna.

Esperamos por si, hoje mesmo!

ALTO DA BARRA



Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada

MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS - TEL. 2433590

Mafra: a situação do Hospital da Misericórdia será para regozijos?

MAFRA — Dos respigos das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Mafra, vindos a lume no último número do mensário regionalista «O Jovem», lê-se que na sessão de 20 de Fevereiro um vereador deu conta «da visita que fez às instalações do Hospital da Misericórdia de Mafra, manifestando o seu profundo agrado pelo que lhe foi dado ver e o seu regozijo por esse facto, propondo que a Câmara se congratule e dê a conhecer a quem de direito esse mesmo regozijo».

Como é do conhecimento público, o nosso jornal, em correspondência desta vila, referiu que «a par de outras deficiências, o Hospital de Mafra continua a lutar com inúmeras dificuldades, especialmente no campo clínico. Está privado, nomeadamente, de um oftalmologista, há já bastante tempo».

Podemos agora divulgar outros factos interessantes, para um maior **regozijo** do vereador.

Assim, no dia 5 de Janeiro, pelas 10 horas, foi conduzido ao Hospital de Mafra um trabalhador com um pé esmagado, não havendo médico que socorresse o sinistrado, como muitas vezes acontece. Perante a falta de assistência, correu-se ao Centro de Saúde — em dependências do Hospital — a fim de tentar a intervenção de algum clínico deste centro. Também não tinha chegado um dos médicos, sendo esclarecido o acompanhante do sinistrado que o Centro de Saúde nada tinha que ver com o Hospital.

Nesta situação de desespero, a enfermeira e uma funcionária do Centro dirigiram-se à Caixa de Previdência, instalada no 1.º andar do mesmo edifício, partindo por outro lado um carro para a vila em busca de um médico, que felizmente foi encontrado. Tratava-se do clínico que presta serviço no citado Centro, esclarecendo logo este que nada tinha a ver com o serviço do Hospital.

MAFRA: A SITUAÇÃO

Contudo, perante apelos e súplicas, conseguiu-se que o sinistrado fosse observado rápidamente e enviado para Lisboa, a fim de ser radiografado e tratado convenientemente, — tratamento este que durou 28 dias.

Do que se conseguiu apurar no Hospital de Mafra, perante relato de pessoas de responsabilidade, funcionários e, mais tarde, dois médicos, apurámos que:

1.º — O Hospital da Misericórdia de Mafra, vive cheio de dificuldades. Os seus rendimentos e subsídios são poucos.

2.º — Os médicos que prestam serviço são mal remunerados, pelo que a sua actividade se desdobra por outras instituições e Hospitais. Deste facto resulta uma ineficaz e tardia assistência, sendo necessário muitas vezes enviar os doentes para Lisboa, ou pedir a presença de médicos que prestam serviço nos aquartelamentos de Mafra.

4.º — Segundo nos disse a senhora economata, o que tem aliviado certas despesas do Hospital é a renda que a Caixa de Previdência paga pela ocupação das salas no 1.º andar e, agora, algumas no rés-do-chão.

5.º — Acerca da imobilização de material cirúrgico e da sala de operações, preferimos nada dizer.

Que seja pois de puro **regozijo** a visita que o senhor vereador fez ao Hospital da Misericórdia de Mafra.

DESASTRE

HUMBERTO LOPES, advogado, de Santarém, pede e agradece que entrem em comunicação com ele, por escrito ou pelo telefone (043) 22 714, quantos tenham assistido ao desastre que sofreu em 17 do corrente, pouco antes das 16 horas, entre Cernache e Coimbra, e, sobretudo, os que possam identificar um automóvel Alfa-Romeo que o ocasionou.

TV DL/ESPECTÁCULOS

BRUN DO CANTO: A MAIS JOVEM CONQUISTA DO TELETEATRO

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

A noite de ontem ficou marcada principalmente pelo nascimento de um excelente actor de televisão chamado Jorge Brun do Canto.

Que dizer senão que, no esquema do actor tradicional, Brun do Canto foi uma lição viva, foi um prazer para os olhos foi para tudo dizer, uma maravilhosa surpresa?

Ele ou a sua primeira interpretação para TV, compreendeu aquilo que não entenderam muitosque a presença de palco, que não pode ser uma presença de tela de cinema. Tudo tem de ser outra coisa: a expressão, a voz, a movimentação. Brun do Canto ao recusar o melodramático, ao chorar, sem lágrimas visíveis, com a mão em pala sobre os olhos, ao enquadrar o seu drama num quotidiano, sem devorar esse quotidiano, antes aproveitando-lhe o contraponto para melhor fazer sobressair o dramatismo da situação, ao habitar de inteligência, os próprios silêncios, ao fazer ostentação de uma terrível naturalidade — Jorge Brun do Canto deu-nos uma das mais belas e comoventes interpretações na televisão portuguesa. Talvez lhe tenha feito bem nunca haver passado pelas tábuas do palco português. Despir defeitos para vestir qualidades é tarefa ingrata...

A admiração pelo trabalho de Brun do Canto é tanto mais... de admirar quando é certo é que o actor se incluíu num conjunto homogéneo como raras vezes se tem visto, conjunto onde não houve uma brecha. Adelaide João, «especializada» em criada de servir, passou ontem, de criada — a senhora, mas senhora de um registo de actriz de que, há anos, se falou nestas mesmas colunas e cuja comprovação tardava em chegar. Adelaide João teve ontem a sua melhor presença nas noites de Teatro.

Apetece dizer outros nomes. Apetece dizer, por exemplo, os nomes de Ermelinda Duarte, de Eduardo Jacques, de Baptista Fernandes. Apetece até — oh céus! — dizer o nome de Luís Pinhão.

Que terá acontecido ontem na televisão portuguesa?

. Talvez a explicação, para além das qualidades dos participantes, possa achar-se na presença de Artur Ramos. Não falarei apenas em direcção de actores; talvez mais importante do que isso terá sido a moralização dos actores. Era, porém, visível que cada participante estava de posse da chave da sua personagem quer dizer: a cada actor se abriu um largo crédito de inteligência. A colocação de capital rendeu.

O mais notável da realização de Artur Ramos pode encontrar-se no ritmo que, imprimiu, no tempo certo que encontrou para fazer durar uma palavra, um gesto, uma cena. A inteligência desta realização manifestou-se logo nas primeiras cenas: a violência dos misturadores, dos bulldozeres, a vertigem do cascalho e da argamassa — tudo isso nos dá a violência de obcessão de Joe. A imagem final de Joe (Brun do Canto) deu-nos mais do que um sinal de pacificação: deu-nos um sinal de morte.

A extrema sobriedade utilizada por Artur Ramos oxalá venha apontar para um novo rumo na realização de teatro televisivo. As manigâncias electrónicas mais não servem, muitas vezes senão para encher o olho ao papalvo. A verdadeira imaginação, dentro de uma electrónica possível, como é a nossa, consiste na que serve a verdade das personagens e não a que doura a inexistência dessa verdade.

A CRIANÇA QUANDO MESTRA DO HOMEM

Os meninos. Era uma vez um grupo de meninos. Estavam sentados no chão, a câmara ia de um extremo ao outro, continuamente, a má televisão a fazer mal à cabeça. As palavras dos meninos a fazer bem à alma.

Era uma vez. Tem de se principiar assim a crónica para lhe dar a sua verdadeira dimensão de história maravilhosa. O insólito participa do mágico. Do insólito nasceram as fadas, os magos, a poesia, o programa de ontem de «Há só uma Terra» com os meninos reunidos na Francisco Arruda. Quando acontece o fantástico (quer dizer: o real) na televisão portuguesa, a televisão transfigura-se, como que vive o sonho do seu futuro, porque como televisão (arte da convivência transformada em espectáculo) se realiza.

Os meninos reunidos na Francisco Arruda vieram falar-nos de coisas sérias. Coisas sérias filtradas embora pelo domínio consciente das situações — mas também favorecidas pela coragem da inocência. Ontem, os verdadeiros alunos fomos nós, os crescidos, os adultos adulterados. Ontem foram eles que nos obrigaram a pensar. Que nos incitaram a quebrar a cumplicidade do silêncio (aquele menino a censurar as pessoas que dizem uma coisa e fazem outra, como por exemplo o Manuel Sebastião, moderador do debate, que era contra o tabaco e já estava com o cigarro na boca...)

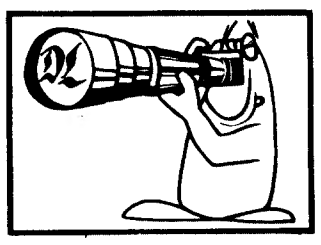
. Infelizmente não sei os nomes de todos aqueles amigos, gostava de os chamar aqui pelo seu nome: o Tiago, o Miguel, a Cristina, aquele moço, a inteligência em figura de gente, que mora na Rua Luís de Camões...

Tem razão o amigo que se opôs à proibição de fumar como processo de resolver o problema. Está certa a recordação da *lei seca*. Com a proibição, as pessoas passariam a fumar ainda mais — mas às escondidas. Ele tem razão: a consciência do problema é um grande passo para a solução dele.

Tem razão outro pequeno companheiro: há que pensar a sério na assistência a vários níveis a quem vive no campo. Ele não o sabe dizer por palavras inteiras mas a solução do problema da poluição não deve encontrar-se na fórmula campo ou cidade. Se todas as pessoas fugissem da cidade para o campo lá iria a poluição com eles...

Tal como a fuga para outros planetas como resolução para o problema do aumento populacional, apresentada por outro amigo, não é mais do que uma fuga... do verdadeiro problema.

Ficaríamos aqui longamente a conversar com esta infância madura para a compreensão de tantas faces do problema. Esta infância que encheu de esperança a noite de ontem...



BEBÉS

Camas, porta-bebés, cadeiras, carros, conjuntos, banheiras, parques, andadores, triciclos e automóveis, fabricante vende directamente ao público.

«BAVÁRIA»
Av. Igreja, 9 B
e R. Correeiros, 184-2.º

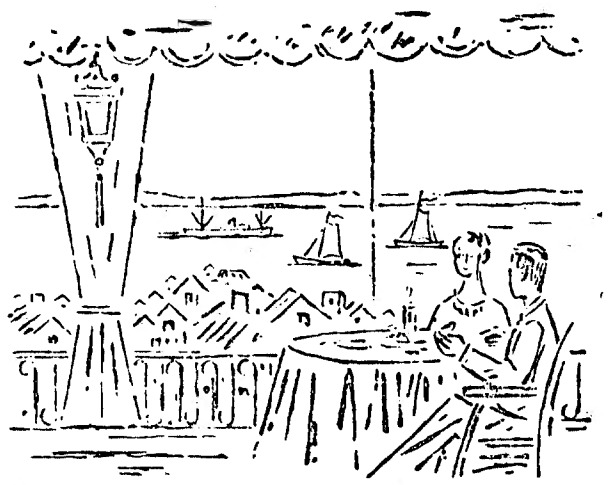
CASA DA COMÉDIA
R. S. Francisco Borja (às Janelas Verdes)

hoje e todos os dias às 22 horas, sábado e domingo às 16 horas

OH PAPÁ POBRE PAPÁ

e mamã pendurou-te no armário e eu estou tão triste...
De ARTHUR KOPIT.
Marc. T. 677299—Maiores 18 anos — Subsidiado Fundo Teatro

Restaurante Varanda do Chanceler



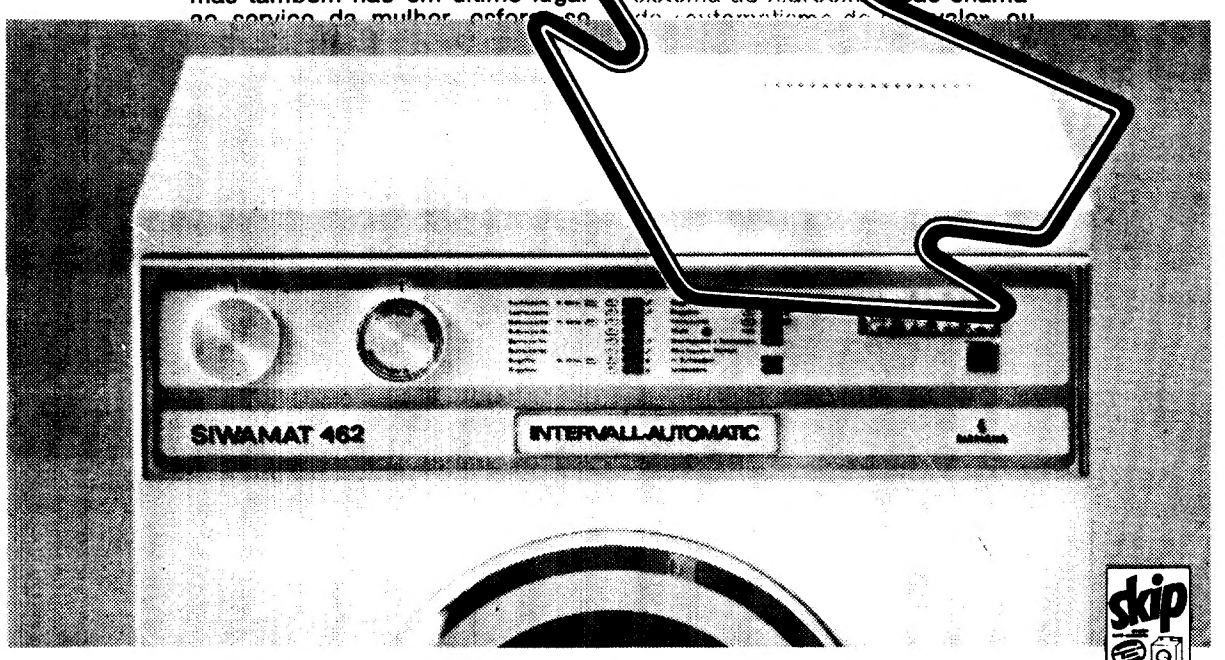
COZINHA E AMBIENTE REQUINTADOS
Largo do Chanceler, 1-Alfama-LISBOA
TELEF. 86 62 86
Encerrado ao Domingo

SIEMENS

A imprensa relatou:

INVENÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO SISTEMA DE LAVAR ROUPA: "O AUTOMATISMO DE INTERVALO"

A técnica ao serviço do Homem mas também não em último lugar ao serviço da mulher, esforço... foi recentemente criado um novo sistema de hidroextracção chamado automatismo de intervalo ou



Detergente que recomendamos

nós salientamos

que com o automatismo de intervalo, sistema de lavagem criado pela Siemens, a roupa de fácil manutenção não requer ferro e pode, pela primeira vez, ser centrifugada sem se amarrotar. Durante alguns intervalos é sempre afofada de novo e centrifugada por um processo que a poupa, permanecendo macia e lisa. Deste modo, a roupa que dispensa ferro, não o exige realmente, não sendo necessário ser pendurada a pingar.

e acrescentamos

que a Siemens não só se encontra bem fundamentada no mercado de máquinas de lavar roupa em Portugal, como se pode considerar o mais experiente produtor europeu no âmbito desta técnica.

A máquina de lavar roupa Siemens Siwamat 4620 é a única máquina no mercado português com o novo sistema de hidroextracção revolucionária:
O automatismo de intervalo da Siemens.

DL/ESPECTACULOS

...GENTE DO POVO QUE SABE AMAR OS FILHOS... MESMO QUANDO NÃO SÃO SEUS!...

Gente Simples

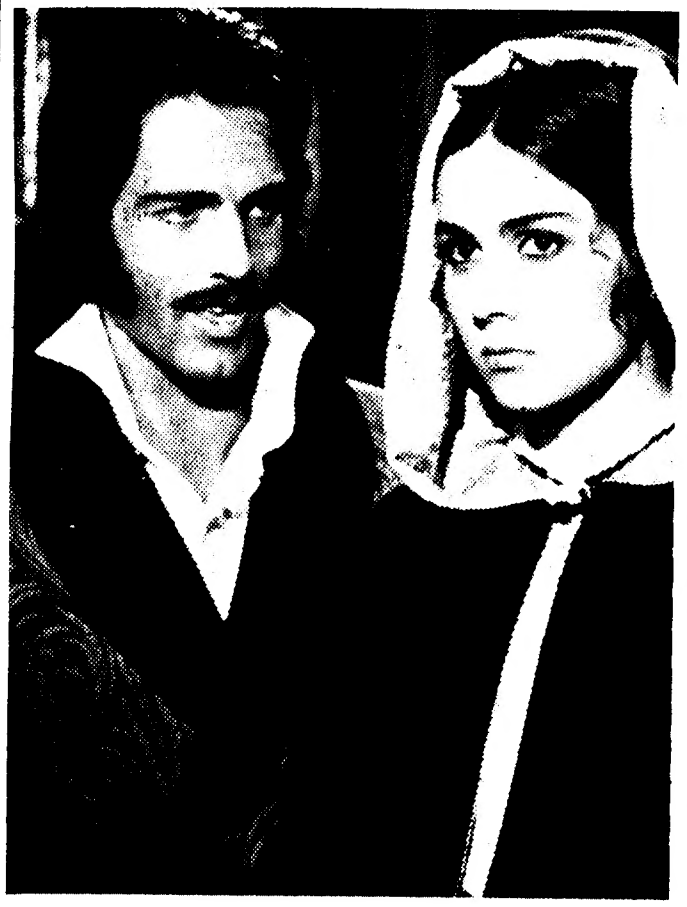
Baseada na obra de
WILLIAM FAULKNER
com ROBERT DUVALL
e OLGA BELLIN
Realização de
JOSEPH ANTHONY

GRUPO C - 14 ANOS

HOJE ESTREIA ÀS 21.45 NO ALVALADE

Exclus. ASTÓRIA FILMES

DUAS ESTREIAS À PORTA



Brevemente, em dois cinemas de Lisboa, vão estrear-se os filmes «Melodia Incompleta», a biografia de Schubert, e «Dom Quixote Cavalga de Novo», com um notável desempenho de Mario Moreno («Cantinflas»). O primeiro filme tem argumento de Sergio Bonotti, interpretação de Romina Power, Al Bano, Agostina Belli e Paul Muller, e realização de Ettore Fizzarotti. Quanto à película que nos vai mostrar «Cantinflas» no papel de Sancho Pança, o argumento é de Carlos Blanco, a música de Waldo de Los Rios e a realização de Roberto Gavaldon.

Em várias frentes

COIMBRA

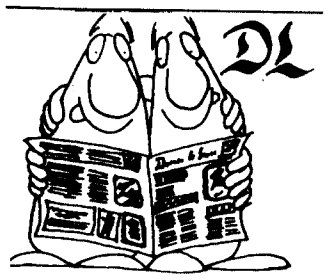
O Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra realiza esta noite, pelas 21 e 30, no Cine-Teatro um espetáculo a favor dos Bombeiros Voluntários da localidade. O programa será constituído por danças da Beira, Minho e Nazaré.

LISBOA

Com a colaboração da Marquesa de Valverde, o Ateneu Comercial de Lisboa leva a efeito esta noite, pelas 21 e 30, na sua sede, um serão de variedades.

OEIRAS

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras organizam no dia 1 de Abril, o «baile da pinhata», cuja receita reverte a favor daquela associação.



ASSEMBLEIA GERAL DO CIRCULO DE CULTURA MUSICAL — Sob a presidência do prof. Juvenal Gomes, reuniu-se a Assembleia Geral do Circulo de Cultura Musical.

PRÓ ARTE — Realizou-se no Instituto de Odivelas mais um concerto com a Orquestra Filarmónica de Lisboa, sob a direcção do maestro Manuel Ivo Cruz, que teve um grande sucesso. A iniciativa foi da Pró Arte.

FESTIVAL DE MÚSICA DA PRIMAVERA — Na Póvoa de Varzim vai realizar-se o Festival de Música da Primavera. Com início no dia 1 de Maio, data em que se realizará um concerto de canto e órgão, na Igreja de S. Pedro de Rates, o Festival durará até ao dia 25 do mesmo mês.

BANDA DA GNR — A banda de música da Guarda Nacional Republicana dá um concerto amanhã, pelas 21 e 45, no Teatro Municipal de S. Luiz. Serão interpretadas as obras: «Concerto para Flautim», de Vivaldi, e ainda trechos de Ruy Coelho, Mussorgsky e Tchaikovsky. Os bilhetes para o concerto podem ser pedidos na portaria do comando geral daquela instituição das 8 às 20 horas e, à hora do concerto, na bilheteira do teatro.

MÚSICA

CONCERTO CORAL EM COIMBRA — O Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra realiza um espectáculo no próximo dia 3 de Abril, no Teatro Gil Vicente, pelas 21 e 30. Os bilhetes são grátis e podem ser levantados no próprio dia do espectáculo, nas bilheteiras do Teatro, a partir das 14 horas.

O 3.º CONCERTO DE MÚSICA DE CÂMARA DA GULBENKIAN — Realiza-se este concerto no próximo dia 8 de Abril, com o seguinte programa: Suite n.º 3 em dó maior, de Bach, Concerto Italiano, de Bach e Sete Variações Sobre um Tema da «Flauta Mágica», op. 46, em mi bemol, de Beethoven. Serão executantes Olga Pratz (piano) e Maria José Falcão (violoncelo).

..FESTIVAL INTERNACIONAL DE COROS — Já se encontram no nosso país alguns dos Coraiis Universitários que vêm participar no I Festival Internacional do Orfeon Académico entre os quais o brasileiro (Rio Grande do Sul), e de Lourenço Marques e o das Filipinas.

Está elaborado o programa das digressões a algumas terras do país, que ficou como segue:

. Hoje haverá quatro concertos, todos à noite: do Coro Palestrina (Porto Alegre), no Museu Castro Guimarães de Cascais, por iniciativa da Junta de Turismo da Costa do Sol; do Coro da Sol; do Coro da Universidade de Lisboa, no Cine-Teatro do Grande Casino de Espinho, numa organização da Academia de Música local; do Coro Filipino, na Escola Preparatória de Neutal de Abreu, em Figueiró dos Vinhos; e do «Coro Universitário» de Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, em S. João da Madeira, em espectáculos especialmente dedicados ao pessoal de duas empresas industriais.

No dia 31, sábado, à noite, os «Madrigal Songers» das Filipinas e o coro moçambicano actuarão, reespectivamente, no Colégio Infante de Sagres, no Avelar e no Teatro de Gil Vicente de Barcelos, por iniciativa do Coral desta cidade.

Em Bragança, no dia 1 de Abril, actuará o Coro da Universidade de Lisboa, e na noite do dia 2, haverá quatro concertos a cargo do Coro da Universidade de Lourenço Marques, em Amarante, no Cine-Teatro local, pelo Madrigal Palestrino, em Santarém, nos salões do Círculo Cultural Scalabitano, Coro Filipino em Vila Praia da Ancora e Coro da Universidade de Lisboa na Escola do Magístério de Viseu.

Continua na pagina seguinte

VÁ AO TEATRO!!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 32 60 17

VARIEDADES

34.ª SEMANA

Grupo C M/ 14 anos

com JOSÉ VIANA

no protagonista

SUA EXCELÊNCIA O PENDURA

com

DORA LEAL (revelação da temporada 72-73), Henrique Viana, Luís Santos, Manuela Cassola, Maria Otília, Vítor de Sousa, Luís Pinhão, Cândido Mota, Carlos Rosa, Joaquim Miranda, António Semedo, Ana Le Mattre, Jorge Nascimento e a colaboração de MARIA PAULA

Todas as noites: 21.45 h.
3.ª feira, descanso da Companhia
Sábado: 2 sessões: 20.45 e 23 h.
Domingos: 16 e 21.45 h.

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

RUA DA PALMA
AS 21.45

Grupo C M/ 14 anos

ELENCO
(por ordem de entrada em cena)
Costa Ferreira; Marília Gama, Amílcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.ª Helena Mattos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Leonor Poeira, Luís Mata, José Braz
2.ª feira, descanso da C.ª

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

14.ª SEMANA

Grupo D M/ 18 anos

Uma comédia inglesa com
FLORBELA QUEIROS

Sexo, nunca!
somos britânicos...

No elenco
IRENE ISIDRO
Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariano, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia OCTÁVIO DE MATOS

Encenação de
Maria Helena Matos

Todas as noites: 21.45 h.
4.ª feira: Descanso da C.ª
SÁBADOS, 2 SESSÕES: 20.45 e 23 H.
DOMINGO: «matinée» às 16 h. e à noite, 21.45 h.

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

TEATRO INFANTIL

Companhia de Teatro do Gerifalto

(SUB. PELO FUNDO DE TEATRO)

APRESENTA

ALBANINHA ou A PRINCESA QUE GUARDAVA PATOS

DE MARIA MANUELA COUTO VIANA

AMANHÃ, ÀS 15.30 HORAS

MAIORES DE 4 ANOS

BILHETES DESDE 10$00

CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS: 50 % DE DESCONTO

CINEMA NO MUNDO

FILMAGENS NO GHANA — Prosseguem no Ghana, mais precisamente em Accra, Tacokoradi, Tarkwa, Elmina, Samreboi, Butri e Akosambo, as filmagens da película «Contact», de Giorgio Bontempi. Terminado o seu trabalho, Enrico Maria Salerno um dos principais intérpretes, regressou à Itália, tendo permanecido no Ghana, George Hilton, Calvin Lockhart, Anita Strindberg, Yanti Somer e Franco Giornellis, igualmente elementos da equipa artística.

FILME BÚLGARO — O realizador búlgaro Jivko Tenev está a preparar um filme sobre António Gramsci, que será coproduzido com a Itália, tendo argumento de Ugo Gregoretti.

À PROCURA DE UM INSECTO — Richard Burton será o protagonista do novo filme de Claude Chabrol «L'Uranie Vermeille» no qual vai contracenar com Catherine Deneuve. A película, que começa a ser rodada em Maio conta a história de um cientista em busca, na ilha da Sonda, de um insecto raríssimo (aquele que dá o título ao filme) e do comandante de um barco.

«RITRATO IN PIEDI» — Amadeo Nazzari, conhecido actor italiano dos anos quarenta, pretende transpor para o cinema o romance de Gianna Mancini «Ritrato In Piedi», ao qual foi atribuído o prémio «Campiello» 1971. Entretanto, Vittorio de Sica e Valerio Zurlini aos quais quis, sucessivamente, confiar a realização, declinaram o convite. Dominique Sanda e Laura Antonelli são as actrizes «capazes» de darem o seu melhor à interpretação da principal personagem feminina daquele romance. **«Se o projecto de rodar «Ritratto In Piedi» não chegasse a concretizar-se, retirar-me-ia para o campo, sem arado, mas com o meu mundo de recordações»** — declarou Nazzari.

«PEREGRINA» — Está a ser rodado no México um filme com o título «Peregrina», sobre a vida do compositor Felipe Carrillo Puerto, autor de uma canção com aquele nome, e da escritora norte-americana Alma Reed, que a inspirou. Antonio Aguilar e Sasha Montenegro são os protagonistas, enquanto Mario Hernandez é o realizador.

SOBRE O ACORDO DE MUNIQUE — O filme checo «Dias de Traição», realizado por Otakar Vavra, reconstrói minuciosamente o Acordo de Munique, firmado em 1938 por Hitler, Deladier, Chamberlain e Mussolini, pondo termo (ao que se julgava) à crise dos sudetas e à ameaça da Segunda Guerra Mundial. A sua projecção dura quatro horas. O papel de presidente Benes, da Checoslováquia, é interpretado por Jiri Pleskot, enquanto a figura de Hilter é encarnada pelo sueco Gunnar Moller.

EM PORTUGAL

CONCURSO DE FILMES AMADORES — Na sessão que ontem se realizou no Clube de Cineastas Amadores de Coimbra, foi exibido o último filme do ciclo Charlie Chaplin, que ali decorreu com fitas cedidas pelo dr. Santos Andrade, da sua cinemateca privada e ainda da colecção do prof. dr. Albertino Carmo. Por sugestão apresentada na última sessão e recebida com grande entusiasmo, o concurso de filmes de férias, deste ano, será de participação exclusiva de senhoras. Desta forma, pela primeira vez no nosso País, e parece que no resto do mundo, será mais um impulso à produção de filmes realizados por senhoras, o que, neste caso, será mais um impulso à pcodução de cinema amador em Portugal.

«O SOLDADO AZUL» NO DOMINGO — Integrado num ciclo dedicado à «Mitologia Americana», realiza o Círculo de Cinema, no próximo dia 1 de Abril, pelas 10 e 30 no cinema Alvalade mais uma sessão em que será exibido o filme «Trágica Vitória (Soldado Azul)».

COLÓQUIO — Dado o impacto do filme de Dino Risi «Em Nome do Povo Italiano», o ABC Cine Clube organiza um colóquio sobre esta película na sede, pelas 18 horas de amanhã, que será orientado por José Carlos de Vasconcelos e Eduardo Geada.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CINEMA DE AMADORES — Por escritura de 20 de Fevereiro, segundo informação do Diário do Governo, foi dada forma legal à Federação Portuguesa de Cinema de Amadores.

MÚSICA

Continuação da pagina anterior

Finalmente, na Covilhã, exibe-se no dia 3 de Abril, o Coro de Porto Alegre.

CENTROS DE ESTUDOS GREGORIANOS — No prosseguimento das suas actividades escolares, o Centro de Estudos Gregorianos realiza amanhã, às 18.30, na Igreja de S. Roque, um recital-audição por alguns alunos da classe de órgão regida pelo professor A. Sibertin Blanc.

FILARMÓNICA EM MESA-REDONDA — Por iniciativa da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, vai realizar-se na sua Sede, em 7 do próximo mês de Abril, uma Mesa Redonda subordinada ao tema «As Filarmónicas e a Educação Musical - Presente e Futuro».

BANCO BORGES & IRMÃO 1884

Banco Borges & Irmão

PORTO

Capital e Reservas: 1 504 701 605$92

DIVIDENDO DO EXERCÍCIO DE 1972

Avisam-se os Senhores Accionistas que, a partir de 31 de Março corrente, se encontra a pagamento na Sede, Filial de Lisboa, Agências e Dependências do Banco, o dividendo do exercício de 1972, cativo de impostos e votado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 deste mês.

A importância líquida por acção é a seguinte:

Acções antigas n.os 1 a 400 000	
Nominativas	49$75,7
Portador registadas	52$63,2
Portador	39$28,032
Acções novas n.os 400 001 a 700 000	
Nominativas	10$84
Portador registadas	10$96,5
Portador	8$18,34

Porto, 19 de Março de 1973 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comundo

Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S. A. R. L.

SEDE: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 56 — LISBOA-2

CAPITAL: 150.000.000$00

RELATÓRIO E CONTAS DE 1972

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO

Excelentíssimos Senhores Accionistas

Dando cumprimento ao determinado pela Lei e pelos Estatutos, sujeitamos à vossa apreciação o Relatório e Contas do último exercício.

Dos acontecimentos do ano transacto destaca-se, pela sua grandeza intrínseca e pela projecção que se lhe augura no futuro da Europa e do mundo, o alargamento do Mercado Comum.

Membro de pleno direito da EFTA., Portugal foi posto perante um dilema crucial: a desagregação desta organização económica, que funcionava em moldes menos rígidos, e o erguer de uma Nova Europa votada a um vanguardismo de técnica, recursos e capacidade de evolução só ao alcance de raros países.

Isto significava para grande parte das nações europeias um desafio vital, entre o progredir com a Europa e o estagnar sem a Europa. Terá sido mesmo a imposição desta escolha que na década de 60 instaurou um regime de negociações entre os membros da Associação Europeia de Comércio Livre e o Mercado Comum — contactos cheios de vicissitudes políticas que os prolongaram ineficazmente até ao ano passado.

A fórmula encontrada para Portugal, assentando no respeitante à agricultura em pressupostos actuais e no referente à indústria em hipóteses de evolução para lá de 1980, pode capitular-se de bem concebida dentro do máximo de concessão pelo organismo europeu e o máximo de oferta do nosso País. Ele é, acima de tudo, um programa até certo ponto dramático, como ressalta do sentido com que discorreu o debate na Assembleia Nacional. Vamos ter de enfrentar, no mercado interno, a concorrência de economias que se nos avantajam longamente; e, no externo, a urgência da melhoria da produção, na selecção e qualidade, em termos de se poder competir.

Quer dizer: o nosso acordo com o Mercado Comum se no âmbito da diplomacia pode ser uma conquista, é, no contexto económico da Nação, um apelo à sobrevivência, que demanda de todos o esforço unificado da firmeza dos propósitos e de clareza da inteligência.

Estamos, realmente, em pleno desafio europeu, quando o nosso produto nacional bruto, segundo a própria revelação do ex-Secretário de Estado da Indústria Eng.º Rogério Martins é, per capita, o mais baixo do que se chama a Europa Ocidental, com excepção da Turquia — para não referir outros flagrantes desníveis, na distribuição do trabalho pela indústria e pela agricultura, na energia, no aço, no cimento, nas indústrias químicas e assim por diante.

Ora, em face desta disparidade e da inevitável pressão que a comunidade alargada há-de exercer sobre as economias em estado de subdesenvolvimento, tem de creditar-se à nossa diplomacia o êxito brilhante do acordo, mas logo tem de se exigir a imediata mobilização das energias e das consciências para uma conjugação activa, que projecte o País no plano de tais irrecusáveis exigências de nivelamento.

Podemos asseverar que ao longo do exercício, foi nossa preocupação integrar-nos nesse ingente esforço nacional de recuperação segundo, aliás, uma linha de orientação perfilhada desde o aparecimento da Comundo, sob a vocação do progresso tecnológico e das actividades reprodutivas que rompessem o secular e imobilista circuito fechado das economias arcaicas.

É à iniciativa privada que pertence a última palavra nesta tarefa de ressurgimento?

Julgamos que sim. Assim, vimos aumentando substancialmente a capacidade de produção das unidades fabris em que temos interesses; tomámos posições em empresas já constituídas, com vista ao seu alargamento e expansão; e temos em curso protocolos assinados ou projectos de novas indústrias criadoras de riqueza.

Foi para este fim que primacialmente se ordenou a projectada elevação do nosso capital de 150 000 para 350 000 contos nas condições aprovadas pela Assembleia Geral no ano passado. A efectivação deste aumento dar-se-á logo que se obtenha a necessária autorização do Ministério das Finanças. Na verdade, o critério de investimentos da nossa Empresa tem sido, desde a sua fundação, regulado pelo volume do seu capital próprio, a fim de, na medida do possível, se colocar à margem das flutuações e crises a que ciclicamente estão sujeitos os mercados de capitais.

Os números apresentados cremos que espelham a orientacão tantas vezes definida, como constante da nossa sociedade. Repetidamente temos afirmado que não procuramos a escala dos favores, mas só a da justiça, a qual não exclui nem pode excluir o amparo das iniciativas úteis e o carinho pelo nosso trabalho. No exame do esforço de mais um ano, parece-nos poder concluir que vale a pena perseverar nestes propósitos.

Desta forma, e a exemplo dos anos anteriores, propomos que os ganhos sejam reinvestidos. Para os lucros do exercício, que, com o saldo anterior, ascenderam a 78.543.331$47, depois das necessárias provisões e amortizações propomos a seguinte distribuição:

Fundo de Reserva Legal	25.200.000$00
Dividendos	6.000.000$00
Fundo de Reserva Especial	46.800.000$00
Saldo para conta nova	543.331$47
	78.543.331$47

Se a nossa proposta merecer a vossa aprovação ficarão os nossos Fundos de Reserva e Provisões elevados a 305.853.196$00 que, acrescidos ao Capital e ao Fundo de Flutuação de Valores, rondarão os 900.000.000$00.

Desejamos, por último, deixar aqui as nossas melhores saudações ao Conselho Fiscal pela sua prestimosa ajuda e, também, exprimir a nosa gratidão aos colaboradores e empregados.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1973.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João António dos Anjos Rocha — Presidente
António Carlos Ahrens Teixeira Esteves — Administrador - Delegado
Antero da Silva Resende
Arnaldo José Pereira Bastos
Carlos Alberto Vieira Serra Pereira
José Maria Caetano

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

ACTIVO

DISPONÍVEL			
Caixa		76 613$90	
Bancos		23 126 405$95	23 203 019$85
REALIZÁVEL			
Devedores	19 449 092$63		
Letras a Receber	46 028 128$90		
Transações em Curso	5 552 438$40		
Mercadorias	26 153 966$60	97 183 626$53	
CARTEIRA DE TÍTULOS			
Títulos de Fruição e Rendimento		1 231 336 347$90	1 328 519 974$43
IMOBILIZADO			
Gastos Plurienais	3 140 101$70		
Encargos Plurienais	21 619$20		
	3 161 720$90		
Amortizações	2 836 962$40	324 758$50	
Particip. Financeiras	2 555 554$00		
Contas em Participação	1 872 200$00	4 427 754$00	
Imóveis	2 233 450$70		
Equipamentos	2 377 268$20		
Veículos	1 015 402$80		
	5 626 121$70		
Amortizações	2 067 215$80	3 558 905$90	8 311 418$40
			1 360 034 412$68
CONTAS DE ORDEM			
Créditos Abertos Fornecedores		22 134 364$30	
Letras Descontadas		59 720 776$20	
Devedores em Litígio		18 007$10	
Devedores p/ Merc. Consignadas		3 720 522$60	
Cauções Estatutárias		350 000$00	
Devedores p/ Letras à Cobrança		939 665$50	
Devedores p/ Créditos Abertos		56 174$20	86 939 509$90
			1 446 973 922$58

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Torquato da Conceição Victor

PASSIVO

EXIGÍVEL			
A Curto Prazo			
Letras a Pagar	890 953$40		
Créditos p/ Financiamento	62 406 000$00		
Créditos Doc. a Liquidar	14 388 425$10		
Credores	12 708 435$83		
Encargos a Liquidar	9 561 235$80		99 955 050$13
A Longo Prazo			
Créditos p/ Financiamento	270 400 000$00		
Letras a Pagar	16 708 500$00		
Bancos c/ Empréstimo	95 687 862$48		
Créd. Doc. a Longo Prazo	744 870$80	383 541 233$28	483 496 283$41
NÃO EXIGÍVEL			
Provisões Diversas		5 000 000$00	
Flutuações de Valores		414 141 601$80	419 141 601$80
CAPITAL E RESERVAS			
Capital	150 000 000$00		
Reserva Legal	4 800 000$00		
Reserva Especial	224 053 196$00	378 853 196$00	
LUCROS E PERDAS			
Saldo do Exercício Anterior	562 303$02		
Resultado do Exercício	77 981 028$45	78 543 331$47	457 396 527$47
			1 360 034 412$68
CONTAS DE ORDEM			
Credores p/ Créditos Abertos		22 134 364$30	
Credores p/ Letras Descontadas		59 720 776$20	
Provisão p/ Dívidas Litigiosas		18 007$10	
Mercadorias Consignadas c/ Própria		3 720 522$60	
Credores p/ Cauções Estatutárias		350 000$00	
Letras à Cobrança		939 665$50	
Créditos Abertos Clientes		56 174$20	86 939 509$90
			1 446 973 922$58

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Anjos Rocha

Comundo

Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S. A. R. L.

SEDE: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 56 — LISBOA-2

CAPITAL: 150.000.000$00

RELATÓRIO E CONTAS DE 1972

DESENVOLVIMENTO DE LUCROS E PERDAS

DÉBITOS

Despesas Gerais e Encargos Financeiros	26 954 506$20	
Contribuições e Impostos	1 441 856$00	
Amortizações	632 085$70	
Provisões	200 000$00	29 228 447$90
Saldo		78 543 331$47
		107 771 779$37

CRÉDITOS

Resultados em Transacções, Mercadorias, Contas em Participação e Títulos	100 412 919$83	
Outras Receitas e Lucros	6 796 556$52	
Saldo do Exercício Anterior	562 303$02	107 771 779$37
		107 771 779$37

Lisboa, 31 de Dezembro de 1972.

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Torquato Fernando da Conceição Victor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

Têm Vossas Excelências para exame o Balancete do último exercício social.

A expressão das suas rubricas patenteia a correcta visão e criteriosa gestão dos negócios da Empresa. Verifica-se que houve também a preocupação de inserir grandes iniciativas, que são exclusivamente do âmbito do sector privado, no quadro do desenvolvimento global da economia da Nação — e que não pode deixar de merecer referência à parte, numa conjuntura, como a presente, em que o País se confronta com a integração de largos e evoluídos espaços económicos e essa confrontação se lhe coloca em termos de desafio de sobrevivência.

Do enunciado do fecho do exercício anterior, quanto a novos empreendimentos, tudo se cumpriu e está em curso, e este conselho foi chamado sempre a tomar conhecimento da planificação de futuras actividades para imediata e agradável avaliação da marcha da Sociedade.

Regular e cuidadosamente foram analisados os livros da contabilidade, sempre encontrados em boa ordem e nos moldes usuais, mantendo-se sem alteração os critérios de valor dos patrimónios.

Agradecemos as obsequiosas referências que nos dirigiu o Conselho de Administração.

Temos pois a honra de propor a V. Ex.as:

— Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1972.
— Que aproveis um louvor ao Conselho de Administração pela clarividência e mérito em que se houve na condução dos negócios da Sociedade.
— Que manifesteis o apreço da Sociedade aos seus empregados e colaboradores pela sua dedicação às tarefas que lhes foram confiadas.

Lisboa, 10 de Janeiro de 1973.

O CONSELHO FISCAL
General Bernardo Teago Mira Delgado
Dr. Henrique Queiroz Nazareth
General Ivo Ferreira

ACIDENTE FERROVIÁRIO EM VALADARES

DEZ FERIDOS SEM GRAVIDADE

PORTO — O acidente ferroviário que se registou na noite passada, na linha do Norte, não teve as consequências trágicas que a princípio se supôs. Os dez feridos, todos eles sem gravidade, seguiram para as suas residências, depois de tratados no Hospital de Santo António.

A obstrução da via dupla apenas durou 50 minutos, não afectando muito o tráfego pois a hora a que se verificou o acidente, a circulação ferroviária naquele local é mínima.

O acidente, cujas causas ainda não foram determinadas, verificou-se entre uma composição vinda de Coimbra e uma locomotiva proveniente de Esmoriz. Entretanto, os passageiros do comboio acidentado, seguiram no «foguete» que chagara de Lisboa, o qual sofreu um atraso de cerca de uma hora.

Uma criança várias vezes salva de morrer

De Carregal do Sal, ou mais propriamente da freguesia de Beijós, daquele concelho, é o pequenito António Jorge, que apesar de só contar dois anos de idade, já faz corpo de notícia em jornais de grande circulação. Vivaço e irrequieto, com a inconsciência que lhe dá a escassa idade, vai a caminho de bater um recorde inquietante: o de ser a criança que maior número de vezes teve de ser salva «in-extremis».

A primeira vez caiu a uma ribeira, e foi sua irmã, também pouco mais velha que ele, quem teve de o arrancar à morte. Agora, tentou tirar de dentro de um poço uma boneca que a irmã lá deixara cair e tanto se debruçou que mergulhou na fundura das águas. Não fora os gritos da irmã e a rápida intervenção de um vizinho, o sr. António Aristides Marques, electricista, e o António Jorge lá teria ficado. Aquele homem atirou-se à água, conseguindo, a muito custo, salvar a criança e salvar-se por sua vez, pois viu-se em dificuldades de que o tiraram duas mulheres que lhe estenderam uma vara.

UM LIVRO POLÉMICO

TEORIA GERAL DO ATRASO PORTUGUÊS

de

ALEXANDRE COELHO

À venda nas livrarias Preço 100$00

CLÍNICA DE DIAGNÓSTICOS
DR. FERNANDO TEIXEIRA

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM PERMANENTE
Rua Rodrigues Sampaio, 38-1.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
ENFERMAGEM GERAL E DE REABILITAÇÃO ESPECIALIZADA
PEDIATRIA — PARTOS
ASSISTÊNCIA MÉDICA
SERVIÇO PERMANENTE NA SEDE E DOMICILIÁRIO
DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS
Rua Rodrigues Sampaio, 30-C, 2.º Dt.º
Telefs. 55 55 27 - 55 55 61
SERVIÇO PERMANENTE INCLUINDO DOMINGOS E FERIADOS
SERVIÇO DE URGÊNCIA
COLHEITAS DOMICILIÁRIAS

Animatógrafo apresenta

estúdio

GRUPO D/18 ANOS

3.a SEMANA

Quem são os Camisardos? Porque lutam? Em nome de quê?

OS CAMISARDOS

(LES CAMISARDS)

um filme de RENÉ ALLIO

EASTMANCOLOR

DL/NACIONAL

MOTORISTAS DO PORTO DESCONTENTES COM O ACTUAL REGIME DE HORÁRIO DE TRABALHO

Os motoristas de Transportes Colectivos de Passageiros (Serviço Público) do distrito do Porto enviaram recentemente exposições ao respectivo sindicato e ao ministro das Corporações e Previdência Social, nas quais davam conta das suas pretensões e pediam para que lhes fosse feita justiça, muito especialmente no que se refere aos seus horários de trabalho.

. .Na segunda das referidas exposições, assinada por grande número de profissionais, os motoristas pediam **o pensamento intervencionista** do ministro das Corporações e Previdência Social.

. .O problema não é de agora. Desde há muito que os profissionais do volante vêm tentando solucioná-lo, mas a verdade é que até ao momento ainda não o conseguiram. O contrato de trabalho que os rege data de 4 de Novembro de 1968, embora em 29 de Dezembro de 1970 tivesse havido um aditamento, com diversas alterações, muito especialmente no que se refere ao pagamento do sétimo dia. Quanto à prestação de trabalho, as coisas continuam como antigamente.

. .De referir, entretanto, que a prestação do horário de trabalho, recentemente a vigorar, fora imposta pelos Ministérios das Corporações e Comunicações, no ano de 1968, depois de um acordo a nível internacional, especialmente para os transportes de carga e serviço público.

. .Perante problemas de tanta gravidade, impunha-se uma troca de impressões com o presidente do Sindicato Nacional dos Motoristas do Distrito do Porto, José Luís Oliveira.

— Não há dúvida de que tais sistemas de trabalho não servem a ninguém, na medida em que muitas vezes priva o profissional dos seus contactos familiares, não lhes permite descansar convenientemente e obriga-os a viver uma vida cheia de incertezas. É que o profissional, quando sai de casa, não sabe se vai trabalhar duas, dez ou mais horas. Ora, parece-me que isto não está certo e, no meu entender, tais sistemas de horários de trabalho só deveriam ser aplicados nas viagens de longo curso.

— Mas não há forma de resolver o problema?

— Só com a assinatura do novo contrato, que anda em negociações. Até agora não tem havido o entendimento que seria de desejar e não sei quando o conseguiremos.

F. P.

O caso do I.S.C.S.P.U.

Continuação da primeira pagina

Em 8 Outubro foi revogada a portaria que tinha nomeado o professor catedrático dr. Narana Sinai Coissoró, com o pretexto de que tal nomeação tinha sido ilegal por já não existirem as cadeiras de Serviço Social que lhe tinham sido confiadas. O prof. Coissoró recorreu da portaria para o Supremo Administrativo, que em acordão da 1.ª Secção, em 4 de Março de 1971 concluiu pela plena legalidade da criação dos cursos atingidos e consequentemente pela legalidade da nomeação do catedrático.

Em 1 de Abril de 1971, o Ministério Público, por instruções recebidas do Senhor ministro do Ultramar, recorreu deste acordão para o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Administrativo,que em 16 do corrente confirmou o acordão da 1.ª Secção.

Acerca do recurso interposto pelo Ministério Público contra o provimento dado ao recurso do dr. Coissoró, diz o Tribunal Pleno que «foi dado cumprimento aos preceitos legais já citados, tanto na abertura como no decorrer do concurso de provas públicas e na respectiva nomeação do concorrente aprovado, devendo salientar-se o amplo esclarecimento e informação do órgão da Administração que procedeu à nomeaçao pela citada portaria». E mais adiante acrescenta:

«E porque a nomeação do concorrente aprovado é um acto constitutivo de direitos carecendo de base legal o impugnado e transcrito despacho conjunto ministerial, publicado em 8 de Outubro do mesmo ano de 1969, de revogação da mencionada portaria (de nomeação) e tendo violado o disposto no artigo 18.º, n.º 2 da Lei Orgânica, conforme bem decidiu o acórdão da 1.º Secção, fazendo exacta interpretação e aplicação dos citados preceitos legais, pelo exposto (os juizes do Supremo) negam provimento ao recurso e confirmam o acordão recorrido».

Fábrica destruída pelo fogo

Um violento incêndio que deflagrou numa fábrica de estofos nos arredores de Lousada alarmou a população da vila. Os Bombeiros Voluntários locais tiveram de solicitar o auxílio da Corporação de Penafiel para poderem debelar o sinist.o. No entanto, a fábrica ficou destruída, salvando-se apenas a secção de carpintaria e os escritórios.

PRESENÇA

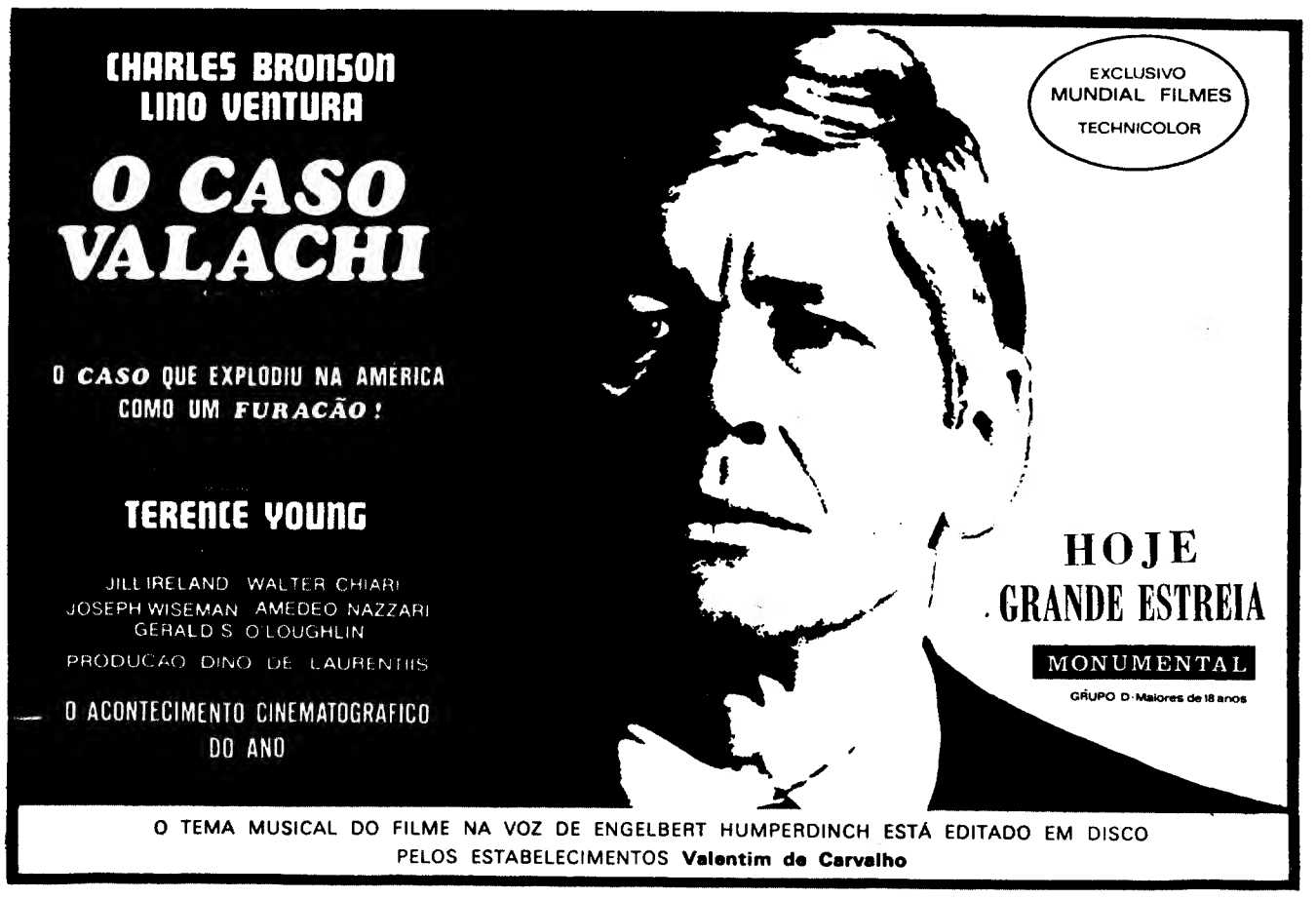
National NATIONAL National

NO STAND LICAR

Não deixe de ver esta exposição de televisores, onde mais uma vez, a insuperável técnica da National estará presente.

Aberta das 9 às 13 e das 15 às 24 h. até sábado, na Av. Casal Ribeiro, 48-A

Contamos consigo.



DL/GERAL

Estuda-se nos Açores a produção de electricidade a partir da actividade vulcânica

. Um plano de pesquisas de aproveitamentos geotérmicos na ilha de S. Miguel, nos Açores, deverá ser levado a cabo durante o IV Plano de Fomento — revela o relatório da Empresa Insular de Electricidade correspondente ao exercício de 1972. Embora a última erupção em S. Miguel se tenha verificado há mais de três séculos, a actividade vulcânica não se extingiu completamente. As sulfataras do vale das Furnas, mais conhecidas pela designação de caldeiras continuam a exalar vapores de água a elevadas temperaturas. As pesquisas que vão ser realizadas deverão levar à definição de um jazigo de vapores que permita a captação e turbinagem numa central. No caso destes estudos darem resultados positivos, a ilha de S. Miguel passaria a dispôr de uma fonte de energia abundante, a baixo preço.

A Empresa Insular de Electricidade concessionária da produção e distribuição de energia eléctrica nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria, efectuou em 1972 investimentos de valor superior a 60 mil contos. Foi ampliada a central térmica de Ponta Delgada, modernizada a rede de distribuição da capital do distrito, construídas cinco novas redes rurais.

Em relação ao ano anterior, o consumo de energia progrediu 16,4 por cento, a produção 7,9 por cento. Em 1972, foram produzidos 38,1 GWh, consumidos 31,3 GWh, correspondendo a diferênça a perdas na central e na rede.

A quase totalidade da energia produzida foi consumida em S. Miguel. O consumo em Santa Maria, embora esteja a aumentar, não foi além de 1,34 por cento da energia total consumida no distrito. As ilhas de S. Miguel e Santa Maria contavam, em 1970, uma população de 159 mil habitantes, distribuídos por 34 mil famílias. O ano passado, havia em S. Miguel 23.375 consumidores, 737 em Santa Maria, seja um total de 24.112 consumidores, o que evidencia a necessidade de incrementar a cobertura eléctrica do distrito. Continua a verificar-se um grande desnível entre as capitações nas zonas urbanas e nas zonas rurais: no concelho de Ponta Delgada, o consumo de energia por consumidor foi de 2.086 kWh, nos restantes concelhos de apenas 628 kWh. Por habitante, as capitações são muito mais baixas: 339 kwh em Ponta Delgada, 94 kwh nos restantes concelhos do distrito. Acrescente-se que o consumo do concelho de Ponta Delgada representa 75,9 por cento do consumo total da ilha de S. Miguel e ter-se-á uma ideia dos desequelíbrios que importa corrigir.

O consumo de alta tenção, 44,7 por cento do consumo total, progride mais rapidamente do que o consumo de baixa tensão. Em relação a 1971, o primeiro cresceu 25 por cento, o segundo 10,2 por cento. Esta evolução, que resulta da instalação de novas indústrias e da expansão das industrias existentes, é confirmada também pela análise da montanha de cargas. Em S. Miguel, as pontas da manhã e da tarde tendem a aproximar-se, o que traduz a importância crescente do consumo de energia para fins industriais. Ao contrário, em Santa Maria verifica-se somente a ponta da tarde, característica das redes em que é praticamente nulo o consumo para fins industriais.

Durante o ano passado, o estado de saturação do sistema produtor foi agravado pela anormal ausênsia de precipitações, que se reflectiram na baixa de produção hidráulica, e pelas suspensões de produção nas centrais de Fajã Redonda, Ponta Delgada, Praia e Túneis. A entrada em serviço, durante o ano, do quarto grupo da central térmica de Ponta Delgada terminou o estado de saturação que se verificava, ao mesmo tempo que acentuou a contribuição térmica para a produção global.

A fim de aumentar a capacidade do sistema produtor, encontra-se em estudo o aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira Quente, além do já referido plano de pesquisas de aproveitamentos geométricos.

A Empresa Insular de Electricidade, de que são associados a Companhia Portuguesa de Electricidade e o Banco Português do Atlântico, possui um capital de 60 mil contos. A conta de lucros e perdas correspondente ao último exercício apresenta um saldo positivo de 6.055 contos. O conselho de administração propõe que sejam aplicados para dividendo 4.650 contos. No caso da assembleia geral dos accionaistas, que reune no próximo dia 31, em Ponta Delgada, aprovar esta proposta, será distribuído um dividendo de 8 por cento por acção.

Tendo iniciado a sua actividade em 1970, a Empresa Insular de Electricidade completou em 31 de Dezembro o segundo ano completo de exploração. No entanto, ainda se encontra por definir o valor exacto das instalações que lhe foram cedidas pela Federação dos Municípios do distrito de Ponta Delgada.

Para cobertura dos investimentos efectuados em 1972, a empresa teve de recorrer à última chamada de capital, contraiu um empréstimo de 33 mil contos com o Banco de Fomento Nacional e solicitou um novo empréstimo de 25 mil contos ao Banco Português do Atlântico. O financiamento dos investimentos realizados, mais de 60 mil contos, será coberto também por obrigações convertíveis em acções, a lançar ainda no corrente ano.

Foi entregue o prêmio Ortigão Ramos

O prémio João Ortigão Ramos, criado para estimular a produção de filmes portugueses, foi ontem entregue ao filme «Uma Abelha na Chuva», de Fernando Lopes. A cerimónia foi muito concorrida, estando presentes os srs. dr. Caetano de Carvalho, director geral da Cultura Popular e Espectáculos, Vasco Morgado, presidente da União de Grémios dos Espectáculos e Fernando Fernandes, do Grémio das Empresas de cinema. Usaram da palavra Fernando Fernandes, que frisou a necessidade de proteger a indústria cinematográfica e do dr. Caetano de Carvalho, que, entre outras coisas, disse ser Fernando Lopes um cineasta **«probo, sério e estudioso»**. O sr. João Belo Ortigão Ramos, filho do patrono do prémio, agradeceu as referências feitas a seu pai.

Delegado do Governo

O comandante Olegário Baptista Borges foi exonerado do cargo de delegado do Governo junto da Aquitaine Moçambique — Companhia de Petróleos, S.A. R.L., por ter sido nomeado para uma comissão de serviço em Angola.

Sociedade Estoril-Sol

Presidida pelo prof. Manuel Cavaleiro Ferreira, secretariado pelos srs. tenente-coronel Almeida Andrade e José Teodoro dos Santos Telles, reuniu-se a Assembleia Geral Oridnária da Sociedade Estoril-Sol. A Assembleia discutiu e votou o relatório e contas da gerência de 1972, documentos que foram aprovados.

Foram, também, reeleitos os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para o triénio com início em 1 de Abril de 1973, bem como, para o mesmo prazo de tempo, a comissão a que se se refere o artigo 22 dos estatutos.

Cinquentenário da Liga dos Combatentes

Deu-se início às comemorações do 50.º aniversário da Liga dos Combatentes, quando, no passado dia 16 se inaugurou a nova sede do Nucleo de Tomar. No dia seguinte, uma representação dos membros da comissão central administrativa, chefiada pelo general Arnaldo Schulz, deslocou-se ao palácio de Belém, onde foi recebida em audiência pelo Chefe do Estado, a quem ofereceram a medalha comemorativa do seu meio século de existência.

Ontem, ao fim da tarde, na sede da Liga, o general Arnaldo Schulz, a companhado pelo coronel Amadeu Ferreira, da direcção central e coronel Themudo Barata, da comissão das comemorações, além de outras individualidades de destaque na Liga, receberam os orgãos Informação, a quem exposeram em pormenor o que irão ser os números comemorativos da significativa efeeméride.

Após algumas palavras de abertura, proferidas pelo presidente da comissão central, que lembrou as finalidades que presidiram à criação da Liga, falaram o coronel Amadeu Ferreira e o coronel Themudo Barata, o primeiro, para referir os principais numeros a realizar, enaltecendo o seu significado, e o segundo, para expor o que irá ser a Exposição Comemorativa dos 50 anos da Liga dos Combatentes.

Depois de ter lembrado que se comemorou, no dia 15, o Dia do Combatente, o coronel Amadeu Ferreira referiu que, entre as cerimónias programadas, se salientam um sarau de gala, a realizar no Teatro de S. Carlos, no mês de Outubro, um festival que terá por cenário o Coliseu dos Recreios e que se efectuará em Junho, a habitual tourada a favor da obra social da Liga, na Praça do Campo Pequeno, a emissão de um selo comemorativo, a já referida exposição (de que o coronel Themudo Barata falou depois), e o Concurso de Arte Fotográfica, ao qual se seguirá uma exposição dos trabalhos mais relevantes.

A esse certame fotográfico poderão concorrer todos os sócios da Liga, ou quantos reunam as condições para o ser, podendo cada concorrente apresentar o máximo de seis provas em cada um dos temas seguintes: tema livre, a preto e branco; tema militar, a preto e branco e colorido; e diapositivos a cores, não sendo cobrada qualquer taxa de inscrição.

HASTA PÚBLICA DA C. M. L.

A VENDA DE TERRENOS RENDEU 141 MIL CONTOS

Foram ontem postos em praça, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, 19 lotes de terreno municipal. A hasta pública, que abriu pouco depois das 10 horas, sob a presidência do dr. Rodrigues de Oliveira, funcionário superior do Município, teve regular concorrência. Os interessados na licitação eram a maioria.

Foram então postos em praça lotes de terreno com a seguinte localização: Rua João Bastos, na encosta da Ajuda, Rua Cidade de Benguela, em Olivais Sul, Avenida Estados Unidos da América, Avenida Dr. Mário Moutinho, no Restelo, Rua Tomás de Alcaide, Rua 3, às Alameda das Linhas de Torres, Rua João Ortigão Ramos Calçada de Palma de Baixo e Rua Avtriz Palmira Bastos, a Chelas.

A hasta pública encerrou às 13 e 30 e rendeu ao Município a soam de 141600 contos.

BANCO FONSECAS & BURNAY

S. A. R. L.

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1 — Mais uma vez, e agora esta em fim de mandato, os responsáveis pelo administrar diário do vosso Banco cumprem o dever de submeter ao vosso julgamento o Balanço e as Contas referentes ao exercício findo.
Este acto de prestar contas será, em muitos títulos, o mais agradável e o mais justo de quantos, instante a instante de cada ano, somos chamados a praticar: é que, desquitando-nos dessa obrigação, ao mesmo tempo exercemos o direito de repartir convosco as responsabilidades do governo de uma instituição que, embora vos pertença, mais do que ao vosso estará ao serviço de quantos nela trabalham e de todos os que nela confiam, entregando-lhe as suas poupanças ou solicitando-lhe apoio técnico e financeiro.

2 — Todos sabemos que um juizo correcto sobre o acerto de uma gestão exercida ao longo de determinado período requere o conhecimento prévio dos factores que, nesse mesmo lapso de tempo e independentemente da sua vontade, condicionaram as decisões da administração da empresa e afectaram os resultados do seu exercício anual.
Por isso, a introdução ao esclarecimento do Balanço e das Contas deveria, primeiro que tudo, conter a análise exaustiva de todos os aspectos, desde os políticos aos monetários que, caracterizando a conjuntura interna e internacional, directa ou indirectamente se repercutiram no exercício influenciado os seus resultados.
Acontece, porem, que os prazos fixados na lei para a apresentação das Contas e realização das Assembleias Gerais não permitem essa análise, mesmo quando — e é o caso do nosso Banco — as Assembleias Gerais são fixadas para data tão tardia quanto a lei o consente. Na verdade no momento em que somos forçados a redigir os relatórios, ignoramos dados estatísticos e outros indicadores, indispensáveis à simples determinação daqueles mesmos factos que deveriamos interpretar.
Depois, estamos com os olhos e com a inteligência tão perto de um passado em que participámos, que raro é ter-se tempo para ganhar altura que consinta o entendimento unitário e certo dos acontecimentos e, menos ainda, das suas perspectivas.
Ideal seria que, pelo menos às instituições bancárias, fosse dada a possibilidade de elaborar as suas considerações próprias só depois de terem tido tempo para conhecer o repositório de factos e meditar sobre os juizos de valor que se contêm nesse magnifico e, no Pais, impar documento que, sempre, é o Relatório Anual do Banco de Portugal.
Enquanto esse ideal não for atingivel, tudo nos aconselha a limitarmo-nos a notas e observações, feitas sobre reserva de correcção futura e, quanto possivel, circunscritas à pura descrição dos factos e situações que mais directamente tenham intervido no comportamento da actividade bancária.

I

ASPECTOS E FACTOS PRINCIPAIS OCORRIDOS NO MERCADO INTERNACIONAL EM 1972

3 — De quanto aconteceu nos mercados internacionais em 1972, o que mais directamente importa ao interesse português é, particularmente, ao funcionamento do sistema bancário nacional é redutível aos dois pontos seguintes

a) Termo das negociações e das formalidades nacionais e internacionais relativas ao novo arrumo e a uma diferente organização do espaço económico-político europeu;
b) Comportamento do sistema monetário internacional.

4 — Durante o ano findo, completou-se uma fase do processo de redistribuição económico-política dos espaços preferenciais em que se dividia e, aliás, continua a repartir-se o mercado europeu deixaram a Associação Europeia de Comércio Livre — E.F.T.A. — para aderirem, em pleno, à Comunidade Económica Europeia — Mercado Comum — a Inglaterra e a Dinamarca.
O Governo da Noruega pretendeu seguir o mesmo caminho mas a sua Nação rejeitou em plebiscito essa orientação. Mesmo assim, a Comunidade dos «Seis» passou a ser de «Nove» dado que, nela, ingressou a Irlanda, que não vira, até então, a sua economia integrada em qualquer dos dois grandes blocos europeus.
Mas a zona de influência do Mercado Comum não aumentou apenas e só por força da adesão dos três países referidos dado que, embora de modo diferente os restantes membros plenos da E.F.T.A., negociando acordos de comércio com a Comunidade Europeia, alargaram, também, a zona do Mercado Comum, passando a participar nele, ainda que, por modos «sui generis» e sempre condicionados, quer pelas caracteristicas e objectivos das suas economias, quer por imposição de outros e superiores interesses dessas Nações.
O Governo Português não poderia ter prosseguido um tipo de ligação diferente daquele por que optou através de árduas e complexas negociações que culminaram, também, na celebração de acordos de comércio com as Comunidades Europeias.

5 — Com o alargamento, em escalões diversos, da Comunidade Económica Europeia e a manutenção, amputada e desarticulada, da Associação Europeia de Comércio Livre, o mercado europeu continuou a subdividir-se em zonas caracterizadas, quanto ao seu exterior, por regimes preferenciais — embora de diferentes natureza e poder — e, quanto ao seu interior, por espaços comuns e livres, embora essa liberdade não seja perfeita, pois que, como vimos, ela é condicionada pela «tipicidade» das ligações acordadas entre o Mercado Comum e cada um dos países que constituiram a E.F.T.A.

6 — No plano das relações monetárias, o exercício findo processou-se sob a égide do acordo negociado entre as grandes potências e celebrado em Washington, a 18 de Dezembro de 1971.
Por não entendimento entre as altas partes contratantes sobre pontos base do assentamento de qualquer esquema válido de comércio internacional, o Acordo de Washington nasceu apenas e só para servir de ponte «provisória», mas considerada suficiente e segura, entre Breton Woods e um novo sistema monetário, a conceber e a pôr em funcionamento dentro de dois ou três anos.

7 — É certo que, no decurso do exercício findo e com grande incidência nos seus resultados, continuaram a verificar-se graves perturbações nos mercados da moeda e do ouro: a subida em flecha e sem precedentes deste metal, em Maio/Junho; a especulação contra a libra esterlina e, em consequência, a adopção, pelo Governo Britânico, de um regime de taxas flutuantes, nova vaga de especulação, desencadeada em Junho e Julho, tomando como pretexto a flutuação da libra e prebelecidas meses antes em Washington.

8 — No entanto, não menos verdade é que, embora ajudados pela coincidência feliz de factores conjunturais, os mecanismos do acordo monetário transitório puderam conter as crises de 1972 no limite da elasticidade própria desse mesmo acordo.
Por isso, no imediato seguimento da perturbação generalizada que dominou o período de 15 de Agosto de 1971 a 19 de Dezembro do mesmo ano, a instabilidade e agitação verificadas no ano findo foram consideradas como «quase normais» e 1972 foi, por muitos, entendido exemplo ou expressão da calma da vida monetária internacional possível nos tempos que vão correndo.
Bastou, no entanto, entrar o Janeiro de 1973 para que, ultrapassadas muitas variáveis dominantes da conjuntura do ano anterior, logo se consentisse que uma nova vaga de especulação ganhasse força bastante para ultrapassar a elasticidade do sistema de Washington, provocando a sua rotura e fazendo-o entrar em regime de perda.

9 — As referências feitas aos dois maiores acontecimentos ocorridos no mercado internacional durante o exercício findo confirmam, uma vez mais, que, nos caminhos da garantia da estabilidade, da cooperação económica efectiva da justa reciprocidade dos interesses, do aperfeiçoamento dos mecanismos do mercado — condições, estas, quer de subsistência quer de processo, mas todas indispensáveis ao desenvolvimento, seguro e são, do comércio internacional e das economias nacionais, fontes únicas de alimentação desse comércio — não só, em 1972, se não registou progresso como se consolidaram dúvidas velhas e nasceu razão de incertezas novas.

10 — A instabilidade começa a ganhar foros de constante do sistema da convivência internacional. E o pior é que os prejuizos enormes dela resultantes afectam relativamente mais os países em processo de desenvolvimento, aqueles mesmos que, em nome de uma tão apregoada cooperação económica, mais deviam ser amparados honestamente, favorecidos efectivamente.

11 — Esta situação daquele mundo de que precisamos e que não comandamos tem exercido e continuará a influenciar fortemente os comportamentos internos da economia portuguesa.

II

O MERCADO INTERNO

Evolução da Balança de Pagamentos

12 — Por motivos já referidos, ao procurar registar, aqui, o comportamento da Balança de Pagamentos do País, no exercício findo, tomaremos como ponto de partida o seguinte passo do Parecer n.º 44/X da Câmara Corporativa «. Todavia a avaliar pela evolução da Balança Cambial do mesmo Banco e atendendo à correlação verificada entre os saldos dessa Balança e os daquela Balança Geral de Pagamentos será de admitir a formação do novo e muito vultoso excedente em 1972.
Na verdade, entre os períodos de Janeiro a Setembro de 1971 e 1972, o superavit da mencionada Balança Cambial do Banco passava de 5645 para 7374 milhões de escudos».

13 — Sobre a Balança Geral de Pagamentos, mais não poderemos dizer, neste momento, do que supormos ter-se firmado e confirmado, durante o exercício findo, a tendência de crescimento dos seus saldos positivos.
Ao meditar sobre o volume e formação dos superavits da nossa Balança de Pagamentos, não será prudente ignorar a contribuição positiva e meramente conjuntural de algumas das suas componentes.
Esta reflexão reforça a preocupação com que olhamos o desequilibrio entre a produção e o consumo nacionais, expresso nos deficits da Balança Comercial, cuja taxa de crescimento poderá ser agravada, em futuro próximo, por virtude das maiores facilidades de concorrência no nosso mercado interno acordadas às agueridas produções dos países membros da Comunidade Europeia. Este agravamento só não se verificará se a produção nacional puder, simultâneamente, aumentar a sua participação na satisfação da procura interna e exportar mais, aproveitando intensamente as possibilidades novas que, em contrapartida, lhe foram asseguradas pelos acordos negociados com as Comunidades Europeias.

14 — A determinante dos deficits da Balança de Comércio — o desequilibrio em progressivo agravamento entre a procura e a oferta nacionais — está, também ,na génese do processo de inflação instalado na economia portuguesa e confere a este caracteristicas que, nitidamente, o diferenciam dos tipos de inflação que, persistentes, corroem as economias europeias altamente industrializadas e que, por estas, não foi dominada, confirmando o descrédito dos métodos de dirigismo técnico-político que, para o efeito, adoptaram

O Comércio Inter-territorial

15 — O esquema de trocas e, particularmente, o sistema de pagamentos entre os territórios integrantes do espaço económico português foi reformado no final de 1971 e visou tanto a liquidação, progressiva mas rápida, das ordens de pagamento emitidas pelas Provincias Ultramarinas sobre a Metrópole que não podiam ser cumpridas por falta de cabimento, como a não formação futura de novos «atrasados»

16 — No que toca o primeiro dos objectivos propostos, o caminho andado no ano findo traduz-se em resultados notáveis. A acção e o apoio financeiros conjugados do Estado e das instituições metropolitanas de crédito, públicas e privadas, tornou possivel o aumento para o dobro do capital do Fundo Monetário da Zona do Escudo e, ainda, o fornecimento, a prazo e a baixa taxa de juro, de vultosos recursos financeiros aos fundos cambiais de Angola e de Moçambique. Em consequência, as ordens de pagamento não cumpridas e que, em 31 de Dezembro de 1971, representavam, para Angola, 5194 milhares de contos e, para Moçambique, 4568 milhares de contos, viram-se, 10 meses depois, reduzidas a, apenas e respectivamente, 3388 e 2848 milhares de contos. Os números falam por si.

17 — Esta indispensável e brilhante operação, ainda que ponderada em todas as suas implicações e controlada quanto ao principal das suas incidências na liquidez do sistema bancário, além de ter conduzido necessàriamente a uma redistribuição interna de recursos, foi também fonte daquela abundância de meios monetários que, parece, terá sido característica da conjuntura de 1972.

18 — O segundo dos alvos a atingir pela política do Governo é a não acumulação de «novos atrasados».
Ninguém, consciente, poderá duvidar da linha certa em que se colocou o Governo quando definiu esta orientação que — e não podemos prestar-lhe maior homenagem — só não será dele na medida em que toda a Nação, d'Aquem e d'Além Mar, precisa de a considerar e de a viver como sua. Um país, um território, uma família, um individuo não podem sem a contrapartida fatal de dolorosas, quando não humilhantes e irreversiveis situações futuras, gastar mais do que ganham, acrescido do que possam pedir emprestado, sem risco de delapidação de quanto do seu património deva ser tido por inalienável.
A discussão à volta deste problema só pode, por isso, situar-se em termos dos processos a utilizar para o alcance de um objectivo certo.
Na primeira fase da contenção do desequilíbrio ultramarino, em matéria de pagamentos externos, o Governo decidiu actuar dominantemente sobre as importações, nomeadamente as compras de Angola e de Moçambique dentro do território nacional.
Este processo inicial provocou, já durante o exercício findo, uma contracção substancial nos fornecimentos do território europeu às restantes regiões do País: até fim de Novembro último e em relação a igual período do ano anterior, as vendas foram reduzidas em cerca de 1400 milhares de contos.
Não pode minimizar-se a delicadeza dos problemas postos por este corte brusco a muitos dos sectores da economia metropolitana. Mas, firmemente se espera também que, em consequência dos resultados positivos das medidas agora tomadas, vencida a situação de emergência, o Governo reajuste o esquema em vigor para o Comércio Inter-territorial de modo a assegurar, como é seu firme e declarado propósito, a realização efectiva e equilibrada de todos os interesses nacionais em causa.

Evolução do Mercado Monetário Português

19 — A nota dominante que terá caracterizado o ano de 1972, em termos de mercado monetário, terá sido, ao que parece e como dissemos já, a de uma abundante liquidez.
Com efeito, o aumento dos depósitos, que se continuou a registar a taxas elevadas na totalidade dos Institutos que compõem o sistema bancário, não foi integralmente absorvido pelo alargamento das Carteiras de Operações. Traduziu-se, por isso, não só em diminuição do volume dos refinanciamentos praticados pelo Banco Central, como em efectivo e concomitante acréscimo das Reservas de Caixa, mesmo depois dos respectivos mínimos terem sido elevados, já no último trimestre do ano.

20 — A análise, necessàriamente sucinta da situação, leva-nos a concluir que de um e de outro lado, do lado dos depósitos como do lado do crédito distribuido, factores houve que contribuiram para tão sensivel reforço da liquidez. O novo engrossamento das reservas de ouro e de divisas do Banco de Portugal, como reflexo de uma Balança de Pagamentos que continua a saldar-se com superavit e a liquidação de parte considerável das ordens de pagamento emitidas pelo Ultramar, terão estado na origem do caudal monetário que continuou a dirigir-se para as instituições bancárias.

21 — A procura de crédito, se, em termos globais, foi definida por maior expressão numérica, ficou, contudo, aquém das potencialidades quantitativas e sobretudo qualitativas da oferta, se, como supomos, foi mais intensa no sector do curto prazo que no do médio e longo prazo.

22 — Sejam quais forem as causas, é animador verificar o reforço da capacidade financeira do sistema, quando tão urgente se apresenta um decidido arranque no plano do investimento produtivo privado, a fazer, aliás e além do mais, na linha da acção de grande envergadura em que se lançou o Estado, no sector das infra-estruturas essenciais ao fomento, desde a instrução, à saúde, às grandes vias de comunicação.

23 — Isto, no entanto, não permite ignorar ou subavaliar o risco de distorções que não só poderão comprometer, em termos definitivos, essa mesma capacidade financeira, como aumentar a sua actual contribuição para a criação desordenada de meios monetários, reforçando, em consequência, a erosão inflacionária e comprometendo, por via dela, a validade de qualquer esforço de formação urgente de riqueza.

24 — Daí, nos parece termos entrado já numa conjuntura em que surge, indiscutivel, a necessidade, quer de uma efectiva selecção do crédito, quer de estímulos não-monetários ao investimento, quer, ainda, da revisão de algumas estruturas.

25 — É do consenso geral que o progressivo aumento dos depósitos a prazo detidos pela Banca Comercial lhe permite encarar, de maneira menos tradicional e mais útil, as solicitações de crédito ao investimento que lhe venham a ser feitas.
Para que isto possa acontecer, em termos de estabilidade e de segurança tanto para os Bancos como para os empresários, duas condições são indispensáveis :

a) garantia, à totalidade das Instituições Bancárias, dos meios necessários à resolução imediata de uma brusca, imprevisivel e temporária contracção dos seus depósitos, dado que, por diversas razões, nomeadamente a da sua dimensão relativa, essas instituições se não encontram, hoje, em situação de fácil dominio de crises conjunturais momentâneas mas particularmente adversas à liquidez,
b) aparecimento de projectos válidos em busca de financiamento.

Quando tanto se fala nas necessidades imperiosas de ajustar melhor a procura e a oferta no mercado interno e de aumentar a exportação, parece de estranhar a condição expressa na alínea b) — «aparecimento de projectos válidos em busca de financiamento». No entanto, esses **projectos válidos** não surgem com a frequência que as necessidades da economia nacional requerem.
Por outro lado, seria impraticável e duvidamos fosse vantajosa, a solução que atribuisse às Instituições Bancárias o dever de sistemàticamente promoverem a organização de Empresas, a elaboração de projectos e o financiamento de umas e outros.
De quanto dissemos, só valerá a pena reter que, a não aparecerem em quantidade suficiente projectos de investimento financiáveis, veremos sem duvida, insuflado o crédito a um consumo de prioridade discutível e que, de antemão, se sabe não poder ser satisfeito a preços estabilizados

26 — Confirmam a validade destas preocupações as medidas que, já no final do ano, foram introduzidas pelo Ministério das Finanças, quer quanto à elevação da taxa de desconto do Banco de Portugal, quer quanto à afectação de determinados tipos de crédito aos depósitos detidos pela Banca Comercial. Podem essas medidas não constituir o quadro completo das actuações necessárias, mas, nem por isso, podemos deixar de as registar e enaltecer, não só pela sua validade intrinseca como pela esperança de que se promulgará o mais que é mister decretar, para garantir o aproveitamento de todo o benefício que se contém na orientação superiormente adoptada.

27 — Outro acontecimento marcante no plano da evolução do mercado monetário português, em 1972, foi a alteração dos Estatutos do Banco de Fomento Nacional.
Embora a orientação legal da nosa estrutura bancária — a especialização jurídica das instituições — se tivesse, ainda, mantido, o Banco de Fomento Nacional, a par de outros privilégios de actuação em mercado, que já lhe tinham sido outorgados, passou a dispôr de novos meios que lhe permitirão, como se afirma na última proposta da Lei de Meios, «reforçar e diversificar a (sua) capacidade de intervenção (..) como instrumento de política de desenvolvimento económico».
Ficou ainda por definir o modo como a já mais que provada capacidade dos Bancos Comerciais portugueses para a recolha da poupança líquida se deverá articular com a vocação de financiadores de capital fixo, própria das Instituições Especializadas de Crédito, em geral, e do Banco de Fomento Nacional, em particular.
Só pela via dessa articulação se poderá situar, em plano realista, a compatibilidade de institutos orgânicamente distintos, mas actuantes no mesmo mercado.

Evolução do Mercado Financeiro Português

28 — As grandes linhas de tendência verificadas no último semestre de 1971, e já assinaladas no nosso Relatório referente a esse exercício, não se modificaram em 1972.
Quer isto dizer que nos mercados primário e secundário de acções se continuou a registar forte procura à qual correspondeu uma oferta que, embora crescente, não foi capaz — e seria impossível sê-lo — de absorver todas as solicitações.

29 — Neste plano, estamos perante um mercado que, pelas suas dimensões e pelo seu funcionamento, de modo algum reflecte, na sua plenitude, a realidade da economia portuguesa.
Isto explica, em parte, que nesse mercado se formem cotações dentro de um clima de extrema e injustificável elasticidade, proporcionando mais valias que nem de longe nem de perto traduzem, quer o efectivo progresso das empresas em causa, por mais capazes e idóneas que sejam, quer a realização de qualquer interesse nacional.
Deverá, na verdade, ser hiperbólica a curva descrita pela quantidade e pelo valor das transacções efectuadas em 1972.
A contribuir para a explicação dos acontecimentos ocorridos no sector dos títulos de rendimento variável, está todo um conjunto de deficiências a favorecer a avidez da especulação e o seu desnorteamento: deficiências na estrutura do mercado, na capacidade executiva e até, nalguns casos, financeira dos agentes intervenientes e os esquemas de funcionamento da Bolsa de Lisboa.
Todas estas deficiências, há muito verificadas e assinaladas, fizeram com que os mecanismos do mercado se deixassem ultrapassar por uma realidade nova, que se desejava, mas que não surgiu em termos sãos e harmónicos.

30 — A participação efectiva do pequeno aforro no crescimento económico do País é indispensável. Por isso se não discute a necessidade de abrir o mercado das acções às pequenas poupanças e de estimular, nelas, o gosto e o interese de serem «accionistas», correndo os riscos de perca e de ganho inerentes à Empresa privada.
No entanto, de tudo isto muito pouco tem acontecido no mercado português de títulos de rendimento variável. Medidas urgentes se requerem, que permitam acautelar o que de positivo se contabilize no caminho percorrido, mas que, ao mesmo tempo, cortem, ràpido e cerce, a possibilidade de, no futuro, se verificarem os mesmos gravissimos acidentes já ocorridos ao longo desse caminho. A imagem do lucro fácil, rápido, grande e certo que, para muitos portugueses, constitui a expressão fiel, única e ideal do nosso mercado de acções, é um entre os muitos e graves acidentes, já ocorridos.

31 — No decorrer do ano findo, o mercado de títulos de rendimento fixo continuou a ser negativamente influenciado pelas maiores remunerações imediatas concedidas pelo mercado das acções. Seria impossível que tal não acontecesse, dado que, a par das incompatibilidades já, há muito, geradas com o mercado monetário, mercê de uma estrutura de taxas que nem o protege nem o beneficia, os ganhos espectaculares propiciados pelas transacções de títulos de rendimento variável, não só chamaram a si muitas das disponibilidades que, tradicionalmente, se dirigiam para a compra de obrigações, como tomaram inaceitáveis os juros destas.

A manter-se esta situação, não se vê como se poderá solucionar em futuro próximo o problema do financiamento de certos investimentos, chave do processo de crescimento da economia, nomeadamente no domínio das infra-estruturas.

32 — Como inverter ou, pelo menos, dominar esta tendência?
No clima de hoje, estamos convencidos de que não bastará o ajustamento de taxas a estimular a participação do público na tomada das emissões destes títulos. Este ajustamento deverá, necessàriamente, ser acompanhado por outras medidas. Entre estas, atrevemo-nos a sugerir, além do mais pela rapidez dos seus resultados, o reforço e alargamento da figura de «investidor institucional».

33 — A revitalização do mercado secundário deste tipo de valores requer igualmente política adequada, pois que, sem ele, nunca alcançaremos, no mercado primário, os níveis indispensáveis, mas acabaremos, sim, por nos perder na contemplação inoperante de um mal que, aliás, os restantes países europeus se recusaram a considerar irremediável.

III

O BALANÇO E AS CONTAS

34 — Duas constantes fundamentais ou, melhor, dois objectivos têm norteado a Administração do Banco: o seu equadramento no sistema de crédito, como Banco tipicamente Comercial sem que, por isso, tenha de renunciar à sua tradicional função de charneira entre os mercados monetário e financeiro; o segundo objectivo visa a expansão na segurança.

35 — Pretendemos ser um Banco Comercial com forte posição no mercado financeiro. Nunca considerámos equivoca esta atitude. Bem ao contrário. Ela decorre, lógica, da natural, indestrutível e necessária interpenetração dos dois mercados do dinheiro, por um lado e, por outro, da firme convicção em que estamos de que, pelo menos no caso português, a especialização deverá agarrar-se muito mais à natureza dos depósitos e das operações activas do que à tabuleta indicadora da qualificação legal das diversas unidades do sistema nacional de crédito.

36 — Em concretização da atitude acima referida, o Banco necessitava e continua a precisar de alargar a sua rede de presença no mercado, pois que só assim poderá captar mais depósitos e vender mais serviços, uns e outros destinados tanto ao mercado monetário como ao financeiro.
No entanto, só em meados do exercício findo o Governo nos deu autorização para a abertura de novas Agências e Dependências bancárias, ficando a nossa rede de balcões enriquecida com 14 novas unidades, constituidas por 12 Agências e 2 Dependências Urbanas.
A nossa cobertura geográfica do território metropolitano passou, assim, a fazer-se, por 33 Agências, 13 Dependências e 5 Postos de Câmbios, que, com a Sede, respectivas Sucursais e Filial, totalizam 55 Balcões, o que, se está longe de nos colocar naquela posição relativa de presença no mercado a que julgamos ter direito, veio sem dúvida conferir-nos maior equilibrio de dimensão no contexto dos Bancos Comerciais portugueses.
A ausência de programação prévia e adequada, de que não somos responsáveis, dificultou a melhor gestão deste nosso crescimento e impôs-nos a adopção de algumas soluções de confessável improviso mas de fácil correcção futura.

37 — Embora já em pleno funcionamento e abertas dentro dos prazos legais, as novas Agências e Dependências só nos futuros exercícios permitirão reforço visível da nossa actividade. Daí que, em termos do Balanço e das Contas, agora sujeitos à vossa aprovação, a conquista desse importantíssimo instrumento de trabalho necessàriamente se traduza muito mais em despesa do que em ganho.

38 — O facto de só em meados do ano findo termos sido autorizados ao alargamento geográfico da nossa actuação não impediu que, ao longo dos últimos anos e, particularmente, no que acabou, tivessemos trabalhado com afinco e com êxito na progressiva e continua expansão do Banco, ao mesmo tempo que aperfeiçoávamos e difundiamos, junto do público, a imagem verdadeira desta Instituição.
O caminho andado e o progresso feito sem dúvida que, em muito, se devem à lucidez, à dinâmica, à preparação profissional de quantos trabalham nesta Casa, encontrem-se eles nos postos de decisão ou nos de pura execução dos serviços da frente e da retaguarda. Mas, esse progresso não se ficará devendo menos ao exemplar apoio que, sempre, recebemos do Banco Central.

39 — Dissemos, já, ser dominante, em nós, a expansão na segurança. Acrescentaremos, agora, que as caracteristicas deste Banco fazem com que, no caminhar diário para esse alvo, à segurança se conceda precedência sobre a expansão.
O Balanço e as Contas espelham, rubrica a rubrica, essa atitude, embora, como é natural, ela ressalte mais nitida no considerável reforço feito nas Contas de Provisão.
A este respeito, deverá dizer-se que a importância do montante consagrado a provisões só poderia medir-se, em termos de segurança, quando se esclareça — e só agora e aqui o podemos fazer — que, no decurso do exercício findo, a Administração procedeu à total reintegração de quanto já ultrapassava, para ela, a fase da incerteza e, por isso, em seu entender, virá a concretizar-se em prejuizo.
Uma vez conhecido o prudentissimo critério que adoptamos, quanto a reintegrações, uma só critica nos pode ser feita e é a da desnecessidade do reforço que, ao mesmo tempo, fizemos nas Contas de Provisão. Aceitamos que estas disponibilidades, em parte e sem o menor perigo, pudessem ser arrumadas em outro lugar do Balanço e com nome diferente. No entanto, o Conselho de Administração, ciente de que os enormes riscos próprios da actividade bancária se encontram, hoje, multiplicados por factores conjunturais de instabilidade, entendeu, de momento, mais prudente e mais consentâneo com o estilo de gestão do Banco, optar pela solução do reforço das provisões.

40 — As notas que fazemos a seguir irão esclarecer e comentar algumas das expressões numéricas que, no Balanço, indicam, em pormenor, o esforço feito ao longo do exercício findo e os seus resultados.

41 — Os depósitos que nos foram confiados pela nossa clientela, cujo numero, como se verifica no respectivo gráfico, continua a crescer, atingiram, no final do exercício, quase 11 milhões de contos. O seu crescimento ultrapassa 30% e, quanto ao grau de exigibilidade, a sua composição é a seguinte: 60% à ordem, cerca de 2% em pré-aviso e 38% a prazo. Continuou portanto a verificar-se o aumento do peso dos depósitos a prazo, que não representa tendência própria ou exclusiva deste Banco mas, sim, atitude geral, a enfrentar pelo sistema bancário.

42 — O activo total, subindo para além dos 40 milhões de contos, não traduz inteiramente o efectivo crescimento processado em 1972, uma vez que o acréscimo de 24% verificado no «Activo Sem Contas de Ordem» excede largamente os valores médios registados nos últimos exercícios.

43 — O activo disponível, não acompanhando embora a taxa de crescimento global, ultrapassa, com margem considerada segura mas não excessiva, os mínimos legais de liquidez. É oportuno relembrar que estes mínimos foram recentemente não só aumentados como alterados na sua composição.

44 — Por outro lado e na ponta final do exercício, verifica-se já uma evolução nos «depósitos noutras instituições de crédito» a marcar o início do ajustamento aos limites, legalmente definidos, para estas contas, a partir do fim do 1.º trimestre de 1973.

45 — As Contas de «Activo Realizável» representativas da dação de crédito revelam crescimento consentâneo com o do Activo Total já referido. A «Carteira Comercial» e os «Empréstimos a mais de um ano» apresentam variações de apreciável significado, especialmente esta última, cujo acréscimo é superior a 50%.

46 — O relevo da posição relativa que sempre pertenceu a esta Instituição, entre os tomadores de Títulos de Dívida Pública, é mais uma vez confirmado.

47 — A Carteira de Títulos foi, no decurso do exercício findo, objecto de consideráveis alterações, todas elas dirigidas à sua frutuosa conjugação com a actividade de Banco Comercial que, principalmente, somos. Assim, regista, já no exercício findo, o valor correspondente a 10% da primeira chamada de capital da Brisa — Auto-Estradas de Portugal, S.A.R.L. Estamos perante a participação activa do Banco na maior empreitada até hoje posta a concurso público pelo Governo Português. Está em causa a construção de uma infra-estrutura que pode e deve constituir novo e grande factor de estímulo ao desenvolvimento económico do País, tornando, ao mesmo tempo, natural e economicamente viável a correcção possível de algumas assimetrias regionais.

48 — Esta tomada de capital vai pôr à prova a capacidade do Banco, no mercado monetário como no financeiro, dentro e fora das fronteiras do País, abrindo-lhe perspectivas de dimensão, até esse momento insuspeitadas.

49 — Na continuidade da atitude de fundador, o Banco reforçou, no ano findo, a sua posição na Companhia de Diamantes de Angola, por compra da posição de um accionista estrangeiro e, em consequência, nacionalizou esse lote de acções.

50 — Porque falamos na Diamang, vem, ao correr do pensamento, referir que, ela e o Banco, promoveram a constituição, em Abril de 1972, de uma nova empresa, a Promática — Sociedade de Informática e de Organização de Empresas, S.A.R.L.
O Banco e a Companhia puseram, desde logo, ao serviço da Promática o capital humano e material de que dispunham nesse sector. E se, neste momento, todas as tarefas de informática dos promotores da nova Empresa são já realizadas por ela, esta solução vem abrir novas perspectivas, tornando possíveis e muito menos onerosas ambições velhas e necessidades cada vez mais prementes, quer do Banco quer da Diamang, no campo da informática.
O programa da Promática não se limita, no entanto, a responder às necessidades dos seus principais fundadores: a sua designação social define-lhe o destino, abrindo-a às empresas que, não tendo dimensão que justifique a montagem de um serviço próprio, dela se queiram servir.

BANCO FONSECAS & BURNAY

S. A. R. L.

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

51 — Se estivemos presentes e, com os demais componentes do sistema bancário, intensamente vivemos os problemas do mercado monetário, de igual modo participámos no mercado financeiro.
Presente na quase totalidade dos Sindicatos constituídos ao longo do ano para o lançamento, no País, quer de acções quer de obrigações; comparticipando pela primeira vez na sua história em grupos bancários internacionais que geriram emissões no mercado do euro-dollar; publicando e distribuindo pela sua clientela um boletim de informação dirigido ao melhor esclarecimento do investidor; prosseguindo na sua constante tarefa de formação e de aperfeiçoamento de quadros e de renovação dos processos, o Banco Fonsecas & Burnay manteve, em 1972 e como é seu hábito, intensa actividade no domínio das operações financeiras. Se nos é permitido quantificar um aspecto dessa actividade, lembraremos que, no exercício findo, as empresas emitiram obrigações no valor de 720 000 contos. No processo de lançamento dessas emissões, o Banco foi chefe de fila em três delas e co-chefe de fila nas restantes três.

52 — No decurso do exercício e no seguimento de orientação legal, efectuou-se a venda de alguns prédios não ocupados por instalações próprias. Ao mesmo tempo e na sequência da política de instalar, sempre que possível, em património seu as Agências e demais Serviços, foi possível adquirir durante o ano prédios e terrenos para construção de algumas das instalações definitivas, das quais destacaremos o prédio contíguo à nossa Filial do Porto na Avenida dos Aliados, a zona ocupada pela Dependência na Av. 5 de Outubro, em regime de propriedade horizontal, prédios para as instalações de Coimbra, Braga, Fundão e Pontinha e ainda terrenos na Amadora e Figueira de Castelo Rodrigo.

53 — A taxa de cobertura do custo do dinheiro pelos «Juros e Comissões a nosso favor» só em muito pouco variou em relação à do exercício anterior. Com efeito, a um acréscimo de «Juros e Comissões a nosso favor» de cerca de 27%, correspondeu um aumento de encargos para utilização de fundos de diversas origens da ordem dos 33%. A tendência mantém-se portanto. Não se pense que possa contribuir para a melhoria desta situação a recente modificação das taxas das operações activas, uma vez que esta é praticamente absorvida pela esterilização de disponibilidades por via da lei e, recentemente, determinada. Devemos tornar bem claro não estar, quanto a nós, em causa — bem ao contrário — a oportunidade e a justeza conjuntural desse congelamento de meios monetários. Ponderámos, só, que nenhuma contribuição as medidas em referência trouxeram para a solução do real e tão delicado problema da rentabilidade do investimento do sistema bancário.

54 — As «Despesas com o Pessoal», consideradas no seu conjunto, mostram aumentos que rondam os 30 000 contos. Este sector da despesa constitui, de longe, a maior preocupação da Administração do Banco. Se, por um lado, muito mais queríamos dar, distinguindo-os por imposição de justiça, a quantos pelas suas reais capacidades de inteligência, de trabalho e de dedicação, constituem as alavancas do progresso desta instituição, é, por outro lado, indispensável que o problema das despesas com os empregados se não apresente em termos de inviabilidade, quanto ao seu montante global. Se tal acontecesse, tudo se perderia. Para o próximo exercício, haverá, de qualquer modo, a contar com o acréscimo de despesa resultante da criação do órgão que passa a assegurar a Previdência dos empregados bancários, até aqui da responsabilidade das entidades patronais.

55 — As «Despesas Gerais», apesar dos esforços desenvolvidos para a sua contenção, mostram igualmente tendência crescente, fenómeno a que não são estranhas, por um lado a intensificação de actividade correspondente à expansão verificada, por outro a dispersão por vários edifícios das cidades de Lisboa e do Porto dos nossos Serviços de retaguarda e de apoio, com os consequentes problemas de ligações rápidas e oportunas. Temos, praticamente, assente a solução do problema, mas o começo dos seus resultados, como tudo o que se refere à construção, requer mais tempo do que desejávamos.

56 — As considerações feitas ao longo deste Relatório, e que foram desde os paroxismos da situação internacional até à fraquíssima rentabilidade dos capitais investidos na actividade bancária, face aos riscos por eles corridos, não nos permitem palavras de optimismo quanto aos futuros exercícios.
Estamos convencidos ser esta uma situação comum e própria de todo o sistema bancário. No âmbito dos poderes e das iniciativas de gestão permitidos por lei, todos lutamos contra a tendência, mas, ainda que sendo todos, essa tendência não poderá ser dominada, apenas e só, no plano dos poderes de decisão do sector bancário: parte das suas determinantes transcende-nos.
Apesar de tudo, continuaremos, com a mesma determinação, a fazer quanto estiver ao nosso alcance para aumentar a produtividade dos factores de produção de riqueza que nos foram confiados: o estudo de contínuos aperfeiçoamentos de estrutura, a efectiva actualidade dos processos de trabalho, a formação intensiva e reciclagem de quantos trabalham no Banco — todo este esforço prosseguirá aumentado e corrigido em tudo o que a experiência nos diga podermos fazer melhor.
57 — Na sequência da política de consolidação do Banco, concretizada nomeadamente no reforço das «Provisões» e nas «Amortizações», a Conta de «Lucros e Perdas» apresenta um saldo de Esc. 46 391 607$49.
Para este lucro de exercício, temos a honra de vos propor, Senhores Accionistas, a aplicação seguinte:

Para dividendo (cativo de impostos)	35 358 400$00
Para reforço de Provisões Diversas	11 033 207$49
	46 391 607$49

Merecendo esta proposta a aprovação da Assembleia Geral, o dividendo a distribuir por acção será de Esc. 440$00.

Senhores Accionistas

Terminámos o Relatório referente ao último exercício por vós julgado — o de 1971 — com as palavras seguintes:

«Os resultados que vos apresentamos traduzem parte de um esforço de todos os dias que só não sentimos pesado pelo contentamento de sabermos que valeu a pena ser feito.
Esse esforço não é só de quantos assinam este Relatório: ele é de cada um e de todos os que são, num só, o Banco.
Ao lembrarmos a presença e o apoio diários do Presidente do Conselho Geral, ao avaliarmos o interesse com que os membros do Conselho Fiscal e o seu ilustre Presidente acompanharam os negócios do Banco, ao medirmos a colaboração que nos foi dada pelos empregados — entre os quais se encontram invulgares dedicações e inteligências verdadeiramente superiores — temos a plena certeza de que, se à equipa de trabalho do Banco pudermos continuar a juntar a vossa confiança e o vosso estímulo, o exercício de 1972 haverá de constituir mais um grande passo no caminho do engrandecimento do vosso Banco».
Porque recebemos, então, a vossa total confiança e porque a equipa de trabalho do Banco continuou com a mesma unidade no pensamento e no querer e o mesmo entusiasmo e acerto, na diversidade do executar, podemos, agora, terminar este relatório dizendo-vos termos cumprido a promessa que vos fizemos, no ano passado: pelos resultados obtidos, pelo movimento conjugado de reintegrações não obrigatórias e de reforço das provisões e, sobretudo, pela criação de fontes certas de trabalho e de ganho futuros, podemos, de facto, dizer-vos que, tal como prometemos, 1972 constituiu um grande passo no caminho do engrandecimento do vosso Banco.
Como é natural, nunca pela nossa imaginação passou a hipótese de, fossem quais fossem as circunstâncias termos de nos apresentar diante de vós sem a consciência tranquila. Mas, em fim de mandato, quando vos devolvemos os comandos do Banco, fazêmo-lo de consciência contente.
O Senhor José Maciel Alves foi firme na sua decisão de se afastar do seu posto na Administração desta Casa, depois de para ele ter vivido 56 anos, de inteligência e de trabalho.
O Senhor José Maciel Alves abandonou a Administração mas nem o Banco nem cada um de nós se poderiar separar dele.
Em sua substituição e nos termos estatutários, o Conselho de Administração chamou o Senhor Dr. António Duarte Fernandes que, a acrescentar às suas invulgares qualidades pessoais e à sua preparação como Director do Banco, sempre demonstrou rara capacidade para imprimir ao seus actos e comunicar, a quantos com ele trabalham, todo o seu património humano.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Gonçalo da Cunha Sottomayor Corrêa d'Oliveira
Presidente

Pedro de Figueiredo
Presidente da Direcção

Mário Luís Santos Calleya
Eurico Macedo Ferreira Nunes
Abel Pinto Repolho Correia
António Duarte Fernandes
Fernando Correia Pessoa
Hermenegildo Augusto Parreira de Faria Blanc
D. Miguel Bernardo de Macedo de Bragança

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

ACTIVO

DISPONIVEL E REALIZÁVEL			
Caixa e Depósito no Banco de Portugal	1 768 065 952$40		
Depósitos noutras Instituições de Crédito	765 766 855$38		
Promissórias de Fomento Nacional	187 000 000$00	2 720 832 807$78	
Correspondentes no Estrangeiro	182 505 086$10		
Ouro, Moedas e Notas Diversas	15 222 834$20		
Carteira de Títulos e Cupões	1 534 477 609$30		
Carteira Comercial	5 864 438 193$27		
Letras sobre o Estrangeiro	183 734 937$59		
Correspondentes no País	12 458 586$61		
Empréstimos e Contas Correntes Caucionados	652 562 535$09		
Devedores e Credores	612 442 311$85		
Empréstimos a mais de um ano	568 850 642$37		
Outros Valores Realizáveis	360 416$06	9 627 053 154$44	12 347 885 962$22
IMOBILIZADO			
Participações Financeiras		77 772 445$30	
Despesas de Constituição e de Instalação			
Custo	104 634 515$85		
Amortização	91 113 731$95	13 520 783$90	
Mobiliário e Material			
Custo	51 466 296$30		
Amortização	28 047 528$30	23 418 768$00	
Imóveis			
Custo	189 481 801$55		
Amortização	41 899 989$26	147 581 812$29	
Outros Valores Imobilizados			
Custo		3 610 010$00	265 903 816$49
OUTRAS CONTAS DO ACTIVO			
Contas Transitórias e de Regularização		579 052 090$92	579 052 090$92
			13 192 841 872$63
CONTAS DE ORDEM			
Valores de Conta Alheia		4 382 598 604$27	
Valores Recebidos em Caução		4 169 997 998$59	
Devedores por Garantias e Avales Prestados	3 587 087 235$98		
Devedores por Aceites	3 983 780 946$27		
Devedores por Créditos Abertos	241 415 444$50	7 812 283 626$75	
Outras Contas de Ordem		10 588 142 495$43	26 953 022 725$04
			40 145 864 597$67

O Chefe da Contabilidade

PASSIVO

EXIGÍVEL			
Depósitos à Ordem — Moeda Nacional	6 537 873 379$45		
Depósitos à Ordem — Moeda Estrangeira	24 616 878$80		
Depósitos com Pré-Aviso — Moeda Nacional	119 492 556$78		
Depósitos a Prazo — Moeda Nacional	4 159 100 026$65	10 841 082 841$68	
Cheques e Ordens a Pagar	75 001 078$80		
Exigibilidades Diversas	10 597 393$85		
Correspondentes no País	5 825 007$02		
Correspondentes no Estrangeiro	6 736 292$90		
Empréstimos e Contas Correntes Caucionados	56 232 502$71		
Devedores e Credores	689 434 771$20	843 827 046$48	11 684 909 888$16
NÃO EXIGÍVEL			
Contas Transitórias e de Regularização		53 555 802$74	
Mais-Valia da Carteira de Títulos		214 364 574$24	
Provisões Diversas		193 620 000$00	461 540 376$98
CAPITAL E RESERVAS			
Capital		321 440 000$00	
Fundo de Reserva Legal		492 900 000$00	
Reserva de Reavaliação		68 569 662$87	
Outros Fundos de Reserva		116 990 337$13	1 000 000 000$00
RESULTADOS			
Lucros e Perdas			
Resultados do exercício			46 391 607$49
			13 192 841 872$63
CONTAS DE ORDEM			
Credores por Valores de Conta Alheia		4 382 598 604$27	
Credores por Valores Recebidos em Caução		4 169 997 998$59	
Garantias e Avales Prestados	3 587 087 235$98		
Aceites	3 983 780 946$27		
Créditos Abertos	241 415 444$50	7 812 283 626$75	
Outras Contas de Ordem		10 588 142 495$43	26 953 022 725$04
			40 145 864 597$67

O Conselho de Administração

CONTA DE LUCROS E PERDAS

DÉBITO

Juros e comissões a nosso cargo		303 823 856$08	
Contribuições e impostos		14 670 242$90	
Despesas com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	11 587 099$70		
Remunerações dos empregados	164 287 937$50		
Encargos sociais obrigatórios	18 622 920$60		
Outros encargos	7 240 179$53	201 738 137$33	
Despesas gerais			
Publicidade	5 492 135$50		
Conservação de instalações, mobiliário e material	2 066 859$10		
Outras despesas	57 134 941$44	65 693 937$34	
Encargos diversos		1 728 393$90	
Provisões e amortizações			
Dotações para provisões diversas	53 465 971$58		
Dotações para contas de amortização	16 864 595$70	70 330 567$28	657 985 186$83
Saldo			46 391 607$49
			704 376 774$32

CRÉDITO

Juros e comissões a nosso favor	563 105 109$22	
Resultados em operações cambiais e sobre títulos	61 003 154$03	
Rendimento de títulos de crédito	48 605 480$59	
Outros rendimentos, receitas e lucros	31 663 050$38	704 376 774$32
		704 376 774$32

Senhores Accionistas,

No desempenho do mandato que, legal e estatutariamente lhe é conferido, o Conselho Fiscal vem submeter à vossa apreciação o seu Relatório e Parecer sobre o Balanço e Contas referentes ao último exercício.
Pela análise atenta das considerações que, no seu conjunto, constituem o notável documento que é o relatório do Conselho de Administração, fácil se torna acompanhar a significativa expansão do nosso Banco durante 1972.
Dos condicionalismos que, tanto no mercado interno como no externo, impenderam sobre a actividade desta Instituição, parece-nos digno de especial menção a sua contínua e acelerada participação nas principais operações financeiras do País, lapidarmente salientada no referido Relatório.
Alargados que foram os limites geográficos da nossa presença no mercado, pela abertura de novas Agências e Dependências urbanas, vê-se assim concretizada uma aspiração de alguns anos, a qual veio abrir novas perspectivas à expansão do Banco.

O aumento verificado nos depósitos é outro índice revelador do seu crescimento, o qual nos regozija verificar que se processa dentro de uma dinâmica segura, bem patente no elevado montante consagrado a provisões.

De acordo com as atribuições que nos vêm sendo conferidas durante o mandato que ora termina, examinámos periódica e regularmente todos os elementos contabilísticos — saldos e valores incluídos — podendo concluir pelo são critério valorimétrico adoptado em relação a uns e pela exactidão dos outros, que sempre encontrámos na mais perfeita ordem e no estrito cumprimento do que a lei determina.
Associamo-nos com a mais emocionada sinceridade às palavras que o Conselho de Administração dirige ao Senhor José Maciel Alves, o qual, durante cerca de meio século, tão dedicadamente se votou ao crescimento do nosso Banco e dirigimos um aceno de muita simpatia e fundada esperança na sua actuação ao Senhor Dr. António Duarte Fernandes, em boa hora chamado a colaborar com aqueles sobre quem impende a pesada tarefa de definir e orientar os destinos desta Instituição.

As últimas palavras são de reconhecimento para o Conselho de Administração que ora cessa as suas funções, manifestando-lhe a maior gratidão pela forma como geriu os negócios do nosso Banco, gerência que, ao longo dos exercícios, ficou bem patente nos Relatórios apresentados, culminando com o deste ano, que é a confirmação do que acabamos de dizer.

Lembramos aos Senhores Accionistas que, nos termos estatutários, todos os elementos dos Orgãos Sociais que agora findam o seu mandato são reelegíveis.

Concluindo, temos a honra de propor:

1.° Que aproveis o Relatório e Contas do Conselho de Administração,
2.° Que aproveis a proposta de aplicação dos lucros líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
3.° Que aproveis um voto de muito merecido louvor ao Conselho de Administração pela sua dedicada, inteligente e dinâmica actuação;
4.° Que aproveis um voto de louvor ao Director-Geral, Directores e todos os demais funcionários pela sua dedicada colaboração,
5.° Que procedais à eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Presidente do Conselho Geral, de todos os Corpos Gerentes e da Comissão a que se refere o art.° 16.° dos Estatutos.

Lisboa, 7 de Março de 1973.

O CONSELHO FISCAL

António Calheiros Lopes
Presidente

António Alves de Carvalho Fernandes
Carlos Meleiro de Sousa
João Bello de Ortigão Ramos
Manuel Carlos de Viveiros Avides Moreira

O Relatório, o Balanço e as Contas transcritos foram apresentados e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Março de 1973. O dividendo, de 11 %, cativo dos respectivos impostos, estará a pagamento na Sede, Filial, Sucursais, Agências e Dependências a partir de 2 de Abril próximo.

DL/NACIONAL

A Assembleia Geral do Banco Comercial de Angola

"Investir não deve significar apenas mais riqueza, mas também e sobretudo mais fácil acesso a essa riqueza" — acentuou o Prof. Dr. Gonçalves de Proença, Vice-Presidente do Conselho de Administração, no seu discurso

Sob a presidência do dr. Carlos Moreira Rato, secretariado pelos srs. Manuel António da Mota e Alberto Seabra da Costa, e com a presença de grande número de accionistas realizou-se nas instalações da sede administrativa do Banco Comercial de Angola, em Lisboa, a anunciada assembleia geral ordinária com a seguinte ordem do dia: 1.º — discutir, aprovar ou modificar o relatório, balanço e contas do exercício de 1972, o parecer do Conselho Fiscal e mais documentos referidos no art.º 189 do Código Comercial; 2.º — dar cumprimento ao preceituado nos art.ºs 14 e 23.º dos Estatutos.

Estiveram presentes à assembleia por parte do Conselho de Administração os senhores Arthur Cupertino de Miranda e prof. dr. Gonçalves de Proença, respectivamente presidente e vice-presidente; os dr. Manoel Vinhas, dr. Mário Pereira Pinto e sr. Douglas John Band.

Em representação do Conselho Fiscal encontravam-se os dr. Vasco Taborda Ferreira, eng.º Carlos Marques de Sousa e dr. José dos Santos Mota.

A abrir os trabalhos o dr. Carlos Moreira Rato depois de, em nome da Mesa da Assembleia Geral, ter cumprimentado o Conselho de Administração na pessoa do seu presidente, o sr. Arthur Cupertino de Miranda, o Conselho Fiscal e a Assembleia de accionistas, e após ter p.ocedido à leitura da ordem dos trabalhos, concedeu a palavra aquele eminente banqueiro que em breve mas significativo improviso formulou algumas oportunas considerações.

As palavras de saudação do banqueiro Arthur Cupertino de Miranda

As referências iniciais do presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial de Angola foram para a Mesa da Assembleia Geral e para o seu presidente a quem saudou vivamente como «símbolo de unidade, da boa harmonia e da grandeza da instituição prestigiosa e progressiva a cujo Conselho de Administração tinha a honra de presidir».

Reportando-se ao Conselho Fiscal, o sr. Cupertino de Miranda enalteceu a importante função deste órgão social agradecendo toda a sua colaboração na actividade de mais um ano de gerência.

E dirigindo-se aos accionistas presentes, o fundador do Banco Comercial de Angola manifestou a sua mais viva satisfação por poder apresentar «resultados tão expressivos a comprovar a oportunidade da política gestora que tem vindo a ser executada e garantindo um progresso institucional a significar não só vantagens para os accionistas mas, essencialmente e o que é mais importante, a comprovar o desenvolvimento económico, financeiro e social das terras portuguesas do Ultramar».

O sr. Cupertino de Miranda, depois de ter referido algumas premissas de ordem económica e financeira, anunciou à Assembleia que o estudo de tais matérias iria ser amplo e minuciosamente exposto pelo prof. dr. Gonçalves de Proença, cujas qualidades, mérito profissional e inteligência realçou.

O discurso do Prof. Doutor Gonçalves de Proença

Usou seguidamente da palavra o vice-presidente do Banco Comercial de Angola, Prof. Doutor Gonçalves de Proença, que no seu discurso, e depois de saudar o presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a assembleia de accionistas, pôs em evidência os aspectos mais importantes da economia ultramarina portuguesa e a participação do Banco Comercial de Angola nesse processo, referindo ainda as implicações que na economia portuguesa podem ter os efeitos da actual crise monetária internacional.

A propósito e começando por debruçar-se sobre a crise monetária internacional e as implicações, o Prof. Gonçalves de Proença afirmou: «As relações económicas mundiais foram durante 1972 profundamente afectadas pelos desajustamentos registados no sistema monetário mundial.

Os acordos de Bretton Woods cujo rígido condicionalismo corresponde a um retrato determinado das correntes financeiras internacionais, se tiveram a virtude de impulsionar o comércio mundial a cumes imprevisíveis, tiveram igualmente o defeito de não ter criado os instrumentos necessários para uma política de adaptação contínua à evolução que as balanças de pagamentos sofreram.

Dois factores foram primaciais para que a situação se deteriorasse. Por um lado, as correntes financeiras internacionais atingiram proporção desmesurada em relação à liquidez internacional. Por outro, o défice persistente da balança de pagamentos norte-americana — cujas causas são bem conhecidas — colocou na mão de especuladores uma imensa massa de dólares sobre-avaliada em relação às moedas fortes — o marco e o iene.

Do desenvolvimento dessa especulação aliado à falta de liquidez suficiente para lhe fazer face, resultaram as desvalorizações que o dólar sofreu em 1972 e já no corrente ano.

Continua a actuar-se sem uma verdadeira sistematização da estrutura global, mas a agir parcelarmente na procura de uma estabilização que poderá proporcionar no futuro um novo acordo com a flexibilidade e adaptação à evolução que o de Bretton Woods não possuia.

A flutuação de algumas moedas do C.E.E. vai causar recuos sensíveis nos resultados já obtidos nesta Comunidade e vantagens apreciáveis na colocação de exportações americanas na Europa.

A desvalorização do dólar poderá igualmente criar novas dificuldades por exemplo ao Acordo Internacional do Café que ainda não conseguiu suprir as que resultaram da anterior desvalorização.

Angola é especialmente afectada — e até o pode ser num sentido positivo — pela falta de continuidade desse acordo que torna muito mais indefinido o futuro duma mercadoria tão essencial para o equilíbrio económico e cambial desse Estado.»

«A «verdade revelada» das economias ultramarinas portuguesas é de tal maneira portentosa que só por si dá sentido à palavra de ordem de investimento na sua dimensão mais expressiva»

Circunscrevendo a sua análise à perspectiva nacional dos fenómenos atrás expostos, o vice-presidente do Banco Comercial de Angola prosseguiu: «Passando da perspectiva mundial para a perspectiva nacional se quisessemos sintetizar os parâmetros que durante 1972 dominaram todo o contexto socio-económico dos espaços financeiros onde o B. C. A. desenvolveu a sua actividade, poderíamos dizer que tais parâmetros se identificaram, na intenção ou na concretização, por três termos fundamentais, correspondentes a outras tantas forças económicas: investir, poupar, dimensionar na diversificação.

Investir, foi de facto a palavra de ordem que as necessidades mais prementes fizeram ouvir nos horizontes africanos de Angola e Moçambique durante o ano transacto. E porquê?

Presentes no apelo, razões económicas, razões financeiras e razões sociais.

Economicamente ninguém ignora as imensas potencialidades com que os maiores territórios ultramarinos portugueses continuam a desafiar a iniciativa e capacidade de acção dos homens. Tão grandes que a mais ambiciosa das imaginações e a vontade mais afoita não conseguem abarcar por inteiro. Acresce que parte muito significativa dessas potencialidades permanece oculta nas entranhas da terra ou do mar à espera do furo, da picareta ou da iniciativa que as revele: É o petróleo, que aflorando já com abundância, embebe certamente outras e importantes camadas do subsolo angolano (e porque não moçambicano?); são os minérios ferrosos que têm constituído grande riqueza à vista e existem seguramente em igual proporção às ocultas a Ocidente e a Oriente; são as ocorrências quimberlíticas que brilham nos diamantes extraídos e a haver; são os jazigos de fosfatos e potássios já revelados em terra angolana e à espera de exploração condigna, a par de outros menos conhecidos de cobre, enxofre, mármores; são os carvões e as pegmatites de Moatize e da Zambézia, na costa oriental; são as manifestações conhecidas e pressentidas de cassiterite, diatomite, fluorite, ilmenite, zircão, urânio, grafite, manganês e terras raras, que por toda a extensão moçambicana se oferecem; é a riqueza piscatória que por toda a parte se agita no azul Atlântico ou Índico. Que sabemos nós?...

Seja, porém, o que for que o futuro nos mostre, «a verdade revelada» das economias ultramarinas portuguesas é já de tal maneira portentosa que só por si dá sentido e plenitude à palavra de ordem de investimento na sua dimensão mais expressiva.

«O ano de 1972 foi no Ultramar português um ano voltado para o investimento»

Prosseguindo nas suas considerações acerca das potencialidades do Ultramar português, o Prof. Gonçalves de Proença acentuou: «Pense-se ainda nas riquezas ávidas de investimento que representam, na agricultura, as culturas do café, do algodão, do sizal, das oleaginosas, das madeiras, do caju, do chá, das frutas tropicais, (designadamente, as bananas), do açúcar, da copra, das gamíneas; na pecuária, os prados sem limite das «terras do fim-do-mundo» em Angola e ao Sul do Save em Moçambique; nas pescas, a variedade das espécies no mar angolano e dos crustáceos na costa moçambicana; no turismo, a riqueza de folclore, da história, das gentes, da caça...

Os números e os factos são conhecidos e aliciantes no que dão e no que oferecem. Mas todos nós sabemos que eles podem ser multiplicados várias vezes se os investimentos acorrerem na proporção desejada e necessária.

O que se impõe, então, para que tal aconteça e não se diga mais tarde que tivémos ao alcance da mão riqueza que não soubemos ou pudemos aproveitar?

Antes de mais, confiança em nós próprios e no destino das coisas e das gentes. Confiança que não deverá ser apenas individual, mas principalmente colectiva e recíproca. Dos que estão lá, nos que aqui e lá governam; dos que estão cá, nos que lá trabalham e lutam, sem distinção de raças, cor ou religião.

Tal confiança global será a melhor garantia para o investimento desejado, quer este se procure no mercado financeiro interno quer se alicie nos mercados externos.

A segunda condição de viabilidade para o investimento é o prosseguimento em escala cada vez maior, das infra-estruturas que servem de suporte à economia, nas comunicações, na educação, na produção de energia, na saúde e na cobertura social. É o investimento da colectividade a possibilitar ou a potenciar os investimentos empresariais. E Cambambe, Cabora-Bassa, Massingir; São os aeroportos, os caminhos de ferro, as estradas, os portos de mar; São as escolas, os hospitais e os apetrechamentos sociais».

E o orador prosseguiu: «Mas condição de viabilidade para o investimento é ainda o aperfeiçoamento das estruturas financeiras e a criação de melhores condições para o seu funcionamento. Tudo o que permita uma maior capacidade de mobilização dos capitais disponíveis, internos e externos, e sua canalização pelos meios adequados até às fontes de produção. Aperfeiçoamento, em suma, dos meios de captação das poupanças; do funcionamento das instituições especiais de crédito; dos instrumentos operacionais no médio e longo prazo; da elaboração e lançamento dos projectos; das garantias e coberturas estaduais. Daí, designadamente a esperança com que se encara a maior capacidade de intervenção que aos Bancos Comerciais certamente irão conferir os Departamentos Financeiros a criar em Angola e Moçambique, completando a notabilíssima obra de investimento realizada no passado pela Banca Comercial não obstante os escassos meios de que dispunha e sem a qual certamente o desenvolvimento alcançado por tais territórios não teria sido possível. Daí também a confiança com que se encara a intensificação da colaboração prestada pelos institutos especiais de crédito já em funcionamento nas linhas do investimento mais longo.

Recolhendo e aperfeiçoando as bases de tais estruturas também por isso o ano de 1972 foi no Ultramar português um ano voltado para o investimento».

São conhecidas as dificuldades inerentes às balanças comerciais e de pagamentos dos Estados Portugueses de África

Acima dissemos, todavia, que a palavra de ordem em tal sentido soou no ano transacto por imperativos não apenas económicos de riqueza a explorar, mas também por imperativos estritamente financeiros.

E aqui tem presença toda a complexa problemática suscitada pelo sistema de pagamentos interterritoriais.

São conhecidas as dificuldades financeiras com que se debatem as balanças comerciais e de pagamentos dos Estados portugueses de África, na busca do equilíbrio saudável entre as disponibilidades e as necessidades de meios de pagamento ao exterior. Conhecidos são também os remédios para tais desequilíbrios: restrições nas importações, incremento das exportações e fomento da produção.

Ora, só é possível incrementar as exportações e fomentar a produção aumentando os investimentos.

Razão do interesse crescente com que o mercado de capitais passou a ser encarado e do volume notável dos pedidos de autorizações de investimento que só em Angola, nos primeiros sete meses do ano, ultrapassaram o valor de 1,1 milhão de contos, número consideravelmente superior ao de 1971, como também sucedeu quanto ao capital investido na instalação e alteração de indústrias já existentes.

Como é evidente, o clima proteccionista proporcionado pelas restrições às importações não é estranho a tais movimentos.

Tudo está em saber se os investimentos realizados estão de facto a ser canalizados no melhor sentido e com maior rentabilidade.

Um resultado positivo, pelo menos, parece já ter sido alcançado: A balança de pagamento de Angola passou a «superavitária» e a balança homóloga de Moçambique registou o menor défice da última década, embora num e noutro caso tal resultado seja, ainda, mais fruto das restrições nas importações do que do incremento das exportações.»

E acrescentou o Prof. Gonçalves de Proença: «A palavra de ordem continua, portanto, a ser — investir.

Até porque, e assim nos surge a razão social que tal impõe, sem esse investimento não poderá elevar-se o nível de vida das populações nem acelerar o seu acesso às fontes de civilização. Só produzindo mais e mais barato os consumos se expandem e o bem-estar se eleva, mau grado as limitações do comércio exterior. Também essa será a única e válida arma contra a inflação que os desequilíbrios financeiros alimentam em detrimento do poder de compra das classes mais débeis.

Investir não deve significar, por isso, apenas mais riqueza, mas também e sobretudo mais fácil acesso a essa riqueza».

«B. C. A., pioneiro na intervenção comercial em Angola, prepara-se para renovar esse pendor em S. Tomé e Príncipe, em Macau e noutras paragens mais da terra portuguesa.»

Mais à frente, o Vice-Presidente do Banco Comercial de Angola passou a analisar o contributo daquela instituição de crédito para a política de investimento atrás referida: «Do

DL/NACIONAL

A Assembleia Geral do Banco Comercial de Angola

geral ao concreto e do genérico ao individualizado, justificado fica, no contexto das presentes considerações, que a nossa atenção se detenha por um momento no motivo que aqui nos congregou.

Em que medida contribuiu o Banco Comercial de Angola em 1972 para o êxito da política de investimento que com tanto relevo se impõe seguir nas terras portuguesas de Africa?

Os números falam por si, na qualidade e na quantidade da intervenção, se relembrarmos que o nosso Banco é responsável por cerca de 40% de todo o crédito distribuído pela banca comercial angolana, o qual expresso genericamente correspondeu, em 1972, a 23 465 143 contos, ou seja mais 27% do que no ano transacto e se acentuarmos que a relação entre o total do crédito concedido e o total dos depósitos rondou sempre médias saudáveis entre 80% e 90%.

Se a tais números acrescentarmos a criteriosa e bem conhecida política de selecção que tem caracterizado a actuação do Banco Comercial de Angola na distribuição do crédito levando-o a participar nos mais importantes empreendimentos de fomento económico, designadamente nos sectores das comunicações, da pesca, da agricultura («maxime» no caminho do algodão e do café), das indústrias extractivas (V. G. na exploração de minérios ferrosos), bem como na linha da actividade industrial (texteis, alimentares, pasta de papel), se tudo isto ponderarmos, bem poderemós encarar com tranquilidade as responsabilidades que nos cabem e serenamente insistir pelo aperfeiçoamento das estruturas que nos estão confiadas certos como estamos da utilidade da nossa intervenção.

Com a palavra de ordem voltada ao investimento vibrou também forte e claro o imperativo da poupança.

Imperativo desejado a todos os níveis e na proporção das carências de todos e cada um.

Antes de mais, poupança nos consumos dispensáveis ou supérfluos, evitando agravamentos de custos ou recurso desnecessário às importações. Só assim a inflação poderá ser aliviada pelo abrandamento da pressão sobre a oferta e melhor aproveitamento do poder de compra disponível.

Poupança no mercado financeiro que todo ele deve ser orientado no sentido dos investimentos com maior utilidade social e rentabilidade, ainda que nem sempre os de maior atractivo imediato nas compensações ou nas garantias, desde que, como é lógico, umas e outras estejam suficientemente salvaguardadas.

Poupança no mercado dos capitais, procurando suprir as suas carências com a mais parcimoniosa utilização evitando sobre-equipamentos concorrenciais, aliciantes lucrativos mas de menor utilidade social, ou aventuras inúteis à míngua de estudos ou projectos devidamente fundamentados.

Poupança nos gastos públicos dando aos dinheiros da comunidade a utilização mais conforme com a sua vocação colectiva, toda ela vortada para as grandes infra-estruturas, fundamento e suporte do desenvolvimento comunitário, ou para os grandes empreendimentos que pelo seu volume ou complexidade não se compadeçam com a iniciativa individual ou o risco privado. Poupar, neste caso, significará também, quando necessário, o abandono de tais iniciativas, confiando-as à actividade privada logo após a sua maioridade económica com desvio para novos empreendimentos dos capitais daí recolhidos.

Finalmente, poupança também das disponibilidades privadas potenciando por todos os meios a sua capacidade de intervenção na obra colectiva, para o que cada vez mais se impõe a sua adequada concentração e mobilização pelas instituições de crédito. Missão tão importante esta que poucos serão sempre os cuidados que se lhe dediquem e benéfico todo o esforço que se faça no seu aperfeiçoamento. A história económica está dia a dia demonstrando a verdade de tal afirmação, de que o exemplo angolano poderá servir de paradigma, se meditarmos, um pouco que seja, no surto de desenvolvimento que a simples introdução da banca privada determinou na sua economia e na ansiedade com que todos os territórios aspiram pelo influxo renovador e impulsionador do crédito bancário.

E aqui, uma vez mais, a nossa atenção legitimamente se volta para o Banco Comercial de Angola, inquirindo do grau de legitimidade e bondade da sua actuação, para além do aspecto nunca por excesso realçado da circunstância de ter sido pioneiro na intervenção comercial em Angola, pendor que não mais abandonou e agora se prepara para renovar em S. Tomé e Príncipe, em Macau e quiçá noutras paragens mais da terra portuguesa.

De momento é a gestão de 1972 que está em causa e com ela os números que a concretizam. Ao veredicto da justiça oferecem o seu mérito. Além de continuar a ser o primeiro banco de depósitos de Angola, onde, só por si, o Banco Comercial de Angola detém cerca de 40% de toda a poupança confiada à banca comercial, o seu ritmo de crescimento mantém-se ao nível dos anos anteriores, atingindo índices e valores muito significativos. A saber: Durante 1972 os depósitos à ordem e a prazo aumentaram 27,8% resultando daí terem alcançado o volume global de 8 042 370 contos contra 6 315 273 em 1971, isto é, mais 1 727 000 contos. Nem de outro modo se compreenderia o aumento também já referido do crédito concedido.»

«Vender matérias primas para comprar produtos acabados, quantas vezes a partir dessas mesmas matérias primas, foi sempre mau negócio.»

Entrando na defesa de uma política de diversificação económica, o Prof. Gonçalves de Proença fez a esse propósito as seguintes considerações: «Segue-se, por último, dar ouvidos, nesta análise da conjuntura económica que modelou a actividade do Banco Comercial de Angola em 1972, ao terceiro dos imperativos que soprou forte nos limites africanos de Angola e Moçambique durante o ano transacto: A necessidade de diversificar uma economia que pode demais concocentrada e unitária enferma de fragilidade incompatível com a sua verdadeira força.

Excessivamente dependente do sector primário e dentro deste quase por inteiro condicionada pelas cotações internacionais das matérias-primas de escassa meia dúzia de produtos; a economia ultramarina dos maiores territórios portugueses de Africa vive no sobressalto constante dos arranjos internacionais e das contingências locais da cultura ou da exploração. A simples quebra na cotação de um dos produtos básicos pelo jogo natural das forças económicas ou pelo arranjo artificial dos compromissos concorrenciais pode ser o drama ou a falência de todo o equilíbrio económico, como, ao invés, a subida inesperada do valor internacional deste ou daquele produto será a euforia e o progresso de todo o sistema. Haja em vista, para os anos transactos, o caso do café. Do mesmo modo, um simples ano sem chuvas afectando a cultura de produto essencial pode ser o descalabro de toda uma estrutura produtiva, com reflexos irreversíveis na generalidade da eçonnomia local, como de festa e abundância será para todos o ano de colheita farta. Para a negativa serve o exemplo do algodão, também em Angola, no ano de 1971, que outrossim, queira Deus, pode vir a ser usado para a hipótese feliz durante o corrente ano.

«Mutatis mutandis» o que vale para o café, o algodão, o chá, o cajú ou o sisal, pesa igualmente para o petróleo, o ferro, os diamantes, a pecuária ou a pesca.

É esta dependência, característica das economias subdesenvolvidas, que urge superar e vencer rapidamente através da diversificação da produção e do alargamento e aperfeiçoamento dos sectores secundário e terciário.

Maior gama de produtos de base e principalmente maior capacidade de transformação e aproveitamento dos existentes, aumentando o parque industrial e diversificando a sua aplicação. Vender matérias-primas para comprar produtos acabados, quantas vezes a partir dessas mesmas matérias-primas, foi sempre mau negócio. Com os produtos deve ir o trabalho, a técnica e a iniciativa, que tudo são mercadorias valiosas a cujo pagamento temos direito. Em vez do café verde porque não também café industrializado. Em vez da semente do cajú, porque não cajú devidamente condimentado e preparado para o consumo?; Em vez de ramas de algodão, porque não tecidos?; Em vez de minérios de ferro, porque não concentrados ou laminados?; Em vez de peles, porque não calçado?; Em vez de farinha de peixe, porque não peixe congelado ou preparado?; Em vez de gado vivo ou morto porque não carne e seus derivados?

Mas não é apenas o sector primário que necessita do impulso renovador da diversificação.

Também o sector secundário e terciário estão sequiosos desse espírito. Novas indústrias que exportem ou evitem importações e novos serviços que tragam divisas ou capitais. Turismo, comunicações, técnica, são valores que urge explorar até à saciedade, porque são futuro promissor de uma realidade que lhes oferece sólido fundamento.»

«Olhar o futuro com confiança e determinação.»

As considerações finais do Prof. Doutor Gonçalves de Proença, na análise detalhada que fez à problemática económica-financeira ultramarina, foram as seguintes: «Verdades comezinhas, sem dúvida, mas que importa ter presentes a todo o momento.

Que convém ter presentes, antes de mais, na elaboração das leis, para seu constante e adequado ajustamento às realidades e aos homens, sem violência para ninguém nem favor para quem quer que seja. Se as necessidades são diferentes que o sejam tambem as normas e os regulamentos e que nunca estes possam ser acusados de entravar ou complicar a iniciativa e a acção legitimamente orientadas para o progresso e a expansão. As leis são feitas para os homens e os povos e não estas para aqueles. Numa palavra que as leis, sejam elas fiscais, civis, penais ou administrativas, sejam sempre factor de impulso e não, como algumas vezes acontece, elemento de perturbação e perplexidade.

Se a palavra de ordem é progredir, o legislador deve dar o exemplo, facilitando as iniciativas, as burocracias, aumentando as facilidades e os incentivos, e que jamais a mira da vantagem imediata obnubile a consciência do lucro verdadeiro embora mais demorado.

Mas as verdades referidas, presentes devem estar também no espírito dos empresários e das instituições. Progredir não equivale sempre a ganhar muito e rapidamente. O verdadeiro progresso exige sólidos alicerces e estruturas capazes. Daí a preferência a dar aos investimentos que são susceptíveis de criar riqueza e não àqueles que se alimentam com o seu desperdício, seja no bulício das relações comerciais ou no trepidar das indústrias.

Daí a mais valia de quanto possa contribuir para aumentar o efectivo poder de compra da colectividade e não se traduza apenas em atractivo de consumo para as suas escassas disponibilidades. Quem mina a reprodutividade da riqueza colectiva cava a sua própria ruína.

E tanto basta, segundo creio, para dar uma noção aproximada do pano de fundo em que se movimentou a nossa instituição no ano transacto, balizando os seus passos ou inspirando as suas iniciativas.

Teve êxito?

Vossas Excelências julgarão pelos números publicados, de que apenas me permito destacar aqui, para além dos índices de crescimento já referidos, no crédito e na poupança, a evolução francamente favorável das receitas gerais (mais 26,7% do que no ano anterior) e do activo que era, em 31 de Dezembro de 1972, de 18 918 141 contos, ou seja, mais 29% do que em igual data de 1971.

Sinal de revigoramento é também, e por isso o chamamos à colacção neste ajuste de contas, a disposição em que o Banco Comercial de Angola se encontra de prosseguir na sua expansão, tanto geográfica como operacional, esperando poder encerrar o próximo exercício já com o reflexo valioso das economias de Macau e S. Tomé e Príncipe e o apoio indispensável dos seus Departamentos Financeiros de Angola e Moçambique. Operar mais e mais longe no espaço e no tempo».

E a concluir, o Vice-Presidente do Banco Comercial de Angola declarou: «Por último, sinal de rejuvenescimento é sem dúvida a intenção em que nos encontramos de propor, em próxima Assembleia Geral, o aumento de capital do Banco Comercial de Angola, refrescando assim as nossas disponibilidades próprias e criando, do mesmo passo, os meios indispensáveis para cobertura da expansão geográfica e operacional referidas. Como é natural, tal aumento, far-se-á progressivamente e à medida que as necessidades o justificarem.

Quando se olha o futuro com esta confiança e esta determinação é porque se encara o presente com tranquilidade e plena consciência do dever cumprido.

Essa é a nossa atitude de sempre.»

O prosseguimento dos trabalhos da Assembleia

Concluída a exposição do Prof. Doutor Gonçalves de Proença atentamente escutada por todos os accionistas, o dr. Carlos Moreira Rato, agradeceu as referências que os srs. Arthur Cupertino de Miranda e Prof. Doutor Gonçalves de Proença haviam feito à Mesa da Assembleia Geral e congratulou-se com a clareza e oportunidade das intervenções dos Presidente e Vice-Presidente da instituição.

Pôs em seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, à votação os diversos números da proposta do Conselho Fiscal que foram aprovados por unanimidade. O sr. Cupertino de Miranda apresentou uma proposta para que o voto de louvor ao Conselho de Administração que a Assembleia Geral aprovara por unanimidade fosse extensivo à Mesa da Assembleia. Também a aprovação desta proposta teve a unanimidade da Assembleia.

Posto à discussão o 2.º ponto da Ordem do Dia a Assembleia manifestou a sua aprovação também por unanimidade.

A encerrar os trabalhos o dr. Mário Miranda Monteiro apresentou uma proposta para que a Assembleia conferisse à Mesa um voto de confiança para a redacção da acta e que esta fosse considerada aprovada. Neste sentido se manifestaram também unanimemente os accionistas.

Finalmente: acabou a guerra dos yoghurtes

. Assinado pelo sr. António de Oliveira, gerente da fábrica de yoghurt Grande Ponto, recebemos a seguinte nota:

. A Justiça deu razão à Fábrica de YOGHURT GRANDE PONTO.

O Venerando Tribunal da Relação de Lisboa, confirmou a sentença que tinha sido dada pela 5.ª Vara Civil.

Este caso que apaixonou a opinião pública teve agora o seu fim a favor do YOGHURT Grande Ponto.

Dissemos em vários comunicados na Imprensa Diária que aguardavamos calma e serenamente que a razão e a verdade veria ao de cima, e foi o que aconteceu.

Manda Deus que se diga a verdade, esta guerra travada entre a Fábrica de Yoghurt Veneza contra o Grande Ponto acabou por condenar porque a Fábrica Veneza veio para a guerra com princípios pouco firmes e sem bases algumas, para triunfarem, e imperem a lei do mais forte.

Infelizmente, uma época em que pertencemos mais propriamente ao sec. XXI do que ao sec. XX não porque possamos galgar os anos que faltam para atingirmos o fim deste século, mas sim porque o desenvolvimento social, económico, industrial, se processa a velocidade meteórica é confragedor assistirmos a casos desta natureza.

Quando no dia 23 de Junho do passado ano a Fábrica de Yoghurt Grande Ponto publicou na Imprensa Diária uma local dando satisfação aos seus inúmeros clientes, amigos, e ao público em geral, que a Justiça tinha dado razão à Fábrica de Yoghurt Grande Ponto, logo se insurgiu, e pela 1.ª vez a Fábrica de Yoghurt Veneza no dia 12 de Julho do passado ano vinha afirmar o seguinte:

. Finalmente, da sentença proferida pelo corregedor da 5.ª Vara foi atempadamente interposto recurso para o Venerando Tribunal da Relação de Lisboa. O assunto continua ainda, desta forma, a estar afecto aos tribunais. Só depois de aqueles se pronunciarem definitivamente é que se poderá saber quem foi o vencedor.

Até lá, há que aguardar, com serenidade o seu desfeixo, sendo, portanto, prematuro e ousado cantar vitória...

E para terminar esta guerra que a Fábrica de Yoghurt Grande Ponto, ganhou lealmente aconselhamos a Fábrica de Yoghurt Veneza, a fazer um exame de consciência e a meditar bem nestas palavras:

Quem semeia ventos, colhe tempestades, foi o que aconteceu à Fábrica Veneza.

Defesa marítima do Zambeze

Por portaria dos ministros da Marinha e do Ultramar, foi nomeado o capitão-de-fragata Fernando Miranda Gomes para exercer os cargos de comandante da Defesa Marítima e capitão dos portos do Zambeze.

Necrologia

Rev. Bráulio Guimarães

Para o cemitério dos Prazeres, realizou-se esta tarde o funeral do rev. Bráulio de Sousa Guimarães, falecido no Hospital de S. Luís, em Lisboa, em consequência de um recente acidente de viação. Era natural de Pedra Maria Varziela, Felgueiras, e contava 83 anos de idade. Foi ordenado sacerdote em 1915, pelo então bispo do Porto, D. António Barroso, tendo em 1927 sido eleito primeiro superior da Casa Central da Congregação, em Lisboa, onde passou o resto da sua vida, com excepção de alguns meses, em 1929, em que por ordem da Santa Sé, foi reitor do Seminário Maior de Évora. Foi ainda director nacional das Filhas da Caridade (Irmãs de S. Vicente de Paulo), até há pouco tempo, teve a seu cargo a direcção das Filhas de Maria da Medalha Milagrosa em Portugal e fundou a obra dos Cooperadores Vicentinos para auxiliar as Missões e a formação de missionários para o Ultramar.

DL/NACIONAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO NEGOU A EXISTÊNCIA

ANTÓNIO CHAMPALIMAUD

Decorreu ontem a segunda sessão de alegações orais do representante do Ministério Público, dr. Monteiro Diniz, o qual se ocupou do processo contra António Champalimaud, que foi designado como «Processo da Transformal».

Neste caso António Champalimaud foi acusado de um crime de abuso de confiança por ter ordenado a transferência para a Companhia de Cimentos de Moçambique de um lote de acções da Empreza de Cimentos de Leiria, que fora adquirido pela e para a Transfomal.

O acusador público, depois de uma pormenorizada análise do processo, terminou por concluir que não se verificou qualquer ilícito penal, na conduta de António Champalimaud, devendo, portanto o Réu ser absolvido.

Começou o dr. Monteiro Diniz por afirmar:

. . «Na sequência também daquele intróito, que a certo passo nestas alegações fiz, intróito, esse que considerei de algum modo, como o pano de fundo, e a moldura dentro da qual se inseriam, de maneira directa ou indirecta de todos os factos por que os réus se encontram pronunciados neste processo, proponho-me, hoje, tratar da pronúncia deduzida no processo contra o réu António de Sommer Champalimaud, pronúncia essa que se estrutura no conjunto de factos que se encontram descritos nos artigos 93 a 189 do respectivo despacho da pronúncia.

«O processo que deu origem a essa parte da pronúncia, como ontem tivemos oportunidade de referir, iniciou-se em 1959, mais concretamente no dia 28 de Agosto de 1959, na sequência de declarações que Carlos Champalimaud prestou, na Subdirectoria de Lisboa da Polícia Judiciária.

«No decurso dessas declarações, produzidas nos autos em que figurava como arguido, em representação de Sommer e Ca. Lda., teceu Carlos Champalimaud diversos considerandos relativos à maneira comc a Transfomal tinha a sua escrituração organizada.

O Inspector-Instrutor desse processo, ordenou a extracção da certidão dessas declarações que deu origem ao processo que culminou na pronúncia dos factos a que anteriormente aludi.

O EXAME PERICIAL DO PERITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Esse processo foi instruído na Polícia Judiciária, e a certo passo dele foi ordenada a realização dum exame à escrita da Transfomal, exame esse levado a cabo pelo perito privativo da Polícia Judiciária de Lisboa, dr. José Francisco Viegas, que V. ex.as bem conhecem pelas longas declarações que produziu neste julgamento.

E na sequência dos factos, da prova produzida, e desse relatório pericial, foi emitido o parecer do inspector-instrutor que encerrou o conjunto destes processos, que a dada altura foram todos aglutinados num processo só. No relatório da remessa a Tribunal, do mesmo inspector, se concluiu que haviam sido apurados no decurso da instrução preparatória —, atinentemente a afirmações que haviam sido produzidas por Carlos Champalimaud, e que de seguida foram desenvolvidas fundamentalmente nesse relatório pericial, — factos que integravam o crime de abuso de confiança.

Remetidos os autos a Juízo, e na sequência de requerimentos que imediatamente nos foram apresentados por António Champalimaud, entendemos por bem, dado que nesses requerimentos, eram feitas afirmações que punham de alguma maneira em crise o relatório pericial, que os autos deviam ser devolvidos novamente à Polícia Judiciária.

Com vista a não só ao esclarecimento das dúvidas que eram apresentadas nesse relatório e ás críticas que eram dirigidas a grandes passagens do relatório pericial, como também pelo facto de haver entendido — não obstante os relatórios periciais ao nível de escrituração comercial, nas Comarcas de Lisboa e Porto, deverem ser afectuados pelos peritos aliás adstritos a essas corporações por nomeação ministerial — que deveria o exame ser feito por 2 peritos (na sequência de comando expresso do Código do Processo Penal), faz-se intervir então o perito adstrito à Polícia Judiciária do Porto, o qual, no decurso de um determinado lapso temporal que a ambos foi concedido, juntamente com o perito da Polícia Judiciária de Lisboa elaboraram um relatório que constitui por inteiro o volume 37, como V. Ex.as decerto bem recordados estão.

Nesse último exame, não só o perito da Polícia Judiciária de Lisboa, dr. José Francisco Viegas, como o segundo perito, sr. António Abel de Andrade, da Polícia Judiciária do Porto, confirmaram por inteiro as construções que havia chegado o primeiro relatório pericial, que ocupa 7 volumes do processo.

Confirmaram as suas conclusões e deram determinadas respostas às dúvidas que eram apresentadas e às críticas que eram dirigidas ao relatório inicialmente elaborado pelo perito dr. José Francisco Viegas.

Não podemos prosseguir sem embora suscintamente, deixar de tecer algumas considerações acerca da maneira como esses relatórios periciais, quer o primeiro, quer o segundo, este já elaborado com a colaboração do perito da Polícia Judiciária do Porto — se apresentam, não só no aspecto formal como no aspecto substancial.

V. Ex.as tiveram oportunidade de ler esses extensos documentos que ocupam vários volumes do processo e por certo deverão ter formulado acerca dos mesmos determinado juízo de valor. Aliás, nesta altura do julgamento, transcorridos que são 3 anos, com sessões senão diárias, pelo menos próximas umas das outras — à excepção destes últimos 3 meses — terão necessariamente V. Ex.as de possuir juízos valorativos sobre toda a prova produzida ao longo do julgamento.

É evidente que as alegações orais servirão para colmatar possíveis certezas, poderão contribuir para preencher hesitações, dúvidas, mas é inevitável que juízes experientes como V. Ex.as, que levam já muitos anos da difícil missão de julgar, têm neste momento de ter estruturada uma determinada convicção, a qual poderá evidentemente ser alterada se forem apresentadas alegações com uma argumentação tão decisiva, total e absoluta, que vá colidir com determinadas convicções que V. Ex.as já têm formulado ao longo do julgamento.

Mas essa convicção que deverá ter sido — e foi-o concerteza — criada ao longo da produção da prova produzida em julgamento, já que, como tem decidido jurisprudencialmente o nosso mais alto Tribunal, só é possível proferir sentenças condenatórias com base em prova produzida em julgamento, porque, em realidade uma prova que não resista ao contraditório, nem à fiscalização das partes, não tem dignidade probatória, dizia eu, que V. Ex.as necessàriamente dentro deste condicionalismo, valoraram esse relatório pericial e apreciaram a potencialidade probatória que ele poderá oferecer.

Mais adiante observou o dr. Monteiro Diniz:

. Mas para além das convicções que V. Ex.as por ventura hajam formado tocantemente ao valor desses relatórios periciais e à forma como eles se apresentam, queremos destacar que nem sempre — e esta é uma mera opinião pessoal — ao longo da feitura e da elaboração desses relatórios, terá sido utilizada com absoluta segurança e rigor a observância daquelas regras que enformam a elaboração dos relatórios periciais. Não queremos pôr em dúvida a honestidade e probidade dos srs. peritos; não queremos pôr em dúvida também o esforço, o trabalho espantoso, que a elaboração desse relatório terá dos mesmos exigido.

Mas o que é certo é que nem sempre foi observado no decurso dele, aquele aticismo, aquele geometrismo propiciador de uma imediata e fácil aquisição por parte de juristas, de modo a produzir uma eficaz e valiosa achega para a interpretação, não só dos elementos sobre o qual o próprio relatório se debruçou, como até noutros elementos que interpretados e conexionados exigiam talvez um conhecimento prévio ao nível pericial, para uma verdadeira estruturação de um juízo final.

Dir-se-á: é uma questão de estilo; um estilo que formalmente não será o mais adequado a um trabalho desta natureza.

O certo é que, para um perfeito controle, um absoluto domínio, de todo esse longo trabalho pericial foi-nos exigido um esforço verdadeiramente insano, — e esta afirmação é feita sem qualquer desejo ou propósito de sobrevalorização de esforços que porventura tenhamos despendido no decurso do processo.

Não. De maneira nenhuma.

Isto é uma realidade. É que o domínio integral do relatório pericial, no estilo em que o mesmo está redigido, pela forma em que as suas argumentações estão vazadas, é efectivamente de uma dificuldade espantosa, com vista a uma apreensão integral e perfeita das conclusões nele apresentadas.

Isto não envolve qualquer crítica de fundo, nem de forma talvez, aos srs. peritos que elaboraram esse relatório.

Mas trata-se de uma afirmação que tínhamos necessariamente que produzir.

A consulta, o manuseio e a actividade por nós dispendida em volta desse relatório, foi de tal natureza que entendíamos ser necessário dele dar notícia a V. Exas., até porque estamos certos que V. Exas. depararam com dificuldades idênticas.

Mas, para além de tudo, esses trabalhos apresentam certas conclusões que, para além do estilo, V. Exas. valorarão, conexionando-as com outros dados existentes no processo, não só outros relatórios periciais que foram apresentados pelo réu Champalimaud, como também com inúmeros documentos, esses de fácil, directa e imediata consulta e domínio.

Retomando o ponto.

O relatório pericial da Polícia Judiciária que serviu de maneira decisiva para a elaboração do relatório final do sr. Inspector instrutor que ordenou a remessa dos autos a Juízo, relativamente à matéria que agora passamos a tratar directamente, emitiu um juízo então peremptório, absoluto, decisivo.

De 1954 a 1957, o eng.º Manuel Joaquim Barros Leite, que era gerente da delegação do Norte da Transfomal adquiriu um determinado lote de acções destinadas a essa sociedade. O relatório pericial é peremptório, não só num primeiro momento, antes de o processo ter sido remetido a Juízo, como depois, quando por nós é solicitado a dar resposta às críticas que lhe haviam sido dirigidas, de novo volta a ser peremptório, afirmando que o lote de 22.311 acções da Empresa de Cimentos de Leiria teriam sido adquiridas pelo eng.º Barros Leite com dinheiro pertencente à Transformal e destinadas à Transformal.

Quando o eng.º Barros Leite, em 1957, trouxe pessoalmente esse lote de 22.311 acções da Empresa de Cimentos de Leiria do Porto para Lisboa, transportava consigo acções que integravam o património da Transfomal. Esta, uma das conclusões produzidas, com grau total, no aludido relatório.

Ora, em face desse relatório, em face dos termos em que os autos nos foram remetidos, atendendo a todo um conjunto de provas neles existentes, nós deduzimos a querela que de seguida culminou com a pronúncia de V. E.xa. sr. Corregedor.

«SOMOS INEVITAVELMENTE NESTE MOMENTO CONDUZIDOS À ASSUMPÇÃO DE UMA POSIÇÃO DIVERSA»

. Foi entretanto produzida importante prova no conjunto do julgamento, não só documental como testemunhal.

Mas não só a produção dessa prova como também por uma rigorosa interpretação dela e por uma adequada visão de toda a problemática consubstanciada neste articulado, somos inevitavelmente — e a utilização do advérbio é feita da razão pensada — **somos inevitavelmente neste momento conduzidos à assumpção de uma posição diversa daquela que tomámos aquando da valoração da instrução preparatória.**

Fundamentalmente, o despacho da pronúncia, (ou a acusação contra António Champalimaud neste caso) parte de duas realidades; e de alguma maneira, resolvidas elas, todos os demais pontos são natureza secundária e o primeiro consiste em determinar se a Empresa de Cimentos de Leiria em 1954, 1955, 1956, e 1957, portanto, no decurso do lapso temporal em que o eng.º Barros Leite — gerente da Delegação do Norte da Transfomal — comprou o lote das 22.311 acções, era ou não gerente dessa sociedade Transfomal.

Quando foi deduzida a acusação, foi aceite que a Empresa de Cimentos de Leiria não era em 1954, como não o era em 1957, gerente da Sociedade Transfomal.

Como tivemos oportunidade de referir, a Transfomal era uma sociedade por quotas constituída em Dezembro de 1947, tendo por sócias, de um lado a Empresa de Cimentos de Leiria com 85 por cento do seu capital, e de outro lado a Casa Sommer com 15 por cento do capital.

No pacto social e ao contrário do que costuma ser uso nas sociedades por quotas, os sócios não foram nomeados gerentes.

Foram sim, nomeados gerentes pela primeira Assembleia Geral, em Janeiro de 1948, Henrique Champalimmaud, e o dr. Octávio de Brito.

E foi exactamente como gerente da Transfomal que Henrique Champalimaud cometeu os factos que foram objecto das alegações de ontem.

Consequentemente, em 1948 funcionavam como gerentes da Transfomal, apenas Henrique Champalimaud e o dr. Otávio de Brito. O dr. Octávio de Brito manteve as funções de gerência até 1952, altura em que no respectivo livro foi lavrada uma acta aos 30 de Maio de 1952.

UMA ACTA IMPORTANTE

Vou ler essa acta dada a importância decisiva para a ulterior apreciação dos factos que vamos analisar:

«Aos 30 de Maio de 1952, pelas 11 horas, reuniram na Sede social os únicos sócios da Sociedade, a Empresa de Cimentos de Leiria e a firma Sommer e Ca. Lda., representadas respectivamente pelo seu administrador delegado, exm.º sr. Carlos Sommer Champalimaud.

Pela sócia Sommer e Ca. Lda., foi dito que em virtude do ex.º sr. dr. Octávio de Brito ter deixado a seu pedido a gerência desta sociedade, reconhece que, dado o desenvolvimento desta sociedade, tanto no país como no estrangeiro é indispensável que as duas sócias passem a prestar ainda uma mais activa colaboração na condução dos negócios pelo que propõe sejam nomeadas gerentes, bastando a assinatura do representante de qualquer das duas sócias para obrigar a sociedade. Posta a votação, a proposta da sócia Sommer e Ca. Lda. foi a mesma aprovada por unanimidade.»

. Ora esta acta, datada de 30 de Maio de 1952, foi unicamente assinada pelo representante da Empresa de Cimentos de Leiria, ou seja por António Champalimaud, não estando assinada pelo sócio Carlos Champalimaud.

Essa circunstância, levou e leva o júri inicial a concluir que a Empresa de Cimentos de Leiria nesta data não seria ou não era gerente da Transfomal. Mas, é preciso fazer toda uma investigação sobre determinados aspectos correlacionados com esta matéria para se poder emitir um juízo decisivo que tenha em conta, não só uma verdade aparente, mas uma verdade absoluta que sopese todas as circunstâncias que normalmente rodeiam as condutas humanas.

Com efeito, existe no processo um conjunto de elementos que leva à conclusão de que, não só os funcionários da Transfomal como também o réu António Champalimaud e como ainda seus irmãos Henrique e Carlos Champalimaud, em suma, todas as pessoas ligadas de uma maneira directa ou indirectamente a esta problemática, actuavam e estavam convencidos de que a Empresa de Cimentos de Leiria e Sommer eram efectivamente gerentes da Transfomal.

Quer a testemunha Ernesto Venâncio — chefe da contabilidade da Transfomal, quer a testemunha Sérgio Alves, funcionário também da Transfomal, foram peremptórios neste julgamento ao afirmar que as actas lavradas no livro n.º 8 a 14 inclusivé, já que a acta n.º 15, lavrada, em Janeiro de 1958 está manuscrita pelo punho do Dr. Bustorff Silva, na altura administrador da Empresa de Cimentos de Leiria, que as actas n.os 8 a 14 foram lavradas, senão na data que delas consta, pelo menos em data imediatamente a seguir.

Por outro lado, a testemunha Ernesto Venâncio foi peremptória também em afirmar que as assinaturas que nessas actas — nomeadamente na acta n.º 8 — foram apostas pelo representante da Empresa de Cimentos de Leiria, António Champalimaud, sempre em data anterior àquela em que uma nova acta foi lavrada. Quer dizer: quando foi lavrada a acta n.º 9, em 20 de Junho de 1952, já a acta n.º 8, — a que há pouco tivemos oportunidade de ler a V.Ex.as, lavrada em 30 de Maio antecedente, — já tinha sido assinada pelo Réu António Champalimaud.

É certo que este na instrução preparatória afirmou que terá assinado um lote de actas da Transfomal que lhe foram apresentadas já depois de iniciado o litígio por seu irmão Carlos.

Ernesto Venâncio, ao ser colocado perante a afirmação de António Champalimaud, tradutora de uma realidade oposta, que teria assinado um lote de actas ao mesmo tempo já no ano de 1957, Ernesto Venâncio contrariou frontalmente esta afirmação dizendo que a mesma só era possível devido a teimosia, omissão, ou qualquer outra realidade de natureza idêntica; e é perfeitamente possível que António Champalimaud haja incorrido no vício que a testemunha Venâncio lhe apontou, nomeadamente porque os interrogatórios que ele prestou sobre esta matéria, as longas acareações com seu irmão Henrique, que preenchem quase um volume da instrução preparatória, o poderiam por vezes ter levado a produzir afirmações de alguma maneira conscientemente inexactas com vista a contrariar uma afirmação de sentido oposto de seu irmão com quem vinha a ser acareado.

Mas como quer que seja, a afirmação da testemunha Ernesto Venâncio parece-nos merecedora de todo o crédito, até porque essa testemunha apresenta especial idoneidade da-

DL/NACIONAL

DO CRIME DE QUE É ACUSADO NO CASO TRANSFORMAL

da até a sua inclinação sentimental manifestamente denunciada pelo Réu Henrique Champalimaud, de quem se revelou particular amigo e de quem aliás foi testemunha de defesa.

E esta afirmação de Ernesto Venâncio viria de alguma maneira contrariar um pouco afirmações de Henrique Champalimaud e ele não obstante isso não hesitou mantê-la, e não obstante as reticências que he foram apresentadas na altura, e que ele afastou. Portanto, parece poder aceitar-se que as actas à medida que iam sendo lavradas, nas datas que delas constam ou em datas muito próximas, iam sendo assinadas pelo representante da Empresa de Cimentos de Leiria, o Réu António Champalimaud, não sendo assinadas pelo representante de Sommer.

Foi referido na instrução preparatória e também no julgamento que em dada altura, já em 1957, o livro foi levado à presença de Carlos Champalimaud para este apôr nele a sua assinatura, tendo-se Carlos Champalimaud recusado a assinar o livro. Parece que esta realidade também não pode ser afastada.

E temos assim que há uma acta em que se nomeiam a Empresa de Cimentos de Leiria e Sommer e C.ª Ld.ª, gerentes da Transfomal, mas essa acta apenas se encontra assinada pelo representante da Empresa de Cimentos de Leiria, António Champalimaud.

Seja como fôr, o importante é que existem documentos e testemunhos no sentido de que todas as pessoas ligadas à Transfomal tinham a convicção de que a Emppresa de Cimentos de Leiria e Sommer e C.ª Ld.ª, eram gerentes da Transfomal.

Assim, quer Ernesto Venâncio, quer Sérgio da Natividade Alves e as testemunhas já referidas, tiveram uma oportunidade de neste julgamento afirmar que estavam e sempre tiveram a convicção de que as duas quotistas eram gerentes, não desde 1957 mas até desde a data da constituição da sociedade. Isto é, desde 1947. Estavam convencidos efectivamente que essas duas quotistas funcionavam como gerentes por haverem sido nomeadas como tal nos termos do pacto social.

Igual convicção foi produzida pelo Dr. José António da Costa que colheu essa informação através do Eng.º Barros Leite, por José Pedro Bourbon Sommer Ribeiro, por António da Silva Jorge e pela testemunha Eng.º Amilcar Marques. Isto no campo puramente testemunhal. Mas, os próprios irmãos do réu António Champalimaud ao longo do processo tiveram oportunidade de praticar certas condutas e produzir certas afirmações que levam inevitavelmente à conclusão de que estavam possuídos dessa mesma convicção.

O PARECER DO PROF. BARAHONA FERNANDES SOBRE A CONDUTA DE CARLOS CHAMPALIMAUD

Eu, antes de apreciar afirmações e condutas praticadas pelos dois irmãos do réu António Champalimaud, vejo-me na necessidade de abrir um parêntesis. V.ªs Ex.ªs têm presentemente no processo, pelo menos com conhecimento nosso, directo, um Parecer da autoria do Prof. Barahona Fernandes, que analisa a conduta forense de Carlos Champalimaud. Esse parecer, pois, de longo relatório, de longa análise das declarações prestadas por Carlos Champalimaud neste processo, culmina com uma série de conclusões sobre a capacidade e talvez melhor sobre a potencialidade probatória que as afirmações produzidas por Carlos Champalimaud poderão ter.

Como já tivémos oportunidade de referir num requerimento, na sequência do pedido de junção desse parecer, é evidente que V.ªs Ex.ªs de maneira nenhuma estão vinculados pelas conclusões que esse Professor atingiu, pois V.ªs Ex.ªs nem sequer estão vinculados por pareceres emitidos pelo próprio Instituto de Medicina Legal, por dois peritos ajuramentados, portanto, pelo menos induzindo pelo seu nome uma capacidade probatória mais plena. De qualquer maneira, é um elemento de prova que V.ªs Ex.ªs terão que atender; no sentido positivo ou no sentido negativo, esse Parecer e essas conclussões possuem um valor repositório de factos, de interpretação de factos, feito por uma entidade altamente conceituada V.ªs Ex.ªs terão de emitir um juízo de valor sobre isso, como aliás, sobre tudo o mais, e saber se em realidade tudo quanto afirmou no processo Carlos Champalimaud deverá ser pura e simplesmente rechassado e não poderá merecer qualquer aceitação por parte do Tribunal, ou se, não obstante esses considerandos e essas conclusões, V.ªs Ex.ªs, pelo conhecimento directo que têm de Carlos Champalimaud — directo através da análise e da observação que tiveram a oportunidade de ter durante quase 3 anos, pois Carlos Champalimaud praticamente esteve presente durante todas as sessões — V.ªs Ex.ªs terão uma opinião pessoal sobre as afirmações por ele produzidas, sobre o valor dessas afirmações; cotejarão por certo essa opinião pessoal com outra ou outras opiniões de natureza especializada e a final, como juízes que são, terão a última palavra na matéria, sobre a maior ou menor potencialidade probatória das declarações de Carlos Champalimaud e até da maior ou menor aceitação que essas conclusões lhe possam merecer; o juíz, pelo menos em princípio, é o perito dos peritos. por isso a V.ªs Ex.ªs compete aquilatar do merecimento dessas conclusões e do merecimento das declarações prestadas pelo aludido Carlos Champalimaud.

..Mas, prosseguindo, Carlos Champalimaud referiu no julgamento que a Empresa de Cimentos de Leiria e Sommer, nunca tinham sido gerentes da Transfomal e tanto assim que o livro de actas, nomeadamente a acta n.º 8 em que a Empresa de Cimentos de Leiria teria sido nomeada gerente é uma acta falsa. Uma acta falsa que foi fabricada, posteriormente, ou mandada fabricar por seu irmão com vista à coonestação de uma determinada realidade para a qual lhe era importante ou fundamental a existência da gerência da Empresa de Cimentos de Leiria desde uma determinada época.

..Mas, como já disse a V. Exas., pelo menos a primeira parte dessas afirmações de Carlos Champalimaud são na realidade de afastar e porque as duas testemunhas, e nisso elas são peremptórias, afirmam que essas actas foram lavradas nas datas, ou em datas muito próximas, daquelas que nelas constam; consequentemente, parece-nos ser de afastar liminarmente a ideia de que elas tivessem sido mandadas fabricar já depois de terem deflagrado os incidentes entre os irmãos Champalimaud.

..Mas, para além deste facto, outras realidades existem no processo que corrigiram as afirmações de Carlos Champalimaud. Com efeito, na Instrução Preparatória, a fls. 70 do Vol. I, Carlos Champalimaud disse expressamente: «Foi declarado pelo sócio dominante e gerente da Transfomal — a Empresa de Cimentos de Leiria.»

. Ora estas declarações produzidas por Carlos Champalimaud já depois de se iniciar a instrução deste processo afrontam a afirmação por ele produzida em julgamento. Tivemos a oportunidade de o interrogar sobre esta afirmação feita por ele na Instrução Preparatória, e ele respondeu já no julgamento, que estava convencido que a Empresa de Cimentos de Leiria, sendo maioritária, tinha todos os poderes e até o de se arvorar em gerente. Esta foi a resposta de Carlos Champalimaud frente à objecção por nós apresentada à sua contradição entre a sua afirmação em julgamento do que a Empresa de Cimentos de Leiria nunca fora gerente da Transfomal e o que dissera em Instrução Preparatória.

..Mas o mesmo Carlos Champalimaud a fls. 289/290 voltou a repetir que a Empresa de Cimentos de Leiria era gerente da Transfomal. Em julgamento, posto perante esta afirmação contraditória, Carlos Champalimaud obtemperou que a sua declaração em instrução preparatória tocantemente a que a Empresa de Cimentos de Leiria era gerente da Transfomal teria sido fruto de alguma informação tendenciosa.»

. Não sei se colherão estas explicações de Carlos Champalimaud ao afirmar que a Empresa não era gerente, depois ao afirmar que era, e ao apresentar como justificação para a afirmação, estas duas considerações que apresentei a V. Exas. São pelo menos de natureza muito ilíquida, subjectiva, de convicção talvez pouco aceitável, que V. Exas. considerarão.

..Mas para além desse facto, parece-nos que há um elemento no processo de natureza mais decisiva tocantemente à convicção de Carlos Champalimaud, e é precisamente o ocorrido durante a assembleia geral da Transfomal de 2 de Janeiro de 1958: nessa assembleia geral, que se encontra transcrita no Livro das Actas que temos aqui presente, com o n.º 15, transcrrita pelo punho do dr Bustorff Silva, ao tempo administrador da Empresa de Cimentos de Leiria, podem-se colher duas ordens de considerações:

. A primeira é de que na própria carta convocatória para a assembleia geral que segundo resulta da prova feita em julgamento foi assinada pelo administrador da Empresa de Cimentos de Leiria José de Sommer Ribeiro — segundo disse seu filho José Pedro Sommer Ribeiro — constava que o fundamento dessa assembleia geral era precisamente a destituição de gerente de Sommer & C.ª Carlos Champalimaud compareceu na assembleia geral em que precisamente Sommer foi destituída da gerência. Portanto, Carlos Champalimaud, a partir desta data, ou mesmo daquela em que teve conhecimento da convocatória, não podia razoavelmente ignorar que Sommer & C.ª, Lda. e a Empresa de Cimentos de Leiria eram gerentes da Transfomal.

..Mas mais impressionante ainda é que Carlos Champalimaud, no final lavroou um protesto contra a circunstância de haver sido retirada a gerência à firma Sommer. E no decurso dessa mesma assembleia geral e na sequência de uma determinada problemática, afirmou que teve conhecimento de que as actas n.ºs 9, 10, 11, 12 e 13 estão assinadas apenas pelo sr. António Champalimaud e a título individual. Este é um ponto controverso na medida em que Carlos Champalimaud cita os números indicados e não cita precisamente a acta n.º 8 em que Sommer e Cimentos de Leiria foram feitas gerentes da Transfomal.

Será esta realidade fruto de uma construção lógica no espírito de Carlos Champalimaud, isto é, ele, que se encontrava numa assembleia geral para destituição da sua posição de gerente, não poderia impugnar dentro de uma construção rigorosamente lógica, a acta que conferia precisamente possibilidades de estar presente nessa assembleia geral, para tratar exactamente daquilo que ele não desejava que viesse a acontecer, ou seja o afastamento de Sommer da gerência?

. Ouvido em julgamento sobre esta realidade, Carlos Champalimaud hesitou, embora verdadeiramente a ideia que deixa transparecer é de que terá havido pela parte do representante da Empresa de Cimentos de Leiria um lapso ou qualquer omissão ao escrever esta parte da acta. Mais rigorosamente, Carlos Champalimaud disse que nunca deixaria de citar a acta n.º 8, porque, ao não a citar, estava implícita ou indirectamente a ratificar um acto de seu irmão, o que de modo algum seria seu desejo ou seu propósito. Mas ouvido neste julgamento o representante da Empresa de Cimentos de Leiria nessa assembleia geral — Bustorff Silva — foi este mesmo peremptório ao afirmar que Carlos Champalimaud teve toda a oportunidade de ler a acta afinal, de ler ou de ouvir ler dentro de uma atmosfera de segurança absoluta e tomar portanto ideia e cabal conhecimento dela.

Ora, deste conjunto de elementos que acabamos de apresentar a V. Exas., parece resultar que Carlos Champalimaud estava convencido e aceitava, até pelo menos ao início dos incidentes com seu irmão António, que Sommer e a Empresa de Cimentos de Leiria eram gerentes da Transfomal. As afirmações que produziu conectadas e coligadas com os aspectos documentais que acabo de apreciar, terão que levar a esta conclusão.

Quanto a Henrique Champalimaud parece também que deverá inferir-se igual conclusão. Deverá inferir-se, porque o mesmo Henrique Champalimaud, além do mais, teve intervenção directa no documento que se encontra a fls. 1864 do vol. 8.º, que é uma minuta da acta n. 9 — acta esta que foi lavrada, como consta do livro, dentro daquele condicionalismo que as testemunhas Venância e Sérgio Alves deixaram expresso, em 20 de Maio de 1952. Ora, nesta minuta da acta n.º 9, foram reconhecidas por essas duas testemunhas, como sendo do punho de Henrique Champalimaud, alguns dizeres que dela constam, e em que se refere expressamente que a Empresa de Cimentos de Leiria e a Sommer são gerentes da Sociedade Transfomal. E atesta ainda que a partir de 1951, passaram as duas sociedades a ser tributadas ao nível da contribuição industrial na qualidade de gerentes; e isso consta em todos os impressos que tinham, em baixo do nome dos sócios, a designação de que são gerentes. Ora, estes impressos emanavam da Transfomal, e é evidente que não podiam ser ignorados pelo seu gerente Henrique Champalimaud. Portanto, todo este conjunto de circunstâncias e factos que aleguei, parece-nos permitir e concluir que, muito embora a acta em que a Empresa de Cimentos de Leiria e Sommer & C.ª, Lda. foram nomeados gerentes, não tenha a assinatura de Carlos Champalimaud, na realidade das coisas a Empresa de Cimentos de Leiria e Sommer eram gerentes da Transfomal.

É A REALIDADE QUE CONTA E NÃO ASPECTOS FORMAIS

Quer dizer: uma realidade não se compadece com um rigor puramente formal. E a realidade, por todos conhecida e por todos aceite, era na verdade de que as duas sócias eram gerentes.

Faltará o requisito formal?

É certo que sim. C.C. não assina a acta n.º 8, mas essa falta de assinatura, cremos estar superada pela convicção de todas as pessoas que se referiram a este ponto, que as duas sócias eram gerentes. E **é esta realidade que interessa ter em conta para a valoração dos factos e das condutas no campo penal e não apenas os aspectos puramente formais ou de natureza teorética.** E acrescente-se, para além do mais e ainda, que a Transfomal, como já tivemos ocasião de referir, era uma Sociedade a quem competia fundamentalmente a comercialização dos chamados ligantes hidráulicos, embora do seu pacto resulte um objecto mais vasto. Rigorosamente, como do processo resulta, a Transfomal comercializava os produtos da E.C.L. e empresas associadas, Cimento Tejo e Cabo Mondego. Ora, como parece que não restam dúvidas, dentro de uma visão diferente do que a instrução preparatória nos deu, que a Transfomal se integrava na Molding, isto é, a E.C.L. dominava este conjunto de sociedades: Cimentos Tejo, Cabo Mondego, Transfomal. Porque tinha uma posição maioritária accionista em relação às duas sociedades anónimas — Tejo e Cabo Mondego — e tinha uma posição maioritária ao nível quotista na Transfomal. Portanto, e mesmo para além da circunstância de V.E.ªs considerarem, apesar de todos os argumentos e factos que expus que a E.C.L. não era gerente da Transfomal, sempre se poderá atalhar que, em qualquer circunstância ou situação, fácil lhe era ser nomeada gerente, porque sendo sócia maioritária com 85 por cento do capital, determinava em assembleia geral essa nomeação ou impunha ao gerente uma conduta que servisse os propósitos que tivesse por fim alcançar.

..Isto para concluir que: quem dominasse ou dirigisse a Empresa de Cimentos de Leiria necessariamente dominava a Transfomal. E no decurso destes acontecimentos, no lapso temporal no qual eles se verificaram, o réu António Champalimaud era administrador-delegado da Empresa de Cimentos de Leiria e consequentemente, nesta situação, podia perfeitamente fazer com que a empresa ou a Tranfomal seguissem a orientação que ele, na qualidade de administrador-delegado, lhes resolvesse impor.

..Ora posta esta ordem de considerações — ponto primeiro na apreciação destes factos — somos levados a concluir que, a aceitar a tese de que a Empresa de Cimentos de Leiria era gerente da Transfomal, e que parece deverá aceitar-se, não importará saber se as 22.211 acções compradas pelo eng. Barros Leite, no Porto, o foram para a Transfomal ou para qualquer outra entidade. Porque, em caso algum, quando o eng. Barros Leite transporta do Porto para Lisboa as aludidas acções, segundo indicação de António Champalimaud, acções essas que em 30 de Dezembro de 1957 ingressam no património da Companhia de Cimentos de Moçambique — parece-nos —, dizíamos, que, a aceitar-se a realidade de que sendo António Champalimaud administrador-delegado da Empresa de Cimentos de Leiria, gerente da aludida sociedade, **não poderá, como aliás é dever concluir-se, imputar-se-lhe a prática de qualquer ilícito penal.** Quando muito poderia imputar-se-lhe a prática de um acto de má gestão, na hipótese de as 22.211 acções, ao serem deslocadas da posse da Transfomal para a Companhia de Cimentos de Moçambique, e partindo do princípio que àquela sociedade pertenciam, teria decorrido para a Transfomal, com a conduta da sua sócia-gerente, algum prejuízo ao nível comercial. É precisamente a tese, ou a argumentação que serviu de base ao despacho que proferimos, ao ordenar o arquivamento do processo participado por Sommer & C.ª contra António Champalimaud.

A QUEM SE DESTINAVAM AS ACÇÕES? À TRANSFOMAL OU À COMPANHIA DE CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE?

..Mas, e posta esta consideração, que a Empresa de Cimentos de Leiria, como gerente que era, tinha possibilidade de transferir ou de provocar a transferência das acções de uma sociedade para outra, o que logo liminarmente afasta a possibilidade de subunção penal da conduta de António Champalimaud, sentimos o dever de apreciar o 2.º ponto —

Continua na pág. 22

DL/NACIONAL

As vendas totais da C. U. F. atingiram 3 545 mil contos em 1972

destaca-se no Relatório e Contas referentes ao exercício do ano findo, agora aprovado em Assembleia-Geral

Uma unidade de produção e fibras acríclicas, que obriga um investimento da ordem e um milhão e 200 mil contos que influirá nas potencialidades da indústria têxtil do País, ai ser construída pela companhia União Fabril — foi revelado na Assembleia Geral da Empresa, que aprovou o relatório contas relativo ao exercício e 1972.

«O empreendimento — iz-se no relatório — dada a ua dimensão e características específicas, não pode nem de- e concretizar-se sem serem oncedidos os incentivos preistos na Lei de Fomento Industrial para este tipo de realiações e sem outorga do estauto de «indústria nova», admido pelo acordo de Assoiação com o Mercado Conum». O Governo acolheu faorávelmente esta pretensão la Companhia, pelo que esta iguarda que a mesma seja deerida para encomendar o equiamento e iniciar a execução lo projecto. Segundo os estulos efectuados pela C. U. F. a produção iniciar-se-á em 975, já que se espera a referida lecisão antes do fim do primeio trimestre de 1973».

Durante o ano passado as endas totais da Companhia evoluiram positivamente, atingindo o valor de 3.545 mil contos, o que representa um acréscimo de 7,6 por cento em elação ao ano anterior. «Deve sublinhar-se — diz o relatório — que estes valores correspondem a uma efectiva expansão em vendas, dado que na sua quase totalidade os respectivos preços não têm sofrido alteração desde há vários anos». E acrescenta-se:

«A companhia entrou em período de forte expansão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento económico do País, o que exige um esforço notável a toda a Empresa. É fundamental assegurar-se uma cooperação efectiva com o Governo para que tal esforço tenha êxito e prossiga a ritmo acelerado, o que é indispensável para se alcançarem as taxas de crescimento que permitam diminuir ou, pelo menos, não aumentar o atraso que nos separa dos países europeus agora decisivamente lançados na construção de uma Europa fortemente desenvolvida». Os resultados do exercício de 1972 situaram-se em 72.663.097$59 que, adicionados ao saldo transitado do ano anterior, totalizam 76.684.532$75. Entretanto, o ritmo de evolução das remunerações ao pessoal e as pronunciadas desfasagens entre o aumento de preços das principais matérias-primas utilizadas pela empresa e a correspondente correcção dos preços fixados oficialmente, continuam para os produtos em que aquelas são incorporadas, a absorver parte substancial dos resultados. Assim, durante o ano de 1972, os aumentos de remunerações da Companhia atingiram cerca de 70.000 contos, quando em 1971, alcançaram 47.000 contos e se prevê, para 1973, novo aumento de 50.000 contos, o que aliado à desfasagem já referida entre os preços das matérias-primas e preços autorizados, traduz bem o clima complexo em que a empresa vive. Declara-se a este respeito no relatório:

. «Estamos certos de que o Governo não deixará de tomar as medidas que se impõem, e é nesta convicção que continuamos deliberadamente a levar por diante os esforços necessários para que os novos empreendimentos surjam conforme os planos estabelecidos e em condições de darem contributo efectivo ao crescimento sócio-económico nacional».

Está para breve o arranque de uma unidade de produção de óxido de zinco

Quanto ao plano de desenvolvimento da Companhia, refere-se que o programa relativo ao período de 1969-1972 se encontra ja em funcionamento normal e que no sector químico, iniciou-se designadamente a construção da unidade destinada à produção de óxido de zinco (10.000 toneladas/ano) mediante aproveitamento das soluções residuais de pirites, esperando-se que o seu arranque se efectue muito em breve. Espera-se, entretanto, que se concluam até Maio os estudos encomendados a técnicos estrangeiros para aproveitamento segundo novas vias tecnológicas dos jazigos de pirites alentejanas, considerados os maiores existentes em toda a Europa.

No que diz respeito ao sector têxtil há ainda a referir que continua a reconversão acelerada das estruturas existentes para contrariar a forte pressão que os produtores de fibras duras — índia Paquistão e Sião — têm exercido no sentido de controlarem o mercado internacional de artefactos e, ainda, para aproveitar as oportunidades de diversificação rendável que o mercado oferece para as embalagens, utilizando produtos sintéticos. A reconversão do sector têxtil — recorda-se — exige investimentos significativos nas actividades existentes, mas desde já se podem registar resultados positivos com a orientação seguida.

Relativamente à indústria de adubos, iniciou-se a reestruturação do sistema de embalagens e expedição, com o fim de resolver as dificuldades verificadas especialmente nos períodos mais intensos dos abastecimentos à Lavoura, a qual deverá tornar-se operacional durante a camapanha outono-invernal deste ano.

Ainda relativamente a esta indústria, procuram-se incrementar as vendas para Angola e dá-se a maior atenção às exportações para Inglaterra e para o Brasil.

Vai construir-se uma nova fábrica de rações para animais, que permita aumentos importantes de produtividade; e, no domínio da indústria alimentar, já no decorrer do corrente ano, foi constituída uma sociedade para exploração de restaurantes de empresas e outros, os primeiros dos quais entrarão em actividade durante 1973.

No Ultramar, com vista a uma contribuição efectiva para a expansão da economia angolana e dadas as perspectivas de mercados, decidiu a Empresa lançar um plano de investimentos que inclui a instalação de uma unidade para a produção de adubos simples e compostos, adaptados às condições de exploração agrária de Angola.

Eleitos dois novos administradores

No decorrer da Assembleia Geral que aprovou o relatório e contas relativos à gerência de 1972, foram eleitos dois novos administradores para atender às necessidades crescentes da gestão da Empresa: Eng. Alexandre Rola Pereira, e o Eng. Frederico da Cunha.

A Assembleia Geral votou o dividendo proposto pelo conselho de administração de 48.750.000 de escudos e reforço do Fundo de Estabilização de Dividendos com a verba de 10.000.000 de escudos, para além da adição de 10.000.000 de escudos em Provisões Diversas.

A Assembleia Geral da Covina

Para corresponder às necessidades da entrada do País no Mercado Comum a Empresa vai investir cerca de 1 milhão de contos em novos métodos de Fabricação

- afirmou o sr. Arthur Cupertino de Miranda, presidente do conselho de Administração e pelo conhecido industrial Lúcio Thomé Féteira

Com a presença de grande número de accionistas, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da Covina, Companhia Vidreira Nacional, sob a presidência do dr. José Bogarim Corrêa Guedes, secretariado pelos srs. Fernando Serzedello do Nascimento e José Manuel Ferreira Bordallo, com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º — apreciar, discutir e votar os Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício findo de 31 de Dezembro de 1972; 2.º — apreciar, discutir e votar a prooposta do Conselho de Administração relativamente à aplicação do saldo da conta de lucros e perdas; 3.º — proceder à eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 1973 a 1975.

Abertos os trabalhos pelo Presidente da Mesa, começou por usar da palavra o Presidente do Conselho de Administração, sr. Arthur Cupertino de Miranda, qur depois de saudar a Mesa da Assembleia Geral, na pessoa do seu Presidente, bem como o Conselho Fiscal e os accionistas referiu o facto de serem grandes as responsabilidades de uma unidade industrial como a Covina por estar a sua actividade ligada a um sector tão profundamente representativo para a nossa balança de pagamentos e para o nosso prestígio internacional.

O sr. Cupertino de Miranda salientou ainda ser de elevada qualidade e latamente competitivo o produto da empresa. Ele é, acentuou o Presidente do Conselho de Administração, do melhor que se fabrica em todo o mundo. Seguidamente, chamou a atenção para os resultados obtidos pela empresa em 1972 e afirmou ser cada vez mais essencial aperfeiçoar os métodos de fabricação e explorar convenientemente as incomensuráveis potencialidades do sector vidreiro. E para tanto referiu ser necessário seguir uma política de permanente actualização de métodos e de aumento de reservas de modo a obter as vantagens que o condicionalismo favorável à colocação do produto pode proporcionar. O sr. Arthur Cupertino de Miranda pôs em evidência também que a Covina para se dimensionar de acordo com as potencialidades dos mercados que se lhe oferecem e apetrechar-se com o moderno sistema «float glass» tem necessidade de um investimento de cerca de um milhão de contos.

Este investimento constituirá um emprego de dinheiro anti-inflação e a forma, portanto, de se conseguir que o capital seja devidamente valorizado.

Seguidamente, o accionista dr. Mendes de Almeida interveio para pedir esclarecimentos sobre o que haveria de verdadeiro numa notícia vinda a público e pela qual se concluía estar uma entidade francesa compradora de uma posição majoritária da Covina.

Sobre este assunto, o sr. Lúcio Tomé Fewaira, administrador, disse peremptoriamente que tal afirmação era absolutamente destituída de fundamento acentuando: «a Covina não esteve nem está vendedora nem das suas instalações nem das acções. Em relação àquelas, o assunto teria de caber necessariamente à resolução da Assembleia Geral. Em relação às acções, estes não são da Covina mas dos seus accionistas».

E o sr. Thomé Féteira acrescentou, repudiando em tom veemente qualquer dúvida que sobre o assunto pudesse persistir, que o que na verdade se havia passado tinha sido uma consequência, por um lado, da necessidade de dimensionação da empresa de modo a dar-lhe a envergadura que as características dos novos mercados exigiam e, por outro, proporcionar-lhe uma actualização e valorização técnica que permitisse condiçõees de competividade mais rentáveis à empresa e, principalmente, como meio de o País valorizar cada vez mais a sua balança de pagamentos. Foi por esta razão, disse, que a Covina entendera ser oportuno e urgente instalat o sistema «float glass» até porque só com ele, verdadeiramente, a empresa poderia lançar-se aberta e corejosamente na conquista dos mercados externos.

Mas a instalação do sistema «float glass» somente poderia ser encarado desde que a empresa fosse autorizada a utilizar em condições vantajosas a patente pertencente à Pilkinton Brothers. Razões comerciais e a dificuldade dos contactos com esta firma tinham levado a Covina a fazer diligências junto da empresa Saint Gobain no sentido de esta dar a sua assistência técnica à montagem do sistema «float glass» em Portugal, beneficiando das vantagens de um acordo existente para utilização da patente Pilkinton Brothers, em contrapartida de uma participação na Covina, aliás largamente vantajosa para esta empresa nacional em termos de apoio tecnológico e de embaratecimento das condições de utilização do sistema de pprodução «float glass».

O sr. Thomé Féteira referiu-se ainda a outras vantagens do sistema salientando que enquanto com o actual método Pittsburg de alcança uma produção diária de trinta toneladas, pelo sistema «float glass» atingem-se 350 toneladas diárias.

Por outro lado, acentuou a concluír o sr. Thomé Féteira, a produção interna pelo sistema «float glass» irá permitir evitar ao País uma importação anual da ordem dos 40 a 50 mil contos.

O accionista dr. Mendes de Almeida solicitou ainda esclarecimentos àcerca de possíveis dificuldades na obtenção de matérias primas.

A esta intervenção, também, o sr. Thomé Féteira respondeu afirmando não existirem dificuldades para a obtenção da matéria prima em quantidades superiores até às necessidades previstas. E esclareceu que dos componentes necessários à fabricação do vidro as areias são as de menor expressão.

No decurso da Assembleia, mais duas questões susceptíveis de controvérsia foram postas por um accionista. A elas também a Administração da Covina através do sr. Arthur Cupertino de Miranda e do sr. Thomé Féteira respondeu de modo a deicar bem definidas as situações. Assim, àcerca de uma presumível venda da Refriplás pela Covina, o sr. Arthur Cupertino de Miranda e o sr. Thomé Féteira acentuaram com larga soma de elementos que a Covina não tinha vendido a Refriplás porque não era nem proprietária deste empresa nem sequer possuia a sua maioria.

A Covina — foi esclarecido — vendeu apenas uma parte minoritária dos títulos da Refriplas que possuia por considerar administritivamente aconselhável essa operação.

É falso, portanto, a venda pelo Grupo Covina de um alvará para a produção de cervejas.

. É falso, portanto, a venda pelo Grupo Covina de um alvará para a produção de vervejas.

Quanto à outra questão, a de saber se a Covina tinha pago à Câmara Municipal de Oeiras 14 mil contos, o sr. Thomé Féteira explicou que esse pagamento era perfeitamente normal porquanto a lei estabelece que na contribuição industrial existe uma participação a favor das Câmaras Municipais que deverá ser liquidada mediante aviso dessas entidades autárquicas.

O que se passou com a Covina foi que esta empresa se limitou a liquidar o imposto logo que a Câmara Municipal de Oeiras lhe remeteu o aviso de liquidação.

Também o accionista Aragão Teixeira interveio a propósito do sistema «float glass» e dda distribuição de dividendos. Aos seus quesitos o sr. Cupertino de Miranda, dr. Corrêa Guedes e sr. Thomé Féteira responderam com ampla documentação.

Usou ainda da palavra o Presidente do Conselho Fiscal que em termos calorosos se congratulou pela forma viva como estavam a decorrer os trabalhos e pelo modo aberto e esclarecido que caracterizara as intervenções do Conselho de Administração, em resposta aos pedidos de esclarecimento formulados pelos accionistas.

Na sequência dos trabalhos e postos à votação os diversis números da ordem do dia, a Assembleia aprovou por unanimidade todas as propostas apresentadas à Mesa tendo sido eleitos também por unanimidade para o triénio 1973 a 1975 os seguintes corpos gerentes: Mesa da Assembleia Geral: dr. José Bogarim Corrêa Guedes, Presidente; dr. Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, Vice-Presidente; Fernando da

Continua na pag. 19

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Joaquim P. Sapata Lopes _ CAXARIAS

DL/GERAL

Novas ameaças de Nixon ao Vietname do Norte

WASHINGTON, 30 (R.) — O presidente Nixon parte hoje para a Califórnia ao encontro do presidente Van Thieu do Vietname do Sul, depois de ter prevenido ontem à noite os dirigentes norte-vietnamitas de que se arriscam a sofrer represálias caso não respeitem o acordo de cessar-fogo integralmente.

Nixon, que se avistará em San Clemente com Van Thieu para discutir as futuras relações entre Washington e Saigão, disse que os Estados Unidos tinham conseguido uma paz com honra no Vietname, mas acusou Hanói de não estar a respeitar três importantes disposições do acordo assassinado a 27 de Janeiro em Paris.

Falando pela televisão para todo o país, Nixon disse que os dirigentes norte-vietnamitas «não devem ter dúvidas quanto às consequências se não acatarem o acordo».

Já há 15 dias, o presidente tinha avisado que os bombardeamentos contra o Vietname do Norte podiam recomeçar se Hanói insistisse em enviar armas e homens para o Vietname do Sul em violação do cessar-fogo.

Desta vez o presidente disse que Hanói não tinha cumprido as disposições do acordo relativas aos desaparecidos em combate, à suspensão da infiltração no sul e à retirada das forças estrangeiras do Laos e do Camboja.

Os observadores políticos pensam que durante o seu encontro com Van Thieu, na segunda e terça-feira, o presidente Nixon fará declarações públicas de apoio moral e económico ao regime de Saigão, que continua a reconhecer como o único Governo legítimo do Vietname do Sul.

A obtenção desse apoio declarado é o principal objectivo da vinda do presidente Van Thieu aos Estados Unidos e Nixon, ontem à noite, deu mais um passo no sentido de reconhecer a legitimidade de Van Thieu quando, no seu discurso, criticou aqueles americanos que defendiam uma retirada prematura do Vietname, alegando que o regime de Van Thieu era corrupto e não merecia os sacrifícios feitos pelos americanos para o defender.

Entretanto a presença militar americana no Vietname do Sul a partir de amanhã consistirá de 50 oficiais e soldados nas instalações do adido de defesa da embaixada dos Estados Unidos, 159 guardas da embaixada, pertencentes ao corpo de fuzileiros navais, e 14 membros do grupo de ligação sobre pessoas desaparecidas.

Os 50 militantes serão auxiliados por cerca de 1.000 a 1.200 civis americanos.

O alto comando sul-vietnamita anunciou um violento ataque de bombardeamento contra uma base-acampamento de caçadores especiais em Tong Le Chan, a cerca de 80 quilómetros ao norte de Saigão.

Um informador disse que artilheiros comunistas dispararam 1.355 descargas contra o acampamento, matando um soldado e ferindo mais 25.

Tong Le Chan tem sido cenário de luta constante durante as últimas três semanas, com os sul-vietnamitas afirmando que a base está cercada por forças comunistas.

Dados como desaparecidos 1.333 americanos

HANÓI, 30 — (UPI-ANI) — Em Hanói, os norte-vietnamitas libertaram 67 prisioneiros norte-americanos e afirmam não ter mais (norte-americanos) em seu poder. O capitão do Exército norte-americano Robert White, de 32 anos, natural de Newport News, Virginia, continua em poder dos Vietcong, que afirmaram que o libertarão mais tarde, possivelmente na próxima semana.

A Secretaria norte-americana de Defesa conta 1 333 soldados desaparecidos. Esta lista é a mais longa da história dos Estados Unidos desde que, em 1782, terminou a guerra revolucionária, que durou seis anos.

Desde o dia 1 de Janeiro de 1961 (12 anos, dois meses e quatro semanas), data que os historiadores consideram como o princípio da participação directa dos Estados Unidos na guerra do Vietname, houve 349 559 baixas no Exército norte-americano.

Destes, 45 943 foram mortos — dois deles, depois da assinatura do acordo — e 303 616 feridos.

Segundo informou o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, a assistência militar norte-americana ao Vietname custou aos Estados Unidos 108 biliões de dólares (cerca de 2 754 000 000 contos).

Assembleia-Geral da Covina

Continuação da página anterior

Cruz Pacheco, 1.º Secretário; José Manuel Ferreira Bordallo, 2.º Secretário; Fernando Serzedello do Nascimento, 1.º Vice-Secretário; Albano Thomé Féteira, 2.º Vice-Secretário. Conselho de Administração: Banco Português do Atlântico, representado por Arthur Cupertino de Miranda; Lúcio Thomé Féteira; João Ildefonso Bordallo; Companhia Industrial de Vidros; dr. Sugusto de Sá Viana Rebello; Elmano de Sousa Costa; Saint-Gobain International, S.A.; Ricardo dos Santos Gallo Filho, Lda; Santos Barosa e Cia. Lda Conselho Fiscal: dr. António Judice Bustorff Silva, Presidente; Roberto Domingues Pinto, dr. Joaquim Bastos; Suplente: António Corvelo de Ávila.

A terminar os trabalhos foi solicitado à assembleia um voto de louvor.

Um cemitério demorado

MAFRA — Segundo o porta-voz da Câmara, o problema da demarcaação do cemitério que servirá as populações da zona da Achada e Sobreiro «encontra-se situado só na demora da comparticipação do Estado à Câmara, dado que as verbas de comparticipação são difíceis e morosas de obter. Está no entanto no espírito da Câmara Municipal de Mafra logo que seja possível iniciar a construção do cemitério referido».

Por ora, «nos tempos de hoje em que o tempo é dinheiro continuamos a andar a pé 7 km. e mais, para sepultar os nossos familiares e amigos», segundo desabafo do órgãoda Imprensa regional «O Jovem».

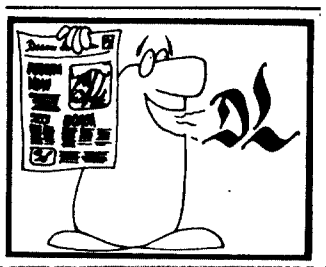
O lugar da Achada tem já a sua vistosa capela e a aldeia do Sobreiro continua com a monumental obra da sua «Catedral», orçada em 2 milhares de contos. Certamente por esquecimento, os mortos foram ignorados...

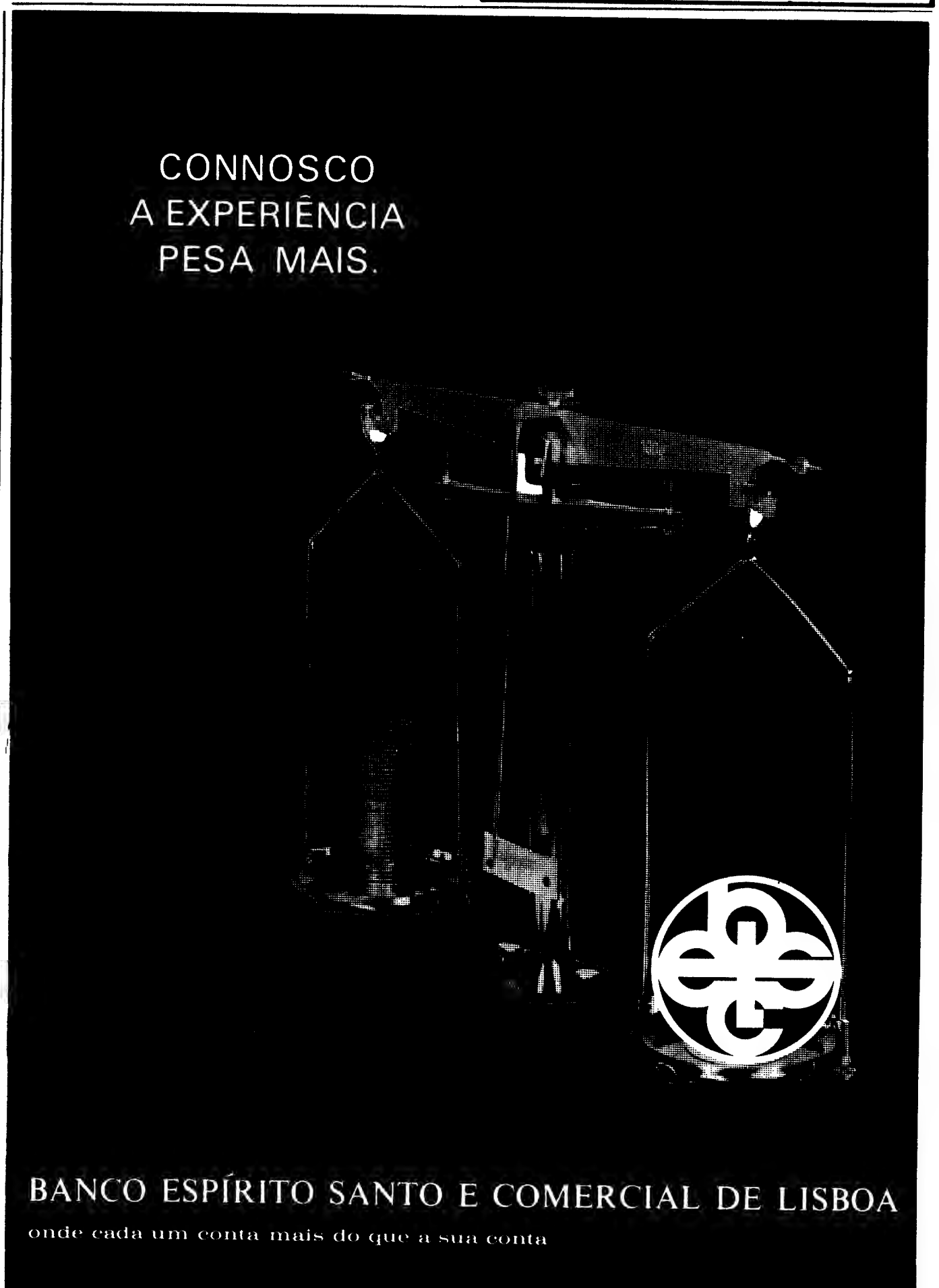
LEIA
motor

CÂMARAS MUNICIPAIS

Foram reconduzidos nos cargos de presidente e vice-presidente do Municipio de Mafra, respectivamente, os srs. Adriano da Silva Figueiredo e eng. Rui Manuel Nogueira Simões e de presidente da Câmara do Sardoal o sr. Álvaro Andrade e Silva Passarinho; e nomeados vice-presidentes dos Municipios de Sátão e de São João da Madeira, os srs. Carlos Aníbal Xavier Beirão e Luís Nicolau da Costa.

Foi exonerado, como requereu, do cargo de tesoureiro da Câmara Municipal de Peso da Régua, o sr. José Luís Ribeiro.





DL/ESTRANGEIRO

FRANÇA

Novo gabinete iminente: conjecturas

. FRANÇA, 30 Pierre Messmer constituirá o novo governo no princípio da próxima semana,l admitindo-se que o elenco ministerial seja apontado ao chefe do estado em 5 ou 6 de Abril.

Nos círculos políticos formulam-se hipóteses quanto à composição política do futuro ministério que deverá governar até 1975, ano anterior ao da eleição presidencial. Seria então nomeado um novo primeiro ministro, considerado «delfim» para o caso de Georges Pompidou decidir não solicitar a renovação do seu mandato presidencial.

Os observadores fazem entretanto conjecturas quanto às individualidades do anterior elenco governamental que vão ficar ou sair. Messmer não é pessoa para descobrir desde já as suas intenções. Em todo o caso, Georges Pompidou revelou ontem ter pedido a Valery Giscard D' Estaing para abandonar a presidência dos republicanos independentes, alegando ao que se julga, a imcompatibilidade que exishe, em sua opinião, entre as funções governamentais e a direcção de um partido político.

Primeira conclusão a tirar desta tomada de posição: Giscard D' Estaing continuará a sobraçar a pasta das Finanças e da Economia.

E alguns observadores vão mais longe: Giscard D' Estaing poderá vir a ser o «delfim» Wdentro de três anos.

Para já, preveem-se profundas alterações no governo. É pouco provável que messmer vá buscar ministros aos reformadores (centristas de opcsição) mas admite-se que recorra alguns não-parlamentares, como por exemplo Jacques Delors, especialista de assuntos sociais, que foi adido ao gabinete de Jacques Chaban-Delmas, quando este chefiou o governo.

Há por outro lado cargos importantes a prover: os minishérios dos Negócios Estrangeiros e da Justiça. Em relação ao primeiro, fala-se de André Bettencourt (republicano independente). A pasta da Justiça poderá ir para Raymond Marcellin, ministro do interior cessante, que seria substituído por Jacques Chirac, anterior ministro da Agricultura e um dos jovens políticos que Pompidou apoia.

Jacques Duhamel, cujo estado de saúde se agrava, deixa o governo. Robert Poujade poderá substituí-lo nos assuntos culturais, passando o ministério do meio ambiente, que dirigia até agora, a ser englobado no do equipamento de que Olivier Guichard é titular.

Michel Debre, ministro da defesa, deverá conservar a sua pasta. Quanto a Edgar Faune, será certamente eleito presidente da Assembleia Nacional na próxima segunda-feira, deixando consequentemente o governo.

Americanos vão para casa

A foto é posterior à breve cerimónia que marcou o fim da intervenção americana: o general Frederich Weyand deixa o Vietname. Presente ao bota-fora, o general Cao Van Vien, do Exército do Vietname do Sul.

. . Entretanto, o último a deixar o solo vietnamita foi o coronel da «Air Force» David Odell, originário de Crystal Lake, no Estado de Illinois. Antes de entrar para o «C-141» com destino ao Japão, o coronel Odell manifestou a sua satisfação levantando o polegar.

. . Representantes do G. R. P. e do Vietname do Norte assistiram a esta última fase. Um dos que partiam — o sargento Belke, de 42 anos, de Alexandria (Minnesota), recebeu uma prenda do coronel norte-vietnamita Bui Tin: uma pintura feita sobre bambu, representando um pagode de Hanói, e uma colecção de fotografias de Ho Chi Minh, do general Giap e doutras individualidades norte-vietnamitas.

. . «Pela primeira vez há um século, não há um único soldado estrangeiro sobre o solo do nosso país», declarou o coronel norte-vietnamita, que indicou igualmente que ele e os seus companheiros iam festejar esta noite este acontecimento «histórico». «Infelizmente, não temos «champagne», mas a cerveja e os doces podem fazer o mesmo papel», acrescentou.

. . Os oficiais norte-vietnamitas e do G. R. P. contaram cuidadosamente, um a um, os 56 últimos soldados americanos que deixavam o Vietname.

. . Trocaram-se alguns sorrisos entre antigos inimigos, mas sem grande calor.

A O.E.A. vai rever as relações com Havana

. WASHINGTON, 30 (Por Juan J. Walte, da UPI) — Exclusivo da ANI em Portugal) — A Organização dos Estados Americanos (OEA) enfrenta uma prova difícil dos seus vinte e cinco anos de existência, quando se reunirem em Washington, no dia 4 de Abril, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que a constituem.

Cuba continuará a ser relegada para os bastidores dessa reunião, que tem o nome oficial de «terceira assembleia geral interamericana».

Será esta a primeira vez, porém, que a organização reúne os seus ministros, depois da quebra colectiva de relações com o Governo de Cuba, em 1964 — e com mais da quarta parte dos países da OEA já as suas relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro perfeitamente restabelecidas.

Embora o dirigente cubano tenha declarado o seu desinteresse pela OEA, todos os observadores estão de acordo em que o caso do regresso de Cuba à organização é apenas uma questão de tempo. E a possibilidade desse regresso pode verificar-se já na reunião de Abril: para que as portas lhe sejam abertas por completo bastará que os países favoráveis a Cuba consigam reunir 16 votos.

Washington anunciou já que seguirá o curso da maioria: se se verificar que são numerosos os partidários do restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com Havana, o Governo de Nixon votará a favor de mais esse apaziguamento, um dos muitos que tem proposto e levado a efeito.

Apesar disto, porém, os Estados Unidos reafirmaram a sua posição perante Fidel Castro: a reconciliação entre os dois países não será possível, enquanto Cuba mantiver os actuais laços militares com a União Soviética e, especialmente, enquanto persistir em exportar a sua revolução para outros países do hemisfério americano.

Outro assunto que figura na agenda da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da OEA é uma proposta da Venezuela para que sejam considerados «os objectivos e a missão da OEA e estudados os meios de atingir esses objectivos e de cumprir essa missão».

Quando, em princípios deste ano, o Governo de Caracas apresentou a sua proposta, o embaixador venezuelano junto da OEA declarou que «o seu Governo considera o momento actual como propício ao estudo da verdadeira missão e dos autênticos objectivos que devem ser os da organização, à luz das circunstâncias do mundo moderno».

Foi já anunciado que serão estudados também os problemas dos chamados «mini-Estados» — na sua maioria territórios de expressão inglesa e ilhas no mar das Caraíbas e em torno desse mar, bem como algumas antigas colónias francesas.

PORTUGAL, OBSERVADOR?

Finalmente, há ainda a proposta argentina para se estudarem e definirem as condições de admissão de novos países na organização, alguns como observadores, entre os quais Portugal.

Os demais tópicos da agenda da reunião do dia 4 referem-se a problemas económicos e sociais dos países da OEA, no seu conjunto e individualmente, bem como a pormenores de administração interna da organização.

Interesse da Itália na reabertura do Suez

TELAVIVE, 30 — (R.) — O ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Giuseppe Medici, recomendou paciência e perseverança na busca aturada de uma solução pacífica para o conflito do Médio Oriente.

Medici, que terminou ontem uma visita oficial de quatro dias a Israel, conferenciou longamente com o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban, e com o primeiro-ministro, senhora Golda Meir, acerca da situação no Médio Oriente e das relações bilaterais italo-israelitas e de Israel com o Mercado Comum europeu.

Salienta-se que o ministro italiano manifestou particular interesse pela reabertura do Canal de Suez, tendo-lhe sido retorquido pelas autoridades israelitas não verem possibilidades imediatas de que os egípcios consintam em negociações nesse sentido.

Esperava-se inicialmente que Medici desse uma conferência de Imprensa antes do regresso à Itália. Contudo, recusou-se a fazê-lo, limitando-se a ler um comunicado em italiano que foi depois traduzido.

Nesse comunicado, declara que parte de Israel com um profundo sentimento de gratidão pela forma como foi aqui recebido e de enorme admiração pelo desenvolvimento económico e social do país, acrescentando: «No nível político, esta visita permitiu-nos uma troca de ideias aberta e amigável como é natural entre países com tantos laços».

Sublinhou que nas suas conversações com o primeiro-ministro e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, ficou inteirado dos pontos de vista de Israel, que confirmaram a sua convicção sobre a necessidade de se não renunciar à busca persistente para se iniciar o diálogo entre os interessados.

«Devemos, portanto, encarar o futuro com clarividência e generosidade de propósitos — acentuou. Esta é uma das maneiras de tornar reais as palavras do profeta Isaías sobre a época em que as espadas podem ser convertidas em arados».

Operários estrangeiros da Renault

. . PARIS, 30 — (R.) — A Renault anunciou que a partir desta noite vai dispensar os serviços de cerca de sete mil operários do pessoal da sua fábrica principal de Paris, em consequência de uma greve efectuada por operários estrangeiros sem qualificação.

. . A greve, que se registou há uma semana, reduziu a produção das peças destinadas às linhas de montagem. E, segundo declara a Renault, afectou em especial o fabrico dos seus dois modelos mais populares, o R-4 e o R-6.

. . O pessoal da fábrica ficará reduzido a dezoito mil operários.

Anglicanos e católicos: união sem absorção

TÓQUIO, 30 — (R.) — O dr. Michael Ramsey, arcebispo de Cantuária, declarou nesta cidade que eventualmente a Igreja Católica e a Igreja Anglicana unir-se-ão, mas uma não absorverá a outra.

. . . Falando numa conferência de Imprensa, disse que primeiro as duas igrejas começarão por se reconhecer mutuamente e estabelecer relações de cooperação.

. . . Seguidamente, chegarão a um acordo sobre pontos de doutrina, aceitando reciprocamente as tradições do respectivo clero, pelo que os sacerdotes anglicanos poderão conservar o direito ao matrimónio. O Papa será reconhecido como o bispo principal mas não como chefe infalível.

. . . O arcebispo de Cantuária chegou a Tóquio no decurso de uma digressão pela Ásia e parte ainda hoje de regresso a Londres.

. . . O dr. Ramsey, chefe espiritual de 60 milhões de anglicanos espalhados pelo mundo, referiu-se ainda à tendência que existe na Igreja Anglicana para uma maior separação entre os assuntos religiosos e os assuntos do Estado, incluindo a abolição do poder que o Governo tem de intervir na nomeação dos bispos e salientou: «Desde que assumi as minhas funções, há onze anos, tenho sempre advogado uma maior liberdade para a Igreja.»

. . . Segundo o dr. Ramsey, a causa da unidade cristã na Inglaterra exige uma alteração no método actualmente seguido para a nomeação dos bispos. O arcebispo disse que nos últimos anos se registaram já grandes alterações na Igreja e acrescentou esperar que se verifiquem muitas mais.

. . . Referindo-se ao culto de Jesus entre os jovens, disse tratar-se de um movimento válido, com o qual as igrejas tradicionais podem aprender alguma coisa sobre a necessidade de uma maior adesão espiritual ao exemplo de Cristo.

Trinta anos depois

. . LONDRES, 30 — (F. P.) — Uma mãe de família descobre, trinta anos depois, o filho desaparecido no «Blitz» (os bombardeamentos de Londres durante a Segunda Guerra Mundial).

. . A sra. Nora Earle tinha perdido há muito tempo a esperança de voltar a ver o seu filho Patrick, que tinha, nessa época, quatro anos. Foram anos incontáveis de buscas. Sempre em vão. Agora, tendo por último entrado em contacto com a secção australiana da Organização de Caridade a que na altura do «Blitz» confiara a criança, soube finalmente que o seu filho vive em Sydney. Há perto de trinta anos que ela o julgava morto.

DL/GERAL

Em 1972 a Sacor apresenta um resultado positivo de mais de 84.000 contos

Sob a Presidência do Sr. Dr. José de Azeredo Perdigão, reuniu-se ontem a Assembleia Geral da Sacor. Na ordem dos trabalhos figuravam a discussão, aprovação ou modificação do Relatório e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, bem como a eleição para uma vaga existente na Mesa da Assembleia Geral.

Estava presente o Delegado do Governo junto da Sacor, Sr. Eng.º, António da Costa Macedo. De entre os accionistas contavam-se a Fundação Calouste Gulbenkian, representada pelo Sr. Dr. Azeredo Perdigão, o Banco Espirito Santo e Comercial de Lisboa, representado pelo Sr. Com. António Luis Roquete Ricciardi, o Banco Português do Atlântico, representado pelo Sr. Dr. Vasco Vieira de Almeida, que também representava o Conselho-Gestão e Investimentos, S.A.R.L. Prof. Dr. Henrique Martins de Carvalho, Prof. Dr. Nuno Espinosa Gomes da Silva, por si e pela Sociedade Financeira Portuguesa, S.A.R.L., Dr. Francisco Elmano da Cruz Alves, em representação da Companhia de Seguros União, Dr. José da Cunha Guimarães, em representação do Banco Totta & Açores, Eng.º Rafael dos Santos Costa, em representação da Caixa Nacional de Pensões, Dr. Rui de Castro Vaz Pinto, em representação da Caixa Geral dos Depósitos, Crédito e Previdência, Dr. Ricardo Espírito Santo Salgado, em representação da Sr.ª D. Mary Cohen Espírito Santo Silva, David Kerr Taylor J.or, em representação da Mobil Oil Corporation, Eng.º Hercílio França, em representação da Mobil Oil Portuguesa, José Manuel Laclau Gonçalves da Silva, em representação do Banco Fonsecas & Burnay e também Noord-en-Zuid-hollandsche Crediet-Maatschappij, N. V., Joseph Cohen, por si e em representação da Omnium Financier Luxembourgeois Ofilux e Etablissement Financier de Participations (Efipa), Y Lucas, em representação da Société Financière Commerciale et d'Affrètement, Inc.-Sofica, Eng.º Elisário Faria Monteiro, por si e em representação do Sr. Prof. Eng.º Herculano de Carvalho, Francisco Manuel da Pina Lopes Boullosa, em representação da Sociedade Nacional de Petróleos-Sonap, Dr. Ernesto de Araújo Lacerda e Costa, Francisco do Cazal-Ribeiro, por si e em representação do Sr. Eng.º José Frederico Ulrich, Dr. Guilherme Goldegel de Oliveira Santos, General Manuel Gomes de Araújo, prof. Dr. Armando Gonçalves Pereira, em representação de Mirabaud & Cie, Prof. Dr. Mosés Amzalak, Comendador António Augusto Nogueira da Silva, António Gouveia Mourisca, Dr. Pedro Castelino e Alvim, em representação do Banco Borges & Irmão, Porfírio da Assunção Moreira, em representação do Banco Pinto & Sotto Mayor, Fernando de Sousa, em representação do Orfanato e Escola Santa Isabel, Dr. Francisco de Vasconcelos e Souza, em representação do Instituto de Alta Cultura, Dr. Carlos Abecassis Pereira de Resende, em representação da Companhia de Seguros Previsão, S.A.R.L., Francisco da Costa Pinto Coelho, em representação da Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros, Dr. Carlos Manuel da Costa Freitas, em representação da Companhia de Seguros Ultramarina, Dr. Diogo Cohen de Bettencourt, em representação da Companhia de Seguros Tranquilidade e Dr. José Beleza dos Santos Carvalho. Também presentes os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Srs. Prof. Dr. João Pinto da Costa Leite Lumbrales, Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Duarte do Amaral, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Aristide Sain, Dr. Rui Braz Mimoso, Dr. Jorge Botelho Moniz, Francisco Lopes Bouilosa, Dr. Vasco Vieira de Almeida, Eng.º Alfredo Nobre da Costa, Presidente da Comissão Executiva, Dr. Eduardo Brazão, Dr. António Galhardo Simões, Dr. Diogo Cohen de Bettencourt, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Clemente Rogeiro e Dr. Júlio Rodrigues.

Do Relatório posto à aprovação da Assembleia, que apresenta por forma detalhada a evolução da Empresa durante o exercício de 1972, destacamos as seguintes passagens:

«Muitos foram os factos importantes para a vida da Sacor que tiveram lugar durante o exercício de 1972. Dentre estes, destaca-se a alteração feita aos Estatutos, em reunião da Assembleia Geral do dia 24 de Março de 1972, em que, para além de diversas actualizações que se impunham, foram votadas modificações importantes nos artigos relativos às funções e constituições do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Como consequência dessas modificações, a Comissão Executiva, por deliberação do Conselho de Administração, passou, a partir de Maio, a ser constituída por três membros.

A Administração estudou e definiu uma nova estrutura para os quadros superiores da Empresa, constituída agora por quatro Direcções-Gerais — Administrativa e do Pessoal, Financeira, Industrial e Comercial. Esta estrutura foi entretanto desenvolvida e pormenorizada, tendo sido aprovado o novo esquema orgânico dos serviços antes do fim do exercício de 1972, de forma aos novos quadros estarem em funcionamento em Janeiro de 1973.

Teve-se em vista com esta reorganização adaptar a Empresa à actual e futura evolução da sua actividade, e em especial procurou-se, através dela, obter uma melhor dinâmica nos campos financeiro e comercial, em que se verificava necessidade urgente de reformar anteriores métodos de actuação.

Para diminuir os gastos de estrutura e as despesas gerais, foi fortemente reforçado, durante o ano de 1972, o regime de compressão de despesas, impondo-se ainda maior austeridade, que levou a reduzir os gastos orçamentados em cerca de 62.603 contos. Em todos os sectores da Empresa, aliás, procurou-se, sem afectar a eficiência do funcionamento dos serviços, realizar as maiores economias, o que permitiu, para além da redução de despesas gerais e gastos de estrutura já citados, obter uma compressão de despesas deveras apreciável. De assinalar que na Refinaria do Porto se continuaram os esforços de redução dos custos de transformação, tendo-se conseguido apreciável baixa de consumos internos de combustível e de vapor.

E também de notar ter contribuido para melhorar a rentabilidade, correspondendo ao mesmo tempo ao crescimento do mercado nacional de combustíveis, o regime de marcha das Refinarias, que foi consideravelmente elevado em relação à capacidade nominal das instalações, tendo assim a quantidade de ramas tratadas em 1972, incluindo refugos, atingido 4 429 993 toneladas. Este número, comparado com a produção em 1971, que foi de 4 072 323 toneladas, corresponde a um aumento de 8,8 .

Como consequência deste aumento de produção, as vendas da vossa Empresa também aumentaram, passando de 3 836 067 contos em 1971, para 4 369 164 contos em 1972, dos quais 519 987 contos correspondem a exportações.

Foi preocupação da Administração prosseguir a política de saneamento financeiro já iniciada em 1971. Assim, durante aquele ano, grande parte do Exigível a curto prazo foi consolidado com empréstimos internos e externos, a médio e longo prazo, o que muito contribui para uma segurança maior nas condições de exploração.

Durante 1972, procurou-se ainda reduzir o Passivo Exigível a curto prazo, não já através da sua conversão, mas pela liquidação de grande parte dos empréstimos bancários, o que foi possível mediante o aumento de capital realizado em 1971 e uma considerável intensificação de acção de cobranças e o adequado aproveitamento das disponibilidades financeiras geradas pela exploração. O esforço feito, que se deve à eficiente actuação dos Serviços Financeiros da Empresa, poderá ser avaliado se se verificar que o Passivo Exigível, de acordo com a nova classificação de contas, passou de cerca de 5 402 500 contos a 4 635 000 acusando uma redução da ordem dos 767 500 contos.

Assim, o ano de 1972 ficará assinalado na vida da Sacor pela celebração de dois contratos de encomenda para Ampliação da Refinaria do Porto, um para uma nova linha de 3 milhões de toneladas e outro para alterações que elevarão a capacidade em mais de 1 milhão de toneladas. Deste modo, em duas etapas sucessivas, a Refinaria do Porto verá a sua capacidade nominal passar de 2 para 3 milhões de toneladas, em fins de 1973, e de 3 para 6 milhões de toneladas, em fins de 1974 atingindo uma capacidade final tripla da actual, o que só é possível por aquela unidade já ter sido concebida contemplando estas expansões.

Ao Governo, cuja compreensão dos nossos problemas tornou realizável este objectivo, apresentamos os nossos melhores agradecimentos.

Durante o ano de 1972 foi feito um estudo sobre a política comercial da Empresa, por forma a adaptá-la às realidades presentes e prepará-la para as modificações importantes que estão em vias de se verificar na comercialização dos produtos petrolíferos. O estudo efectuado passou já a uma fase de aplicação e realização, sendo certo que durante o ano de 1973 se vão introduzir modificações na acção da vossa Empresa no campo comercial. Em particular, será adoptada uma actuação mais dinâmica e moderna.

No que se refere aos resultados de exploração, o ano de 1972, como dissemos no início do presente Relatório, foi de facto um ano de recuperação.

Ainda não foi possível anular totalmente os prejuízos do exercício anterior, que atingiram 167 101 contos, mas tendo-se alcançado um resultado positivo de 84 454 contos, será viável, mesmo assim, compensar em grande parte a situação negativa adquirida, que, a continuarem as continuações actuais, se espera poder anular durante o exercício de 1973».

Antes de se entrar na discussão do Relatório e Contas, o Sr. Prof. Doutor João da Costa Leite Lumbrales, Presidente do Conselho de Administração, fez uma exposição aos accionistas, sublinhando a evolução favorável que se havia verificado durante o exercício de 1972 na vida da Empresa, e as favoráveis perspectivas que se lhe abrem, fazendo elogiosa referência à acção da Comissão Executiva presidida pelo Eng. Nobre da Costa que, em franca ligação com o Conselho de Administração, muito contribuiu para os resultados obtidos.

Seguidamente, postos à discussão o Relatório e Contas, o Sr. Eng. Alfredo Nobre da Costa, Presidente da Comissão Executiva, prestou esclarecimentos sobre os resultados do exercício desenvolvendo alguns aspectos já focados no Relatório do Conselho de Administração.

A Assembleia aprovou por unanimidade o Relatório e Contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal e as respectivas propostas.

Procedeu-se depois à eleição da vaga existente na Mesa da Assembleia Geral, tendo sido designado para secretário o Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva.

Processo disciplinar instaurado por Nitratos a um dirigente sindical

Foi instaurado um processo disciplinar pela empresa Nitratos de Portugal ao seu empregado Dulcínio Caiano Pereira, presidente da 10.ª Secção de Actividade «Indústria Química» do Sindicato Nacional dos Profissionais de Escritório do distrito de Lisboa, baseado no facto de a empresa considerar que as afirmações e o tom geral de uma circular da referida Secção em que se comentavam os despedimentos recentemente verificados nos Nitratos «ultrapassar tudo quanto pode admitir-se na defesa de quaisquer interesses».

R. I. P.

MARIA DA ENCARNAÇÃO BARATA ALVES CAETANO

Confortada com todos os Sacramentos da Santa Madre Igreja

PARTICIPAÇÃO E MISSA DO 7.º DIA

Seus filhos, noras, netos, enteados e demais família cumprem o doloroso dever de participar o seu falecimento no passado dia 25, e que, pelo seu eterno descanso, será celebrada Missa, amanhã, dia 31, às 12,30 horas, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Anjos, sufragando o 7.º dia do seu falecimento.

Para satisfazer a sua vontade não foram, na devida altura, feitas participações.

P. N. A. M.

AGÊNCIA BARATA

ANTÓNIO MANUEL DE MASCARENHAS CALHEIROS DE AZEVEDO

Confortado com todos os Sacramentos da Santa Madre Igreja

PARTICIPAÇÃO E MISSA DE 7.º DIA

Castela Godinho Prates Calheiros de Azevedo, Maria da Luz Godinho Calheiros de Azevedo de Mello Corrêa, seu marido e filhos, Maria da Conceição Godinho Calheiros de Azevedo, Maria Teresa Godinho Calheiros de Azevedo, António Manuel Godinho Calheiros de Azevedo, Maria do Castelo Godinho Calheiros de Azevedo, Manuel Maria Godinho Calheiros de Azevêdo, Maria de Mascarenhas Calheiros de Noronha de Azevêdo, Alice de Macedo Godinho Prates, Manuel Godinho Prates de Carvalho e sua mulher, António Godinho Prates de Carvalho e sua mulher, participam o falecimento do seu muito querido marido, pai, sogro, avô, filho, genro, cunhado e parente e que por sua Alma serão rezadas missas no sábado dia 31 às 11,30 horas, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa, às 19 horas, na Igreja de São Vicente em Abrantes e às 21 horas, na Igreja Matriz de Montargil.

P. N. A. M.
AGÊNCIA MAGNO — Telef. 534167

ANDARES
VENDEM-SE

Praceta Professor Santos Andrea — lote 20 (à 2.ª circular) Benfica — alcatifados, paredes a papel, aquecimento eléctrico, cozinhas italianas com fogão, frigorífico, esquentador e exaustor de fumos, madeiras de cor polidas, caixilhos alumínio, vidro Katacalor (verde), 2 ascensores, etc., prédio com acabamentos de luxo, informa e mostra no local.

DL/NACIONAL

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da pag. 17

que è o de saber se as acções foram ou não foram compradas lara a Transfomal.

Seguidamente, o dr. Monteiro Dinis teceu longas e detalhadas considerações sobre esta 2.ª questão, acabando por concluir que a resposta à mesma imporia, do mesmo modo, a conclusão de que não podia atribuir-se a António Champalimaud a prática de qualquer ilícito penal.

..É que, segundo o acusador público, a prova do julgamento e a própria interpretação dos documentos constantes do processo levam a concluir que, ao contrário do que se diz na acusação e no despacho de pronúncia contra António Champalimaud, as acções em causa teriam sido compradas pelo eng. Barros Leite para a Companhia dos Cimentos de Moçambique e não para a Transfomal.

..A terminar este ponto, afirmou o representante do Ministério Público:

..É evidente que estas duas ordens de considerações, levam — já a primeira e agora a segunda —, necessariamente à conclusão que nenhum ilícito penal foi praticado, porque sendo a Empresa de Cimentos de Leiria gerente da Transfomal já não seria possível a existência de ilícitude, ainda menos assentando-se que as acções não se destinavam à Transfomal, mas sim à Companhia de Cimentos de Moçambique.

..Ora, **a prova produzida que acabámos de expor, parece indicar nesse sentido. E indicando nesse sentido, parece que V.Ex.ªs terão de negar a conduta. que é atribuída ao réu António Champalimaud.**

O DISCUTIDO GRUPO SOMMER-CHAMPALIMAUD

..É evidente que a visão que temos do processo presentemente, é diferente, mais completa do que aquela que tínhamos aquando da dedução da acusação. E essa visão leva-nos, embora talvez sem necessidade, a apreciar, embora rapidamente, os termos em que a pronúncia relativamente a esta matéria está desenvolvida e procurar fazer luz sobre a ideia, então existente, que hoje afastamos por inexacta.

..Diz-se, efectivamente, na pronúncia que, no ano de 1954, foi apresentada ao gerente da delegação do Norte, eng. Barros Leite, um lote de 1664 acções da Empresa de Cimentos de Leiria, havendo esta comunicado o facto ao gerente Henrique Champalimaud. Ora este artigo da pronúncia é rigoroso no tocante ao montante do lote e à comunicação do facto ao gerente Henrique Champalimaud. O Art. 100.º refere, por seu turno, que apresentou este o assunto ao arguido que, embora não desempenhando qualquer cargo na sociedade, era quem, em última instância, tudo decidia e ordenava como, aliás, acontecia relativamente às demais empresas do grupo Sommer-Champalimaud e em que a Transfomal estava incluída. Ora este Art. 100.º da pronúncia tem de se conexionar com o Art. 7.º da mesma pronúncia, ao descrever que Henrique Sommer paulatinamente centralizou em si os poderes de administração e de gestão referentes aos interesses patrimoniais dos seus familiares, interesses consubstanciados em diversas empresas vulgarmente designadas por grupo Sommer-Champalimaud.

..**Frontalmente se poderá dizer que este grupo Sommer-Champalimaud, ao menos com os contornos que pela pronúncia lhe são atribuídos, nunca teve existência;** e, fundamentalmente como do Art. 7.º da mesma pronúncia resulta, conglomerando as empresas que eram dirigidas ou administradas por Henrique Sommer.

..Já ontem tivémos oportunidade de referir que Henrique Sommer tinha, efectivamente, uma posição preponderante, e isso é absolutamente irrefutável, na firma Sommer e C.ª, Ld.ª, como na Empresa de Cimentos de Leiria, de que era director-delegado à data do falecimento.

..Portanto, que Henrique Sommer, em vida, pudesse dirigir o grupo a que se chamasse grupo Sommer, ainda se poderá aceitar, embora com reticências.

..Mas que esse grupo, em vida de Henrique Sommer, se designasse por grupo Sommer-Champalimaud é que, efectivamente, parece que a prova produzida exuberantemente ao longo do julgamento afasta por completo essa ideia. E nunca poderia existir o grupo Sommer-Champalimaud em vida de Henrique Sommer porque já verificámos, ao nível empresarial ao menos, que Henrique Sommer nunca teve qualquer interferência visível, directa, controlável nas sociedades que haviam sido dominadas e que eram dirigidas pelo dr. Carlos Champalimaud e por sua morte foram transferidas as posições respectivas para os seus 4 filhos. Portanto, nunca poderia, em vida de Henrique Sommer, existir um grupo com a designação de grupo Sommer-Champalimaud, a grupo empresarial, até por essa circunstância, e porque não há interligações empresariais entre Montez Champalimaud, a Sociedade Comercial Financeira e a Empresa de Cimentos de Leiria e a Companhia de Cimentos Tejo.

..Mesmo depois da morte de Henrique Sommer e depois de António Champalimaud haver assumido o lugar de Director-Delegado dentro da Empresa de Cimentos de Leiria, parece-nos que num cargo puramente empresarial nunca se poderá falar em grupo Sommer-Champalimaud.

Falou-se, sim, e o próprio réu António Champalimaud por várias vezes faz alusões no processo, ao grupo Sommer, ao grupo Sommer-Champalimaud, mas dando-lhe um sinal, dando-lhe um tónus de natureza familiar e não empresarial.

Normalmente, surge esse grupo Sommer, ou grupo Sommer-Champalimaud, como ele lhe chama, contraposto ao grupo Sommer-Cardiga e são, portanto, duas realidades diferentes: a realidade do grupo ao nível empresarial e a realidade do grupo ao nível familiar.

E até porque em 1957, ainda, à data em que as acções da Empresa de Cimentos de Leiria são trazidas para Lisboa, a Empresa de Cimentos de Leiria tinha, no seu contexto accionista, uma posição muito importante que era dominada pela família do dr. Ruy de Andrade. Portanto, até num rigor lógico, parece que nunca se poderia dizer que a Empresa de Cimentos de Leiria pertencia ao grupo Sommer-Champalimaud porque, em boa verdade, a Empresa de Cimentos de Leiria tinha conjuntos accionistas de importância igual ou até superior àquele; havia outros grupos, diziamos, como, por exemplo, o grupo Sommer-Cardiga e então, necessariamente que a Empresa de Cimentos de Leiria tinha de estar integrada, no contexto empresarial, num grupo que não seria Sommer-Champalimaud, mas que teria então de ter uma série de designações, daqueles grupos familiares que tivessem lucros ou posições accionistas muito importantes dentro da empresa.

E é por isso que esta afirmação do art.º da pronúncia que por nós foi lido — que a Transfomal seria integrada no contexto do grupo Sommer-Champalimaud terá de ser, necessariamente, afastada, porque a realidade é esta: que a Transfomal criara-se, efectivamente sim, num conjunto empresarial dominado pela Empresa de Cimentos de Leiria que seria a empresa holding.

Ora, consequentemente, António Champalimaud, se foi consultado por seu irmão Henrique, dentro do contexto em que este facto se insere, depois das acções terem sido trazidas para Lisboa pelo eng.º Barros Leite, foi-o na qualidade de Director, de Administrador-Delegado da Empresa de Cimentos de Leiria e não qualidade de chefe do grupo Sommer-Champalimaud.

Parece que esta realidade é irrecusável. E é irrecusável pelas considerações que se expõem a seguir: António Champalimaud, tendo uma posição preponderante na Empresa de Cimentos de Leiria — era Administrador-Delegado —, necessariamente tinha uma posição preponderante nas empresas associadas.

Henrique, gerente da Transfomal, necessita da orientação ou do conselho do irmão, embora possa existir, por detrás de todas estas visões puramente comercialistas, do mundo dos acontecimentos sociais, uma explicação de natureza eminentemente pessoal e subjectiva: Henrique dedicava a seu irmão António sentimentos muito profundos de amizade e consideração, que ele mesmo longamente expressa numa acareação que existe nos autos, exactamente neste processo.

Não só pela circunstância de António Champalimaud representar a empresa-holding que, além do mais, seria gerente da própria Transfomal: para além dessa circunstância, ainda poderá acrescer o facto de haver por parte de Henrique uma tão grande e tão profunda consideração pelo irmão que sempre gostaria de ouvir o seu conselho em tudo aquilo que de importante tinha de decidir.

Após ter rectificado outro lapso existente na pronúncia, afirmou o dr. Monteiro Dinis:

..Há um outro artigo que se impõe também abordar, porque, de alguma maneira, está na base e explica a tese sustentada aquando da acusação, recebida no despacho de pronúncia, que é exactamente esta:

«O arguido que, como repetidamente se salientou, geria e administrava de modo absoluto os bens patrimoniais do seu agregado familiar, ao descaminhar o lote das acções pertencentes à Transfomal, teve intenção de causar prejuízo a esta sociedade, designadamente à sua quotista Sommer».

Ora, é evidente que este artigo enferma do vício do artigo antecedente. É que, a não se integrar a Empresa de Cimentos de Leiria no grupo Sommer-Champalimaud, e considerando-se a Empresa de Cimentos de Leiria não como uma realidade de natureza familiar, mas sim de natureza empresarial, portanto fora desse possível grupo Sommer-Champalimaud, é evidente que não se poderá manter o que se refere neste artigo da pronúncia.

No decurso do julgamento, foi produzida uma prova que de alguma maneira elucidou e esclareceu mais ainda, se necessário, depois destas considerações, a tese que temos vindo a apresentar.

HENRIQUE CHAMPALIMAUD TEVE CONHECIMENTO DA VINDA DAS ACÇÕES PARA LISBOA

Todas as testemunhas que depuseram, de alguma maneira relacionadas com a vinda das acções do Porto para Lisboa — o eng.º Barros Leite, o então Secretário do Conselho de Administração da Empresa de Cimentos de Leiria, José Pedro de Sommer Ribeiro, e o chefe da Contabilidade da Empresa de Cimentos de Leiria, Francisco Graça —, todas elas situaram a data da vinda das acções para Lisboa em 30/31 de Julho de 1957. Ora, a testemunha António da Silva Jorge refere no processo que o eng.º Barros Leite em dado momento lhe manifestou preocupação por Henrique Champalimaud, gerente da Transfomal, ainda ter em seu poder um determinado lote de acções que haviam sido compradas no Porto pelo referido eng.º Barros Leite, dentro do condicionalismo que referimos.

E, em realidade, com a junção dos documentos que constam a folhas 13.965 e seguintes do vol. 68, atinge-se a conclusão de que Henrique Champalimaud entregou como caução, como completamento de caução de uma conta individual que tinha no Banco Lisboa e Açores, uma determinada parcela das acções adquiridas no Porto pelo eng.º Barros Leite e que estiveram depois presentes na Assembleia Geral da Empresa de Cimentos de Leiria que ocorreu em 14 e 16 de Agosto de 1957.

Fizemos as contas, essas acções constam de uma cautela de depósito (que se encontra a fls. 9372, vol. 44), em nome do eng.º Barros Leite. Ora, nessa cautela de depósito estão descritas, pelas nossas contas, feitas na altura em letra minúscula, 240 acções que integraram o lote adquirido no Porto pelo eng.º Barros Leite. Qual é a explicação para este facto? Não é dada a explicação por duas razões: o eng.º Barros Leite faleceu ainda antes de iniciado o julgamento, e o réu Henrique Champalimaud, que poderia ter fornecido subsídios importantes para o esclarecimento de todos estes problemas, se impossibilitou, por razões de V.ª Ex.ªs conhecidas, de modo a não poder elucidar esta problemática. E assim, ficamos tão-só com a afirmação da testemunha António da Silva Jorge, que revela a preocupação do eng.º Barros Leite, tocantemente às acções que havia emprestado a Henrique Champalimaud, e à consulta, e ilação que dessa consulta se pode extrair, dos documentos apresentados no decurso do julgamento e que se encontram a fls. 13.965.

Mas o que é certo é que parece poder concluir-se que Henrique Champalimaud teve conhecimento, ao contrário do que foi por ele afirmado durante a instrução preparatória, da vinda das acções para Lisboa, de modo a possibilitar a ida delas à Assembleia Geral da Empresa de Cimentos de Leiria de 14 e 16 de Agosto de 1957. Não restam dúvidas que as acções quando vieram para Lisboa, vieram com a finalidade de vir a esta assembleia geral.

ANTÓNIO CHAMPALIMAUD EM PERIGO NA EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA, CONTOU COM A AJUDA DO DR. RUY DE ANDRADE

Na verdade, as acções, as nominativas averbadas em nome do eng.º Barros Leite, do dr. Manuel de Magalhães e do eng.º Hendrickx, e as ao portador, foram depositadas para efeitos dessa assembleia em nome de quatro outras pessoas que à mesma assembleia devem ter estado presentes. E de alguma maneira existiu no nosso espírito, antes de um completo esclarecimento desta problemática, a ideia de que essas acções ao virem para Lisboa, e ao tomarem parte na assembleia geral de 14 e 16 de Agosto de 1957, vieram por serem fundamentais a António Champalimaud, porque, como aliás em julgamento o eng.º Amilcar Marques teve oportunidade de referir, António Champalimaud lhe confidenciou um dia que nessa assembleia geral esteve em perigo, não fôra o auxílio que então lhe concedeu o dr. Rui d'Andrade, acompanhando-o na sua posição com um grande lote accionista que, por sinal, nesse mesmo ano de 1957, vendeu a António Champalimaud.

«NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO DA CONDUTA ATRIBUIDA NA PRONÚNCIA AO RÉU ANTÓNIO CHAMPALIMAUD EM QUALQUER TIPO LEGAL DE CRIME»

Ora, dentro deste condicionalismo e na sequência de tudo quanto temos vindo a afirmar, tocantemente aos dois pontos fundamentais com que iniciamos as nossas alegações, ser ou não ser a Empresa de Cimentos de Leiria gerente da Transfomal, serem ou não serem as acções compradas pela Transfomal, para a Transfomal, ou para a Companhia de Cimentos de Moçambique, parece concluir-se, dadas as respostas que entendemos que a prova consentia e impunha a essas interrogativas, que não há possibilidade de integração da conduta atribuída na pronúncia ao réu António Champalimaud em qualquer tipo legal de crime.

Poderíamos terminar as nossas alegações com o que acabamos de referir. Mas impõe-se-nos uma nota final. É que na pronúncia foi referido no art.º 125 e outros, tocantemente à determinação do valor das acções da Empresa de Cimentos de Leiria, na data em que esses acontecimentos tiveram lugar, que em 23 de Agosto de 1957, a Companhia de Cimentos de Moçambique vendeu à Empresa de Cimentos de Leiria, 3800 acções desta última empresa com determinado montante. E com apoio desse valor se alcançou e se atribuiu a tais acções da Empresa de Cimentos de Leiria um valor superior à cotação de Bolsa destas.

E evidente, por todos os considerandos que deixámos expostos, em nosso entender este ponto deixa de ter interesse, pelo menos se V.ªs. Ex.ªs acompanharem a posição do Ministério Público.

UM EQUÍVOCO

Por uma questão de coerência, somos obrigados a referir que houve erro da nossa parte, induzindo depois V.ªs Ex.ªs em equívoco, ao aceitar a posição por nós assumida, equívoco esse que resulta de se ter dado inteiro acolhimento à conclusão a que chegou o relatório pericial, a fls. 1047-v do vol. 4 e segs, quando refere que as acções de que trata o documento nesse volume incorporado e que é um ofício da Companhia de Cimentos de Moçambique, datado do mês de Agosto de 1957 para a Administração da Empresa de Cimentos de Leiria são acções da Empresa de Cimentos de Leiria.

Nós aceitamos como boa, a conclusão pericial de fls. 1047-v. Sobre essa mesma matéria, em face dos documentos juntos pelo réu António Champalimaud, imediatamente antes de iniciado o julgamento e que constam de fls. 9376 a fls. 9389, chegámos a conclusão de que essa conclusão é inexacta, pelo menos em nosso juizo e, por isso, apresentámos na audiência de julgamento, como V.ªs Ex.ªs devem estar recordados, essa dúvida, que já não era dúvida na altura.

Mas ainda dentro de uma linha de coerência, os senhores Peritos, nomeadamente o sr. dr. José Francisco Viegas, na sessão de 10 de Agosto do ano findo, a fls. 16.581, traçou vastíssimas considerações acerca desta matéria, sustentando e mantendo afinal a posição anteriormente assumida no relatório pericial. Sem embargo da consideração que votamos ao dr. José Francisco Viegas, parece-nos que as suas conclusões e a sua argumentação não terão validade e, por isso, nós, pessoalmente, entendemos que, efectivamente, as 3.800 acções daquele último documento em questão, são acções da Companhia de Cimentos de Moçambique e não da Empresa de Cimentos de Leiria. Se dúvidas existissem, tal se concluiria, necessariamente, em face dos citados documentos juntos por António Champalimaud antes de iniciado o julgamento.

O dr. José Francisco Viegas, com sede em determinada interpretação, baseia-se em determinados pontos de vista, e atinge uma determinada conclusão.

A nossa conclusão é diversa e parece, salvo sempre o respeito e consideração que pelo mesmo nutrimos, que a nossa conclusão é a exacta e não a do já referenciado dr. José Francisco Viegas.

Mas esta questão, em nosso entender, é verdadeiramente acessória, pelo que dentro da lógica, da sequência das alegações que temos vindo despendendo, ela não tem importância para o processo, pois considerando-se a inexistência da ilicitude criminal por parte do réu António Champalimaud, é despicienda a fixação do valor que as acções à data teriam.

De qualquer maneira, com o rigorismo que agora nos é possível emitir, fruto do conhecimento que presentemente consta dos autos, não quisemos deixar de fazer a correcção que parece se nos impunha desse artigo da pronúncia, que, aliás, resulta da aceitação de uma conclusão pericial.

E posta esta questão última, penso que não há necessidade de quaisquer outras considerações acerca da matéria constante da pronúncia, tocantemente aos factos que delam constam nos artigos 94.º e 95.º e seguintes.

Em face das considerações que fizemos, e de todas as conclusões a que chegámos, parece-nos que V.ªs. Ex.ªs., é pelo menos a nossa posição, não poderão deixar de absolver António Champaliamaud, do crime que neste conjunto de artigos da pronúncia lhe é assacado.

Informação económica

O comércio externo de Angola

No primeiro semestre de 1972, e em comparação com o mesmo período do ano anterior, as importações de Angola diminuiram 845.288 contos, o que corresponde a uma quebra de 15 por cento — informam fontes oficiais. Em compensação, as exportações angolanas aumentaram 969.130 contos (17 por cento). Segundo as mesmas fontes, o primeiro facto é o reflexo da política de austeridade em vigor; quanto ao segundo, veio ajudar a balanca de Angola e contribuir para o aumento de benefícios que se poderiam esperar das medidas restritivas observadas desde fins de 1971.

Os principais efeitos das restrições continuaram a recair sobre a Metrópole que, dos 1.752.030 contos de mercadorias vendidas a Angola no primeiro semestre de 1971, passou a exportar apenas 979.603 contos, correspondentes à quebra de 44 por cento, enquanto as importações para Angola provenientes de territórios estrangeiros continuaram a progredir, embora lentamente: 3.679.763, de Janeiro a Junho de 1971, para 3.711.411 em igual período do ano passado.

BALANÇO

OFERTA DE EMPREGOS

Segundo a última informação recebida do Serviço Nacional de Emprego, datada do dia 16, as localidades onde se regista uma maior oferta de empregos são: Abrantes, Leiria, Viseu, Portalegre, Vila Real e Ponta Delgada.

No que se refere a profissões, uma daquelas em que se nota maior falta de mão-de-obra parece ser a de pedreiro. Com efeito, pelo menos em quatro cidades existem lugares vagos: Faro, Portimão, Ponta Delgada e Viseu. Os ordenados oferecidos variam entre os 130 e os 200$00 por dia. A Covilhã também precisa de um pedreiro a 13/16$00 por hora.

BATATAS

O governo britânico proibiu a exportação de batatas, devido a existirem receios de não chegarem para o consumo interno. O Ministério da Agricultura disse que uma fraca colheita de batatas mundial, o ano passado, e o grande aumento das exportações da Grã-Bretanha, este ano, fizeram com que os agricultores ingleses ficassem apenas com cerca de 1,4 milhões de toneladas. Segundo o ministério, é de recear que tal quantidade de batatas não seja suficiente para abastecer o país até à nova colheita britânica, que tem início em Junho. Os maiores compradores de batatas, o ano passado, foram as ilhas Canárias, que absorveram 40.000 toneladas, Argentina, Grécia, Portugal, Noruega, Malta, Suécia, Finlândia, Irlanda e Síria.

ALGODÃO

Em resultado da confusa situação monetária internacional, os Estados Unidos têm sido alvo de uma procura sem precedentes de algodão em bruto para exportação. Em círculos comerciais, calcula-se que a compra para entrega a prazo da colheita de 1973 — ainda por plantar — monta a 2,5 milhões de fardos de um total exportável que se calcula entre três e quatro milhões de fardos. Entre os compradores, sobressai a China, com pelo menos 600.000 fardos, a juntar aos 500.000 da colheita passada, devendo referir-se também o Japão e vários outros países do Extremo Oriente.

Desenvolvimento dos recursos humanos

Foi criada em Lisboa, abrangendo todo o espaço português, a Associação Nacional para a Formação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Tem por fim impulsionar a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos no País e o aperfeiçoamento profissional dos seus associados, nomeação através da divulgação de informação, conhecimentos e métodos relacionados com esse fim, da realização de estudos permanentes e de apoio, de fomento da investigação e inovação no campo da formação, da colaboração e intercâmbio com organismos e associações congéneres, e da promoção de cursos e outras iniciativas no âmbito dos objectivos por ela prosseguidos.

A Associação não tem fins lucrativos e é complectamente alheia a qualquer manifestação estranha às actividades a que se destina.

Centro Europeu de Documentação e Informação

A fim de participarem nas reuniões do Centro Europeu de Documentação e Informação, que se realizam no Principado do Liechtenstein, seguiram para Genebra o almirante Sarmento Rodrigues e o prof. Adriano Moreira, membros efectivos daquele organismo internacional.

COMPRE TERRENOS...

Aproveite a oportunidade que a REPRESENTAL, LDA., lhe oferece ao vender em FONTAINHAS DO MAR - COSTA DA GALÉ - fracções de terreno com as áreas minimas exigidas pela Lei, conforme o estabelecido pela Portaria N.º 202/70, publicada no Diário do Governo N.º 93/70-1.ª Série - que fixa a divisão da propriedade em Portugal.

Estes terrenos estão integrados no Plano de Urbanização da COSTA DA GALÉ, de acordo com o que ordena o Decreto N.º 441/71, publicado no Diário do Governo N.º 250 de Outubro de 1971 - 1.ª Serie.

Banhados por maravilhosa praia Atlântica, os terrenos de FONTAINHAS DO MAR - COSTA DA GALÉ - estão situados entre o Centro Turistico de Tróia e o Complexo Industrial de SINES.

Peça informações à:

REPRESENTAL, LDA.
Edifício Aviz*
Avenida Fontes Pereira de Melo, 35-20.º.
LISBOA

* Entre pela arcada do Hotel Sheraton e procure o Bloco A 1

LUANDA

RIO DE JANEIRO

FILIAIS
PARIS (FRANÇA) FRANKFURT (ALEMANHA)

Queiram remeter-me sem compromisso elementos detalhados sobre as FONTAINHAS DO MAR - COSTA DA GALE.

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

DL/GERAL

LOPES & MATOS, LDA.

Comunica que no próximo domingo, dia 1 de Abril, entra em vigor o novo horário da carreira:

S. R.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Divisão de Transportes Regulares

CARREIRA: Regular de passageiros

Concessionario: LOPES & MATOS, LDA.

HORÁRIO

ALHANDRA (EST.) LINHÔ

LOCALIDADES		a				a		a		a
Alhandra (est.)	P	7 15	7 50	8 35	13 50	14 50	18 00	19 00	20 00	21 55	22 00
V. Franca de Xira (est.)	C	7 21	7 56	8 41	13 56	14 56	18 06	19 06	20 06	21 41	22 06
	P	7 25	7 41	8 46	13 41	14 41	18 11	19 11	20 11	21 46	22 11
Cachoeiras (cruz.°)		7 31	7 46	8 51	13 46	14 46	18 16	19 16	20 16	21 51	22 16
A-dos-Bispos		7 34	7 49	8 54	13 49	14 49	18 19	19 19	20 19	21 54	22 19
Agruela (cruz.°)	C	7 35	7 50	8 55	13 50	14 50	18 20	19 20	20 20	21 55	22 20
	C	7 37	7 52	8 57	13 52	14 52	18 22	19 22	20 22	21 57	22 22
Agruela	P	7 38	7 53	8 58	13 53	14 53	18 23	19 23	20 23	21 58	22 23
A-dos-Loucos		7 42	7 57	9 02	13 57	14 57	18 27	19 27	20 27	22 02	22 27
Agruela		7 45	8 00	9 05	14 00	15 00	18 30	19 30	20 30	22 05	22 30
Agruela (cruz.°)		7 47	8 02	9 07	14 02	15 02	18 32	19 32	20 32	22 07	22 32
Linhô		7 50	8 05	9 10	14 05	15 05	18 35	19 35	20 35	22 10	22 35

LOCALIDADES		a	a							
Linhô		6 15	6 40	7 20	9 25	10 35	11 45	17 50	18 25	
Agruela (cruz.°)		6 18	6 45	7 25	9 28	10 39	11 48	17 53	18 28	
Agruela		6 20	6 45	7 25	9 30	10 40	11 50	17 55	18 30	
A-dos Loucos		6 25	6 48	7 28	9 35	10 45	11 55	17 58	18 35	
Agruela	C	6 27	6 52	7 32	9 37	10 47	11 57	17 42	18 37	
	P	6 28	6 55	7 35	9 36	10 48	11 58	17 43	18 38	
Agruela (cruz.°)		6 50	6 55	7 35	9 40	10 50	12 00	17 45	18 40	
A-dos-Bispos		6 51	6 56	7 36	9 41	10 51	12 01	17 46	18 41	
Cachoeiras (cruz.°)		6 54	6 59	7 39	9 44	10 54	12 04	17 49	18 44	
V. Franca de Xira (est.)	C	6 40	7 05	7 45	9 50	11 00	12 10	17 55	18 50	
	P	6 45	7 10	7 50	9 55	11 05	12 15	18 00	18 55	
Alhandra (est.)	P	6 53	7 15	7 55	10 00	11 10	12 20	18 05	19 00	

OBSERVAÇÕES:

Efectuam-se:

a) — Excepto aos domingos e feriados

Este horário anula todos os anteriormente aprovados.

Entra em vigor em 1 de Abril 1973

RIKER LABORATORIES 3M

INFORMAM A EXCELENTÍSSIMA CLASSE MÉDICA, QUE EM 26 DESTE MÊS MUDARAM OS SEUS ESCRITÓRIOS PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES NA

RUA DO CONDE REDONDO, 98/102

R/C. E 1.º ANDAR — LISBOA - 1

NOVOS TELEFONES

53 55 36

53 66 09

53 66 20

3M

MINNESOTA (3 M) DE PORTUGAL, LDA.

MERCÊS HONORÍFICAS

Foram louvados e condecorados com a medalha de prata de serviços distintos: capitães-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, Henrique António Chambel Serpa Quaresma Abreu e Lima Matos de Vasconcelos, Joaquim Gormicho Boavista e José Manuel Cunha Guerreiro de Amorim (Moçambique); primeiros-tenentes Carlos Alberto Fernandes Maia (Moçambique), João Manuel Velho da Silva Dias (Angola), José Manuel da Costa Ilharco de Moura (Moçambique) e Raul Eugénio Dias da Cunha e Silva (Guiné).

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho da MOITA em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49789, para o estabelecimento na freguesia e concelho da Moita, de linha mista a 30 kV, com o comprimento total de 998 metros (parte aérea, com 957 metros e parte subterrânea, com 41 metros) do apoio n.º 45 da linha RA-30-3-7 Variante Palhais-Moita ao posto de transformação da Sociedade da Pré-Fabricação e obras gerais Novobra, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 22 de Março de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49513, para o estabelecimento na freguesia de S. Sebastião, concelho de Setúbal, de modificação da linha aérea a 30 kV, para o posto de transformação de Teodoro Gomes Alho, com um aumento de 53 metros no comprimento e a inclusão de um novo apoio, que fica com o n.º 3.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 22 de Março de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

FUNDAÇÃO MEDEIROS DE ALMEIDA

Foi constituída pelo sr. António de Medeiros e Almeida uma fundação de interesse social, sem objectivos lucrativos e de âmbito nacional, a qual adopta a denominação de Fundação Medeiros e Almeida com sede em Lisboa.

A Fundação tem por objectivo dotar o País com uma casa-museu sendo todo o seu recheio constituído por quadros, tapeçarias, tapetes, móveis, esculturas, pratas, porcelanas, relógios, lustres, adornos diversos e livros.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49622, para o estabelecimento na freguesia de Paio Pires, concelho do Seixal, de modificação da linha aérea a 30 kV, n.º LI 30-31 Coina — Siderurgia, sem aumento de comprimento e incluindo a depressão de um apoio no respectivo traçado.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 22 de Março de 1973.

O Engenheiro Chefe,
Guilherme Martins

BOM APETITE

RESTAURANTE
SANCHO
Trav. da Glória, 8-16
Telef. 369780
LISBOA

Estalagem «A GRUTA DO RIO»

RIO DE MOURO
Telef 2960535
(Auto-Estrada para Sintra)
ESPECIALIDADES DIÁRIAS
BACALHAU À LAGAREIRA
E
CABRITO NO FORNO
À PADEIRO
LANCHES DE CASAMENTO

RESTAURANTE E BAR
DO
HOTEL ALVORADA
ESTORIL
COZINHA PRIMOROSA
E VARIADA
(Contratos especiais em casamentos, baptizados e banquetes)
Telef. 260070 (Frente do casino)

A CARRUAGEM
BAR * RESTAURANTE * SNACK
DÁ-NOS UM TOQUE DIFERENTE
ABERTO DAS 11 DA MANHÃ ÀS 2 DA MADRUGADA
AR CONDICIONADO * ENCERRA AOS SÁBADOS
RUA FILIPE FOLQUE, 49-A — TELF. 561457

APÓS AS REFEIÇÕES - CHAVE D'OURO - O MELHOR CAFÉ

DL/NACIONAL

COMPANHIA PORTUGUESA DE CELULOSE

Na sede da empresa, em Lisboa, reuniu-se a Assembleia Geral da Companhia Portuguesa de Celulose que fora convocada para discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, respeitantes ao exercício de 1972; proceder à eleição do presidente da mesa da Assembleia Geral, para servir até ao termo do triénio em curso; e autorizar o Conselho de Administração a praticar os actos preparatórios convenientes à fusão com outra sociedade congénere, a submeter oportunamente a nova Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral a que presidiu o prof. Eng. Daniel Barbosa, representando o Banco de Fomento Nacional, foi prestada homenagem à memória do sr. dr. Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva

Palavras do Governador do Banco de Fomento Nacional, Professor Daniel Vieira Barbosa

De acordo com as disposições legais em vigor, citadas na abertura da reunião pelo primeiro secretário da mesa, Prof. Eng.º Eduardo Henrique Cansado de Carvalho, e aplicáveis às circunstâncias criadas pelo falecimento do sr. Dr. Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva, foi convidado para assumir a presidência da sessão o maior accionista — Banco de Fomento Nacional — na oportunidade representado pelo seu Ilustre Governador, Prof. Eng.º Daniel Vieira Barbosa.

Ao assumir a presidência da Assembleia e depois de salientar que o fazia mercê de uma triste circunstância que a todos os presentes afectou e afecta, o sr. Prof. Daniel Barbosa lembrou: «A Companhia Portuguesa de Celulose desde o seu arranque — pela técnica adoptada, pela dimensão do empreendimento, pelo vultoso investimento que acarretou — marcou desde logo um lugar de particular relevo na economia nacional, então tão pobre de ousadas iniciativas como esta, na verdade, foi».

«Não se limitou a Celulose de Cacia — como vulgarmente a denomina — a ocupar um lugar sonolento, de estatismo empresarial, que mantivesse muito embora, em termos razoáveis, a rentabilidade dos capitais nela investidos. Dinamizando-se na sua acção, alargando-se no leque das suas possibilidades passou a ocupar um lugar destacado e vivo no meio industrial do país, que dela pode, portanto, esperar uma contribuição positiva cada vez maior para o seu progresso económico-social».

Prosseguindo o sr. Prof. Daniel Barbosa enalteceu «quantos chamaram a si a pesada responsabilidade de lançar a empresa e de a continuar na sua prestimosa acção» apontando depois as figuras inesquecíveis dos srs. engenheiros Santos Mendonça e Rodrigues de Carvalho. A terminar afirmou:

«Simplesmente à honra que esta presidência transitória me confere não junto sentimentos de alegria, visto ocupar, hoje, este lugar em virtude do desaparecimento de um português nobilíssimo que foi o Dr. Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva. Não poderia em relação à sua inolvidável figura dizer mais, e de forma mais expressiva, do que aquilo que, em muitas ocasiões, já foi dito. Direi somente que sempre que recorri ao seu conselho, voltei mais avisado para o procedimento que se impunha; que sempre que me acolhi à sua amizade, regressava fortalecido pelo conforto, pela simplicidade, pela nobreza com que ma oferecia; que sempre que com ele contactei em encontros dentro ou fora do país me aumentava a admiração pela forma como se afirmava nos mais diversos sectores por que se distribuia a sua invulgar capacidade de acção, a sua inteligência e a sua simpatia. Evoco, neste momento, a sua relevante figura com amargurada saudade, na certeza de que todos nós — e quando digo todos nós, digo o País — ficamos empobrecidos com o seu desaparecimento. Ao pedir portanto, meus senhores, em homenagem à sua memória, uns momentos de recolhimento, tenho a certeza que corresponde aos sentimentos de todos V. Exas.»

Findo o espaço de tempo em que todos permaneceram de pé, recolhidamente, o sr. Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva usou da palavra para agradecer em sentidos termos a homenagem prestada à memória de seu pai e as palavras tão amigas e sinceras que emocionadamente acabava de ouvir pronunciar ao sr. Prof. Daniel Barbosa.

Seguidamente, e em nome do Conselho de Administração a que preside, associou-se à homenagem prestada à memória do sr. Dr. Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva o sr. António Santos Mendonça. Lembrando as qualidades exemplares do antigo presidente da Assembleia Geral afirmou que a sua passagem pela vida foi caracterizada por inteira distinção e notável sentido de bem servir os outros e o seu país. E acentuou: «O Dr. Manuel Espírito Santo Silva teve acção preponderante e do mais alto valor para que pudesse vingar um empreendimento em que nem todos confiavam e a sua inteligência lúcida e serena, o seu conhecimento do meio, o seu enorme e justíssimo prestígio em todas as esferas, o seu espírito conciliador e o seu avisado conselho, foram ao longo dos anos um sólido e sempre prestante apoio para aqueles a quem incumbiu concretizar e desenvolver depois esse empreendimento. O seu nome fica, assim, indissolùvelmente ligado ao êxito de que a Companhia Portuguesa de Celulose legitimamente se orgulha».

O Presidente do Conselho de Administração declarou depois que outra grave perda sofreu a Companhia com o falecimento do Dr. José Guilherme Rato de Melo e Castro, membro da Comissão Executiva daquele Conselho. E salientou: «A sua dinâmica personalidade e brilhante inteligência patenteadas no desempenho de elevados cargos de administração pública foram por ele postas com a melhor dedicação ao serviço das suas funções nesta empresa, a que a adversidade prematuramente pôs termo».

O sr. António Santos Mendonça saudou depois o presidente da Assembleia acentuando que a presença do sr. Prof. Daniel Barbosa constituia uma honra para a Companhia pelo vulto da sua personalidade e pela circunstância daquele ilustre homem público estar ligado às decisões iniciais para a remota constituição da empresa.

Elucidativa exposição à assembleia sobre a situação geral da Companhia pelo presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração iniciou depois a sua exposição à Assembleia, começando por aludir os aspectos mais signifficativos da vida da Companhia no ano findo.

Ao refetir-se a produções fabris e a vendas salientou em particular, o facto de ter sido possível, devido ao grande esforço dos Serviços Comerciais, vender toda a produção do ano e reduzir substancialmente os «stocks» existentes no início de 1972. Por outro lado também foi possível realizar vendas num total de 150 000 ton., na sua maior parte dirigidas aos mercados externos.

Quanto ao mercado de cartão canelado, embora tenha sofrido uma melhoria geral devido à colaboração das empresas dentro do sector durante o ano, verifica-se que se está ainda longe de uma ocupação total da capacidade industrial existente, dados os baixos índices de consumo no nosso país.

Salientou que presentemente a situação começa a ser mais favorável no que diz respeito à possibilidade dum ajustamento no mercado internacional de preços, mas que este nunca fará totalmente face às desvalorizaçoes sofridas de há ano e meio a esta parte pelo dólar, moeda em que são cotadas as pastas celulósicas.

Continuando a ocupar-se dos aspectos mais significativos relacionados com a vida da empresa, o sr. António Santos Mendonça fez especial referência ao problema da poluição e às medidas tomadas pela Companhia para o seu combate. Disse, nomeadamente, que somos severa e injustamente atacados e escolhidos como exemplo, quando existem muitas outras fontes de poluição, algumas delas atingindo fortemente a Companhia e ocasionando-lhe importante dispêndio.

O sr. Santos Mendonça prosseguindo a sua exposição aos accionistas, referiu-se depois à expansão fabril, salientando o valor que ela representa para a Companhia e para a economia nacional. E disse: «Julgo que para V. Exas. bastará mencionar os seguintes números, no que se refere à importante fase para a qual a nossa Companhia está caminhando:

— em 1954 arrancámos a 1.ª fase para produzirmos 30 000 ton.;

— em 1957, ao incluirmos a produção de eucalipto, atingimos 41 000 ton.;

— em 1968, ao arrancarmos a 2.ª fase, viemos a atingir, em 1972, as 130 000 ton.;

— entrámos agora na 3.ª fase onde desejamos ultrapassar as 200 000 ton.

No que respeita ao abastecimento da fábrica em matéria-prima lenhosa, referiu-se às preocupações da suficiência desse abastecimento e ao problema da reconversão florestal do país, dizendo, nomeadamente:

«Estamos esperançados, meus senhores, e não posso deixar de mencionar o notável discurso do senhor ministro da Economia e Finanças, sobre a orientação que vai passar a ser dada ao sector florestal, e formulamos votos para que o IV Plano de Fomento seja uma realidade e se cumpram as orientações definidas. Julgamos que esta conjugação de esforços só pode ser benéfica para todos nós e para o país. Lembro a V. Exas. que uma unidade fabril precisa de 2 a 3 anos para a sua instalação, mas uma árvore que serve de matéria-prima precisa de 10 ou 30 anos para o seu crescimento, conforme a espécie.

No respeitante a Pessoal, disse que é com certa preocupação que a Companhia assiste à tendência altista do custo do factor trabalho traduzida nos custos de produção, salientando que durante o exercício de 1972 foram dispendidos a mais 28 000 contos com remunerações.

E acentuou: «Julgo este assunto deveras delicado e ainda que oportuna a sua discussão em vários aspectos, talvez não seja agora, nesta Assembleia, o momento de o fazer».

Comentando largamente índices da situação económica e financeira da empresa, fez sobressair a evolução extremamente favorável das diversas rubricas do Balanço.

Finda a exposição tão elucidativa do sr. António Santos Mendonça, Presidente do Conselho de Administração, foram aprovados por unanimidade o Relatório e Contas do exercício de 1972 e o Parecer do Conselho Fiscal relativo à mesma gerência. Também foram aprovados por unanimidade votos de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Eleito Presidente da Assembleia Geral o Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva

Para dar cumprimento ao ponto 2.º da convocatória da Assembleia, foi apresentada a candidatura do accionista sr. Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, cuja eleição para presidente da Assembleia Geral foi votada por unanimidade.

O sr. Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva agradeceu a sua eleição e a confiança nele depositada por todos os accionistas presentes à Assembleia, dizendo de quanto lhe era grato vir a assumir tão altas funções numa Companhia de tão grande prestígio no contexto da economia nacional.

O Prof. Daniel Barbosa congratulou-se com a votação obtida e destacou as altas qualidades pessoais do Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, lembrando, a propósito, o facto de vir a suceder na presidência da Assembleia Geral à inesquecível e saudosa figura de seu pai, Dr. Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva.

Foram autorizados actos preparatórios para a fusão da Companhia Portuguesa de Celulose com a Socel

No uso da palavra, e a propósito do 3.º ponto da ordem do dia, o Presidente do Conselho de Administração teceu considerações sobre as manifestas vantagens que podem resultar da fusão da Companhia Portuguesa de Celulose com a Sociedade Industrial de Celulose. Lembrou que já há muito tempo as duas empresas vêm conjugando as suas orientações comerciais e industriais, e evidenciou que a íntima colaboração técnica e comercial existente há vários anos entre as duas sociedades, realizando em conjunto planos de fabrico e uma política de vendas comum, justifica cada vez mais a íntima associação. A propósito salientou o que se faz pelo mundo fora quanto à formação, por meio de fusões, de vários agrupamentos industriais ou por meio de concentração de unidades fabris que se preparam para a luta internacional económica entre as diferentes zonas dos vários agrupamentos ou dentro de um conjunto de países, o que, disse, nos leva também a considerar as vantagens de uma fusão da nossa Companhia com a SOCEL.

Perante as expansões industriais que as duas Companhias tencionam realizar a curto prazo de tempo, pareceu-nos — acrescentou — ser a altura para levar tudo isto para uma realização rápida de uma unidade que esteja a nível de competir no mercado internacional e disponha de uma dimensão mínima, indispensável hoje, de 1 000 ton/dia.

E afirmou: «Como resultado de várias reuniões entre os Conselhos de Administração das duas empresas, ouvidos e consultados os respectivos Conselhos Fiscais e por julgarmos que a fusão é um facto de interesse não só para o país, mas para todos os accionistas, somos levados a vir perante V. Exas. fazer a seguinte proposta:

«Que esta Assembleia autorize o Conselho de Administração a praticar os actos preparatórios convenientes à fusão da Companhia Portuguesa de Celulose, SARL. com a SOCEL — Sociedade Industrial de Celuloses, SARL., cuja efectivação deverá ser submetida à apreciação de nova Assembleia Geral, nos termos da lei».

Depois dos accionistas srs. Guilherme Nadal e Manuel Queirós Pereira terem usado da palavra sobre o conteúdo desta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, tendo no final da sessão sido igualmente aprovado por unanimidade um voto de louvor à mesa pela forma superior como os trabalhos foram dirigidos.

FEIRA DE MOEDAS de TOMAR

SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 1973
DAS 18 AS 23 H.

Informações pelos telefones: 32676 e 32827

Agente Técnico de Engenharia

Precisa-se

COM PROFUNDOS CONHECIMENTOS DE ESTRADAS: PLANEAMENTO, PROJECTOS, CONTRATAÇÃO E CONSTRUÇÃO.

OFERECE-SE LUGAR DE ADJUNTO DO DIRECTOR TÉCNICO EM GRANDE EMPRESA. BOA REMUNERAÇÃO.

ENVIAR CURRICULUM VITAE A ESTE JORNAL AO N.º 757.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE PETROQUÍMICA

S. A. R. L.

CAPITAL: 450 000 CONTOS

AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 104 - 4.º — LISBOA

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Senhores Obrigacionistas de que, a partir do próximo dia 1 de Abril, se encontram a pagamento os seguintes cupões:

OBRIGAÇÕES DE 5% — 1960 — 2.ª EMISSÃO — CUPÃO N.º 25
OBRIGAÇÕES DE 5% — 1961 — 3.ª EMISSÃO — CUPÃO N.º 24

O valor do juro é assim discriminado:

	Obrigações ao Portador	Obrigações ao Portador Registadas
Juro ilíquido	25$00	25$00
Impostos	8$95,24	3$49
Juro líquido	16$04,76	21$51

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Comunica-se aos Senhores Obrigacionistas que conforme foi anunciado foram sorteadas 1800 obrigações de 5% - 1960 2.ªEmissão e 2300 obrigações de 5% - 1961 3.ª Emissão, que a seguir se discriminam, para amortização em 1 de Abril próximo, data a partir da qual deixam de vencer juro.

Os títulos representativos de mais de uma obrigação são identificados, para simplificação, pelos seus primeiros números.

OBRIGAÇÕES DE 5% — 1960 — 2.ª EMISSÃO — 10.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 25)

TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO

50025	50151	50332	50432	50557	50681	50872	51073	51220	51342	51504	51601	51756	51899	52049	52175	52343	52462	52557	52708	52815	52931	53016	53157	—
50044	50169	50335	50434	50567	50683	50887	51080	51222	51357	51509	51628	51785	51911	52077	52179	52386	52470	52564	52722	52817	52936	53063	53164	—
50048	50211	50344	50442	50579	50685	50916	51088	51239	51369	51510	51637	51798	51912	52084	52210	52414	52487	52581	52748	52820	52941	53081	53170	—
50068	50242	50380	50449	50593	50705	50934	51126	51243	51414	51533	51638	51822	51915	52118	52236	52421	52493	52609	52754	52837	52942	53096	53174	—
50072	50251	50385	50521	50601	50738	50954	51141	51250	51449	51537	51664	51823	51917	52132	52247	52424	52499	52614	52773	52851	52947	53103	53209	—
50087	50288	50394	50522	50612	50747	50970	51149	51256	51450	51548	51691	51832	51977	52134	52262	52427	52507	52617	52774	52866	52969	53116	53234	—
50094	50293	50401	50531	50620	50762	50993	51168	51283	51457	51552	51703	51856	51979	52135	52276	52444	52512	52633	52780	52885	52988	53117	53237	—
50111	50302	50414	50534	50621	50808	51012	51209	51294	51458	51593	51737	51859	51993	52137	52290	52451	52524	52662	52796	52886	52990	53134	53259	—
50134	50314	50428	50545	50633	50812	51026	51216	51321	51465	51597	51750	51886	51995	52143	52309	52453	52529	52689	52810	52925	53006	53145	53276	—
50147	50322	50429	50546	50668	50863	51067	51219	51333	51501	51600	51755	51896	52037	52172	52326	52457	52550	52703	52812	52930	53008	53147	53291	—

TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES

53326	53836	54326	54626	54896	55071	55406	55806	56331	56581	56876	57516	58141	58456	58921	59341	60176	60281	60621	61246	61496	62076	—	-	—
53431	53851	54376	54646	54901	55101	55466	55906	56436	56616	57016	57831	58171	58491	58951	59456	60191	60286	60706	61306	61571	62101	—	—	—
53481	53881	54426	54696	54956	55136	55606	56001	56441	56666	57076	57901	58176	58571	59011	59686	60206	60381	60771	61421	61626	—	—	—	—
53496	54251	54441	54751	55016	55321	55676	56091	56516	56761	57146	57936	58181	58596	59101	60026	60226	60441	60791	61446	61681	—	—	—	—
53606	54281	54466	54826	55036	55336	55711	56271	56531	56771	57156	58091	58276	58616	59291	60086	60241	60446	61006	61466	61691	—	—	—	—
53721	54296	54546	54891	55051	55356	55736	56326	56566	56826	57406	58121	58371	58636	59316	60156	60276	60601	61066	61476	62021	—	—	—	—

TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES

62381	62881	63201	63961	65071	65551	66111	67381	68031	68731	68961	69261	70121	70611	70831	71061	71591	71961	72371	73031	—	—	—	—	—
62431	62891	63321	64211	65091	65901	66231	67401	68101	68751	69091	69441	70301	70711	70881	71421	71841	72071	72461	73101	—	—	—	—	—
62621	63001	63371	64551	65211	66041	66281	67631	68251	68791	69201	69481	70511	70761	70951	71451	71941	72121	72791	73281	—	—	—	—	—
62681	63061	63891	65061	65341	66061	66651	67901	68511	68871	69231	69721	70581	70781	71031	71461	71951	72281	72801	73311	—	—	—	—	—

TÍTULOS DE 20 OBRIGAÇÕES

73741 74341 74641 74761 74861 74961

TÍTULOS DE SORTEIOS ANTERIORES POR REEMBOLSAR

2.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 9)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
53289

4.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 13)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
52361

5.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 15)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
53280 53293

6.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 17)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
53279

7.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 19)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
51622 52160 52176
51701 52165 53300

8.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 21)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
50527 51653 52096 52153 53015 53197
51346 51654 52150 53007 53018 53296
TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES
54451 56901 58341 62081

9.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 23)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO

50003	50360	50897	50994	51629	52206	52416	53014	53229
50055	50443	50944	51095	51672	52218	52641	53128	53295
50086	50706	50983	51099	52011	52293	52830	53130	53299
50218	50732	50984	51618	52148	52341	53013	53206	—

TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES

53476	55046	56856	58356	60336
53491	56031	56931	58561	62121
54161	56056	58346	59586	62156

TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES
69351

OBRIGAÇÕES DE 5% — 1961 — 3.ª EMISSÃO — 11.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 24)

TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO

75007	75161	75307	75382	75478	75625	75758	75925	76044	76271	76431	76642	76771	76881	76991	77228	77312	77504	77663	77822	77940	78016	78129	78253	78408
75024	75166	75313	75383	75479	75629	75781	75926	76054	76281	76432	76645	76772	76897	77009	77237	77330	77506	77683	77823	77957	78023	78134	78288	78419
75042	75170	75326	75397	75507	75661	75795	75952	76065	76289	76464	76653	76776	76901	77010	77245	77358	77509	77687	77824	77959	78028	78141	78290	78437
75045	75191	75335	75401	75512	75668	75820	75961	76077	76290	76488	76664	76790	76903	77035	77247	77368	77514	77706	77853	77963	78040	78146	78301	78444
75080	75212	75338	75402	75535	75678	75822	75968	76094	76300	76500	76667	76794	76913	77042	77248	77373	77518	77715	77857	77967	78042	78166	78307	78454
75091	75215	75341	75422	75543	75679	75832	75969	76112	76312	76501	76678	76815	76919	77044	77249	77376	77540	77732	77865	77973	78056	78167	78314	78455
75104	75231	75343	75429	75544	75682	75846	75978	76126	76343	76522	76706	76816	76942	77050	77254	77397	77548	77737	77878	77982	78061	78173	78317	78458
75106	75235	75347	75440	75551	75687	75877	75983	76149	76352	76541	76715	76839	76943	77054	77258	77398	77558	77745	77879	77988	78082	78188	78318	78460
75110	75246	75348	75443	75579	75728	75879	75990	76165	76353	76570	76719	76845	76945	77079	77260	77405	77588	77760	77885	77995	78084	78196	78333	—
75121	75262	75350	75447	75580	75733	75898	75998	76179	76358	76580	76730	76859	76949	77100	77279	77434	77589	77779	77901	78000	78092	78200	78343	—
75130	75264	75365	75448	75602	75736	75905	76000	76228	76387	76584	76746	76860	76958	77129	77289	77442	77596	77791	77917	78002	78105	78210	78350	—
75136	75269	75368	75455	75605	75747	75920	76034	76253	76389	76617	76750	76876	76971	77183	77292	77483	77649	77792	77923	78006	78108	78220	78351	—
75148	75289	75373	75470	75612	75755	75922	76041	76267	76396	76635	76752	76877	76979	77198	77305	77489	77651	77808	77934	78010	78119	78223	78391	—

TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES

78491	78806	79316	79781	80041	80481	80796	81186	81746	82231	82526	82946	83436	83671	84031	84496	84766	85266	85491	86126	86346	86656	86946	—	—
78571	78811	79356	79836	80071	80596	80806	81246	81801	82271	82546	82996	83476	83701	84076	84526	84776	85271	85531	86141	86396	86661	86981	—	—
78611	78856	79441	79866	80141	80611	80906	81536	81916	82306	82601	83016	83486	83786	84196	84531	84876	85281	85861	86226	86406	86716	87061	—	—
78736	78941	79606	79876	80181	80626	80941	81556	81981	82316	82681	83061	83521	83821	84256	84561	84926	85296	85976	86271	86491	86721	87071	—	—
78756	79091	79706	79886	80281	80641	81066	81571	82026	82396	82861	83231	83551	83946	84366	84661	84951	85311	85986	86276	86546	86826	87116	—	—
78776	79226	79721	80026	80326	80671	81091	81586	82066	82461	82896	83326	83581	83961	84371	84681	85066	85436	85991	86291	86556	86831	87186	—	—
78781	79271	79726	80036	80471	80776	81111	81616	82211	82481	82901	83371	83621	83986	84406	84706	85201	85466	86056	86336	86641	86896	—	—	—

TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES

87241	88031	88551	89561	89911	90551	90971	91991	92381	92561	93271	93841	94241	94591	95431	95731	96241	96621	97171	97551	97831	—	—	—	—
87351	88261	88561	89621	89921	90561	91311	92101	92411	92571	93331	93911	94271	94821	95511	95801	96261	96661	97321	97571	98181	—	—	—	—
87811	88341	88721	89641	90341	90731	91431	92311	92431	92761	93371	93931	94291	94911	95571	95851	96481	96831	97451	97601	98221	—	—	—	—
87841	88411	89041	89751	90391	90901	91591	92321	92481	93181	93491	94051	94341	95101	95621	95941	96521	96931	97481	97691	98231	—	—	—	—
87981	88531	89461	89801	90421	90911	91771	92341	92511	93201	93551	94231	94521	95161	95701	96221	96561	96981	97491	97761	—	—	—	—	—

TÍTULOS DE 20 OBRIGAÇÕES

98681 98701 98821 99381 99641 99661 99681

TÍTULOS DE SORTEIOS ANTERIORES POR REEMBOLSAR

3.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 8)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
75409 75413

4.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 10)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
75412

5.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 12)
TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES
91841

7.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 16)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
75411 78154
TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES
83316

8.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 18)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
76803 77618 78163
TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES
81356 84781 86911 86916

9.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 20)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO
75305 75523 75525 78160
TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES
83346 84376 85396 85406 85416 86441 86901
TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES
96841 96951 96971 97001 97091 97101

10.º SORTEIO (último cupão pagável n.º 22)
TÍTULOS DE 1 OBRIGAÇÃO

75190	75337	75901	76200	77153	77337	77945
75249	75468	76035	76204	77156	77615	77955
75255	75662	76167	76518	77176	77617	78448
75311	75799	76180	76814	77177	77910	78450
75325	75900	76193	76829	77316	77939	78466

TÍTULOS DE 5 OBRIGAÇÕES

78891	79166	81726	85751	86146
78926	80261	83841	85921	86476
79101	80276	83881	85926	86841
79106	80871	84146	86131	87126

TÍTULOS DE 10 OBRIGAÇÕES

90211	91761	93671	96851	97141	97411	98201
90541	91901	94101	96901	97391	97531	—

O reembolso das obrigações sorteadas e o pagamento de juros serão efectuados nos seguintes Estabelecimentos de Crédito:

— **Caixa Geral de Depósitos**
— **Banco de Fomento Nacional**
— **Banco da Agricultura**
— **Banco do Alentejo**
— **Banco Borges & Irmão**
— **Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa**
— **Banco Fonsecas & Burnay**
— **Banco Nacional Ultramarino**
— **Banco Pinto & Sotto Mayor**
— **Banco Português do Atlântico**
— **Banco Totta & Açores**
— **Crédit Franco-Portugais**
— **Crédito Predial Português**

Lisboa, 20 de Março de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DL/GERAL

Um milhão de dólares para afastar Allende

Continuação da pag. 3

pressionassem também a Casa Branca, o que teria motivado os numerosos encontros entre Merriam e personalidades como John Mitchell, então secretário da Justiça, e John Erlichman, conselheiro de Nixon para os assuntos internos.

O inquérito está ainda no seu início, e sem dúvida, novas informações virão a ser dadas. Mas em todo o caso, as coisas já não estão a correr muito bem para a I.T.T. e a C.I.A.. Pode até acontecer que a história se torne muito feia para a grande companhia multinacional: se vier a ser provado que ela se imiscuíu indevidamente nos assuntos internos chilenos, a agência governamental americana que garante os investimentos no estrangeiro poderá recusar-lhe a quantia de 92,2 milhões de dólares que a companhia reivindica como compensação pela nacionalização das suas instalações no Chile. Pelo contrário, se a I.T.T. conseguir provar que a actividade desenvolvida contra Salvador Allende foi conduzida em estreita colaboração com uma agência governamental americana (a C.I.A.) então será com certeza reembolsada. É isso que está por trás da «revelação» feita por McCone da oferta à C. I. A. da soma de 1 milhão de dólares, oferta que se pretende assimilar à feita à Grécia pelo Governo americano em 1947, ao plano Marshhall ou à ponte aérea de Berlim. «O comunismo internacional está farto de afirmar que o seu objectivo é a destruição económica, política e militar do mundo livre. É nisso que nós pensamos». É possível. Em todo o caso isso não explica porque razão a I.T.T. está neste momento em negociações com Moscovo com vista à construção de uma cadeia de hoteis, centrais telefónicas e até à abertura de agências de aluguer de automóveis em várias cidades da União Soviética, por uma das suas firmas filiadas.

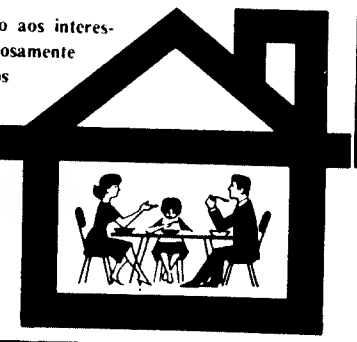
JACQUES AMALRIC

obeso?

"colitico?"

o seu problema alimentar será fàcilmente resolvido através dos métodos de alimentação racional diese.

Enviamos documentação aos interessados e prestamos graciosamente todos os esclarecimentos e assistência.



contacte o
GABINETE
DE ESTUDOS
DE NUTRIÇÃO
av.república,46 - lisboa1
se mora em Lisboa, utilize o telefone 767141

AGENTES TÉCNICOS DE ENGENHARIA CIVIL

Precisam-se agentes técnicos de engenharia civil para serviço oficial.

Resposta a este Jornal ao n.º 758.

Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»

Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões

NA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

ÁMANHÃ ÚLTIMO DIA

DAS 13 ÀS 20 HORAS

ENTRADA LIVRE

abril em portugal

RUA DAS TAIPAS, 6-8 (próximo ao Hotel Botânico)
TELEFONE 33854

Grupo D (18 anos) ★ AR CONDICIONADO

HOJE E TODAS AS NOITES

FADO E FOLCLORE

COM

ADA DE CASTRO

(Artista convidada)

e com seu elenco privativo:

ROSA MARIA, ALCINDO DE CARVALHO, LUIZ TOMAR, JOÃO QUEIROZ (fado de Coimbra)

PARREIRA (guitarra) e GONÇALVES (viola) ✲ Conjunto Folclórico sob a direcção de TONY DE SOUSA ✲ FERNANDO MANUEL (em acordeon)

ESMERADO SERVIÇO DE RESTAURANTE — PRATOS REGIONAIS

assistência

factor principal no "palmarés" de um campeão, ou na segurança dos automobilistas.

A assistência que prestamos ao Renault-Alpine com o qual **António Borges** conquistou um honroso 6.º lugar no Rallye Internacional TAP-73, é a mesma que prestamos a todos os automobilistas que preferem **Renault** e a eficiência técnica das nossas oficinas.

SICAR

RENAULT

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A

Estação de diagnóstico. Secções de mecânica, electricidade, carroçaria e pintura. Peças de origem. Estação de serviço.

DL/DESPORTOS

SEMANA CATALÃ

AGOSTINHO RESVALA NA TABELA

O corredor belga Eddy Peelman ganhou a quarta etapa da «Semana Ciclista Catalã», entre Collbato e Castelldefels (219 quilómetros), no tempo de 6h 2m e 39s. Com o mesmo tempo chegou um grupo formado por Ocaña, Merckx, Van Springel, Swerts e Mourioux. Ocaña é o novo comandante da prova.

A 2m 55s chegou Bruyere e depois Savary (a 3m 05s). Joaquim Agostinho perdeu 28 minutos e 16 segundos em relação aos primeiros ciclistas.

CLASSIFICAÇÃO DA QUARTA ETAPA:

1.º Eddy Peelman (Bélgica), 6 horas 02 minutos 39 segundos; 2.º Jacques Mourioux (França), M.T.; 3.º Roger Swerts (Bélgica), M.T.; 4.º Eddy Merckx (Bélgica), M.T.; 5.º Luis Ocaña (Espanha), M.T.; 6.º Ventura Diaz (Espanha), M.T.; 7.º Van Springel (Bélgica), M.T.; 8.º José Bruyére (Bélgica), 6.02.55; 9.º Rene Savary (França), 6.03.05 e 10.º Ben Koken (Holanda), 6.03.44. No 31.º lugar: Joaquim Agostinho em 6h30m55s.

CLASSIFICAÇÃO GERAL:

1.º Luís Ocaña, 22h26m33s; 2.º Merckx, 22.26.50; 3.º Van Springel, 22.26.57; 4.º Lazcano, 22.36.46; 5.º Koken, 22.39.35; 6.º Bruyere, 22.40.06; 7.º Swerts, 22.40.31; 8.º Ventura Diaz, 22.42.01; 9.º Perurena, 22.43.12; 10.º Hobban, 22.48.35 e 32.º Joaquim Agostinho, 23h05m13s.

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras

ESPERANÇAS: PORTUGAL, 1-ITÁLIA, 0

Diálogo de surdos

Os porteiros a pedirem «qualquer coisinha». O disco do hino português a refilar por tudo e por nada, mesmo a caír de velho. O 78 rotações do hino transalpino a parar de vez logo aos oito segundos. Um frio dos demónios, meia dúzia de pessoas na bancada e, ainda por cima, um jogo frouxo, sem centelha, gelado como o ar.

Foi, realmente, pouca sorte a mais: e (logo) toda junta. Pouca sorte que, todavia, não tocou no seleccionador: com uma formação que nem sequer pode ser considerada «de recurso», conseguiu uma das poucas vitórias portuguesas em cotejos de «esperanças-promessas». A boa estrela de José Augusto uma vez mais a disfarçar a crueza da verdade.

por NEVES DE SOUSA

ENREDO

A esgrima do Restelo, em cenário agreste, não deu sumo para muitas palavras: apenas as suficientes para que o leitor (prevenido) que não foi «na onda» e preferiu (acertadamente) o remanso da lareira, ficar com uma fugaz ideia do filme desenrolado como «comédia de boulevard», viajando entre alternantes bem humorados e pedaços de franca e indisfarçável monotonia. Porque, vendo bem as coisas, aqueles 90 longos e escorridos minutos, deram para tudo.

Para uns bons «cortes» de Pietra e para um «tiraço» de Chico contra as costas de um fotógrafo.

Para Vítor Martins, à bóca da baliza, levantar a bola 10 metros: e Barros «molhar bem a sopa» nas canelas de Magistreli.

Para o público não deixar passar um minuto sem vaiar Jordão nem aplaudir Murça e Pietra.

Para Vítor Pereira se fazer, todo lampeiro, à marcação do «penaltie» e Chico (capitão) vir com passinhos de lã dar o chutinho apetecido.

Para um porteiro atravessar a pista de atletismo, chamar Murça e dar-lhe um recado.

Para Chico sair airosamente e dar a braçadeira de comandante a Jordão: e para Jordão, em menos de um fósforo, a tirar do braço e entalar nos calções.

Por isto está o leitor a ver: quem tem coragem para fazer uma análise séria ao joguinho?

DESFECHO

Somente para a história, que nisto de coisas desportivas se fica quase sempre por números, digamos mais o seguinte:

1 — O futebol italiano, realmente, está pelas horas da amargura. Secada a fonte dos «oriundos», adeus «calcio».

2 — Se não bulirmos com a atenção posta no jogo por Conhé e Laranjeira, no sentido futebolístico de alguns passes de Vítor Martins e na aplicação de Chico, nas corridas de Murça e em alguns desarmes de Pietra, nas possibilidades (muito para o futuro...) do marinhense Vítor Manuel e na vontade (infrutífera) de acertar e dar nas vistas de toda aquela rapaziada, pouco resta na peneira.

3 — Mencionemos, por de justiça, que a arbitragem do espanhol Sanchez Rios foi séria: e que os «dribles» que foi obrigado a fazer à frente dos pés dos jogadores nem sequer eram provocados por si. Que o organizador Franzot tem tanto de bom chutador como de nervos à florzinha da pele: e que Barros é temperamental em demasia. Que poucos deram pelos cufistas Vítor Pereira e Manuel Fernandes, como quase ninguém entendeu a razão da tardia entrada de Cacheira ou da chamada de Barbosa só para criar mais um internacional.

Em síntese: inépcia absoluta dos dois ataques, configurado no marcador, movimentado apenas pela conversão (por Chico) de um indiscutível «penaltie» feito por Cucureddu sobre Vítor Martins. O chuto do sportinguista ainda foi à mão esquerda de Bordon: mas o frio era tanto que o bom rapaz quis, logo alí, acomodar as mãos das pessoas ao compasso.

E foi tudo. Uma pobreza franciscana ou uma «porca miséria», conforme o sentido de humor de quem teve ainda paciência para ler hoje uma efeméride que já está sepultada no tempo.

Nota: a pedido de várias famílias, roga-se ao «locutor» de serviço no Restelo que não diga tanta asneira junta, de cada vez que se lembrar de ler os nomes dos componentes de um «team» de futebol. É que pode suceder, da próxima, que os espectadores sejam todos pagantes.

Jogo no Estádio do Restelo, arbitrado por Sanchez Rios (Espanha). As equipas:

PORTUGAL — Conhé; Murça, Laranjeira, Barros e Pietra; Vítor Pereira, Vítor Martins e Manuel Fernandes; Chico (Cacheira), Jordão e Vítor Manuel (Barbosa).

ITÁLIA — Bordon; Lombardo, Mozzini, Cuccuredo e Vassori; Negrisolo, Franzot e Vernachia; Magistreli, Cordova (Musiello) e Spadoni (Petrini).

Golo por Chico, de «penaltie», aos 42 minutos.

Conheça de perto – ANGOLA e MOÇAMBIQUE – duas regiões imensas de turismo, que merecem ser vistas, descobertas por si!
A antiga cidade de LUANDA, rejuvenescida e dinâmica, à beira duma baía serena – e a luxuriante Ilha do Mussulo
BEIRA – cidade de longas praias, águas tépidas e a dois passos, o Parque da Gorongosa – a mais rica reserva da fauna africana! Uma cidade moderna – LOURENÇO MARQUES – em frente a Ilha da Inhaca, rodeada de corais

VIAGENS ACOMPANHADAS de MAIO a DEZEMBRO, durante 15 dias, a partir de LISBOA, PORTO e FARO, desde Esc. 15 100$00.

Procure o seu Agente de Viagens e informe-se dos programas que pomos ao seu dispor.

Turismo em ÁFRICA – um mundo exótico a descobrir.

viaje na sua companhia

TAP TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

UMA COMPANHIA QUE CRESCE EM TERMOS DE FUTURO

Armando Amaral Pereira

MISSA DO 1.º ANIVERSÁRIO

Arlette de Ascensão Marques Alves Amaral Pereira participa que amanhã, dia 31 do corrente, será celebrada missa pelo eterno descanso de seu marido, no altar-mór da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, pelas 10.30 h., e à tarde, na Igreja Matriz de Monsanto (Beira Baixa).

GARANTIA DO NOVO PRESIDENTE:

"Acabaram-se os empréstimos ao Sporting"

«O primeiro objectivo é o saneamento financeiro do clube. O Sporting do futuro não pode contraír mais empréstimos, não pode gastar mais do que tem. A acumulação de sucessivos e contínuos prejuízos pode levar à falência: e convém ir alertando os sócios para não se iludirem, pois não pactuaremos com falsas aparências de grandeza. A austeridade será um meio de conseguir o saneamento necessário e, por isso, a actividade desportiva do clube, pode sentir alguns efeitos».

Venâncio Deslandes, Silveira Machado e Valadão Chagas são os homens com que o Sporting conta para manter o ritmo de crescente grandeza.

Assim mesmo, sem meias palavras e traçando sem rodeios a política que pretende iniciar no Sporting, o novo presidente da direcção, dr. Orlando Valadão Chagas, tratou logo de prevenir os sócios do Sporting de que não traz promessas na manga sem os adequados meios para as cumprir. Por isso, muita gente terá saído desiludida de Alvalade, ontem à noite, após a Assembleia Geral ordinária. Não se prometeram aquisições para o clube, não se prometeu ganhar campeonatos. Prometeu-se (sim) saneamento financeiro e isso está bem claro no discurso do antigo director-geral dos Desportos.

Anteriormente, já um sócio (José Manuel Azevedo Nobre) tinha proposto claramente o aumento das quotas do Sporting, sob pena de o clube não levantar a cabeça; um outro (Fernando Salgueiro) reclamou a contratação de Juca (**«Um homem com provas dadas nos juniores e seniores e que seria bem aceite pela massa associativa»**, segundo afirmou). Mas, o fundamental da reunião presidida pelo dr. Amado de Aguilar, foi, de facto, a eleição dos corpos gerentes e o discurso do novo presidente. Dele cuidemos, portanto.

Sobre o futuro do futebol do Sporting, disse:

— **O Sporting é, fundamentalmente, um clube de futebol, para isso foi criado: e o futebol terá de ser o esteio do clube. A equipa de futebol tem de ser forte, para discutir títulos e participar em provas internacionais, pois é fundamentalmente dela que virão as receitas para o saneamento do clube. Necessitamos de reforços, sim, mas não além das possibilidades: e, aqui, a massa associativa terá uma palavra a dizer, com serenidade e sem perder a cabeça, de modo a permitir uma gestão adequada aos objectivos pretendidos, dentro da política de austeridade financeira.**

Acerca das outras actividades desportivas, o novo «leader» do Sporting prometeu mantê-las mas **«tanto quanto for possível de acordo com as disponibilidades financeiras»**.

Acentuou:

— **Sou pelo ecletismo, mas ponho reservas ao gigantismo. Também incluo na linha de preocupações da Direcção a construção da Cidade Desportiva. O fecho do estádio e a construção dos ginásios que comporta, é de ter em conta. Mas só será possível quando puder ser encarada a sua cobertura financeira. É mais um desafio à capacidade de realização da massa associativa.**

«Estamos abertos a restabelecer as relações desportivas interrompidas com alguns clubes (é ainda o dr. Valadão Chagas a traçar o seu programa de acção aos seus eleitores), **mas esperamos encontrar eco das nossas palavras, para acabar com estas situações contraditórias dos ideais humanos e desportivos, sem quebra da dignidade das partes em questão. Somos adversários, mas não teremos de ser forçosamente inimigos.**

Aprovados o Relatório e Contas e eleita nova direcção. O dr. Valadão Chagas prometeu absoluta austeridade financeira, para o saneamento da vida «leonina», ainda que seja prejudicada a actividade desportiva.

Ao abrir o seu discurso, uma peça oratória de vincado carácter político (política clubística e de acção, restrita ao local onde foi proferida, entenda-se) saudara os novos presidentes dos orgãos sociais do clube, Silveira Machado (Assembleia Geral) e Venâncio Deslandes (Conselho Fiscal) com palavras elogiosas, agradecera o trabalho da Direcção cessante nos oito anos que dirigiu o clube, além de acrescentar que o cargo de presidente da Direcção o honrava muito mas não o desejara.

Concluíu, afirmando:

— **Não pretendemos dirigir o clube contra a opinião dos sócios; mas também não o vamos governar contra a nossa consciência e os nossos critérios.**

O dr. Amado de Aguiar agradeceu ainda o apoio que lhe tinha sido dado ao longo do período de presidência da Assembleia Geral, congratulou-se pelo modo como tinham decorrido os trabalhos e como tinha sido aplaudido por unanimidade e aclamação o relatório do ano transacto (6 500 contos de prejuízos) e, dando o pontapé de saída para o jogo que a direcção propôs como condição para levar o barco a bom porto (apoio total e material dos sócios para construír o **«Sporting que os sócios quiserem, sem falsas ilusões de grandezas»**) despediu-se, dizendo:

— **Autorizo a Direcção a riscar o meu nome da lista dos credores do Sporting. Se todos derem o que estiver ao seu alcance, conforme as possibilidades, o Sporting será, se não o maior, pelo menos o melhor clube de Portugal.**

DANIEL REIS

Os novos dirigentes

ASSEMBLEIA GERAL — Presidente: José da Silveira Machado — Sócio 5618. Vice-presidente: dr. Luís António dos Santos Ferro — Sócio 2586.

DIRECÇÃO — Presidente: Dr. Orlando Valadão Chagas — Sócio 1735. Vice-presidente das Relações Externas: Dr. Manuel Henriques Nazareth — Sócio 1622.

CONSELHO FISCAL E DISCIPLINAR — Presidente: General Venancio Deslandes — Sócio 9565. Vice-presidente para a Fiscalização de Contas; Dr. Mário Fernando Pereira Pinto — **Sócio 20027.**

A NOVA SELECÇÃO BRASILEIRA

.A Comissão Técnica de Futebol da Confedeação Brasileira de Desportos convocou 32 futeolistas para formação das equipas «A» e «B» ue jogarão domingo próximo na cidade do ecife, em homenagem à «Olimpíada do Exército Brasileiro». Os convocados foram os seguins:

GUARDA-REDES: Félix, Leão, Renato e Wenll.

DEFESAS: José Maria e Eurico (lado direito), rito, Luiz Pereira, Moisés, Piazza e Márinho entrais), Marco António, Márinho e Rodrigues eto (lado esquerdo).

MEIO-CAMPO: Clodoaldo, José Carlos, Carne, Rivelino, Gerson, Brecha e Dirceu Lopes.

AVANÇADOS: Jairzinho, Valdomiro, Vaguinho, Leivinha, Dário, Palhinha, Campos, Edu, Paulo César, Dirceu e Nei.

A selecção convoca (assim) 12 novatos e deixou de chamar conhecidos «astros» do futebol, como o guarda-redes Ado, o defesa-central Carlos Alberto, Everaldo, Baldoqui, Pelé, Fontana, Roberto e Tostão, todos campeões do Mundo em 1970. Quanto a Tostão ainda há a ressalva de que está em tratamento da vista esquerda, em Houston (nos Estados Unidos) e Pelé já se despediu da selecção. A imprensa criticou também a ausência da convocação do Nei (do Botafogo) e Ademir da Guia (do Palmeiras) ambos médios, que estão actualmente a jogar muito bem.

NOTÍCIAS E FACTOS

ÁRBITROS: homenagem, com um jantar no próximo dia 6, a Octávio Ribeiro da Costa, que durante 50 anos serviu a classe da arbitragem, não só como filiado mas, também, em funções de dirigente ou funcionário da Comissão Regional de Árbitros de Futebol de Lisboa.

ASSEMBLEIA: da Associação de atletismo de Lisboa na noite de hoje.

BRIDGE: realizou-se o Campeonato Regional do Sul de Pares (Composição Livre) disputado em duas fases, a primeira das quais teve lugar no Pavilhão de Congressos (no Estoril) com a participação de 60 pares. A segunda fase desta prova, disputada pelos 30 primeiros pares classificados na inicial, efectuou-se no Centro de Bridge de Lisboa, tendo decorrido em ambiente de grande expectativa tal o interesse posto pelos participantes ao longo das cinco sessões. Veio a tornar-se campeão regional do Sul o par constituído por Rui Morais Sarmento e dr. Nuno Guimarães, que totalizou 2 925 pontos. Classificaram-se a seguir, até à 10.ª posição, os seguintes pares: dr. Álvaro Costa-cor. Andrade e Silva, José António Debonnaire-Carlos Spinola Teixeira, dr. António Palma Carlos-dr. Dário Queiroz, Manuel Fontes-eng.º Manuel da Costa Antunes, eng.º Manuel Vasques Oliveira-dr. Luiz Beiroco, José Bellas-cor. Fernando Cavaleiro, dr. Miguel Ascensão-Rodrigo Pereira Cunha, eng.º Vasco Leite-Carlos Debonnaire e Fernando Monteiro-comandante Victor Ferreira. Foi delegado da Federação a este campeonato, o dirigente eng.º José Pessanha Barbosa.

ATLETISMO: amanhã (a partir das 17 e 30) e domingo (na parte da manhã) realizaram-se provas para iniciados e juvenis no Estádio Nacional.

HÓQUEI EM CAMPO: os problemas que rodeiam a crise de arbitragem nesta modalidade implicaram a suspensão do campeonato lisboeta.

BILHAR: o sportinguista Manuel Herdeiro venceu Humberto Rocha para o regional de Lisboa de terceiras categorias. Manuel Alcário (do Clube de Bilhar da Amadora) triunfou no regional de quartas categorias.

VOLEIBOL: o Benfica bateu o Nacional de Ginástica por 3-2. As equipas: NACIONAL — Manuel Pires, Vilar Moreira, José Pimpão, Aguiar Buisel, José Nunes e António Resende. BENFICA — Artur Monteiro, Moisés Nobre, Francisco João, António Dias, João Feio, Francisco Andrade, Hélder Antunes, Carlos Figueiredo, Vítor Felicissímo e Roberto Lage.

PORTALEGRE: Casa do Povo de Montargil, Alter, Santa Eulália, Alpalhão, Fronteira e Galveias estão, por ordem, na classificação do distrital de futebol corporativo.

MOÇAMBIQUE: resultados dos encontros de hóquei em patins disputados em Lourenço Marques a contar para o Torneio de Preparação: Desportivo-Dom Bosco, 8-2 e SNE-WCI-Académica, 2-4.

CICLISMO: campeonato lisboeta de fundo, para profissionais, a 1 e a 15 de Abril, respectivamente, com as provas em linha (175 km) e contra-relógio (60). Corridas para domingo: amadores-juniores (regional em 100 km), amadores populares (Circuito de Lousa) ambas com partida às 8 e 30.

LISBOA GINÁSIO: vai realizar-se o tradicional sarau no Coliseu, com as presenças (asseguradas) do japonês Masanobu Inoué, de uma equipa alemã (de Colónia, dirigida por Esbela da Fonseca) e dos campeões nacionais Maria Manuela Contreiras e José Filipe de Abreu.

ANDEBOL: o Desportivo de Portugal venceu a zona norte do campeonato da segunda divisão. A formação: Rui, Hugo, Mário, Fernando, Ventura, Rangel, Artur, Ângelo, Monteiro, Rogério e Nelo.

ATLÉTICO: vitória dos alcantarenses (2-0) em Catumbela, no último jogo da digressão angolana. Golos brasileiros: por Mesquita e Clésio.

BADMINTON: o infantil Frimodt, os juvenis António Carreira, Nuno Alves e Luis Meneses e Cristina Paulino e os juniores António Silva, João de Oliveira e Ana Marques são campeões lisboetas.

JUDO: de 10 a 13 de Maio disputam-se no Palácio dos Desportos de Madrid os campeonatos europeus de judo.

UNIVERSITÁRIOS: para o campeonato regional de basquetebol feminino a equipa B da Escola de Educação Física de Lisboa perdeu (45-49) com Económicas, Belas Artes derrotou (55-13) Agronomia A e o INEF levou de vencida a turma B de Agronomia (por 70-11). As respectivas formações e marcadoras:

..E. E. F. L. (B) — Teresa Pimenta (15), Fernanda Barbosa, Manuela Lázaro (3), Isabel Diogo (1), Gizela Sousa (3), Lizete, Lia (6) e Madalena (2).

ECONÓMICAS — Maria Virgínia (29), Maria Manuela (5), Maria de Lurdes, Maria Claudia, Filomena Horta (15) e Maria Valério.

AGRONOMIA (A) — Isabel, Ana Rebelo (6), Maria Saraiva (1), Adília Pires (2), Ana Barroso, Isabel Mota (4) e Luísa Vasconcelos.

BELAS-ARTES — Maria Filomena, Gabriela Brito, Graça Ribeiro (12), Fernanda Alma (12), Constança Vasconcelos (10) e Rita Henrique (15).

AGRONOMIA (B) — Gisela Sá, Teresa Monteiro, Isabel Beltrão, Maria Naíde (4), Filomena Amaral, Fátima Fonseca, Maria de Fátima (2) e Paula Conceição (5).

I. N. E. F. — Carla Dias (16), Ana Távora (2), Maria Faustino (6), Manuela Soeiro, Marília Teixeira (8), Inês Santos (8), Conceição Fernandes (24); Maria de Lurdes, Maria Helena, Maria Margarida e Maria Martins.

PUGILISMO: o campeão mundial dos «pesados», George Foreman, apareceu de surpresa no local onde Muhammad Ali (Cassius Clay) e Ken Norton se estão a preparar para o combate que vão efectuar no sábado.

Foreman e Ali entraram imediatamente numa batalha de palavras, para gaúdio das 700 pessoas que se encontravam presentes.

«Enfrentar-te-ei quando estiver pronto» — declarou Foreman.

«Está bem, campeão (retorquiu Clay), não preciso de ti. Ganho mais dinheiro do que tu. Também não preciso do título».

TÉNIS: António Machado, Jorge Sarmento, Nobre de Oliveira e António Mota destacaram-se na primeira jornada do Torneio de Abertura, que está a ser realizado pelo CIF.

BASQUETEBOL: para o metropolitano feminino, mais uma série de encontros. Vitórias do CIF sobre a CUF (46-39), Sporting sobre o Nacional (47-31) e Algés sobre o Vitória de Setúbal (59-8). As turmas e respectivas marcadoras:

..SPORTING — Maria da Luz (14), Conceição (6), Fernanda (4), Catarina (6), Abília (3), Dulce (8) e Isabel Pratas (6).

NACIONAL — Fernanda Arezes (4), Fernanda Seabra (14), Lucinda Casanova (6), Lucinda Machado (5), Eugénia Costa (2) e Maria do Carmo.

C. U. F. — Albertina (25), Fernanda Baptista (7), Antonieta (4), Maria Ramos (2), Maria de Fátima e Aurora (1).

C. I. F. — Ilda, Filomena (12), Irene (18), Isabel Nobre (4), Ana Magalhães, Conceição (12) e Adelaide.

VITÓRIA DE SETÚBAL — Elvira (4), Felisbela, Maria Pacheco, Maria João, Maria Contumélia (2), Fernanda Silva (2) e Lurdes.

ALGÉS — Maria Constantino (16), Maria Silva (10), Maria Coutinho (2), Maria Santos (6), Natália, Lídia (4), Maria Fernanda (9), Clara, Isabel, Ana Branco, Maria Pires (12) e Rosa.

CAMPEÃS: as voleibolistas do Benfica conquistaram o título lisboeta mercê do esforço de Teresa Fernandes, Fernanda Gomes, Conceição Roriz, Adelaide Patrício, Conceição Posser, Madalena Chagas e Lúcia de Sousa.

QUÍMICA-GRANEL

PRODUTOS QUÍMICOS

S. A. R. L.

Rua Rodrigo da Fonseca, 9, 5.º - B

LISBOA — PORTUGAL

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCAÇÃO

É convocada a Assembleia Geral desta sociedade para se reunir em sessão ordinária, pelas 16 horas, no dia 31 de Março próximo, na sede social, com a seguinte ordem do dia:

1.º Discutir, aprovar ou modificar o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1972;

2.º Deliberar para efeitos do § 10.º do art.º 4.º dos estatutos.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1973.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

S. C. Johananoff

FUNDOS DE ESTADO

	Efect.	Compra	Venda
Cons 2 3/4	–	463$	–
Cons 3 %	513$	513$	–
Cons 3 1/2	–	588$	–
Centenários	1.316$	1.316$	–
Tes 5 % 57	1.011$	1.011$	–
Tes 5 % 59	–	1.005$	–
Exter 1.as	–	635$	–
Extern 1.a c	637$	637$	–
Extern 3.as	–	–	–
Extern 3.a c	–	–	–
Caut 3.as	–	–	–

FUNDOS PÚBLICOS

A Lx 6 %	–	900$	–
C M L 5 3/	–	–	–
C P 5.5 % 67	–	–	–
C P 5.5 % 68	–	910$	–
C P 5.5 % 69	910$	910$	–
Corr 5 3/4 %	–	–	995$
Metr 5 3/4 %	–	–	–
Tur 5 3/4	1.060$	1.060$	–
C P 63/4	–	–	1.015$

ELECTRICAS

G. 5% 58	–	–	–
G. 5% 59	–	–	850$
G. 5% 62	–	–	–
G 5% 63	–	–	–
G 5% 64	–	–	–
G. 5% 65	–	–	–
G. 6% 67	–	–	–
G. 6% 69	–	–	–
G. 7%	–	–	–
H E. A. A 5%	–	–	–
H. E. C. 5%	–	–	–
H. E C. 6%	–	–	–
H. E. D. 5%	–	–	–
H. E. D. 6%	–	–	–
H. E. N P. 5%	–	985$	–
H. E. S. E 5%	–	940$	–
H. E. S E. 6%	–	–	–
H E. Z. 5% 57	–	940$	–
H. E. Zêz. 6%	–	730$	–
N. Elec. 5%	–	–	–
N. Elec. 6%	–	–	700$
Termoel. 5%	–	–	–
U. E. P. 5% 60	–	–	–
U. E. P. 5% 63	–	–	–
U. E. P. 6%	–	–	–
U. E P 7%	–	–	–

DIVERSAS

A P T 5 % 56	–	865$	–
A P T 5 % 58	–	865$	–
Lisnave 6 %	–	–	–
Nitratos 60	–	–	–
Pet 2.a e 3.a	–	855$	–
Sacor 7 %	–	1.025$	–
Sacor 5 % 54	–	960$	–
Sacor 5 % 60	–	–	–
Sid 5 % 2.a	–	–	–
Sid 5 % 3.a	–	–	–
Sid 5 % 4.a	–	–	–
Socel 5 %	–	–	–
U Fabril 67	–	905$	–
U Fabril 68	–	905$	–

ULTRAMARINAS

Carbonil 5 %	–	550$	–
Rev 5 % 57	–	–	–
Rev 5 % 59/60	–	–	–
Moçamb 5 %	–	–	–
Sonefe 5 %	–	–	–

ACÇÕES

De Bancos

Agricultura	7.250$	7.250$	7.450$
Algarve	3.520$	3.500$	3.520$
Alentejo	3.150$	3.150$	3.160$
Angola	8.700$	–	7.800$
Borges&Irmão	11.000$	–	11.000$
Crédito Predial	6.890$	6.850$	6.890$
Espírito Santo	17.000$	17.000$	17.100$
Fomento	7.900$	7.900$	–
F.&Burnay	–	–	80.000$
Intercontinental Português	–	–	–
N. Ultramarino-m.	–	–	9.200$
N. Ultramarino-c.	12.900$	12.900$	13.000$
Pinto&SottoMayor	19.300$	19.300$	19.500$
Portugal-n.	5.700$	5.500$	5.700$
Portugal-p.	–	11.000$	–
P. Atlântico	17.800$	17.700$	17.900$
Totta&Açores	11.500$	11.300$	11.500$

J. BURNAY, LDª

Notas estrangeiras
Papéis de crédito

RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

Banco Borges e Irmão

Indice de cotação das acções (Base: Dez 65=100)

	19-3-73	23-3-73	26-3-73
GERAL	286,1	292,4	300,7
METROPOL	298,7	305,4	314,9
ULTRAM	193,3	196,8	196,8

De Seguros

Alentejo	800$	800$	830$
Bonança	–	23.000$	24.000$
Império	50.000$	50.000$	–
Mundial	4.500$	4.450$	4.500$
Soberana	9.200$	–	9.200$
Tranquilidade	–	–	–

Electricas

C P E p	1.190$	1.180$	1.200$
C P E n	–	1.130$	1.150$
E Beiras	1.830$	1.830$	1.840$
G Elec c	367$	366$	368$
H E A A	165$	163$	165$
H E N P	290$	290$	295$
H E S E	–	–	–
U E P	178$	178$	180$

Ultramarinas

Ag Cassequel	1.450$	1.450$	1.480$
Ag Incomati	–	–	2.500$
Ag S T e P	–	–	–
Aç Angola	–	2.200$	–
Alg Angola	300$	300$	320$
Ang Agric	–	900$	–
Boror	–	240$	–
Boror Com	–	–	–
Buzi	–	185$	–
Cabinda	–	–	150$
Com Lobito	880$	880$	–
D A T 100	2.350$	2.330$	2.400$
H E Revué	–	–	–
I do Princ	–	–	–
Moçambique	500$	480$	500$
Sonefe n	–	–	–
Sonefe p	550$	550$	–
Zambézia	97$	97$	–

Diversas

Ag.Lx.-ant.	990$	990$	–
Ag.Lx.-34	990$	990$	–
Ag.Lx.-36	–	–	–
Cel.Guadiana	6.000$	5.800$	6.000$
C.Leiria-p	19.900$	19.750$	20.000$
C.Tejo-p.	53.500$	–	54.500$
F. Ramada	1.790$	1.790$	1.800$
Fornos Eléctricos	581$	581$	–
P.Celulose	7.000$	6.800$	7.100$
Siderurgia-p.	10.100$	10.100$	–
Siderurgia-n.	5.750$	5.500$	5.900$
Socel	6.000$	–	6.000$
Cidia	–	–	–
C.U.F.	4.500$	4.500$	–
Intar	685$	685$	690$
Nitratos	–	1.500$	1.650$
Petroquímica	1.650$	1.570$	–
Sacor	7.300$	7.300$	–
Tab Portugal	–	7.200$	7.500$
Tabaqueira	12.400$	12.300$	12.400$
U.F.Azoto	1.030$	1.030$	–
Empor	–	450$	–
Ind. Aliança	–	–	–
I.P.Colónias	–	1.900$	–
Nacional Navegação	4.200$	4.200$	4.300$
Navegação(Col.)	2.480$	2.480$	–
P Pesca	–	1.400$	1.500$
Matur	6.500$	6.500$	–
R.Marconi	3.900$	3.900$	4.000$
T.A.P.	1.500$	1.500$	1.550$
Compal	–	920$	–
Salvor	2.700$	2.700$	–
Penina	–	2.750$	z
Grão-Pará	3.080$	3.080$	–
Lisnave	16.600$	16.500$	16.600$

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Atlântico	–	–	–
F. I. D. E. S.	–	230$7	237$5

COTAÇÕES

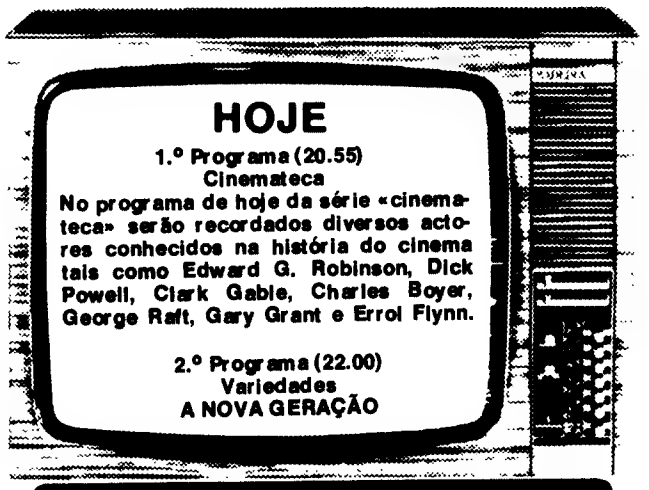
PAÍSES	COMPRAS	VENDAS
Africa do Sul Rands	30$00	33$00
Alemanha Marco	8$75	9$05
América		
Dollars de 1 a 2	24$10	25$00
Dollars de 5 a 20	24$50	25$40
Dollars de 50 a 1000	24$80	25$70
Argentina Peso Novo	$	$
Austria Schiling	1$22	1$28
Bélgica Franco	$62,5	$65,5
Brasil Cruzeiro	3$60	4$40
Canadá Dólar	24$30	25$20
Dinamarca Coroa	4$00	4$30
Espanha Peseta	$42	$45
França Franco	5$40	5$75
Holanda Florim	8$55	8$85
Inglaterra Libra	61$50	64$50
Itália Lira	$04	$044
Marrocos Dhran	$	$
Noruega Coroa	4$10	4$40
Suécia Coroa	5$45	5$80
Suiça Franco	7$70	8$05
Ouro		
Inglaterra Libra Isabel	610$00	660$00
Inglaterra 1/2 Libra	620$00	670$00
Ouro fino Barra	69$00	75$00

BANCO DO ALENTEJO

GESTÃO DE CARTEIRAS DE TITULOS
TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Praça D. João da Câmara 18 - Telef. 328045
Rua do Ouro 52 - Telef. 30309

televisão



MADEIRA SIEMENS
INSAND
O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados «Barney»
13.00 Feminino Singular
13.15 Arnie
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 Conheça a Portugal desconhecido
14.15 Logo à Noite

2.º Período

14.40 Ciclo Preparatório TV
19.00 TV Educativa (Física Moderna)
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.45 TV Palco
20.10 Cartaz TV
20.25 Motores em marcha
20.55 Cinemateca
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.05 Os Homens de Shiloh (Na Pista do Lobo)
23.45 Telejornal — 4.ª edição
23.50 Meditação e fecho.

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 Vária
21.00 Arnie
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Variedades (A Nova Geração)
22.45 Encontro com o Passado (Espanha — O Tempo dos Bárbaros) e fecho

AMANHÃ

1.º Programa

1.º Período

12.45 Abertura e desenhos animados
13.00 O Caso da Semana
13.15 Viver no Campo
13.45 Telejornal — 1.ª edição
14.00 Do, Lá, Si (A 2.ª parte do programa Golddigers em Londres)
14.20 Hoje pode ver
14.30 TV Educativa (Ginástica Infantil)
14.55 Eurovisão (Hipismo — Transmissão directa do Grande National de Antree)
15.30 Documentário (Turquia)
16.00 Teledesporto
17.30 Cinema 73
18.10 As flores e o seu mundo
18.35 Nós as mulheres
19.00 Danças e cantares
19.30 Telejornal — 2.ª edição
19.45 E a vida continua
20.00 Movimento
21.00 Se bem me lembro
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Os caminhos de Noëlle
22.05 Taco a Taco.
23.35 Telejornal — 4.ª edição
00.10 Meditação e fecho.

2.º Programa

20.30 Abertura e desenhos animados
20.45 O caso da semana
21.00 Viver no Campo
21.30 Telejornal — 3.ª edição
22.00 Noite de cinema (As Aventuras de Marco Pólo).

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
C.V.P.	66 5342	Aeroporto	71 1397
H de S José	86 0131	C R G E.	53 7021
H de S Maria	73 0231	C Aguas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

rádio

EMISSORA 1. PROGRAMA

16.00 Noticiário
16.05 Melodias do cinema
16.30 Convívio — programa da juventude
18.05 Rádio escolar — Francês
18.30 Programa do serviço de informação pública das Forças Armadas
19.10 Passatempo musical
19.30 Recordar é viver, por M.ª Natália Bispo
20.00 Diário sonoro
20.20 O trompetista Georges Jouvin
20.30 5.º episódio do folhetim «A Passagem»
20.50 Solos de orgão
21.00 Momento 73
21.30 A palavra e a voz, pelo rev. padre dr. Videira Pires
21.45 Fantasia portuguesa
22.00 Música da Europa
23.05 De um dia para o outro, por Fernando Correia
00.00 Junção (entra o MF 1 de Lx). Sinal horário. De um dia para o outro (cont)
00.30 Diário sonoro
00.45 Escala na madrugada, por Pedro Moutinho
02.00 Fecho

2.º Programa

16.00 Ciclo do Barroco Italiano
16.45 Música da vanguarda
17.07 Solos de cravo
17.30 O compositor do mês: Telemann
19.00 Música portuguesa: obras de Francisco de Lacerda
20.00 Diário sonoro
20.20 O violinista David Oistrakh
20.30 Te Deum (Bruckner)
21.00 Arias de ópera pelo soprano Rita Streich
21.20 Tempo literário
21.45 Duas aberturas de Mozart
22.00 Teatro de todos os tempos, pelo dr. Eurico Lisboa (Filho)
22.34 Concerto op. 69 para violino e orquestra (Burkhard)
23.00 Emissão em línguas estrangeiras
01.15 Fecho

Programa estereofónico MF 2

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical — Festival de Salzburgo de 1972
22.52 Sinfonia n.º 10, de Mahler.
000.04 Sonatas de Mozart: em dó M. Cat. K. 279 e em fá M. Cat. K. 280
00.34 Canções sacras, pelo soprano Kirsten Flagstad
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

16.00 Noticiário
16.04 Programa CDC
18.02/21.00 Programa «Movimento» (realização de Fialho Gouveia)
21.00/24.00 «Quadrante 2-9-0»
21.03 Portugal além da Europa
21.15 Música para meditar
21.32 Impacto
22.30 Quando o telefone toca
23.05 Rubrica policial do inspector Varatojo
23.19 Tempo de fado
23.30 PBX
02.00 A noite é nossa
06.00 Diário rural
07.00 Talismã

RÁDIO RENASCENÇA

16.00 Noticiário
16.05 Radiorama
18.00 Diálogo
18.23 Boletim litúrgico
18.30 Terço e benção da Basílica dos Mártires
19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de R. Renascença
19.30 Página 1
21.05 Meditando
21.08 Programa dos sócios
22.00 Quando o telefone toca
22.30 Esquema, 13
23.05 A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO GRAÇA
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

RÁDIO PENINSULAR
Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

C. RADIOFÓNICO DE PORTUGAL
Das 12.00 às 14.30

RÁDIO VOZ DE LISBOA
Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 02.00

MECANOGRAFIA SISTEMA I. B. M.

Início dos cursos: 4 de Abril.
Estágio grátis após os cursos
Informações e Matrículas no:
EXTERNATO CONTINENTAL
Telef. 325652
R. do Arsenal, 100, 1.º

Expresso

Situação do tempo

09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	12º
P. DOURADAS	9º
COIMBRA	10º
PORTALEGRE	12º
LISBOA	13º
FARO	17º
FUNCHAL	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

MONTE ESTORIL
Máxima 20,5º
ALVALADE
Mínima 0,5º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	13,6º
Atmosfera	14,1º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.03	3,3 m	6.55	1,4 m
13.37	3,3 m	19.12	1,4 m

Dia 31

1.52	3,5 m	7.41	1,2 m
14.21	3,4 m	19.56	1,1 m

Dia 1

2.35	3,5 m	8.21	0,9 m
15.01	3,6 m	20.36	0,9 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Nas regiões do Norte: céu limpo pouco nublado tornando-se muito nublado durante a noite; vento fraco ou moderado de Noroeste, melhoria ou períodos de chuvisco durante a noite e madrugada. Nas regiões do Sul e Centro; céu limpo ou pouco nublado; vento moderado do Norte ou Nordeste

AMANHÃ

NASCER AS 7.25
OCASO AS 19.58

DIA 3 DIA 10 DIA 17 DIA 25

●cinemas●

LISBOA

TURNO F-1
Toda a noite

AJUDA
Lídia Calçada da Ajuda, 170 (Tele 637318)
ALCÂNTARA
Probidade Rua de Alcântara, 15-A (Tele. 638589)
ALTO DO PINA
ALTO DO PINA
Eusil R Barão de Sabrosa, 104 (Tele 841912)
ALVALADE
Rainha Santa R Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Avenida do Brasil) (Tele. 765262)
Belo Av. de Roma, 53-A (Tele. 776314)
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu Vila Paulo Jorge, 1 (às Galinheiras) (tele. 790969)
ANJOS
Guerra Rua Andrade, 32 (Tele. 845513)
AREEIRO
Central Avenida Paris, 2 (Tele 720820)
AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica Rua das Pretas, 12 (Tele. 322588)
AVENIDAS NOVAS
Saldanha Av Praia da Vitória, 53 (Tele 43938(
Santa Maria Av 5 de Outubro 283-A (Tele 763016)
BAIRRO ALTO
Oliveira Rua D Pedro V, 123 (tele 327880)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso Praça do Norte, 11 (Tele 311216)
BENFICA
São João Estrada da Luz, 124-A (Tele 783179)
Marques Estrada de Benfica, 648 (tele 700096)
CAMPOLIDE
Rualto R Alto de Carvalhão, 5-A (Tele 651721)
CAMPO DE OURIQUE
Condestável Rua Coelho da Rocha, 119 (Tele 666206)
ESTRELA
Aurelio Rego Calçada da Estrela, 139 (Tele 66 758)
GRAÇA
Alves de Carvalho Rua Vale de Stº Antonio, 7 (Tele 840125)
Anunciada R do Vigário, 74 (Tele 866360)
GRILO
Grijo Rua do Grilo, 25 (Tele. 385264)
OLIVAIS
Fernandes Borges R Cidade de Benguela, Lote 300 (Olivais-Sul) (Tele. 315539)
PENHA DE FRANÇA
Dimar R. Conde de Monsaraz, 17-B (Tele 842533)

TURNO F-2
Até às 22 horas
ALCÂNTARA
Infante Santo Rua do Olival, 290 (Tele 661003)
ALVALADE
Alentejo Av. da Igreja, 28-B (Tele. 712682)
Estados Unidos Av. dos Est. Unidos da América, 16-B (Tele. 725859)
AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges Rua Alexandre Herculano, 28 (Tele. 40536)
AVENIDAS NOVAS
Cardote Av Visconde Valmor, 28-A (à Avenida da República) (Tele 772291)
BAIXA
Internacional Rua Aurea, 228 (Tele. 322017)
BENFICA
Vitex Estrada de Benfica, 373-B (Tele. 780548)
CAMPOLIDE
Imparcial Rua General Taborda, 28 (Tele. 680931)
CAMPO DE OURIQUE
Almeida Rua Silva Carvalho «o! (tele. 681726)
CONDE REDONDO
Contemporânea Rua Conde Redondo, 26-30 (Tele. 45048)
GRAÇA
Monte Rua da Senhora do Monte, 30-A (Tele. 867842)
LUMIAR
Patuleia Rua do Lumiar, 120 (Tele 790332)
OLIVAIS
Central dos Olivais Rua Alferes Barrilano Ruas, 7-C (Olivais-Norte) (Tele 315539)
PEDROUÇOS
Restelo R Duarte Pacheco Pereira, 11-C (Tele 610741)
PICHELEIRA
Marluz Calçada da Pichelei-ra, 140-B (Tele 720703-728395)
RESTELO
Restelo Rua Duarte Pacheco Pereira, 11-C (Tele 610741)
SANTO AMARO
Santo Amaro Rua Filinto Elísio, 29-A (Tele 637070)
S. BENTO
Valentim R Poço dos Negros, 88-90 (Tele 679453)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Latina Av Antonio Augusto de Aguiar, 17-A (Tele. 42312)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. Comb. G. Guerra, 166 (Telef. 213953)
CAXIAS
Nova, Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039)
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial dr. Augusto de Castro Lote 10 (Telef. 2430691)
PAREDE
Grincho, Av da República, 87 (Telef. 2471204)
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, (Telef. 263052)
ESTORIL
Ostende, R de Espinho, 1 (Telef. 260391)
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 281419).
Nova, Est de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P. D João I-Lote 146-B.º Janeiro (Telef. 932756); **Central,** Av. Cardoso Lopes, loja X-1-Reboleira (Telef. 938424); **Igreja,** P da Igreja, 22-A (Telef. 937740)
DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Telef. 970461)
VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10-(Telef. 972530)
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045); **Correia,** L. do Mercado, 3 (Telef. 950906)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (Telf. 2942181)
MEM MARTINS
Química, Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim, (Telef. 980456)
SINTRA
Marrazes, L. Afonso Albuquerque (Telef. 980058)
COLARES
Colares, Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 224020)
ALMADA
Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-A (Telef. 270242)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 174 (Telef. 224302)
BARREIRO
Soares, Av. da República, 1 (Telef. 2273023)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P 5 de Outubro, 18 (Telef. 270254)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef 239029)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Telef 230370)
SESIMBRA
Leão, Av. Salazar (Telef. 229471)
SETÚBAL
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz, (Telef 22408); **Portugal,** R Camilo Castelo Branco (Telef. 23211)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

5.º TURNO

SUB-TURNO A

Almeida Cunha, Lda, Rua Formosa, 327. **Pereiró (de),** Rua da Preciosa, 35. **Sampaio,** Rua de Cedofeita, 636. **Saúde** Av. Com. G Guerra, 689 **Vaz Teixeira, Sucra,** Rua do Heroísmo, 56

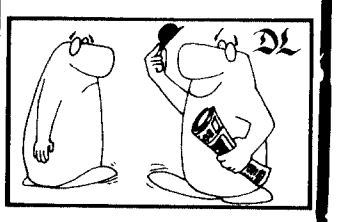
SUB-TURNO B

Birra, Praça da Liberdade, 125 **Costa Lima,** Av da Boavista, 855 **Marques de Mendonça,** R. do Ameal, 251 **Monte Cativo,** R do Monte Cativo, 444 **São Jerónimo,** R. Santos Pousada, 622

COIMBRA

TURNO A

Silva Soares, R M de Albuquerque 26-28 (Tel 71454). **Vilaça, Ld.ª;** R Ferreira Borges, 132 (Tel 22043. **Cruz e Costa,** R A Vasconcelos, 71-A (Tel 22715)



CINEMA CASTIL (Tel 530194)
15.00 - 17.00 - 19.00 e 21.45
Grupo B (10 anos)
9.ª Semana
Technicolor Barba Streisend e Ryan O'Neal em QUE SE PASSA DOUTOR. Rua Castilho Metro Rotunda Estacionamento Parque Castil

MONUMENTAL (Tel. 555131)
Estreia
21.30
(Grupo D-18 anos)
Eastmancolor «O CASO VALACHI» Charles Bronson, Lino Ventura. Realização de Terence Young. Às 15.15 «LIBERDADES FEMININAS» (Grupo D-18 anos)

SATÉLITE (Tel. 555131)
1530 - 18.30 - 21.45
(Grupo D-18 anos)
7.ª Semana
«O ULTIMO A RIR» um filme de Alain Tanner

IMPÉRIO (Tel. 555134/5)
15,15 e 21.30
(Grupo D-18 anos)
2.ª Semana
Burt Reynolds e Dyan Cannon «PAIXÃO PELO PERIGO», color (Metro: Alameda).

ESTÚDIO (Tel. 555134/5)
15.30 - 18.30 - 21.45
(Grupo D-18 anos) 3.ª Semana
Um filme de René Allio «Os CAMISARDOS» Quem são? Porque entram? Em nome de quê? (Metro Alameda)

AVIZ (Tel. 47163)
15.30 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 2.ª Semana
Romina Power e Al Bano em «MELODIA INCOMPLETA»

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30, 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 3.ª Semana
«DELIVERANCE» (Fim de semana alucinante) Jon Voight, Burt Reynolds Hoje e amanhã, às 0.30 «Cinema Fora de Horas» «O BANDIDO BEM-AMADO» (Grupo D-18 anos)

APOLO 70 (Tel. 763319)
15.15, 18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 2.ª Semana
a obra prima de Leonard Kastle «LUA DE MEL DE ASSASINOS», com Shirley Stoler e Toni Lo Bianco Hoje às 24.00 horas «O riso da meia-noite» (Grupo D-18 anos) «O SUBMARINO AMARELO» de George Duning.

CASINO (Tel 2642/164949)
17.00 e 21.30
(Grupo C-14 anos)
«DUAS RAINHAS»

TIVOLI (Tel. 50595)
15.15-18.30-21.45 4.ª Semana
(Grupo D - 18 anos) Eastmancolor Annie Girardot em DESENCONTRO Um filme de Serge Korber

EUROPA (Tel 661016)
21.30
(Grupo D-18 anos) 4.ª Semana
Eastmancolor «LIBERDADES FEMININAS», com Monica Vitti e Claudine Anger Às 15.15 «ENCONTRO COM UMA MULHER DE 30 ANOS) (Grupo D-18 anos). Tardes Infantis (Grupo A-6 anos Sábado e domingo às 18.15, uma comédia divertida e cheia de encanto! «AS DIABRURAS DOS ANJOS REBELDES».

EDEN (Tel. 320768)
Estreia
21.45
(Grupo D-18 anos)
Color «O VAMPIRO NEGRO», com William Marshall e Denise Nicholas às 15.30 e 18.30 «PANCHO VILLA» (Grupo C-14 anos)

VOX (Tel. 720808)
A partir de hoje às 21.30
(Grupo D-18 anos) 25.ª Semana
A Paramont apresenta «O PADRINHO» Hoje às 15.15 e 18.30, últimas exibições do filme «AMANTES DESCONHECIDOS» de Otto Preminger (Grupo D-18 anos)

CINEMA LONDRES
14.15-16.30-18.45 e 21.45 4 sessões diárias. (Grupo D-18 anos). Colorido. O filme de Eric Rohmer «O AMOR AS 3 DA TARDE». Snack-bar-Pub «The Flag». O melhor encontro gastronómico. Hoje à meia-noite e quinze (Grupo D-18 anos) «E.. DEUS CRIOU A MULHER», com Brigitte Bardot

ALVALADE (Tel 717480)
Estreia
21.45
(Grupo C-14 anos)
«GENTE SIMPLES» (tomorrow), um filme de Joseph Anthony, segundo uma novela de William Faulkner Às 15.15 «OS OLHOS DA NOITE» (Grupo D-18 anos). Circulo de cinema Amanhã às 00.30 (Grupo C-14 anos). Technicolor Tecniscope Apresentação especial de «POR MAIS ALGUNS DÓLARES» Uma obra de Sergio Leone, c/ Clint Eastwood. Gian Maria Volonte e Lee Van Clif.

MUNDIAL (Tel 538743)
18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
Richard Burton, Romy Schneider e Alain Delon na recente obra-prima de Joseph Losey «O ASSASSINATO DE TROTSKY», um dos casos mais discutidos e apaixonantes do nosso século! A noite, o filme é exibido sem qualquer interrupção.

ROYAL (Tel. 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
«NÃO DESEJARÁS A MULHER D DELICADINHO», em complemento «A NOIVAS DA MORTE»

POLITEAMA (Tel 326305)
15.15-18.30-21.45
(Grupo D - 18 anos)
Jean-Paul Belmondo e Claudia Cardinale «O BANDIDO BEM-AMADO uma vida rebelde, ansiosa de l berdade. Ciclo terror à meia-noite Às 00.30 horas (Grupo D18 anos «A MÃO»

ODEON (Tel. 326283)
15.15 - 18.15 - 21.30
(Grupo C-14 anos)-2.ª Semana
Uma sensacional e explosiva novidade espectacular como nunca se viu igual «O INVENCÍVEL» Com Bruce Lee - Um fenómeno de judo e karate

BERNA (Tel. 776098)
15.15-18.30-21.45
(Grupo B - 10 anos)
3.ª Semana Panavision. Colorido «A AVENTURA DE POSEIDON» com Jene Hackman, Ernest Borgnine Red Buttons, Carol Lynley e Stefl Stevens.

ROMA (Tel 727778)
15.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos) 2.ª Semana
Eastmancolor - Um filme de José Giovanni «O BANDIDO BEM AMADO» Com Jean-Paul Belmondo e Claudia Cardinale

S. JORGE (Tel. 54151)
15.15-18 15-21.30
Grupo D - 18 anos
«ROMA DE FELLINI» um filme superior

IMPERIAL (Tel 821933)
14.45 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
«O GOSTO DA VINGANÇA» é complemento «SAIAS ACIMA» (Metropolitano Arroios-P Chile)

LYS (Tel 48560)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
«CABARET» (Adeus Belm) em complemento «LAÇOS ETERNOS» (Metro Intendente)

CONDES (Tel 322523/326710)
14.00 16.30 19.00 e 21.45
(Grupo B-10 anos) 3.ª Semana Colorido A mais excitante aventura jamais filmada «A AVENTURA DO POSEIDON» com Jene Hackman Ernest Borgnine Red Buttons, Carol Lynley e Stella Stevens

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

TRINDADE
21.45 (18 anos)
«ADRIANO VII»

VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Os Amigos»

CASA DA COMÉDIA
22.00 (18 anos)
«OH Papá pobre Papá»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«O Principe e a corista»

CAPITÓLIO
21.45 (18 anos)
«Sexo, nunca! Somos britânicos»

VARIEDADES
21.45 (14 anos)
«Sua Excelência o pendura»

LAURA ALVES
21.45 (14 anos)
«O Principe e a corista»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
19.00 (18 anos)
«O homem da vingança»

PARIS
21.00 (18 anos)
«Cabaret»

CINEARTE
21.00 (14 anos)
«Não desejarás a mulher do delicadinho»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«O Altar do Diabo»

JARDIM CINEMA
21.30 (14 anos)
«Uma casa à sombra das árvores»

MAYER
21.00 (18 anos)
«Desejo Perverso»

MOSCAVIDE
21.00 (10 anos)
«Amar Andaluz»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (18 anos)
«Malpertius»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.30 (14 anos)
«As duas rainhas»
Palácio
21.30 (17 anos)
«Noite de Iguana»

CASCAIS
S. José
21.30 (10 anos)
«As noites loucas do dr. Jerryll»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«Aventura é Aventura»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (14 anos)
«A Gaivota»

SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (18 anos)
«O Vilão do Arizona»

OUTRA BANDA

COVA DA PIEDADE
União Artística
21.15 (10 anos)
«Os 3 Mosquiteiros»

ALMADA
Incrível
21.15 (14 anos)
«Os Centauros»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«Uma mistura de amor»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.45 (18 anos)
«O Espertalhão»

SÁ DA BANDEIRA
21.45 (18 anos)
«Mulheres é comigo»

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«César e Rosalie»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Tristana, amor cruel»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«Em nome do povo italiano»

RIVOLI
21.30 (18 anos)
«O salto do anjo»

VALE FORMOSO
21.30 (18 anos)
«Que velhaco mais impagável»

CARLOS ALBERTO
21.30 (14 anos)
«O 13.º Homem» e Hércules contra o Corsário Negro».

ESTÚDIO
21.30 (14 anos)
«Encontro em Bray»

JÚLIO DINIZ
21.30 (14 anos)
«Os Alegres Dias de Pompeia»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«O Túmulo do terror»

ÁGUIA D'OURO
21.30 (10 anos)
«Fogo na Pradaria»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Colera de Deus»

OLIMPIA
21.30 (14 anos)
«Os Justiceiros»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.30 (18 anos)
«Um caso de urgência»

AVENIDA
21.00 (18 anos)
«Desejo de amar»

TIVOLI
21.30 (10 anos)
«Os Veteranos de Tobruk»

BARS BOITES

FANTASMA-Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria. Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. **R. Gomes Freire, 145-b.** Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Matinées» todos os dias. Encerra aos domingos. **Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.**

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Erminda e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria. **Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889.** Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto até às 5 h. da madrugada. **Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422.** (Ar condicionado).

HIPOPÓTAMO — Com Helder Reis Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48384**

PRINCIPE NEGRO-Dancing com variedades. **Calçada da Glória, 2 Telef. 368987**

NINA — **Dancing** com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167**

CASEBRE — Cantam: Carlos Barra, Deolinda Rodrigues, Beatriz Ferreira, Constança Baptista e Julieta. Tocam: Carvalhinho, Júlio Gomes e Pedro Machado. Encerra ao Domingo. Consumo obrigatório 70$00. **Rua da Barroca, 133. Telef. 369706.**

CACO — **Dancing** com música ambiente, com singular quarteto. **Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.**

FRAGATA REAL — Maria Valejo, Maria Jô-Jô Nelo e Joaquim Campos em Fado Lisboa João Queiróz em Fado de Coimbra, acompanhamento de António Parreira e Francisco Gonçalves Artistas convidados Ana Rosmaninho, Natália Desejos e João Cabral. **Trav. S. Miguel, 22-Alfama. Telef. 868552**

SOLAR DA HERMÍNIA — Herminia Silva, hoje e sempre **Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11.** Encerra aos domingos **Telef. 320164.**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. **Telefones 26461, 264526, 264596, 264621 e 264946.**

EL CIDE — **Dancing** com variedades. Com o conjunto «X 4». **Rua Bernardo Lima, 18-A** (ao Conde Redondo). **Telef. 560538.**

DL
RENASCENÇA GRAFICA S A R L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF 654531/2 3 4
SERVIÇOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA, 57
END TEL DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Eleições nos Lanifícios

Os associados do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa elegem amaanhã os corpos gerentes do organismo para o triéio 1973/75, esperando-se grande concorrência às urnas, apesar da presença de uma lista única, dada a acção desenvolvida pelo Sindicato nos últimos três anos na defesa dos interesses profissionais.

Fazem parte da lista para a direcção efectiva os associados António Marques Oliveira, António Pereira Correia da Silva, Arlindo Morgado Dias, Manuel Correia Lopes e Maria Fernanda Mendes dos Santos. Para a presidência da mesa da Assembleia Geral está indigitado António Cunha das Rosas, secretariado por Antero Bagina Nunes e Joaquim Branco Zeferino.

Na sede do Sindicato, em Moscavide, a mesa de voto funcionará das 9 às 23 e 45; em Alhandra, das 12 e 30 às 20, na Sociedade Euterpe Alhandrense, para os profissionais da Empresa Nacional de Penetração de Lãs; em Vila Franca de Xira, das 13 às 18, no Centro Paroquial, para os profissionais da Fiação Nacional de Lãs; em Alenquer, das 13 às 18 e 30, na União Musical Alenquerense, para os profissionais da Empresa de Lanifícios Tejo; em Mação, das 13 às 19, na delegação do Sindicato, para os profissionais das firmas Alvaro Martins Catarino e Fábrica Mirrado; em Portalegre, na delegação do Sindicato, das 12 e 30 às 19, para os profissionais das firmas Francisco Fino e Manufactura Tapeçarias de Portalegre.

Os associados que exercem a sua actividade em Minde, Torres Novas, Reguengos, Arrentela, Arraiolos, Coina e Sabugo poderão votar por correspondência — bem como todos os que o não possam fazer pessoalmente —, dirigindo as suas listas, em separado, ao presidente da Assembleia Geral, em correio registado e com a assinatura do sócio reconhecida notarialmente ou abonada pela Câmara Municipal ou Junta de Freguesia.

Sonab
just listen to it
TELECOL
R. D. Estefânia, 121, 6.º
LISBOA — Tel. 44798

POR FAVOR:
NÃO ESQUEÇA
NÃO CONFUNDA
A GRANDE OURIVESARIA DA MODA é na RUA DA PRATA, 257 com mais de meio século de existência.

Na Assembleia Geral da Petrosul destacado o ritmo de execução da refinaria de Sines

A Assembleia Geral da Petrosul — Sociedade Portuguesa de Refinação de Petróleo, SARL, aprovou ontem, na sede social, em Lisboa, o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício do ano findo.

Presidiu à Assembleia o Prof. Doutor Fernando Olavo Corrêa d'Azevedo, ladeado pelos Secretários, Drs. Manuel de Castro e Ernesto Guilherme Ferreira de Almeida, encontrando-se presentes os Drs. Jorge de Mello e Francisco de Castro Caldas, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho Geral, Manuel Bulhosa, Presidente do Conselho Geral da Sonap, os Conselhos de Administração e Fiscal, bem como os accionistas fundadores do empreendimento petrolífero de Sines.

Aberta a sessão e encontrando-se a Assembleia legalmente constituída com o quorum exigido, o Prof. Fernando Olavo cumprimentou os accionistas, referindo-se ao facto de ir ser apreciado o resultado do primeiro ano de actividade da Petrosul.

Pediu então a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, o qual dirigiu cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, aos representantes do Estado, aos Presidentes do Conselho Geral e Consecutivo de Administração do accionista Sonap, e ao Presidente do Conselho de Administração do accionista CUF, bem como às demais entidades presentes. O Dr. Gonçalves Pereira salientou em seguida que o relatório do Conselho de Administração dava conta do esforço que a Petrosul tem vindo a desenvolver para se desempenhar da tarefa que lhe cabe: a implantação, arranque e operação da maior unidade industrial jamais planeada na Metrópole.

Dentro de uma conjuntura internacional caracterizada pela incerteza monetária, e particularmente agravada pelos condicionalismos sempre mutáveis da Indústria petrolífera, tem a Petrosul prosseguido o seu projecto. Foi já, em Agosto de 1972, adjudicada a elaboração do projecto processual das unidades da Refinaria. Procedeu-se igualmente, já em 12 de Janeiro de 1973 à adjudicação do projecto das utilidades e «off-sites». Em ambos os casos se procedeu a consultas a várias das mais reputadas firmas internacionais da especialidade. Quanto à engenharia básica das utilidades e «off-sites», ficou assegurada participação importante da engenharia nacional.

Está actualmente a decorrer a fase preliminar da adjudicação do contrato final de empreitada geral, em que igualmente se está desde já a acautelar ampla participação da indústria e serviços nacionais.

Prosseguindo no uso da palavra, o Prof. Gonçalves Pereira salientou que, por outro lado, tem a Petrosul cumprido as obrigações legais que sobre ela recaíam quanto à promoção de um complexo petroquímico; para tal foi constituída em Julho de 1972 a C.N.O. — Companhia Nacional de Petroquímica, SARL, em cujo capital de 500.000 contos a Petrosul participa com 51%.

Durante os primeiros anos de actividade da Empresa, haverá uma capacidade de refinação que não será absorvida pelo mercado interno, o que dará origem a exportações, quer por meio de **processing**, quer na forma de colocação de produtos refinados no mercado internacional. Tem também a Petrosul, neste importante aspecto, desenvolvido uma considerável actividade, no intuito de contratar a longo prazo **processing** para exportação, prosseguindo as negociações.

Concluindo, o Prof. Gonçalves Pereira ddisse que caberia aos accionistas e, dado o invulgar alcance nacional do empreendimento, ao Governo e opinião pública, apreciar a forma como a Petrosul se tem desempenhado desta tarefa sem par, até agora, nos anais da indústria portuguesa; mas era com a consciencia tranquila que o Conselho de Administração se apresenttava perante a Assembleia Geral.

Seguidamente foram discutidos na generalidade e posteriormente na especialidade, os documentos respeitantes ao relatório e contas, os quais mereceram da parte dos accionistas a aprovação por unanimidade.

AOS DESIGNERS

CONCURSO DE DESIGN DE ESTAMPARIA PARA TECIDOS DE DECORAÇÃO

Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do design português constitui um dos objectivos do Fundo de Fomento de Exportação, com vista a conseguir um maior prestígio para aqueles sectores da nossa indústria que mais se têm afirmado no comércio externo. Dentro dessa ordem de ideias, organiza o Fundo mais um Concurso de Design. O seu objecto Design de Estamparia para Tecidos de Decoração — um tema oportuno, rico de sugestões. Como já vem sendo hábito nestes Concursos, também para este se elaboraram normas que estão sendo distribuídas, sem qualquer intuito selectivo, pelos designers do País. Quem não as tiver ainda recebido poderá solicitá-las da direcção abaixo indicada. De acordo com tais normas, deverão os interessados remeter a este Organismo os respectivos boletins de inscrição até ao próximo dia 30. 4. Além de ter instituído vários prémios de apreciável montante pecuniário, o Fundo não deixou de estudar a possibilidade de utilização pela indústria dos trabalhos premiados. O que constituirá mais um aliciante para os nossos designers. Inscrevam-se, pois, quanto antes!

FUNDO DE FOMENTO DE EXPORTAÇÃO

Av.ª 5 de Outubro, 101-3.º — Telef. 767410/767520/767573 — Lisboa-1.

PÁSCOA EM LONDRES
Partidas acompanhadas:
ABRIL 10, 11, 14, 15, 18, 19 e 20
(Estadias de 5-6-7 e 9 dias)
PREÇOS EXCEPCIONALMENTE BAIXOS DESDE 2750$
INCLUINDO:
• VIAGEM EM AVIÃO A JACTO
• ESTADIA NO HOTEL
• TRANSPORTES EM TERRA
• VISITA TURÍSTICA DE LONDRES
• TAXAS HOTELEIRAS
• ASSISTÊNCIA DE GUIA abreu
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
FUNDADA EM 1840
LISBOA — Av. Liberdade, 160 Telef. 320021 (15 linhas)
PORTO — Av. dos Aliados, 207 Telef. 37981 (15 linhas)
COIMBRA — Rua da Sota, 2 Telef. 27001/27002

COMENTÁRIO DO DR. MOREIRA BAPTISTA

As actividades subversivas em Africa, as eleições de deputados para a Assembleia Nacional, a necessidade de desenvolvimento económico, a aprovação da Lei do Cinema foram os principais pontos focados pelo secretário de Estado da Informação e Turismo, dr. César Moreira Baptista, na comunicação que ontem fez ao País, através da televisão e que a E.N. também transmitiu.

«Em Itália, na cidade de Regio Emília, de 23 a 25 deste mês; de 9 a 14 de Abril, na Noruega, em Oslo — estes os locais escolhidos para novos encontros dos vários grupos que, há longos anos, têm inspiradi as acções terroristas na Guiné, Angola e Moçambique». Assim começou a exposição do dr. Moreira Baptista, seguindo-se a afirmação de que **«temos (...) de lhes demonstrar que estão equivocados: há séculos que os Portugueses constroem uma Nação, que formam um todo».**

Pouco depois, o dr. César Moreira Baptista referia-se ao momento eleitoral, para se congratular pelo facto de os portugueses terem acorrido ao cumprimento do seu dever de recenseamento sugerido, depois, **«que cada português vá meditando na extrema responsabilidade das decisões de que dependerão, em grande medida os caminhos que vamos trilhar».** E recordou os valores que as opções a tomar irão pôr em causa: a unidade nacional, a intangibilidade dos valores morais e o desenvolvimento económico e social...

Por fim, o secretário de Estado de Informação e Turismo referiu-se aos últimos diplomas legislativos aprovados. Alguns deles inscrevem-se na preocupação de fazer progredir o País, à semelhança do que acontece com o Brasil, cujo espírito nacionalista impressionou o dr. Moreira Baptista da última vez que ali esteve: **«É isto, é num movimento assim que o povo português, em relação a Portugal, tem de participar com espírito idêntico: trabalhando cada vez mais, aumentando a riqueza».** Mas àquele membro do Governo foi particularmente grato assinalar a recente aprovação de um diploma que visa proteger o teatro e o cinema: a Lei do Cinema, que cria, pela primeira vez entre nós, um Instituto Português de Cinema.

Avião militar abatido na Guiné

BISSAU, 30 (ANI) — O comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné anunciou que um avião «Fiat G-91» foi ontem abatido, em combate, por um foguetão terra-ar lançado da República da Guiné, quando sobrevoava território português em missão de reconhecimento, no Sul da Província.

O aparelho que era pilotado pelo tenente-coronel piloto aviador José Fernando de Almeida Brito, explodiu no ar, tendo perecido o piloto.

PARA QUE SERVEM OS ASSISTENTES SOCIAIS

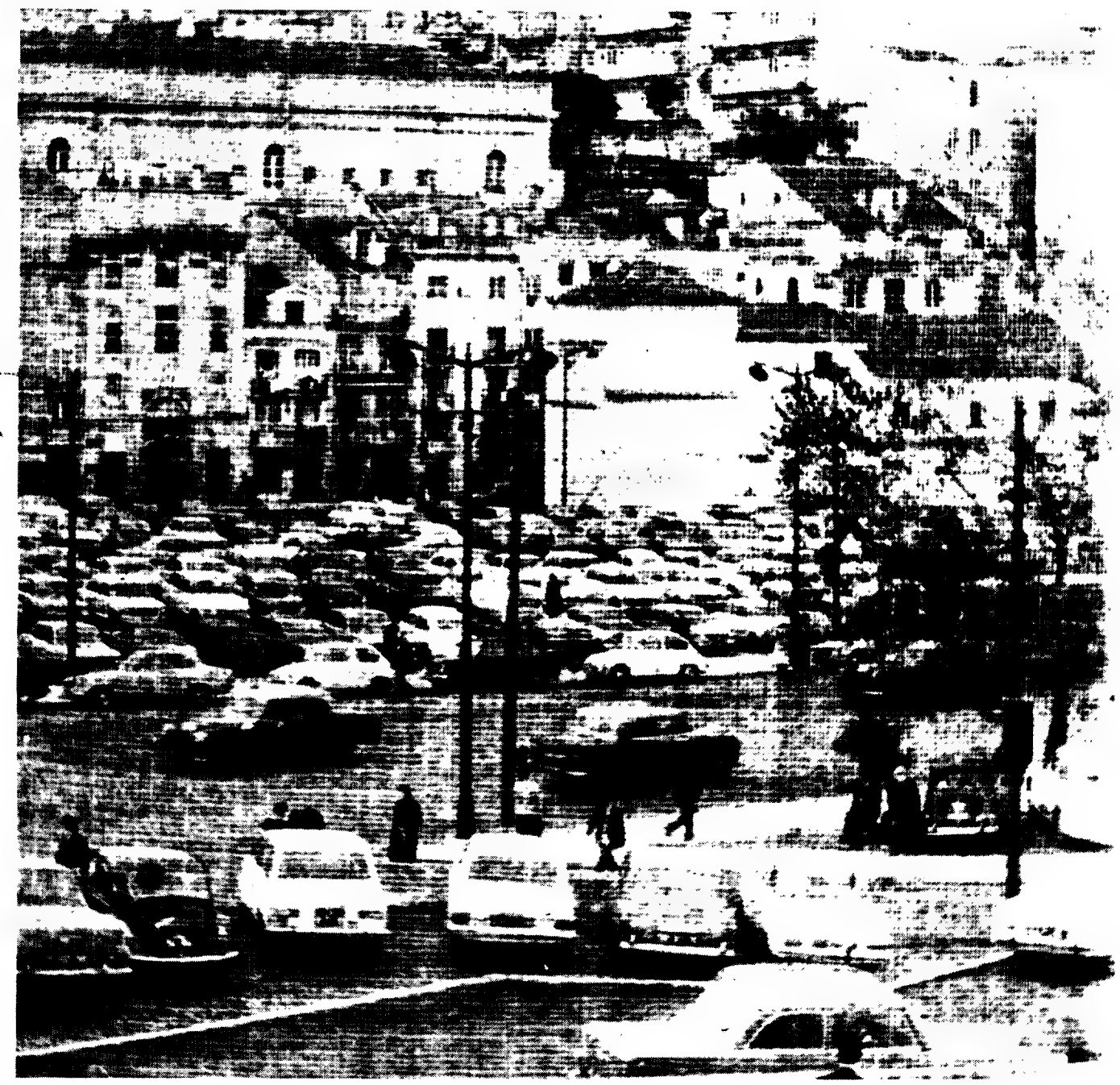
Mais de mil assistentes sociais portugueses, trabalhando nas empresas, nos serviços da Previdência, da Assistência, das autarquias regionais e do desenvolvimento comunitário enfrentam os problemas de uma sociedade em mudança e procuram definir o estatuto da sua profissão. Em «mesa-redonda» com candidatos das duas listas concorrentes à direcção do Sindicato, fazemos o balanço da situação (PÁGª TRÊS)

I.C.S.P.U. UMA ESCOLA NA ENCRUZILHADA

NA PÁG. DOZE

mesa redonda

LISBOA
CRESCIMENTO, POLUIÇÃO E ZONAS VERDES



Há quem afirme que, antes do fim do século, as sociedades desenvolvidas. Há, também, quem afirme o contrário, isto é, a possibilidade de essas mesmas sociedades conjurarem o espectro da catástofe e mercê de crescimento dos bens de consumo, do avanço da ciência e da técnica, da garantia do pleno emprego, aguentarem o «statuo quo».

A ameaça terrível da poulição pesa especialmente sobre os países ricos, ou de consideráveis minorias ricas, deixando indiferentes os do Terceiro Mundo, que a fome, a cólera, a ignorância dominam. Daí uma diversidade natural de critérios acerca do problema da poluição, do «habitat», do enquadramento do homem na cidade nova. Que possibilidades existem de realizar num futuro próximo essa sociedade nova? Como despoluir o Mundo poluído? Como está (ou não) sendo «recuperada» a campanha antipoluição pelas próprias fontes poluidoras?

Eis um feixe de perguntas para as quais nos interessa buscar respostas.

Por hoje, vamos ater-nos a Lisboa, cidade em transformação, onde se ouvem tantas e tão justificadas queixas sobre a qualidade da vida, sobre a crise da habitação, onde, ao mesmo tempo, uma arquitectura nova está nascendo.

Como se constrói?, para quê e para quem se constrói?, que projectos de programação de uma vida melhor acaso existem, neste domínio?

Procurámos um dos homens mais competentes e sérios que entre nós se têm afirmado nos campos da arquitectura, da intervenção social e do «habitat» e, até, como técnico do combate à poluição, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles.

Começámos por lhe perguntar:

Será possível criar espaços verdes sem colidir com o problema da habitação?

Continua na pág. seis

PROJECTO DE LEI DA HABITAÇÃO
Uma proposta dos inquilinos

● **Por ROQUE LAIA**

. . Por razões já de todos sobejadamente conhecidas e cuja resenha aqui não interessa fazer, de há muito que o português dos estratos inferiores da nossa actual sociedade perdeu o hábito de se ocupar dos seus problemas próprios. Umas vezes permanece indiferente e inerte; outras, deixa que pessoas estranhas aos seus problemas deles se ocupem e os debatam. E, não raramente, desse debate resulta o «escurecimento» e a «deturpação» desses problemas.

. Com os problemas da habitação está a suceder isso. Muitos falam sobre ele. Muitos escrevem sobre ele. Mas poucas vezes se trazem ideias novas ou novas perspectivas para as ideias velhas.

Os senhorios apresentam «projectos de lei». E, como se eles fossem o único elemento a considerar na equação do problema, ninguém ouve os arrendatários Estes, não têm cabimento nas comissões que estudam esses projectos. Nem nos locais onde eles se decidem.

Pois bem! Chegou o momento de os arrendatários considerarem que **também** fazem parte da massa nacional. Que os seus direitos têm **também** de ter audiência. As suas razões têm de ser escutadas, já que as suas justas reclamações o não têm sido.

Uma vez que os senhorios apresentam nada menos de dois projectos de lei, os arrendatários — mais comedidos — limitam-se a apresentar um só. Mas, como não têm representação no lugar próprio, apresentam, por este meio, o seguinte:

● PROJECTO DE LEI

BASE I

Todos os terrenos que possam servir para o fim de construção para habitação, são propriedade do Fundo de Fomento da Habitação.

BASE II

Enquanto não estiver extinto o «déficit» habitacional e não houver sido criado um suficiente «stock» disponível de habitação, o Fundo de Fomento da Habitação não poderá desviar, do fim de construção de habitações, parcela alguma de terreno sua propriedade, nem verbas que lhe estejam afectas ou consignadas.

BASE III

Não obstante o disposto na base anterior, o F.F.H. utilizará em espaços verdes a proporção de terrenos necessários não só à preservação das condições do ambiente, mas, também, às das exigências psico-neuróticas e comunitárias dos utentes dos vários cúcleos populacionais.

BASE IV

Se algum terreno dos incluídos na Base I estiver na posse particular de alguma pessoa individual ou colectiva (ainda que de direito público) e o seu proprietário o não destinar à construção de habitações de harmonia com a presente lei, o Fundo de Fomento de Habitação expropriá-lo-á, pagando por ele o justo preço.

BASE V

Considera-se justo preço, para o efeito do disposto na anterior Base IV e de todas as expropriações de terrenos, o que resultar da média do valor matricial que durante os últimos dez anos tenha servido para lançamento da respectiva contribuição predial.

BASE VI

Das disposições das anteriores Bases I e II só serão excluídos os terrenos destinados à execução de projectos a realizar pelos serviços públicos e os destinados à execução de construção de vias, praças e jardins públicos, e da dos edifícios e mais infra-estruturas destinadas à execução de projectos visando fins de turismo, quando uns e outros tenham recebido aprovação ministerial.

BASE VII

Os proprietários de edifícios actualmente em regime de arrendamento, que entendam que lhes não produzem o rendimento desejado, podem transferir a propriedade deles para o Fundo de Fomento da Habitação, sendo o preço calculado de harmonia com a anterior Base V.

BASE VIII

Os pagamentos resultantes da aplicação das disposições das anteriores Bases IV e VII serão feitos através da entrega de títulos de dívida pública de igual valor, vencendo juros iguais aos da taxa oficial de desconto, e isento de quàlquer imposto.

Continua na pág. oito

assim vai o mundo

● OS INTERESSES NO OCIDENTE

Todos os anos, as publicações da ONU ou de outras organizações avisam: deteriora-se a situação económica do terceiro mundo ...

Tais avisos correm o risco de deixar de ser ouvidos, de tão repetidos e gastos. Ainda em 1972, a ONU publicou um novo balanço do «alargamento do fosso entre países pobres e países ricos industrializados», de autoria do professor inglês, David Wightman. Parece «insuspeita» a fonte que orienta todo o estudo para convencer as grandes metrópoles capitalistas dos seus verdadeiros interesses. Avisa o Ocidente: «O peso esmagador da miséria e da desolação que pesam sobre a África, Ásia e América Latina é sentido ao mesmo tempo como um verdadeiro desafio á moral, uma ameaça para a paz e a segurança do mundo e, enfim, como a **maior fonte de prosperidade ainda inexplorada**». (o sublinhado é nosso)

Com certa lucidez, o autor critica a política defensiva das grandes metrópoles capitalistas que ao proteger ferozmente os seus sectores industriais «atrasados», com os têxteis, o vestuário, o calçado, defendem interesses imediatos mas sacrificam os seus interesses estratégicos. Se querem que os mercados do «terceiro-mundo» alarguem para os produtos industriais do Ocidente, é preciso deixá-los vender, explica o bom senso do professor. E, sobretudo: «O que é mais chocante, é que as barreiras já não servem o interesse económico dos próprios países industriais. Desmantelá-la não constituiria um gesto caridoso da sua parte, mas favoreceria o seu progresso económico e aceleraria a transferência dos recursos das indústrias de fraco crescimento, em que a produtividade do trabalho é claramente inferior á média nacional, para as indústrias de mais rápida expansão, em que a produtividade do trabalho é muito superior a essa média». Aos países do «terceiro-mundo», deveriam ser deixadas essas indústrias e, de forma geral, todas as que **incorporam muita mão-de-obra** ou menos capital.

Eis-nos perante o modelo de industrialização hoje vendido aos «países pobres» os economistas mais consequentes falam na passagem para a **periferia** das indústias da primeira revolução industrial, incluindo uma larga parte da metalurgia, eservando-se as metrópoles dominantes as de «revolução científica» em curso — o que lhes continuaria a assegurar a supremacia e a exploração.

De notar ainda uma característica do capitalismo na sua fase presente: a dificuldade de realizar os seus interesses estratégicos, acossado por crises económicas e ameaçado por lutas políticas que se radicalizam.

● SURTO INDUSTRIAL NA CHINA

Em 1971, a produção cresceu 10 por cento na República Popular da China, ao que parece a quarta mais alta desse ano, em que igualmente se tornou o primeiro produtor mundial de vestuário de algodão. A fabricação do aço bruto aumentou 18 por cento, atingindo 21 milhões de toneladas, «o que põe a China entre a França e a Itália na lista dos produtores mundiais». A produção de ferro cresceu 26 por cento, embora com volume inferior ao de 1960. Outras produções em expansão: adubos químicos (20 por cento de aumento), petróleo bruto (27 por cento), carvão (8 por cento). A mesma fonte não nos dá índices da produção agrícola. Sabe-se no entanto que 1971 foi um bom ano.

Nota-se uma mudança de tom nas discussões sobre a economia chinesa. Durante a revolução cultural, tanto o Ocidente como os países ligados à URSS procuraram ridicularizar as concepções económicas em que assentava a construção do socialismo na China. Falava-se de romantismo e aventurismo. Hoje, descobre-se que afinal os comunistas chineses são prudentes, realistas e moderados. E que a economia chinesa passa bem, apesar de quase tudo estar por fazer em matéria de desenvolvimento económico, como o diz Chu-En-Lai. Sobre as concepções maoistas em economia, escrevia em 1971, o economista americano John Gurley (da Monthly Review):

«Para começar, o desenvolvimento económico chinês opera-se dentro do contexto da planificação centralizada, da propriedade pública das indústrias, das cooperativas agrícolas ou das comunas. Enquanto o poder de decisão está em certa medida descentralizado, as decisões respeitantes aos investimentos, consumo, comércio com o estrangeiro, repartição das energias materiais e de parte da força de trabalho, preço dos bens e dos factores de produção: estas e outras decisões semelhantes estão na mão do Estado. O móbil do lucro é oficialmente desencorajado de assumir um papel importante na distribuição dos recursos, e os incentivos materiais, se bem que ainda em vigor, são progressivamente desvalorizados».

«Enquanto o capitalismo, segundo o seu modo de ver, se esforça unilateralmente em atingir a eficiência na produção dos bens, os chineses, se bem que empenhados na obtenção de um alto nivel de eficiência, ao mesmo tempo e de variadas formas, constroem sobre o menos rentável. Os peritos são afastados em favor da capacidade de decisão das massas; novas indústrias são instaladas em zonas rurais; o sistema de educação favorece os menos favorecidos; rejeita-se a especialização (e, portanto, a competência em sentido estreito); novos produtos são produzidos no interior do país, em vez de mais eficientemente serem importados; é desencorajado o crescimento da cidade enquanto centro da vida industrial e cultural; o aço, durante algum tempo, é fabricado por cada um em vez de unicamente pela muito mais eficiente indústria do aço».

(J. F.)

A Sorel e a Licar
têm a honra de convidar V. Exas.
para a exposição do novo
Opel Rekord Diesel,
nas instalações de Cabo Ruivo
ou nos stands.
Até às 24 horas.
À hora em que mais lhe convenha
admirar um novo Opel Rekord-
o Diesel D 2100.
Não falte s.f.f.

A Sorel e a Licar estão preparadas para dar ao novo Opel Rekord Diesel a assistência que ele merece. Pessoal com alto nível de especialização. Equipamento electrónico moderníssimo.

Stocks de peças legítimas constantemente renovados.

Peças com garantia do maior fabricante mundial de automóveis. Instalações racionalmente dimensionadas em espaço e organização.

As maiores e melhores.

Serviremos ao Rekord Diesel, como ele vai servir aos nossos clientes.

Com prontidão.

Com economia e rapidez.

Desde já, como sempre, a Sorel e a Licar estarão à sua disposição.

Com o novo Rekord Diesel... para ser experimentado... consigo ao volante!

SOREL
STAND: RUA TOMÁS RIBEIRO, 97-A
CABO RUIVO: RUA DR. JOSÉ ESPÍRITO SANTO

LICAR
STAND: AVENIDA CASAL RIBEIRO, 48-A
CABO RUIVO: RUA DR. JOSÉ ESPÍRITO SANTO

assim vamos nós

● AGUARDANDO SINES

Aguardando Sines, o Alentejo continua sem indústria e em despovoamento. As estatísticas das sociedades de 1971 mostram que os três distritos alentejanos têm sociedades (de todos os tipos) com um capital social total de 876 mil contos, o que corresponde a cerca de 1,2 por cento do total das sociedades metropolitanas. O pessoal operário, nos três distritos, não chegava a doze mil pessoas. Apenas as indústrias de alimentação apresentavam um volume de vendas significativo. Mas trata-se na quase totalidade de pequenas e pequeníssimas empresas. Quantas empresas industriais com mais de cem empregados?

Nove em Évora, oito em Portalegre, três em Beja.

● POR DOIS ESCUDOS

Conta um jornal da manhã uma velha história, de que já nos ocupámos e que se continuará a repetir por centenas de aldeias. Vamos aos factos. O encarregado do posto dos Correios da Torre da Marinha, Seixal, ganhava 2 (dois) escudos por dia. Insatisfeito, pediu a demissão, levando ao encerramento do posto e suspensão dos serviços. Ao lado, em Arrentela, um outro senhor faz o mesmo trabalho pela mesma quantia. O serviço aumenta continuamente, e o encarregado tem de expedir as encomendas postais e efectuar os registos e valores declarados.

Semelhante é o caso dos concursos para a distribuição do correio. Feitos em leilão, são os lugares adjudicados à mais baixa exigência. Até há pouco tempo tem havido gente, sobretudo mulheres, que, para ganhar algumas dezenas ou pouco mais duma centena de escudos mensais, se dispõe a correr diariamente alguns quilómetros.

O que espanta não é já o nível de exploração, que não é anormal, apenas insólito. No fundo nada espanta, a não ser do ponto de vista oposto — haver ainda quem aceite tais condições. Curioso é notar que a racionalização dos CTT, transformados em empresa, não implica o abandono de relações de trabalho um tanto primitivas, como estes contratos de empreitada. Aliás, dada a sua preocupação de poupar mão-de-obra e «racionalizar» os serviços, seria até natural a extensão destas práticas. Desde que haja quem seja forçado a corresponder-lhes.

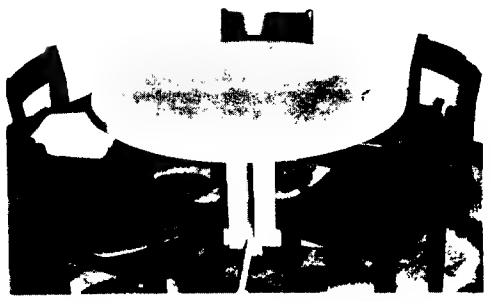
● OS MEIOS E AS TÉCNICAS

No aviso prévio sobre a toxicomania, o deputado Delfino Ribeiro expôs as suas concepções em matéria de repressão da toxicomania. Do ponto de vista policial, seria necessário dispor de «homens treinados e em número suficiente, rápidos meios de transporte e de comunicação, material adequado e, sobretudo, uma rede de informações extensa e complexa». Aqui, segundo nos parece, as ideias do deputado D. Ribeiro ganham generalidade: «Somos pois pela criação de um fundo policial de manejo e pela atribuição ao informador, nas sentenças de condenação, de uma percentagem de multa, independentemente do efectivo pagamento desta».

MESA REDONDA

NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

PARA QUE SERVEM OS ASSISTENTES SOCIAIS



Assistentes sociais, substantivo masculino do plural. Porque há cerca de duas dezenas de homens, ao lado de mais de mil mulheres e porque as aatribuições do Serviço Social não justificam qualquer discriminação. Uma profissão em vias da definição do seu perfil, numa sociedade caracterizada pela mudança, que é preciso activar, sem prejuizo da atenção devida às pessoas e grupos segregados do processo de desenvolvimento. O que pensam de si mesmos os nossos assistentes sociais? Como se situam no conjunto das outras profissões? Quais os problemas mais graves do seu trabalho? Duas ordens de respostas e muitas interrogações transparecem nesta mesa-redonda, em que participam os assistentes sociais Maria Teresa Serôdio Rosa, Óscar Guerreiro, Maria Odete Sá Vaz Garrido, António Amadeu Serro, Judite Grilo e Maria Elisa Costa Irene Aleixo, e o jornalista Avelino Rodrigues, do «DL».

DL __ A presença de dois homens entre os assistentes sociais convidados para esta mesa-redonda sugere-me a primeira questão: Se o Serviço Social também é exercido por homens, como se criou a ideia generalizada de que esta profissão é tipicamente feminina?

MARIA ODETE __ O preconceito tem um certo fundamento. Desde que o Serviço Social foi introduzido em Portugal, por volta de 1938, foi sempre exercido por mulheres até 1961, data em que surgiram os primeiros homens diplomados pelo Instituto Superior de Serviço Social. Compreende-se que essa ideia tenha surgido, uma vez que, pelo menos no estrangeiro, o serviço social apareceu primeiro não como uma profissão definida mas como uma actividade ligada a movimentos voluntários por parte de pessoas desejosas de se dedicaram à ajuda dos outros. Desta fase humanitarista e filantrópica, o serviço social evoluiu e transformou-se numa profissão qualificada. A partir daqui, nada impedia que os homens a pudessem exercer.

OSCAR GUERREIRO __ O acesso dos homens foi sobretudo possível quando o curso adquiriu o estatuto académico de curso superior. Hoje haverá umas duas dezenas de homens assistentes sociais, além dos recentemente formados pelo curso que funcionava no ICSPU, a maioria dos quais não está a exercer a especialidade. Em todos os países, a profissão passou por essa fase feminina, que foi ultrapassada. No Brasil, já cerca de quarenta por cento dos alunos são do sexo masculino. É um facto que o enquadramento das escolas no ensino oficial vem despertar o interesse dos homens. De resto, as atribuições do Serviiço Social e as técnicas e conhecimentos utilizados não implicam, antes pelo contrário, qualquer discriminação.

PREPARAR AS MUDANÇAS SOCIAIS

DL __ Como se caracteriza a profissão de assistente social e qual é a sua função?

MARIA ODETE __ A profissão caracteriza-se pela intervenção no campo social, em ordem à integração das pessoas ou grupos desajustados.

TERESA ROSA __ O desajustamento social das pessoas é mais acentuado nas fases de mudança, porque as pessoas têm mais dificuldade de se ajustarem aos novos ritmos sociais. Nesses períodos é mais evidente a necessidade de um serviço social. Mas o assistente social não se limita a esperar que as pessoas estejam desajustadas para então actuar: numa sociedade de evolução lenta, compete ao assistente social trabalhar com as pessoas para acelerar a mudança.

OSCAR GUERREIRO __ A mudança é um fenómeno de todas as sociedades, em todos os seus estádios e em todas as ideologias. O assistente social não pode limitar-se a fazer o levantamento das tensões e das carências das pessoas, aceitando as mudanças como um determinismo histórico e tentando inserir as pessoas nesse processo, como redutor de tensões e de conflitos. O assistente social tem uma ética social que o levará a provocar algumas tensões positivas e a oferecer à liberdade das pessoas alguns modelos de opção com o esclarecimento possível dos respectivos riscos.

IRENE ALEIXO __ O Serviço Social ajuda as pessoas a participar no processo de desenvolvimento. Este só tem sentido se for feito com elas e por causa delas.

TERESA ROSA __ Eu acrescentaria que esse desenvolvimento não só deve ser acompanhado mas sobretudo deve ser provocado pelas pessoas. O Serviço Social, portanto, deve visar a mudança e despertar as pessoas para essa necessidade.

DL __ Poderá então dizer-se que a uma nova concepção da realidade social correspondeu uma alteração da profissão, e que o avanço das várias ciências sociais veio ajudar a limitar o seu campo de acção?

OSCAR GUERREIRO __ Pertence ao assistente social, experimentar e corrigir, em contacto directo com os grupos, os conhecimentos novos das ciências sociais, que deste modo não vieram enfraquecer o Serviço Social mas enriquecê-lo. É por esta via da reformulação da leitura da realidade, que o Serviço Social moderno se vai definir. Não vamos continuar apenas a dizer que o Serviço Social não é isto, que não é aquilo. Por esta via negativa já perdemos alguns campos como a empresa. Acabou o tempo do assistente social passivo que se limitava a fazer o diagnóstico dos conflitos e a enquadrar os marginalizados; hoje ele deve intervir na construção da sociedade, antecipando-se aos conflitos, porque as mudanças são irreversíveis e é preciso que as pessoas sejam agentes activos e não apenas sujeitos passivos das mudanças. O assistente social mediador e árbitro não existe mais; o assistente social não pode existir desincarnado da realidade, sem uma ética de intervenção, sem uma óptica pessoal dos modelos que terá de apresentar à opção das pessoas.

JUDITE GRILO __ O Serviço Social de hoje já não se limita, como há trinta anos, a vencer as dificuldades que impediam as pessoas de acompanhar a marcha do processo social, a inserir os marginalizados. A sociedade moderna tem menos capacidade de integrar as pessoas. A nossa função está orientada para a construção da vida colectiva, fomentando em todos a capacidade de participar no desenvolvimento sem esquecer os grupos mais frágeis. Assim, por exemplo, se possa dizer que o assistente tem a função de motivar as estruturas...

IRENE ALEIXO __ Uma coisa não impede a outra. Para que as estruturas sirvam as populações, é preciso motivá-las a assumir o seu papel. Para que o diálogo se estabeleça entre a base e as empresas, as Câmaras, as autarquias locais, os serviços públicos, é preciso que o assistente social em situações transitórias funcione como intermediário.

ENTRE O POVO E AS ESTRUTURAS

OSCAR GUERREIRO __ Para mim, o problema está em passar para a população esse trabalho de diálogo com as estruturas. A minha experiência diz-me que, enquanto se actua ao nível das infra-estruturas (estradas, escolas, etc., a construir com a colaboração do povo) é tudo muito fácil. O pior é quando se tem de actuar sobre as próprias estruturas: aí os problemas estrangulam-se

Óscar Guerreiro (Lista A)

Teresa Seródio Rosa (Lista A)

Judite Grilo (Lista B)

continuará a ser necessário ajudar as pessoas a vencer as lacunas de educação, ajudar os emigrantes a assimilarem os padrões de vida urbana, ajudar as mães de família que não sabem entender nem resolver as pressões a que a família é hoje sujeita.

IRENE ALEIXO __ Como o progresso tem sempre a ver com o desenvolvimento económico, é preciso garantir que este seja sempre social, isto é, que se processe em benefício de todos. O social tem de ser simultâneo do económico e não podemos ficar à espera que surjam situações discriminatórias a pedir uma intervenção posterior do trabalho social.

DL __ O assistente social não é o único interveniente no processo social. Como está dito, os primeiros agentes devem ser as próprias pessoas e populações. Há também os outros técnicos. E, do outro lado, estão as estruturas administrativas e todos os serviços oficiais de desenvolvimento e de assistência. Como se situa neste contexto o assistente social?

ANTÓNIO SERRO __ As mudanças são inelutáveis. Mas para não haver desajustamento entre o social e o económico, é preciso motivar as estruturas para que estas possibilitem a participação de todos.

OSCAR GUERREIRO __ A ética do assistente social coloca-o ao serviço das populações. Não compreendo como porque entram a funcionar factores de natureza superestrutural, isto é, valores e conceitos que têm a ver com opções da Administração. Onde estará aqui o assistente mediador? O que pode fazer? Ele não é representante nem mandatário das populações.

TERESA ROSA __ O assistente social é de facto uma pessoa incómoda, em qualquer sociedade que se mantenha estática...

IRENE ALEIXO __ Quanto a mim, defendo que o assistente social tem a missão de descobrir os líderes da população, para que esta tenha vozes capazes de dialogar com as estruturas e estas sejam progressivamente capazes de estabelecer diálogo com aquela.

OSCAR GUERREIRO __ Mas importa saber que tipo de liderança se deseja e o que é um líder. Suponho que a Irene está a referir-se aos líderes naturais e não aos líderes formais. Porque, se o diálogo é necessário, ele só pode estabelecer-se desde que a população esteja representada junto das estruturas pelos seus líderes naturais, sob o risco de ser um monólogo.

TERESA ROSA __ De qualquer modo, não podemos perder de vista que o nosso trabalho se deve exercer fundamentalmente junto das pessoas e estas é que têm de entender-se com as estruturas.

DL __ Na prática, o assistente social é funcionário de um serviço (depende portanto da estrutura) e tem por missão actuar com a base e para a base. Como se insere a sua actividade?

ANTÓNIO SERRO __ Concordo que é importante a preparação das populações, a fim de que estas provoquem as mudanças. Penso todavia que as estruturas podem ser tão resistentes que minimizem os pontos de vista da população, se não estiverem informadas. E nesse momento, é preciso actuar junto dos responsáveis e dos próprios líderes formais, a fim de que estes despertem para um certo número de problemas.

TERESA ROSA __ Eu por mim não acredito muito que o assistente social catequize as estruturas. O que está ao seu alcance é explicitar as aspirações da população junto do organismo que o contrata. Não lhe pertence fazer aceitar pelas populações um programa feito pelos organismos, embora normalmente estejamos mal inseridos e se espere de nós que façamos cumprir as determinações da Administração. Também não digo que a iniciativa não possa partir dos Serviços, desde que a base tenha sido convenientemente despertada e ouvida.

ANTÓNIO SERRO __ Imaginemos que os Serviços preparam um programa e que eu sou convidado a apresentá-lo às pessoas. Nesse mesmo momento, eu devo ter uma palavra a dizer, se conheço a população e mesmo antes de a ouvir. Porque esta é a situação concreta em que nos encontramos.

MARIA ODETE __ Às vezes, pode surgir um conflito entre os interesses sentidos da população e as directivas dos Serviços, particularmente no caso em que estes são chamados a uma actuação de conjunto. Efectivamente acontece muitas vezes que a base resiste a certas mudanças que o progresso impõe. Gera-se uma situação de conflito que precisa da intervenção do assistente para ser clarificada, para que as pessoas descubram as vantagens de certas mudanças e possam participar.

PARTICIPAÇÃO E MANIIPULAÇÃO

OSCAR GUERREIRO __ Pois eu também aceito que as estruturas tenham a iniciativa, uma vez garantida a participação da base na definição das suas carências, dos seus anseios e dos seus objectivos. Depois, haverá sempre uma concretização técnica que normalmente virá de cima. O assistente social é então chamado a fomentar a participação das pessoas num projecto que pode ser global e portanto implicar o sacrifício de algumas vantagens sectoriais desta ou daquela população. (Porque não podemos também esquecer que o desenvolvimento não se limita às micro-unidades). Quando se projecta globalmente, temos de aceitar que algumas regiões sejam sacrificadas, que a vocação de certos aglomerados seja mesmo desaparecer. Que isto não se faça sem dificuldades, acredito. Que o progresso não possa fazer-se sem a colaboração dos interessados, é outra evidência. Que o trabalho do assistente social seja importante para fomentar este trabalho de base, está certo. Mas temos que estar atentos para outra realidade: muitas vezes a participação não é apresentada neste contexto como um fim (ajudar as pessoas a serem responsáveis), mas como um meio, isto é, como uma técnica requintada de manipulação das pessoas. Participar não é integrar-se num processo qualquer, é ser capaz de aderir a um modelo de desenvolvimento, conscientemente aceite entre outros possíveis.

JUDITE GRILO __ O processo da «participação pela participação» está a ser abandonado, depois de ter sido utilizado largamente. Hoje aceita-se que o objectivo a atingir é a qualidade de vida, embora se reconheça que as opções devam ser tomadas pelos interessados.

IRENE ALEIXO __ Eu também aceito o desenvolvimento global e a hipótese de uma população ser eventualmente sacrificada. Mas é preciso que os custos sociais impostos a essa população sejam compensados para que não suceda que ela fique à margem do desenvolvimento. Nesse caso é preciso preparar a mudança, levando as pessoas a participar no processo global.

OSCAR GUERREIRO __ Este ponto da participação é tão importante que eu gostaria de insistir ainda noutro aspecto. Se se fala de participação __ e tem de falar-se __ não a podemos ver apenas do lado das pessoas. E vem então aquilo que dissemos sobre o diálogo com as estruturas, diálogo cheio de limites se estas, por sua vez, não são participantes. Não podemos esquecer que esta ideia de participação foi importada da América, onde as autarquias estão entregues a elementos com mentalidade moderna inclinada à participação e controlados pela opinião pública que lhes pode pedir contas em qualquer momento. Transplantou-se a ideia e a técnica americana para países europeus com outra mentalidade, com falta de quadros, instabilidade dos funcionários, burocracia pesada e descoordenada. Em países velhos, não me parece que as estruturas estejam preparadas para a participação, apesar de se falar muito da técnica de participação. E outra razão que me leva a dizer que a intervenção do assistente social junto das estruturas tem limites e duvido muito da sua eficácia em países velhos como o nosso. As estruturas precisam de ser actuadas, mas aquilo que é preciso fazer nesse sentido já escapa ao assistente social.

DL __ Já seria de imaginar que um trabalho social tivesse muitas dificuldades, em qualquer estádio das sociedades e da cultura. Mas o que atrás se disse, parece querer significar que a profissão encontra maiores dificuldades, precisamente nos estádios em que é mais necessária, isto é, nas fases de transição cultural e de alterações sociais. Ou não será assim?

Continua na página seguinte

PARA QUE SERVEM OS ASSISTENTES SOCIAIS

Continuação da pag. anterior

. **ANTÓNIO SERRO** — Uma das dificuldades maiores do exercício da profissão é precisamente a situação de conflito que se gera quando as estruturas não acompanham as mudanças e ficam estáticas. Surgem necessidades novas e os Serviços não estão aptos para dar-lhes resposta.

MARIA ODETE — O nosso trabalho é também dificultado pela falsa imagem que o público tem da nossa profissão e do papel do assistente social. De resto, os mesmos profissionais não denotam unanimidade de pontos de vista quando se trata de definir qual é o seu papel. Não se trata apenas de falta de espírito de classe; há grandes diferenças ao nível da própria formação e em muitos casos esta encontra-se desfasada das circunstâncias concretas. A isto deverá acrescentar-se o estatuto socio-profissional, que é pouco convidativo.

JUDITE GRILO — O exercício da profissão tem revelado uma ênfase especial na prestação directa de serviços. A investigação é descurada e por isso a imagem da profissão não vai mudar-se por dentro, isto é, por elementos trazidos da própria profissão. Somos accionados de fora por aquilo que os outros fazem noutros campos das ciências sociais e limitamo-nos a copiar, porque a investigação é praticamente nula. Somos uma profissão que não define suficientemente por dentro o seu perfil de actuação. E acontece que profissionais de outras valências ocupando funções de administração, sentem-se com direito de nos indicar atribuições ou os campos e momentos de intervenção.

INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL

OSCAR GUERREIRO — Não duvido da importância da investigação, mas parece-me que um assistente social não tem que fazer investigação pura, especulativa, mas deverá orientar o seu estudo para a prática. A maior dificuldade é a nossa inserção duvidosa no mundo do trabalho. Somos olhados pela base com uma desconfiança que não é propícia ao trabalho. Aparecemos vinculados às estruturas e aos serviços e não nos temos identificado como trabalhadores. Temos ficado de fora, entre a realidades dos trabalhadores e as administrações. E então a posição que nos resta é a de «mediadores» com inserção muito ambígua.

ELISA COSTA — Eu não estou muito de acordo... Os trabalhadores sentem muitas vezes que nós nos identificamos com eles.

OSCAR GUERREIRO — O problema não está só do lado dos trabalhadores mas do nosso lado. Que tipo de trabalhadores somos nós? Não sabemos quem somos nem como nos inserimos. Disse-se aqui há pouco que o serviço social não tem um estatuto condigno, porque os assistentes não ocupam postos de chefia e têm de receber de outros orientações para o trabalho. Não me parece que o problema se deva pôr desse modo. Só os profissionais é que podem construir o seu estatuto... O ponto está em saber se queremos assumir esse papel de intervenção dentro dos nossos serviços, muito mais do que na reivindicação de títulos académicos que nos dêem acesso a postos onde se possa decidir a reforma dos mesmos.

JUDITE GRILO — Claro que é a prática profissional que define a profissão. Mas também é certo que neste momento há uma enorme desproporção entre a prestação directa e a investigação, a qual é deficiente. Sem investigação não é possível a leitura da realidade e, consequentemente não é possível o diagnóstico que fundamentaria a intervenção adequada. Em consequência desta lacuna, a profissão não define internamente as suas atribuições; quem as define são os administradores, o que está errado ainda quando os assistentes sociais tenham lugares na administração. Por outro lado, não concordo com a tese da ambiguidade da nossa inserção. Isso talvez se verifique nas empresas, mas não pode extrapolar-se para o conjunto dos nossas campos de actividade. Tenho sentido que somos profissionais ao lado de outros profissionais, perfeitamente identificados na preocupação de leitura e de interpretação da realidade, actuando como técnicos e portanto como trabalhadores.

OSCAR GUERREIRO — Pois, é evidente que não estamos de acordo e talvez não adiante mais discutir esses assuntos agora. Só queria dizer que essa inserção ambígua não se passa apenas no serviço social de empresa, mas se passa evidentemente nos outros campos de actuação (Previdência, Assistência, Saúde, Educação, como nos sectores da Habitação e da Emigração e no trabalho comunitário).

AS GRANDES BARREIRAS

DL — Segundo me parece, vocês disseram que a profissão não se definiu com nitidez. Pode então dizer-se que essa indefinição é uma das grandes dificuldades do Serviço Social?

. **TERESA ROSA** — A profissão ainda se não definiu com clareza. Por várias razões: primeiro, porque não estão capazmente divulgadas entre nós as ciências em que o Serviço Social se apoia (sociologia, psicologia, ciência política, antropologia); há um grande desconhecimento do concreto, isto é, dos grandes problemas sociais, dos conflitos e interacções sociais, o que é sobremaneira grave para uma profissão que se propõe intervir na realidade social; não existe o hábito do trabalho interdisciplinar e levantam-se muitas barreiras à sua institucionalização, mesmo por parte dos assistentes sociais relativamente a outros trabalhadores sociais, e sem este diálogo com os outros agentes não se pode actuar numa realidade que é una e polivalente nem se podem definir atribuições; por fim, acho que não existe o hábito da análise objectiva da realidade no decurso da actuação e tanto os serviços como os profissionais têm receio em fazer esta análise.

ANTÓNIO SERRO — Não me parece que isso seja exactamente assim. Não se pode dizer que nós não conhecemos a realidade. Estaria mais certo dizer que há dificuldade em fazer uma leitura dessa realidade e que, a micro-nível, já vem sendo possível conhecê-la.

TERESA ROSA — Eu, por mim, penso que não existe conhecimento da nossa realidade que valha a pena mencionar-se.

OSCAR GUERREIRO — Também penso o mesmo. Não podemos actuar sem o conhecimento preciso da realidade social. É certo que a realidade avança mais depressa do que o seu conhecimento. O assistente social pretende ser um prático de intervenção no social. Como pode fazê-lo sem conhecer as causas profundas dos problemas? Como pode descobrir a estratégia de actuação sem fazer uma leitura económica, sociológica e política do concreto? Faltam-nos elementos, mas não podemos ficar à espera que eles caiam do céu, como se também nós não tivessemos responsabilidade de os fazer aparecer, através da nossa própria actuação. Os poucos conhecimentos disponíveis são sectoriais, faltam-nos as articulações entre os vários sectores, não sabemos como é a realidade global e por isso a actuação vai falhar. Nós não somos ainda os maiores ignorantes: conheço chefes de serviço de responsabilidade nacional que nem sequer são capazes de definir os objectivos dos mesmos mas quando muito as suas atribuições.

JUDITE GRILO — Estamos a veicular para o exercício da nossa profissão dificuldades antecedentes e gerais. Em todo o lado, as estatísticas sociais estão menos exploradas do que as económicas. Há portanto dificuldades exteriores e gerais que não podem ser imputadas à nossa profissão. E se o exercício de outras profissões é prejudicado com essa lacuna, de certo estarão em desvantagem as profissões como a nossa que estão viradas para a intervenção na realidade social. Por outro lado, também me parece menos certo o que se disse há pouco acerca da inexistência do trabalho interdisciplinar. Claro que a programação conjunta é sempre difícil, mas algumas experiências se estão a tentar com êxito.

IRENE ALEIXO — Também me parece que cada vez sentimos mais a preocupação de trabalhar com outros profissionais, definindo os nossos campos e as nossas atribuições.

TERESA ROSA — Seria muito bom que isso fosse certo...

ANTÓNIO SERRO — Não percebo como se possa ter dito que os assistentes sociais experimentem essas dificuldades no diálogo interdisciplinar.

OSCAR GUERREIRO — Eu disse e mantenho que em geral os asssistentes sociais não estão à vontade na confrontação com outros técnicos. Não será por espírito de «capelinha», mas porque a sua formação não os equipou para fazerem a reinterpretação dos dados da realidade, o que os leva a sentirem-se inseguros. Continuamos na mesma: temos «bons» teóricos, «bons» doutrinadores de modelos sociais, mas faltam-nos bons leitores da realidade.

JUDITE GRILO — Na realidade, não estão apresentados, nem sequer construidos modelos sociais coerentes com as características da realidade portuguesa. A sua construção e proposta cabe a todos os técnicos de profissões sociais e não somente aos assistentes sociais.

DL — Voltemos às dificuldades da profissão. Em que medida o tipo de formação recebido permite que o assistente social possa cumprir uma missão tão complexa?

. **TERESA ROSA** — As funções cometidas a um assistente social exigem um tipo de formação que não é assegurado pelos esboços imprecisos e deficientes das carreiras do Serviço Social nem se vislumbra que este problema se resolva pela maneira como se pretende que o curso seja inserido na reforma do ensino, ao nível de Politécnico (como se o Serviço Social fosse uma técnica...). O resultado é evidente, mesmo ao nível de vencimentos: o simples facto de outros profissionais terem uma licenciatura faz com que eles tenham maiores vencimentos e mais possibilidades de acesso do que os assistentes sociais, ainda que sejam idênticos os conhecimentos exigidos ou as responsabilidades e o poder de decisão.

TERESA ROSA — Também me parece que a imagem pública do Serviço Social é pouco favorável. Diz-se que é uma profissão discutível, desnecessária, colocada ao serviço das políticas dominantes e funcionando como travão dos conflitos que acompanham o progresso e as mudanças sociais. Outros, pelo contrário, dizem que aquilo que nós fazemos poderia ser feito por outras pessoas sem formação especial. A falta de reciclagem faz com que o «saber próprio» da nossa profissão não evolua ao mesmo ritmo das ciências sociais e da realidade social. Também é certo que outras profissões concorrentes levantam obstáculos; que somos prejudicados pela imprecisão e pelas mutações frequentes da política social; que o contexto político não ajuda. E também é difícil fazer aceitar a deontologia que apesar de tudo se vai definindo.

JUDITE GRILO — Eu francamente não concordo com todo esse pessimismo.

TERESA ROSA — Temos todos consciência de que a profissão não sabe defender-se como tal. Os próprios meios legais de que dispomos, além de fracos, não são utilizados com eficácia. Está neste campo o Sindicato. É preciso que ele seja utilizado conscientemente e em união de esforços, para conseguirmos resolver alguns problemas ao nosso alcance.

A NEUTRALIDADE E A ÉTICA

DL — Já que ninguém quer adiantar mais nada acerca deste ponto — e compreende-se que vocês, fazendo parte das duas listas concorrentes, sintam que não é esta a melhor altura de fazer uma discussão dos problemas sindicais — eu gostaria de abordar outra questão: o assistente social será um tecnocrata, que aplica as técnicas em ordem a um objectivo que lhe foi encomendado?

. **TERESA ROSA** — Na medida em que o assistente social está virado para as populações e trabalha para que as pessoas assumam a responsabilidade dos seus direitos e dos seus riscos, é evidente que veícula uma concepção de vida política. E como pode o assistente social esquecer-se, durante o trabalho, de que certos caminhos desenvolvem as pessoas e que outros bloqueiam o desenvolvimento?

. **OSCAR GUERREIRO** — Promover significa tornar acessíveis os valores. Que valores interessa propor? Se falamos de uma ética da profissão, temos que saber responder a esta pergunta. Temos um Instituto, que nos apresentou um conjunto de valores derivados de uma certa concepção do

Continua na pag cinco

TAP
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

Pretende admitir:

LITÓGRAFO IMPRESSOR

- Com o 2.º grau de instrução primária e prática para trabalhar com máquinas de pequeno formato em quadricromia

OUTROS REQUISITOS:

- Nacionalidade portuguesa
- Serviço militar cumprido ou dele isento
- Menos de 36 anos de idade

OFERECE:

- Vencimento compatível
- Gratificação de Natal
- Subsídio de férias
- Salários diferidos
- Regalias sociais
- Viagens

Só serão consideradas as candidaturas que respondam inteiramente às exigências postas.

Inscrições na Divisão do Planeamento do Pessoal até ao próximo dia 6 Edifício 25 - 1.º andar — Aeroporto de Lisboa:

CASAS PARA ALUGAR

Para prédios que administramos, temos andares para alugar, tanto em Lisboa, como na Amadora, Damaia, Queluz, Almada, Alverca, V. F. Xira, Barreiro, linha de Cascais, etc.

Não cobramos aos inquilinos qualquer importância a título de comissão.

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES INVICTA, LDA.
LISBOA — Rua dos Sapateiros, 231, 1.º
Telef. 3 47 55 - 36 93 84

CLARAS – TRANSPORTES, S. A. R. L.
Sede em: TORRES NOVAS

AVISO

Avisam-se os nossos estimados clientes que, «a partir de 1 de Abril Próximo», todos os nossos serviços de transportes, que em Lisboa se encontram instalados na Rua Cidade de Liverpool, passarão para a

AVENIDA CASAL RIBEIRO, N.os 18 A 24

novas instalações da Empresa.

Torres Novas, 6 de Março de 1973
A ADMINISTRAÇÃO

Maria Odete Vaz Garrido

Maria Elisa Costa (Lista B)

Continuação da pag. quatro

mundo, de uma aproximação filosófica da vida. Hoje sabemos que há outros instrumentos de definição da realidade e que muitos desses valores ditos universais já foram ultrapassados por uma sociedade e por uma cultura que mudaram. Nem podia ser de outro modo, porque não há valores parados. O assistente social não pode desempenhar-se das suas atribuições se em matéria de sociologia, de economia, de política, não dispuser de preparação conveniente. Mas isto já tem a ver com os programas e com o conceito da escola de formação dos Assistentes Sociais, assunto que só por si daria para outra «mesa-redonda». É claro que também temos a ver com o assunto, e até acho que como profissionais deveríamos poder ajudar a discutir o futuro do Instituto. Mas para essa «mesa-redonda» muitas outras pessoas deveriam ser convidadas.

OSCAR GUERREIRO — O assistente social, embora vinculado a um serviço, leva consigo para o campo de trabalho toda a sua carga pessoal. Ele não tem de cingir a sua actuação ao campo de uma «política», porque deve ter em mente a liberdade das pessoas, para procurarem uma sociedade de bem-estar, os valores universais que não podem ser sacrificados por qualquer ideologia. Falar da neutralidade ideológica do trabalho social é uma fantasia. A própria maneira de apresentar os modelos possíveis, as saídas possíveis, influem no conteúdo da sua comunicação.

TERESA ROSA — O trabalho social nunca pode ser isento, porque cada qual, ao transmitir hipóteses de saída, transmite-as como sente. Para mim a ética do Serviço Social está na correcta utilização dos processos mas vai mais longe.

JUDITE GRILO — Do meu ponto de vista, a ética do Assistente Social consiste em conhecer as suas motivações sem as veicular para o seu campo de trabalho. Isto não implica que o Assistente Social não deva estar empenhado no desenvolvimento global das populações, inclusive no aspecto da sua afirmação política. Mas é um erro utilizar o exercício da profissão para transmitir a sua própria opção ideológica a pessoas em situação de fragilidade.

IRENE ALEIXO — Aqui vem o problema da supervisão que permite avaliar a validade do processo técnico utilizado e o tipo de relação social estabelecido com a comunidade e com os indivíduos e os grupos.

LOPES & MATOS, LDA.

Comunica que no próximo domingo, dia 1 de Abril, entra em vigor o novo horário da carreira:

S. R.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES

Divisão de Transportes Regulares

CARREIRA: Regular de passageiros

Concessionario: LOPES & MATOS

HORÁRIO

LISBOA — PONTES DE MONFALIM

LOCALIDADES														
		c	a			a		a			a		a	
Lisboa	P	0 45	6 20	6 40	7 40	9 40	10 35	12 40	14 05	15 30	17 10	18 10	19 10	20 40	21 10
Encarnação	M	1 00	6 35	6 55	7 55	9 55	10 50	12 55	14 20	15 45	17 27	18 25	19 25	20 55	21 25
Sacavém		1 05	6 40	7 00	8 00	10 00	10 55	13 00	14 25	15 50	17 30	18 30	19 30	21 00	21 30
Santa Iria (cruz.º)		1 15	6 50	7 10	8 10	10 10	11 05	13 10	14 35	16 00	17 40	18 40	19 40	21 10	21 40
Póvoa Santa Iria		1 20	6 55	7 15	8 15	10 15	11 10	13 15	14 40	16 05	17 45	18 45	19 45	21 15	21 45
Alverca		1 28	7 03	7 23	8 23	10 23	11 18	13 23	14 48	16 13	17 53	18 53	19 53	21 23	21 53
Alhandra		1 35	7 10	7 30	8 30	10 30	11 25	13 30	14 55	16 20	18 00	19 00	20 00	21 30	22 00
S. João dos Montes		1 42	7 17	7 37	8 37	10 37	11 32	13 37	15 02	16 27	18 07	19 07	20 07	21 37	22 07
A-de-Barriga		1 50	7 25	7 45	8 45	10 45	11 40	13 45	15 10	16 35	18 15	19 15	20 15	21 45	22 15
Arruda dos Vinhos		1 57	7 32	7 52	8 52	10 52	11 47	13 52	15 17	16 42	18 22	19 22	20 22	21 52	22 22
Fresca		2 01	7 36	7 56	8 56	10 56	11 51	13 56	15 21	16 46	18 26	19 26	20 26	21 56	22 26
Pontes de Monfalim	C	2 05	7 40	8 00	9 00	11 00	11 55	14 00	15 25	16 50	18 30	19 30	20 30	22 00	22 30

LOCALIDADES		a	a	a			a		a	b	
Pontes de Monfalim	P	6 20	6 40	7 20	8 30	9 30	10 35	11 50	14 30	15 30	17 35	18 35	19 30	20 40	
Fresca	M	6 24	6 44	7 24	8 34	9 34	10 39	11 54	14 34	15 34	17 39	18 39	19 34	20 44	
Arruda dos Vinhos		6 28	6 48	7 28	8 38	9 38	10 43	11 58	14 38	15 38	17 43	18 43	19 38	20 48	
A-de-Barriga		6 35	6 55	7 35	8 45	9 45	10 50	12 05	14 45	15 45	17 50	18 50	19 45	20 55	
S. João dos Montes		6 43	7 03	7 43	8 53	9 53	10 58	12 13	14 53	15 53	17 58	18 58	19 53	21 03	
Alhandra		6 50	7 10	7 50	9 00	10 00	11 05	12 20	15 00	16 00	18 05	19 05	20 00	21 10	
Alverca		6 57	7 17	7 57	9 07	10 07	11 12	12 27	15 07	16 07	18 12	19 12	20 07	21 17	
Póvoa Santa Iria		7 05	7 25	8 05	9 15	10 15	11 20	12 35	15 15	16 15	18 20	18 20	20 15	21 25	
Santa Iria (cruz.º)		7 10	7 30	8 10	9 20	10 20	11 25	12 40	15 20	16 20	18 25	19 25	20 20	21 30	
Sacavém		7 20	7 40	8 20	9 30	10 30	11 35	12 50	15 30	16 30	18 35	19 35	20 30	21 40	
Encarnação		7 25	7 45	8 25	9 35	10 35	11 40	12 55	15 35	16 35	18 40	19 40	20 35	21 45	
Lisboa	C	7 40	8 00	8 40	9 50	10 50	11 55	13 10	15 50	16 50	18 55	19 55	20 50	22 00	

OBSERVAÇÕES

Efectuam se

a) — Excepto domingos e feriados nacionais

b) — Aos domingos e feriados nacionais

c) — Às 2.as-Feiras e dias a seguir a feriados nacionais

Este horário anula todos os anteriormente aprovados.

Entra em vigor em 1. ABR 1973

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE/CPE, S.A.R.L.

SEDE / Rua de Sá da Bandeira, 567 / PORTO

ESTABELECIMENTO CENTRAL / Avenida Infante Santo, 15 / LISBOA

VENDA DE ACÇÕES PRÓPRIAS

225 905 ACÇÕES DO VALOR NOMINAL DE 1 000$00 CADA, NA CARTEIRA DE TÍTULOS DESTA COMPANHIA, A COLOCAR ENTRE OS ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS POSSUIDORES DE CAUTELAS DA 1.ª EMISSÃO DE OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS EM ACÇÕES.

As acções oferecidas para venda entraram no Património da C. P. E. em consequência da fusão das Cinco Empresas da Rede Eléctrica Primária e das posições accionistas que umas detinham em relação às outras.

CONDIÇÕES DE VENDA DAS ACÇÕES

As acções serão oferecidas pelo seu valor nominal, ao preço de 1 000$00 cada uma.

As acções serão pagas integralmente no acto da compra.

Cada accionista, ou obrigacionista possuidor de cautelas da 1.ª emissão de obrigações convertíveis em acções, poderá comprar um número de acções igual a 4 % do total de acções e ou obrigações convertíveis que apresentar, arredondado por defeito.

A compra das acções fica subordinada à apresentação dos títulos representativos de acções de emissões anteriores e ou da apresentação das cautelas da 1.ª emissão de obrigações convertíveis, a fim de lhes ser aposto o carimbo comprovativo do uso desse direito.

A venda das acções decorrerá de 27 a 31 do corrente, nos seguintes estabelecimentos de crédito, onde poderá ser obtido o prospecto informativo:

— Caixa Geral de Depósitos
— Banco Agrícola e Industrial Viseense
— Banco da Agricultura
— Banco do Alentejo
— Banco de Angola
— Banco Borges & Irmão
— Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa
— Banco Fernandes Magalhães
— Banco de Fomento Nacional
— Banco Fonsecas & Burnay
— Banco Intercontinental Português
— Banco Nacional Ultramarino
— Banco Pinto de Magalhães
— Banco Pinto & Sotto Mayor
— Banco Português do Atlântico
— Banco Totta & Açores
— Bank of London & South América
— Crédit Franco-Portugais
— Crédito Predial Português
— Montepio Geral

Porto, 20 de Março de 1973

O CONSELHO DE GERÊNCIA

FALA O ARQ. GONÇALO RIBEIRO TELLES
Entrevista de Urbano Tavares Rodrigues

DA INDUSTRIALIZA
E DA POLUIÇÃO
EM LISBOA

mesa redonda

...Encontramo-nos no seu «atelier», onde Gonçalo Ribeiro Telles trabalha intensamente, com uma invulgar capacidade de concentração, entre projectos, compassos, pranchetas, apelos dos seus colaboradores, telefones a retinirem sem trégua. Em meio dessa aparente vertigem, Gonçalo Ribeiro Telles conserva uma serenidade, um poder de expressão concisa e rigorosa, uma lucidez que são atributos dos autênticos realizadores.

Começámos por lhe perguntar se será possível criar espaços verdes sem colidir com o problema da habitação.

● A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

— A resolução do problema da habitação em termos que procurem dignificar o Homem exige, nos dias de hoje, a criação de espaços verdes. Habitar não deverá ser apenas conseguir a posse de um quarto para dormir e de uma cozinha, mas sim encontrar a possibilidade de espaços e ambientes, onde o processo humano de viver seja viável em toda a sua plenitude. A concentração das populações nas cidades é um facto que se perde no tempo. A ruralidade criou e durante séculos manteve a cidade. Esta não era mais do que um elemento pontual no espaço rural onde se processava um complexo sistema de trocas. A relação entre a paisagem humanizada, a Natureza mais ou menos selvagem e a urbe era íntima. O génio grego, sacralizando lugares eleitos da paisagem e seleccionando a sua vocação de harmonia com a inquietação das gentes, integrou no conceito de vida urbana a noção total de paisagem. Os santuários, com a sua palpitante e intensa actividade, constituem o elemento indispensável da simbiose cidade campo, urbe-Natureza. Com o aparecimento da chamada era tecnológica e o desenvolvimento do comércio, a cidade divorcia-se do campo e alarga as suas fronteiras, constituindo autênticas manchas de óleo, qua avassalam e destroem a paisagem amorosa e laboriosamente construída pelo agricultor.

● O MUNDO DESUMANIZADO

— Acha então que o Mundo se está desumanizando com o esvaziamento dos campos?

— A cidade dominou e desprezou o campo, absorvendo não só os seus excedentes demográficos mas provocando a invasão de multidões que depressa se desenraízam. A cidade oferecia trabalho, espectáculos, fácil-promoção social e um ritmo de vida diferente. A necessidade de mão-de-obra barata a explorar exigia que as perspectivas urbanas parecessem cada vez mais aliciantes e o mundo rural surgisse cada vez mais sombrio e ridicularizado. O monstruoso «facies» das cidades industriais do séc. XIX atinge, rapidamente, os aglomerados urbanos dos países classificados no âmbito do subdesenvolvimento. Surgem então todos os conhecidos problemas do actual mundo urbano industrial, que afectam o Homem na sua integridade física e mental na dignidade da sua pessoa e comprometem as suas potencialidades de criação e o próprio futuro da Humanidade. A intensificação da exploração dos recursos naturais por meios de acção revolucionários o alargamento do mundo urbano, artificial por natureza, a poluição provocada por uma estonteante sociedade colocam o problema nos termos agudos já por alguns há muitos anos reconhecidos mas agora divulgados e, todavia não inteiramente compreendidos. O alargamento do inerte urbano para grandes manches determina a desumanização e a impossibilidade de vida.

● NO ANO 2000 A ÁREA URBANA TERÁ TRIPLICADO

— Qual o avanço da área urbana possível?

— No já próximo ano 2000 na Europa, a área propriamente urbana deverá ter triplicado. A pureza do ar e a da água continuarão, no entanto, a ser indispensáveis a uma vida sã, bem como uma alimentação com base em produtos naturais e frescos. O ruído, o movimento e a luz terão de ser condicionados a valores determinados e a tempos intermitentes de repouso. A procura de beleza e poesia continuarão a ser objectivos essenciais da humanidade. O meio natural (geralmente uma paisagem humanizada e laboriosamente construída) tem de estar presente nas grandes áreas metropolitanas, nos meios urbanos e ao dispor da população.

● A QUALIDADE DA VIDA E OS PLANEAMENTOS COLECTIVOS

— Como deve pesar a qualidade da vida nos planeamentos?

— Não poderá ser mais o preenchimento decorativo dos espaços sobrantes de um urbanismo comandado pelo lucro e pela especulação, mas terá de ter força própria e primordial num planeamento coerente, que tenha por objectivo «qualidade de vida». Não é fácil estabelecer financeiramente o seu peso mas é-o como valor social. E pelas razões que expus que a criação de espaços verdes é indispensável na cidade que se cria, se tivermos em vista a população e não exclusivamente os interesses do comprador do terreno, do vendedor do terreno, do construtor, do banco que os financiou ou do Município, carecido de cabedais, que acabou por apadrinhar o processo. Portanto, a uma política paternalista de construir habitações há que contrapor uma política de habitar que se preocupe com os espaços verdes e com todo o equipamento indispensável a uma qualidade humana de vida da população.

● INDUSTRIALIZAR E CRIAR OS ANTÍDOTOS CONTRA A POLUIÇÃO

— É possível manter o ritmo crescente de industrialização acompanhado dos necessários antídotos contra a poluição?

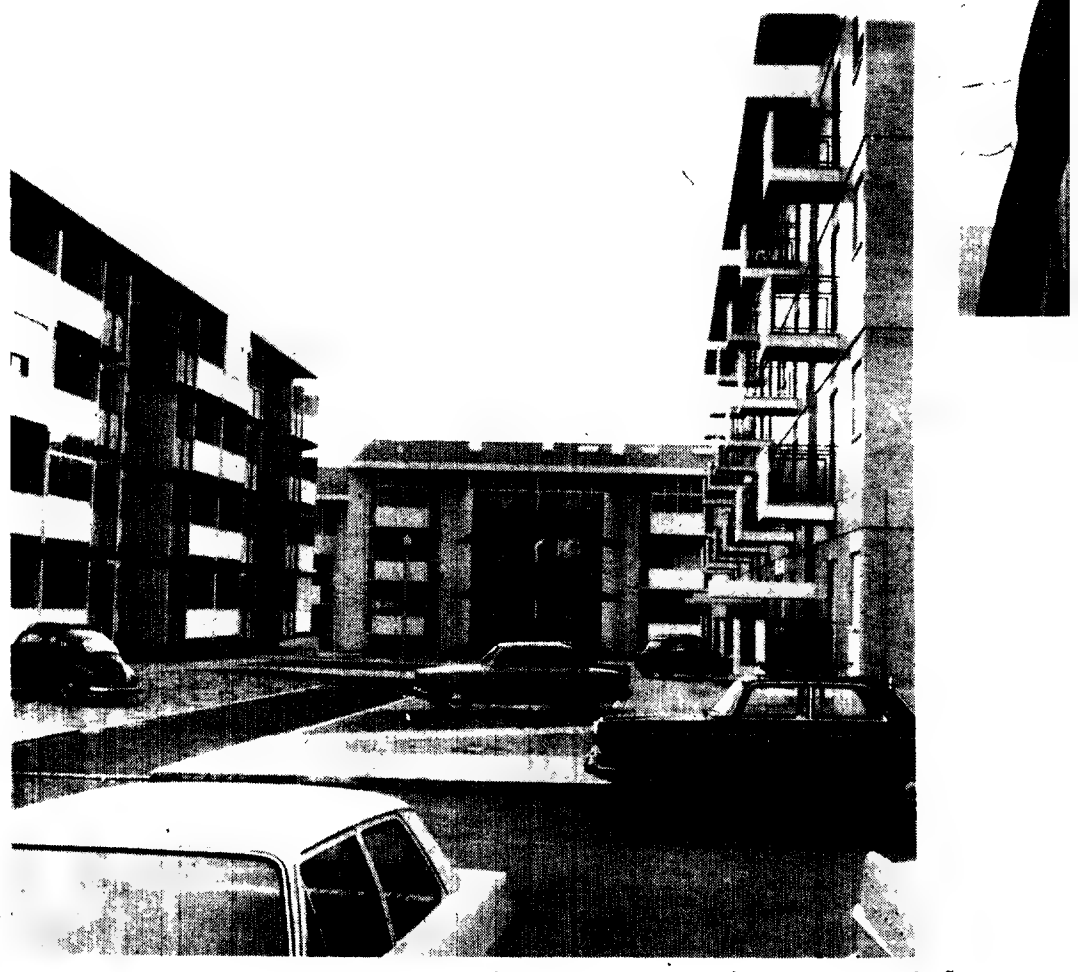
— Julgo que sim e várias experiências tendem a demonstrá-lo. Haverá no entanto que orientar a industrialização num sentido exclusivamente humano e social. O progresso científico e tecnológico terá de conseguir processos de produção cada vez menos poluentes e tentar equilibrar a exploração dos recursos naturais com a capacidade de regeneração do próprio Globo terráqueo e obter sucedâneos das actuais formas de energia.

Ribeiro Telles prossegue:

— A potencialidade da terra em promover vida acha-se longe de estar inventariada e os limites das possibilidades do génio humano, capaz de uma exploração racional dessa potencialidade acham-se, também, longe de estar determinados. Apesar das terríveis realidades apontadas nos relatórios do M.I.T., ainda acreditamos no Homem e na Terra se considerarmos os horizontes do humanamente previsível. Mas, para além do tal progresso científico e tecnológico, já citado, e que conduz a uma diminuição da poluição, há que construir um organismo são, ou melhor, uma paisagem que tenha atributos biológicos e ecológicos e, portanto, possa reagir às consequências perniciosas da actividade humana, atenuando ou mesmo eliminando aquelas consequências. Trata-se, portanto, de conseguir um indivíduo são e forte em que os micróbios e os germens das doenças não façam estragos.

● OCUPAÇÃO ORDENADA E SISTEMÁTICA DO ESPAÇO

— A necessidade da criação dessas novas paisagens humanizadas deram à arquitectura paisagista uma importância enorme no campo do planeamento, devido à necessidade de construir e conservar espaços onde predomine a actividade biológica. A qualidade e a quantidade de espaço disponível constitui uma medida de desenvolvimento possível. O espaço não é já um manancial inesgotável, mas tende, em especial, junto aos pólos de pressão demográfica, a ser raro. Por este motivo a ocupação e utilização do espaço tem de ser ordenada, precisa e sistemática. Uma expansão urbana anárquica, porque especulativa, além das carências de equipamento, constitui um desbarato de espaço e de potencialidades que empobrece o País e compromete a população, a qual está sempre ligada ao território em que vive.



A deshumanização das alas habitacionais é uma triste consequência da especulação e da incompetência ou inércia dos Municípios.

● A LUTA CONTRA A POLUIÇÃO EM LISBOA

Que métodos preconiza para obviar à poluição em Lisboa?

— Como já afirmei, tudo o que se fizer para acabar ou diminuir com as fontes de poluição é importante, mas também é indispensável criar o tal organismo saudável que contrabalance o inevitável artificialismo da vida urbana. A melhor maneira de promover a indispensável presença da Natureza na cidade é através de uma adequada estrutura verde. Esta estrutura tem de permitir o recreio junto da habitação, a vida ao ar livre nos chamados espaços verdes complementares e construir aquela teia contínua de maciços de árvores e prados que protejam vivifiquem a cidade.

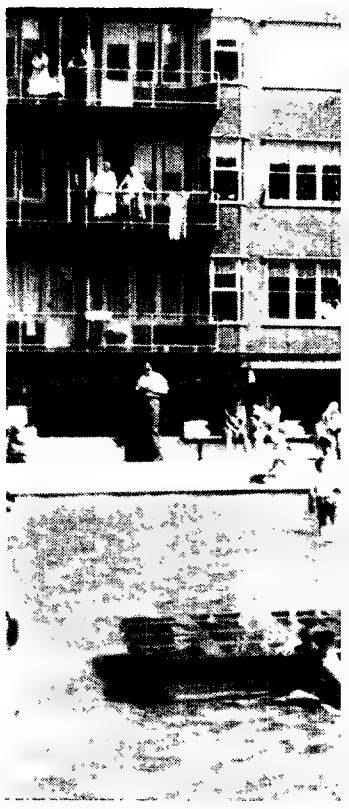
● REVESTIMENTO ARBÓREO DAS CUMEADAS DE LISBOA

O arquitecto Ribeiro Telles continua:

— O êxito da luta em Londres contra a poluição deve-se em grande parte à estrutura verde construída, que permitiu a constituição de brisas e movimentos de ar purificantes, a filtragem e fixação de poeiras e a alteração positiva do próprio clima urbano. Mas voltemos a Lisboa, uma das raras cidades europeias em que os espaços verdes diminuem, não havendo qualquer planeamento coerente em execução que procure criar a tal estrutura verde indispensável à urbe. O relevo acidentado de Lisboa justificaria o revestimento arbóreo das cumeadas e a disseminação de maciços nas zonas planálticas e talvegues, a fim de criar, no primeiro caso, brisas de convecção nos vales, que destruíssem os «capacetes» de poluição provocados pelo tráfego intenso, e, no segundo, correntes ascendentes que afastassem para camadas da atmosfera mais batidas pelos ventos dominantes o ar poluído pelos focos industriais e chaminés. Mas, para além da ocupação estratégica destes pontos pela vegetação, será necessário aumentar substancialmente as áreas verdes da capital. A política que se tem seguido é, no entanto, a contrária.

Levantemos nova questão:

— O processo que preside e orienta o desenvolvimento de Lisboa conduzirá à sua valorização?



Holanda: que diferença entre

AÇÃO

Arq. Ribeiro Telles

● ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LISBOA

— A resposta, por um lado, é simples e, infelizmente, negativa. A complexidade das causas que deram origem à situação presente torna, no entanto, a resposta difícil.

Ribeiro Telles reflecte e assegura:

— O País esteve colocado à margem dos grandes acontecimentos mundiais e das correntes de ideias que em todos os campos, agitaram e inquietaram a humanidade, entendendo-se sempre de uma maneira falsa, vazia e exclusivamente formalista os ecos vindos de fora, a que o País tinha que dar ouvidos quer quisesse quer não. No âmbito do urbanismo e do crescimento das cidades, nasceram então ideias monumentalistas, triunfalistas e decorativas, que depressa se tornaram preconceitos e mentalizaram as camadas superiores e as vulgares da população. Nasceram, então copiando o que de mal se fazia por esse mundo fora, os palácios de colunatas impotentes, em aglomerados rurais, as avenidas centrais direitas, prolongadas até ao infinito, que cortavam e descaracterizavam vilas e cidades as avenidas marginais destruindo tradicionais e belos conjuntos ribeirinhos jardins à francesa ou jardins românticos decorando espaços abertos da cidade, o culto possidónio da florinha e do vasinho à janela ou pendurado do candeeiro público, as árvores que, por terem folhagem estranha, ao gosto do leigo, sombreiam tristemente as artérias principais, os brasões das províncias construídos com manjericos, as cores da bandeira traduzidas em sardinheiras e escalracho, compondo vias de grande circulação, os relógios públicos floridos, as fontes, fronteiras a marcos do génio nacional, atirando para o ar repuxos cor de sabonete, etc.

● A CHEGADA DOS RURAIS À CIDADE

A partir do momento em que se intensificou a chegada à cidade das gentes rurais, aquela não estava preparada para as receber nem entendia de escritórios e locais de trabalho e os factos já apontados abriram depressa caminho à especulação do terreno, enquanto impavidamente os mentores dos «alindamentos» urbanos e da imagem monumental da cidade continuavam a não compreender o que deveria ser a cidade de amanhã. Portanto, paralelamente, nos horríveis dormitórios suburbanos das linhas de Sintra, da Costa do Sol, de Almada, etc, continua a decorar-se horrivelmente a cidade com anacrónicos jardins. O que se fez no Campo de Santana não tem explicação num país culto.

Destruíram-se espaços verdes recentemente construídos, na Avenida dos Estados Unidos. Loteou-se o Parque de Monsanto, dentro dessa política de valorização estratégica de terrenos para urbanização e comprometeu-se o único parque central da cidade com o prolongamento da Avenida da Liberdade defendido por razões triunfalistas. Parece, portanto, querer ocultar-se, talvez inconscientemente o verdadeiro problema da cidade com roupagens falsas, a que infelizmente grande parte do público, por deficiente esclarecimento, aderiu. O problema urbanístico da região e da cidade de Lisboa é de difícil resolução. Para se poder efectivar uma vida de ar livre indispensável, na época que atravessamos, uma cidade tem de oferecer aos seus habitantes cerca de 10 metros quadrados de espaço verde, integrado na estrutura propriamente habitacional, e 30 metros quadrados, como espaço verde complementar de recreio e, portanto, de utilização intensiva. Lisboa e arredores não possuem mais do que 10 metros quadrados por habitante para as categorias acima apontadas, mesmo considerando o Parque Florestal de Monsanto que não é praticamente utilizado.

● A FALTA DE UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE MONSANTO

Instado por nós a esclarecer melhor esta questão, o arquitecto Ribeiro Telles diz-nos:

Sim, este facto até merece um parêntesis. A falta de equipamento e de um plano de utilização do Parque de Monsanto torna-o desconhecido e sem possibilidades de ser vivido pelo lisboeta, como por exemplo é utilizado o Jardim da Estrela, o Campo Grande ou o era o Parque Eduardo VII, antes das vedações que limitaram a sua função. Desta maneira, a grande massa florestal constitui hoje um termo de reserva para instalações de clubes privados, estações de televisão, hotéis, desportos de frequência muito limitada e pouco popular, edifícios públicos, etc. A população, não conhecendo o Parque, deixa-se defraudar de um património que no fundo é seu, sem dar por isso. Por este facto vemos tantas cartas nos jornais pedindo o alindamento de horríveis situações urbanísticas e muito poucas orientadas no verdadeiro interesse da população quanto a espaços verdes.

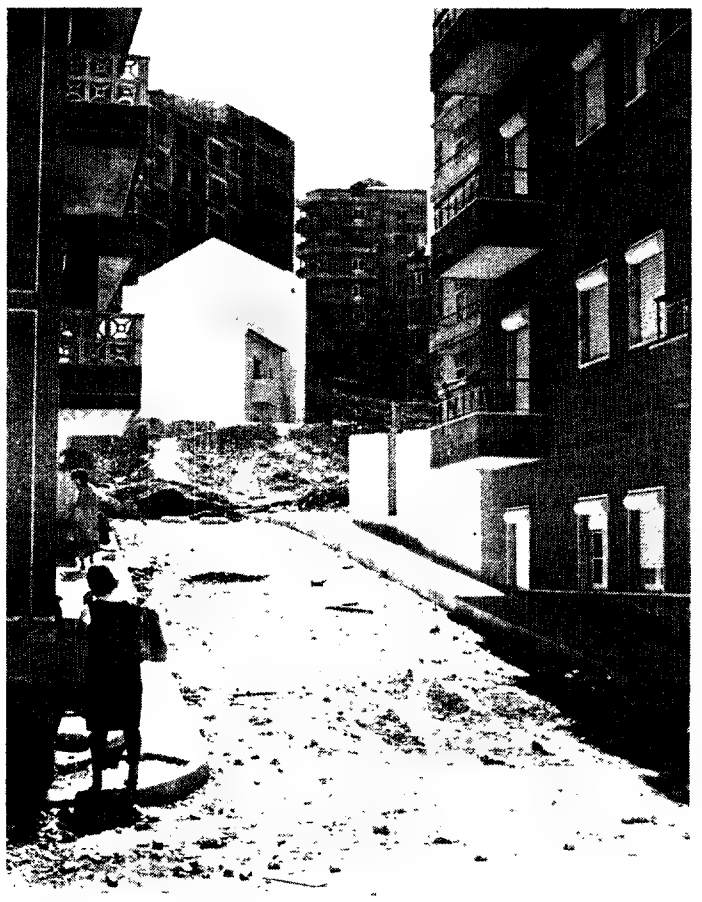
● OS INTERESSES DA POPULAÇÃO E A AMEAÇA DAS INUNDAÇÕES

— A construção destes espaços verdes, para serem economicamente viáveis, não poderá efectivar-se em quaisquer situações ecológicas.

Deverá procurar solos fundos de áreas de acumulação. Na região de Lisboa os bairros não olharam a este facto e, prejudicando a saúde dos seus habitantes e as potencialidades da região quanto a um urbanismo são, ocupam todas as situações e alastram maciçamente. Nos arredores a ocupação dos leitos de cheia e o comprometimento biológico das linhas de água continua a verificar-se sem se ter entendido nem aprendido nada da lição que nos deu a catástrofe de 1967. Outra muito em breve — muito provavelmente — se verificará. Urbanizam-se indiscriminadamente zonas de infiltração máxima como por exemplo sucede em Alfornelos, entopem-se cursos de água torrenciais, ribeiras, como na Costa do Sol, em Belas, etc., continuam a encher-se de aterros e construções várzeas de alto valor em produtos de interesse para a cidade, podendo até provocar-se alagamentos e inundações prejudiciais. Assiste-se à destruição de várzeas e das melhores terras da região por uma anárquica confusão industrial e urbana e aceita-se como normal a importação de leite de Espanha e carne do Uruguai.

● A ESPECULAÇÃO E A DESTRUIÇÃO DO RELEVO DA CIDADE

— O próprio relevo da cidade não resiste à especulação e é destruído impiedosamente. Quem se responsabiliza pelo que se passa nas portas de Carriche? Algum interesse social poderá subsistir em construção habitacional exigindo aquele artificialismo de implantação? Como foi possível destruir (sem se perceber para quê) um dos quadros paisagísticos mais sugestivos da imagem de Lisboa? A falta de espaço, a ausência de uma estrutura verde de protecção, a anárquica expansão urbana e industrial, a sublocação e clandestinidade das habitações, a falta de equipamento urbano, o desconhecimento da importância e filosofia actual do movimento e circulação numa área metropolitana, a falta de áreas de recreio e de contacto com a Natureza fazem-nos crer que se avizinham dias negros para Lisboa como cidade e como área metropolitana, mas que sempre, em todo o momento, há que ter esperança e começar a construir nos bons moldes e para objectivos que procurem integrar o homem na plenitude da sua dignidade.



Aspectos como este, mais ou menos disciplinados, mais ou menos ccclandestinos, mas sempre com a «marca» comum que lhes dá o sentido deshumano em que se procede o crescimento de Lisboa. Espaços verdes, quase nos obrigam a acreditar, serem apenas para os países, como a Escócia, dos prados naturais! É preciso progredir sem olhar a esses problemas de poetas e irrealistas. O resultado está à vista!

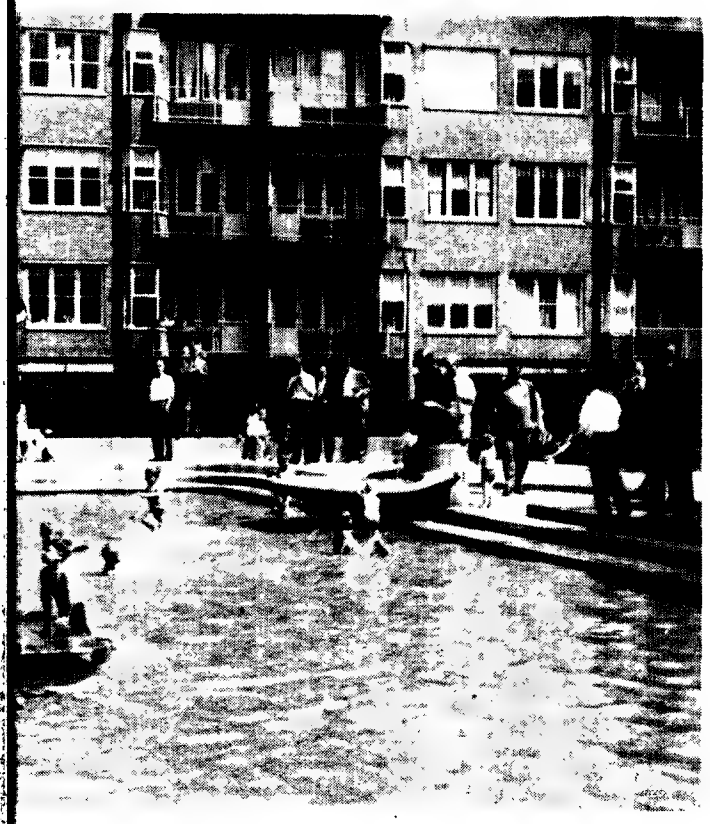
● A CIDADE DO FUTURO

Eis a nossa última pergunta:

Como antevê a cidade do futuro?

As relações de conflito e de domínio entre o campo e a cidade criadas pela revolução industrial e tecnológica deverão desaparecer. O conceito urbano deverá integrar, na simbiose já vislumbrada na Grécia da Antiguidade, a paisagem e a Natureza revalidando a todos os campos a sua contemplação e utilização. Haverá como que uma nova sacralização do sítio e do lugar eleito para determinados fins. A cidade sem se destruir e o campo sem se diminuir ou transformar num imenso parque simplesmente decorativo deverão vir a constituir um todo onde o homem do futuro encontrará a sua mais ampla maneira de habitar. E não julguemos que estes aspectos estão longe de realização ou são impossíveis de conseguir. O que já neste aspecto se fez nos países nórdicos da Europa (Dinamarca, Holanda, Suécia) e na própria Inglaterra dão uma imagem de que qualquer coisa de novo na maneira de viver e habitar se avizinha e podemos ainda controlar naquilo que diz respeito ao homem à sua ecologia e «habitat».

«Não julgamos é que sem a participação das populações no processo, sem a adaptação da educação e do ensino às realidades, sem a constituição de autênticas equipas interdisciplinares tal objectivo se consiga.



...s fotografias da nossa Lisboa e o sentido realista e social desta velha democracia!

"Pode haver mais cristianismo numa heresia vivida do que nas águas mortas da ortodoxia" — afirmou o bispo do Porto

Na habitual reunião semanal do Rotário Clube do Porto, que se efectuou ontem à noite, D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, proferiu uma palestra, na qual desenvolveu o tema: «a mensagem de Cristo ao homem do nosso tempo»

. «Que tem Cristo a dar, antes, dizer ao nosso tempo? Foi a interrogação que o prelado da Diocese do Porto pôs ao iniciar a sua dissertação, para responder em seguida: «Evanglho, mensagem, noticia-boa e mensageiro».

Analizando estes objectivos, o Bispo do Porto disse: ninguém se improvisa mensageiro. Abordar um homem, o homem moderno, é uma arte — assim disse Paulo Evdokimdv. Somos maus, fracos mensageiros: pela própria mensagem e pela ignorância do «homem moderno». e pela indevida mistura ou confusão. O dedo que aponta a lua, segundo Buda. Quem olha o dedo não verá a Lua. Problema do «modelo», do «monge», posto por Jierkgoard: problema actual da «figura» do padre, principalmente dos «religiosos». Arte de certos «mensageiros», que é anti-arte e anti-cultura. Ainda há quem repita: — curva a cerviz fero sicambro/...e até ainda há «sicambros», mas é espécie em via de extinção».

O orador deteve-se, depois, sobre os aspectos da cultura e considerou: «duas perspectivas ou duas ópticas sobre heresia e ortodoxia — o problema do copo: meio vazio ou meio cheio?

. Heresia cristã e «cristianismo» herético. E pode haver mais cristinianismo numa heresia vivida do que nas águas mortas da ortodoxia, no «balido» gregório do conformismo, mesmo nas proclamações «ad adium» do integrismo.

A cultura moderna e heresia cristã ou cristianismo selectivo (mesmo contra o cristinianismo sociológico e por causa dele).

Na alta cultura moderna: os «nossos senhores» e mestres são, ainda, Nietzche, Marx e Freud (evidentemente, eles próprios discípulos de Hegel Kant, do empirismo inglês e nominalismo parisino-medieval).

Na cultura difusa e socializada: capitalismo e marxismo. Do capitalismo sabe-se bem, por testemunhos como os de Sembart ou Schumpeler, que nasceu da reformação, principalmente na sua expressão calvinista: foi Calvino quem, ao lado da «consciência» da predestinação pelo êxito nas empresas da vida, elaborou a justificação do juro, contra a doutrina da «usura» abominação de toda a Idade Média, da qual a Igreja Católica não soube bem ainda como desprender-se — honra lhe seja, face á fertilidade indefinida do dinheiro em capitalismo liberalista/. E o marxismo é uma heresia cristã»: testemunha J. Maritain, bem insuspeita porquê «anti-moderna» ao fim como no princípio.

Portanto, a cultura moderna precisa de cristianismo, porque, sem ele deixaria de ser: de ser, moderno e de ser cultural que é universal ou virtualmente ecuménica (seria davidica, shintoista, confuncionista, animista)...)

. Os aspectos da cultura a face da civilização cristã foram, depois, analizados por D. António Ferreira Gomes que acabou por enumerar os principios que o cristão deve seguir, tendo em conta o Evangelho, como boa nova e salvação. Depois de demorado estudo às eleições de expressão disse: «Ao lado desta alta cultura, não seria menos útil e interessante considerar a cultura popular e vivencial: comparar, por exemplo, o que há de profundamente humano, e, portanto religioso no culto «vandou» ou «macumba» brasileira e até na sua «festa» carnavalesca, com o canto da escravidão norte-americano, com esses «negro spirituals», hoje universalizados, quem sabe se como universalização daquele «grito de esperança» (TH. Lehman) que brota da situação «desesperada» do escravo. Grito de esperança «contra spem», «princípio» ou droga da esperança morosa no deserto, peregrinação para a pátria futura, como nesse extraordinário «espiritual» em que Deus manda Moisés retomar a grande libertação — «Go dawn Mosés».

Depois de se deter sobre o «cristianismo entusiasta»», o orador continuou a sua longa palestra para afirmar. «A inteligibilidade do mundo e da história, o «loogs» do princípio e sobretudo do hoje, a esperança que não mente, o futuro como «amável» ou como «cumpridor de promessas», esta e só pode estar no senhor da história, no Deus da criação e da redenção, em salve e Jesus como « Deus pessoal que vem» em Deus como futuro absoluto.

PROJECTO DE LEI DA HABITAÇÃO
UMA PROPOSTA DOS INQUILINOS

Dr. M. Roque Laia

Continuação da primeira pagina

BASE IX

Constituem receitas do Fundo do Fomento de Habitação, além das verbas que lhe estejam consignadas, por lei:

— A percentagem de 6 por cento sobre o valor de todos os trespasses que se efectuarem;

— A percentagem de 5,5 por cento sobre o valor de toda e qualquer transacção que envolva propriedade urbana ou terrenos destinados a construção;

— A percentagem de 10 por cento sobre todas as multas aplicadas, qualquer que seja a sua origem, proveniência, destino ou autoridade ou tribunal que as aplique, incluindo as que forem aplicadas por transgressão a quaisquer regulamentos, sem excepção alguma;

— A percentagem de 10 por cento sobre as quantias pagas a título de contribuição predial e de sisa sobre propriedade urbana;

— A percentagem de 15 por cento sobre o imposto sucessório de herança em que se incluam propriedade urbana, ainda quando o imposto não deva ser cobrado por não exceder a taxa de isenção legal;

— As verbas que no orçamento anual o Estado lhe consigne;

— As quantias provenientes de rendas e das sisas que forem perdidas ou prescritas;

— O produto das rendas dos prédios propriedade do Fundo, do Estado ou das autarquias locais;

— 10 por cento dos valores e quantias prescritas a favor do Estado, qualquer que seja a sua origem, proveniência ou designação, sem excepção alguma.

BASE X

O Direito à Habitação consiste no reconhecimento do direito que, não só o cidadão isolado, mas, também, cada agregado familiar, tem à ocupação dum lar independente, e à garantia dada pelo Estado, através de apropriada legislação, da estabilidade, continuidade, segurança e paz nessa ocupação.

BASE XI

Em Direito de Habitar, o conceito de «família» significa o agregado familiar, ou seja o conjunto dos elementos dele, que ligados ou não entre si, por laços de parentesco consanguíneo ou de afinidade, vivam em comunhão de habitação.

BASE XII

O lar independente, a que cada cidadão e cada família têm direito, deve possuir as condições de habitabilidade social e higiènicamente consideradas necessárias, e ser apropriado, em número de divisões e de área às necessidades, ao número, sexo e idade dos seus ocupantes.

BASE XIII

Os elementos não produtivos do agregado familiar, crianças, doentes e incapazes, têm direito à permanência e continuação da ocupação do fogo familiar, através da concessão dos correspondentes subsídios de habitação, ainda mesmo no caso do desaparecimento total de todos os elementos válidos desse agregado.

BASE XIV

Ninguém poderá ser privado da usufruição do fogo que ocupa, ou da de algum dos elementos ou direitos a ele inerentes.

BASE XV

O despejo só deverá ser permissível nos casos em que haja, por parte dos utentes, comportamento anti-social, expresso na retenção da casa de que se não necessita ou na sublocação total da habitação.

BASE XVI

O despejo referido na anterior base XV só poderá ser requerido, e obtido, através da instância competente que real e efectivamente garanta uma decisão socialmente justa e uma ampla e efectiva possibilidade de defesa.

BASE XVII

O cidadão e a família têm o direito de exigir a ocupação da casa entrada no mercado do arrendamento que se encontre vaga, e pelo preço de renda que tiver sido fixada à casa.

BASE XVIII

Os utentes de uma habitação não devem ser compelidos a desocupá-la sem que previamente lhes seja fornecida outra, ainda mesmo no caso em que a falta de condições de habitabilidade e a impossibilidade de nelas ser reintegrada imponham a demolição dela.

BASE XIX

Sempre que haja lugar à forçada mudança de habitação, os utentes dela deverão ter o direito a ver respeitadas as condições de habitabilidade exigíveis, a igualdade da área e do preço da renda e — tanto quanto possível — os seus interesses no que se refere à localização em relação com o local de trabalho, aos meios de transporte, e ao seu viver comunitário.

BASE XX

A família não pode ser objecto de medidas, disposições ou decisões, que possam conduzi-la ou forçá-la adesmembrar-se ou a dispersar-se, pelo que, para efeitos habitacionais, cada agregado familiar deve ser considerado como uma unidade indivisível, qualquer que seja o número dos seus membros.

BASE XXI

A renda é a taxa a pagar pela utilização do fogo e constitui, única e exclusivamente o preço do uso e fruição desse fogo, pelo que nela não podem entrar outros elementos de valorização, devendo manter-se inalterada, só podendo ser aumentada quando a habitação seja acrescida de elementos de utilização que não possuisse quando da inicial fixação da renda.

BASE XXII

Deve ser estabelecido um preço económico socialmente justo, para a renda das casas destinadas a ser arrendadas, segundo o seu tipo, com proibição absoluta de ultrapassar esses preços.

BASE XXIII

Sempre que o preço-renda estabelecido para o fogo em que a família está instalada, ou tenha de se instalar, seja desproporcionado em relação às suas receitas, deve haver o direito a um abono de habitação, estabelecido, não com o carácter e sob a forma de beneficência, mas, como um elemento conteúdo do Direito de Habitar.

BASE XXIV

A garantia do pagamento da renda é dada pela organização sindical a que pertença o agregado utente, sendo absolutamente proibida a exigência de fiança, ou de outra espécie de caução.

BASE XXV

Na falta de pagamento de renda, o titular do direito a ela será embolsado pelo referido orgão sindical, o qual tem direito de regresso contra o responsável por esse pagamento, se a falta dele se dever a comportamento anti-social do devedor.

BASE XXVI

Não deve ser permitida a desafectação dos fins habitacionais da casa destinada a ser arrendada, sem que o imóvel seja substituído por outro onde os ocupantes tenham sido realojados.

BASE XXVII

As habitações devem ser classificadas por tipos, estes com base no número e àrea dos compartimentos que compõem cada fogo.

BASE XXVIII

8 Deve existir permanentemente actualizado, um plano de construção de habitações, de modo a que o cidadão e a família tenham sempre à sua disposição casas para arrendar.

BASE XXIX

É obrigatório o estabelecimento do cadastro quinquenal das casas que, em razão de terem decaído das necessárias condições de habitabilidade, devem ser substituídas por meio de demolição, devendo ser absolutamente proibido demolir prédios de habitação fora desses planos estabelecidos pelas Câmaras Municipais.

BASE XXX

Deve ser dada preferência absoluta aos fins meramente habitacionais para instalação nos fogos devolutos, devendo os pisos térreos dos prédios ser reservados, exlusivamente, a fins não habitacionais.

BASE XXXI

As casas para habitação remunerada devem ser propriedade do Estado por intermédio do F. F. H., das autarquias locais ou das Cooperativas de Inquilinato Cooperativo, não gozando o Estado, nem as autarquias, em matéria respeitante ao Direito de Habitação, quaisquer privilégios resultantes da sua qualidade de entidades de direito público.

BASE XXXII

Deve ser dada preferência absoluta ao Fundo do Fomento da Habitação na transferência da propriedade dos imóveis que tenham estado afectos a arrendamento, devendo os orçamentos anuais do Estado e das autarquias incluir a verba necessária às aquisições a efectuar em cada ano, e segundo o plano a estabelecer.

BASE XXXIII

Nenhuma questão sobre habitação poderá ser levada a juízo contencioso sem que previamente tenha sido tentada a sua solução pela respectiva comissão local de habitação.

BASE XXXIV

Para execução do disposto na anterior base, haverá em cada freguesia uma comissão composta pelo presidente da respectiva junta, um representante das associações de inquilinos e outro dos senhorios.

O recurso das decisões dela será julgado por essa comissão acrescida de dois representantes de sindicatos.

BASE XXXV

É expressamente proibida a existência de agências ou procuradorias destinadas a angariar arrendamentos, assim como o estabelecimento de qualquer preferência ou o recebimento de qualquer quantia para arrendamento da casa de habitação.

BASE XXXVI

Os senhorios que não quiserem tratar, directamente, da administração da sua propriedade arrendada contratarão com o Fundo de Fomento da Habitação as condições em que este exercerá tal administração, uma vez que só elè fica autorizado a exercê-la em nome do possuidor do prédio arrendado.

BASE XXXVII

É expressamente proibida a instalação em prédio destinado à habitação qualquer ramo de comércio, indústria ou ocupação que pelos seus perigos de incêndio, explosão, ou outro, assim como pela produção de gases, cheiros e semelhantes, tornem menos cómodas as condições de habitabilidade das habitações da respectiva área.

BASE XXXVIII

O Fundo de Fomento da Habitação será reorganizado em vista a apetrechá-lo devidamente para os vários aspectos das funções que lhe são atribuídas.

BASE XXXIX

Enquanto não estiver extinto o «déficit» habitacional e não houver um «stok» de habitações que faculte o seu fácil arrendamento será permitido o recurso à hospedagem doméstica.

A hospedagem doméstica não deve sofrer outros condicionamentos, nem exigências, além dos que naturalmente resultem da agregação de duas ou maais economias familiares, destinadas à equitativa divisão, entre elas, das despesas inerentes à habitação.

SENSACIONAL...

Sofás cama - Tipo Belga	1800$00
Balanças - Casa de banho	150$00
Torradeiras	180$00
Frigoríficos 140, L.	1790$00
T. V. 2 canais	3390$00

FILIAL SUPERMANOS

ESTRADA DE BENFICA, 705

MORADIAS ALUGAM-SE
NOS ARREDORES DE CASCAIS

Óptimas moradias c/ jardim, abrigo p.º carro, 4 e 5 ass., 3 casas de banho, lindas vistas, transportes colectivos, etc.
Rendas desde: 3.500$00.

PROP. J. BARAONA

AV.ª VALBOM, 28 — 1.º

TELEF. 28 23 45 CASCAIS

DESEMPREGO

....O boletim do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, referente á situação do «mercado de emprego» em Outubro de 1972, afirma haver nessa altura, em Portugal, cerca de 36 mil pessoas no desemprego, ou seja, um número superior em 23 por cento ao ano anterior. A grande maioria dos desempregados recenseados pelo FDMO são trabalhadores objecto de despedimentos: mais de 26 mil.

Segundo as listas de inscritos no SNE, a zona mais afectada (com um terço dos despedimentos) é o Norte Litoral. O Alentejo, normalmente pouco atingido por despedimentos colectivos (quase não há indústria, não havendo assim crise industrial), regista um despedimento de 306 pessoas em indústrias alimentares. O têxtil é a actividade mais atingida, com 2629 despedidos (a maioria no Porto), seguindo-se as indústrias alimentares com 1469 ((a maioria em Faro), do calçado, com 787 e das químicas, com 520. Note-se: estes números dizem respeito aos três primeiros trimestres do ano.

ESCUTA DE TELEFONES

Por ordem dum procurador da República de Milão, foram presos onze empregados da companhia de telefones SIP, por «corrupção de funcionários e intercepção fraudulenta de conversas telefónicas». Os técnicos em causa teriam agido por conta dum ex-comissário da Polícia e de duas agências de policias privadas por ele fundadas. A interessante técnica usada é descrita pela Imprensa. Instalava-se um minúsculo micro no aparelho a escutar. Retransmitidas a algumas centenas de metros, as conversas eram captadas, no exterior, em automóveis equipados com receptores. As fitas gravadas eram posteriormente reduzidas a escrito. A operação terá durado cerca de seis anos, sendo Milão e Roma as grandes bases de escuta. A meada começou a desenrolar-se quando o vizinho de um dos escutados interceptou «uma intercepção» com o seu rádio...

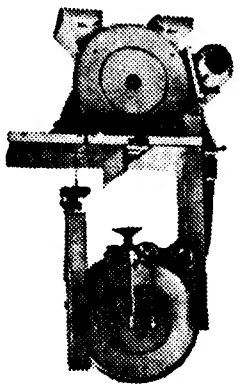
BILHETE DE IDENTIDADE

Se precisa de obter ou renovar o seu bilhete de identidade antes de Outubro, faça-o desde já. Nos meses de Verão, a afluência de público costuma ser tão grande que é impossível evitar bichas com as consequentes incomodidades para as pessoas.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.

«MIDA»



UMA FÁBRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MÁQUINAS PARA AS INDÚSTRIAS DE:

- SERRAÇÃO
- CARPINTARIA
- MARCENARIA

SERRA DE FITA
MOD. SF-70-80-90

Fábrica: ... TROFA (Tel. 94923/4/5)

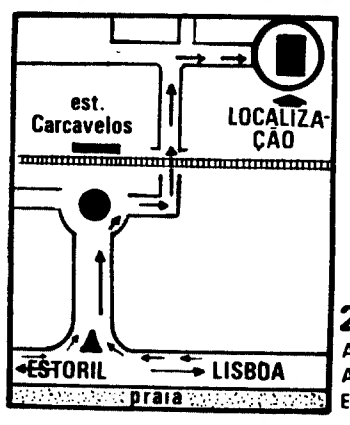
FILIAL EM LISBOA:
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

NUNO SALVAÇÃO BARRETO

COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.R.L.

VENDE em CARCAVELOS 200 Andares

A melhor praia da Costa do Sol



2, 3 e 4 ASSOALHADAS
A 300 m. DA ESTAÇÃO
E 900 DA PRAIA

BOM INVESTIMENTO DE CAPITAL

Escritório:
RUA BERNARDO LIMA, 45-4.º-LISBOA
TELEFONES: 40332 / 536473

MONUMENTAL

LIQUIDAÇÃO

PARA ENTREGA URGENTE DAS AMPLAS INSTALAÇÕES DA AVENIDA DO BRASIL, A UM IMPORTANTE

GRUPO RETALHISTA

LIQUIDA-SE O STOCK TOTAL

COMPOSTO DE MILHARES DE APARELHOS ELECTRODOMÉSTICOS, TAIS COMO:
MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOIÇA, FRIGORÍFICOS, TELEVISORES, RÁDIOS, GIRA-DISCOS, ASPIRADORES, FOGÕES, ESQUENTADORES, MÁQUINAS DE COZINHA, CANDEEIROS, MOBÍLIAS COMPLETAS E PEÇAS SOLTAS, ESTOFOS, ETC., ETC.
E AINDA PARA RESTAURANTES E SIMILARES, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS, PARA CAFÉS, RESTAURANTES, CHARCUTARIAS, TAIS COMO:
FOGÕES INDUSTRIAIS, FRITADEIRAS, CARROS DE SERVIÇO, FRIGORÍFICOS, VITRINES FRIGORÍFICAS, ETC.

PREÇOS ABAIXO DO CUSTO !
CORRA ! CHEGUE PRIMEIRO !

ESTA LIQUIDAÇÃO EFECTUA-SE NA
AV. DO BRASIL, 40-A e 40-B

(PRÓXIMO DO CAMPO GRANDE)

Veja só isto:
MÁQUINA DE LAVAR LOIÇA ..... 2 495$00

SHER—SOCIEDADE HIDRO-ELÉCTRICA DO REVUÈ

S. A. R. L.

CAPITAL: 250 000 000$00

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS — TÍTULOS

AMORTIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES E PAGAMENTO DE JUROS

SORTEIOS

Nos termos dos anúncios oportunamente publicados, procedeu-se no dia 26 do corrente mês de Março aos sorteios, para efeito de amortização, relativo às emissões que a seguir se indicam, tendo-se obtido os seguintes resultados:

EMISSÃO DE 40 000 CONTOS — 1956 — 5 %

Títulos de 100 obrigações n.os: 50, 60, 87, 150, 241, 278, 318 e 389.

EMISSÃO DE 35 000 CONTOS — 1957 — 5 %

Títulos de 1 obrigação n.os: 3, 11, 86, 225, 242, 268, 392, 480, 569, 639, 676, 729, 742, 819, 866, 911, 982, 995, 1036, 1074, 1089, 1158, 1197, 1353, 1355, 1366, 1377 e 1441.

Títulos de 5 obrigações n.os: 1458, 1564, 1623, 1689, 1784, 1857, 1873, 1918, 1953, 2065 e 2082.

Títulos de 10 obrigações n.os 2171, 2308, 2342, 2345, 2372, 2442 e 2465.

Títulos de 50 obrigações n.os: 2514, 2557 e 2639

Títulos de 100 obrigações n.os: 2711, 2768 e 2813.

AMORTIZAÇÕES ANTERIORES

13.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 23
Títulos de 100 obrigações n.os 2742 e 2764

14.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 24
Títulos de 100 obrigações n.os 2704 e 2852

15.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 25
Títulos de 100 obrigações n.os 2758 e 2818

16.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 26
Títulos de 100 obrigações n.os 2728, 2829 e 2841

17.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 27
Títulos de 100 obrigações n.os 2781, 2799 e 2808

18.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 28
Título de 5 obrigações n.º 1653
Títulos de 100 obrigações n.os 2705, 2715 e 2851

19.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 29
Título de 1 obrigação n.º 63
Título de 5 obrigações n.º 1699
Título de 10 obrigações n.º 2090
Títulos de 100 obrigações n.os 2732, 2805 e 2846

20.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 30
Títulos de 1 obrigação n.os 423, 430 e 1449
Títulos de 10 obrigações n.os 2424 e 2428
Títulos de 100 obrigações n.os 2834, 2860 e 2862

21.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 31
Títulos de 1 obrigação n.os 178, 230, 559, 1325 e 1439
Títulos de 5 obrigações n.os 1539, 1994 e 2075
Títulos de 10 obrigações n.os 2193 e 2227
Títulos de 100 obrigações n.os 2714, 2741 e 2816

EMISSÃO DE 65 000 CONTOS — 1959 — 5 %

1.ª Fase

Títulos de 1 obrigação n.os 223, 1055, 1094, 1268, 1325, 1338, 1466, 2039, 2239, 2373, 2383, 2405, 2412, 2462, 2481, 2666 e 2708.

Títulos de 5 obrigações n.os: 2901, 3035, 3043, 3075, 3152, 3184, 3244, 3336, 3478, 3554, 3555, 3656, 3702, 3909, 3964, 3983, 4103, 4113, 4188, 4207, 4228, 4242, 4419, 4439, 4545 e 4573.

Títulos de 10 obrigações n.os: 4636, 4670, 4677, 4736, 4789, 4941, 5180, 5242, 5247, 5279 e 5310.

Títulos de 100 obrigações n.os: 5433 e 5509.

2.ª Fase

Títulos de 1 obrigação n.os: 5612, 5672, 5861, 5864, 5937, 6001, 6034, 6109, 6449, 6540, 6693, 6938, 6955, 7076, 7094, 7127, 7198, 7341, 7382, 7434, 7457, 7510, 7785, 8025, 8294, 8665, 8683, 8706, 8910, 9015, 9025, 9222 e 9293.

Títulos de 5 obrigações n.os: 9541, 9565, 9571, 9730, 9848, 9910, 9950, 10064, 10182, 10323, 10394, 10477, 10518, 10596, 10604, 10755, 10778, 11006, 11106 e 11143.

Títulos de 10 obrigações n.os: 11271, 11316, 11335, 11398, 11472, 11524, 11534, 11614, 11681, 11766, 11784, 11788, 11915, 11927, 11954, 11956, 11987, 12076, 12120, 12133, 12475, 12477, 12576, 12632, 12653, 12675, 12736, 12777, 12781 e 12785.

Título de 100 obrigações n.os: 12980.

AMORTIZAÇÕES ANTERIORES

1.ª Fase

8.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 18
Título de 100 obrigações n.º 5495

9.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 19
Título de 1 obrigação n.º 1092
Título de 100 obrigações n.º 5512

10.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 20
Título de 100 obrigações n.º 5511

11.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 21
Título de 1 obrigação n.º 423
Título de 100 obrigações n.º 5481

12.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 22
Título de 5 obrigações n.º 4041
Título de 100 obrigações n.º 5441

13.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 23
Título de 100 obrigações n.º 5500

14.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 24
Títulos de 1 obrigação n.os 1377, 1570 e 1619
Título de 5 obrigações n.º 2907
Título de 10 obrigações n.º 4597
Título de 100 obrigações n.º 5479

15.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 25
Títulos de 1 obrigação n.os 471, 518, 575, 1118, 1305, 1589 e 1974
Título de 5 obrigações n.º 3747
Título de 10 obrigações n.º 4972
Títulos de 100 obrigações n.os 5480 e 5486

16.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 26
Títulos de 1 obrigação n.os 196, 468, 511, 892, 1148, 1706 1820, 2110, 2187 e 2892
Títulos de 5 obrigações n.os 3017, 3203, 3390, 3477, 3799, 4073, 4092, 4219 e 4294
Títulos de 10 obrigações n.os 4903, 4963, 5089 e 5275
Títulos de 100 obrigações n.os 5416 e 5456

2.ª Fase

9.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 19
Título de 100 obrigações n.º 12991

10.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 20
Título de 10 obrigações n.º 12658

11.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 21
Título de 100 obrigações n.º 13013

12.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 22
Título de 100 obrigações n.º 12978

13.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 23
Título de 1 obrigação n.º 7944
Título de 100 obrigações n.º 13003

14.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 24
Título de 1 obrigação n.º 6039
Títulos de 100 obrigações n.º 13009

15.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 25
Títulos de 1 obrigação n.os 5623, 5819 e 7980
Títulos de 5 obrigações n.os 9860, 9889 e 10935
Título de 100 obrigações n.º 12995

16.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 26
Títulos de 1 obrigação n.os 5991, 6388, 7879 e 7942
Títulos de 5 obrigações n.os 9508, 9597, 9846, 9916, 10138, 10903 e 10920
Títulos de 10 obrigações n.os 11347, 11806 e 12738
Título de 20 obrigações n.º 12963
Título de 100 obrigações n.º 12976

EMISSÃO DE 15 000 CONTOS — 1967 — 6 %

Título de 100 obrigações n.º 59

JUROS

O valor líquido a pagar por cupão é o seguinte:

				Cupão	Portador	Portador Registadas	Governo Geral de Moçambique	Instituições de Previdência
3.ª Emissão	40 000	contos	/56	33.º	—$—	21$51	—$—	24$75
4.ª Emissão	35 000	»	/57	32.º	16$04,76	21$51	25$00	—$—
5.ª Emissão	65 000	»	/59	27.º	16$68,6	22$35	25$00	—$—
7.ª Emissão	15 000	»	/67	11.º	—$—	—$—	30$00	—$—

PAGAMENTOS

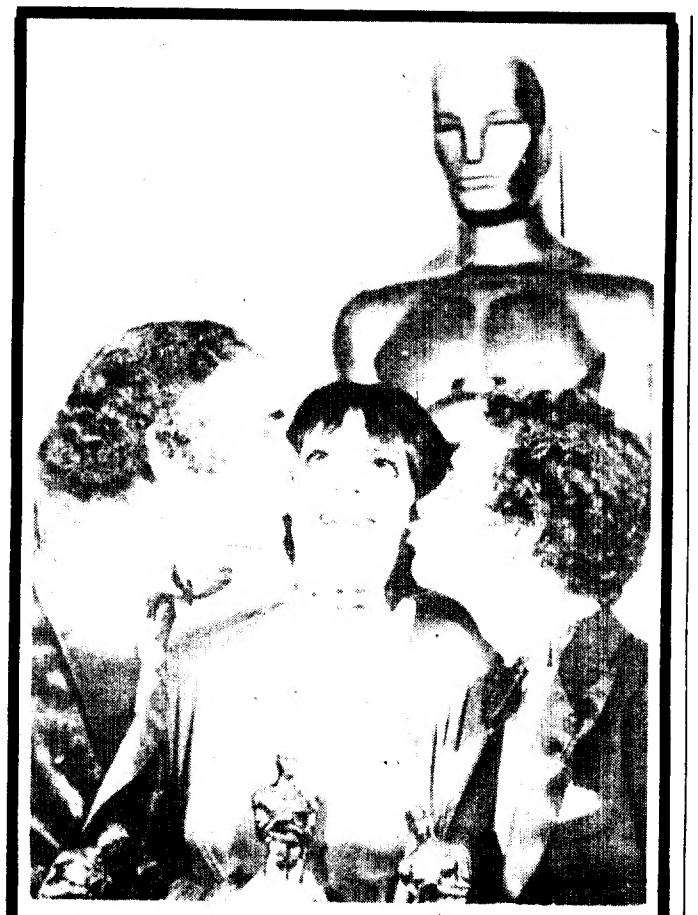
O pagamento dos títulos averbados ao Governo Geral de Moçambique e às Instituições de Previdência e que foram sorteados, bem como o do juro das obrigações, será efectuado nos Escritórios da Sociedade, a partir de 1 de Abril próximo.

Também com início na mesma data efectuar-se-á o pagamento dos títulos sorteados e dos cupões relativos às restantes obrigações, nas Sedes ou Delegações dos seguintes estabelecimentos bancários:

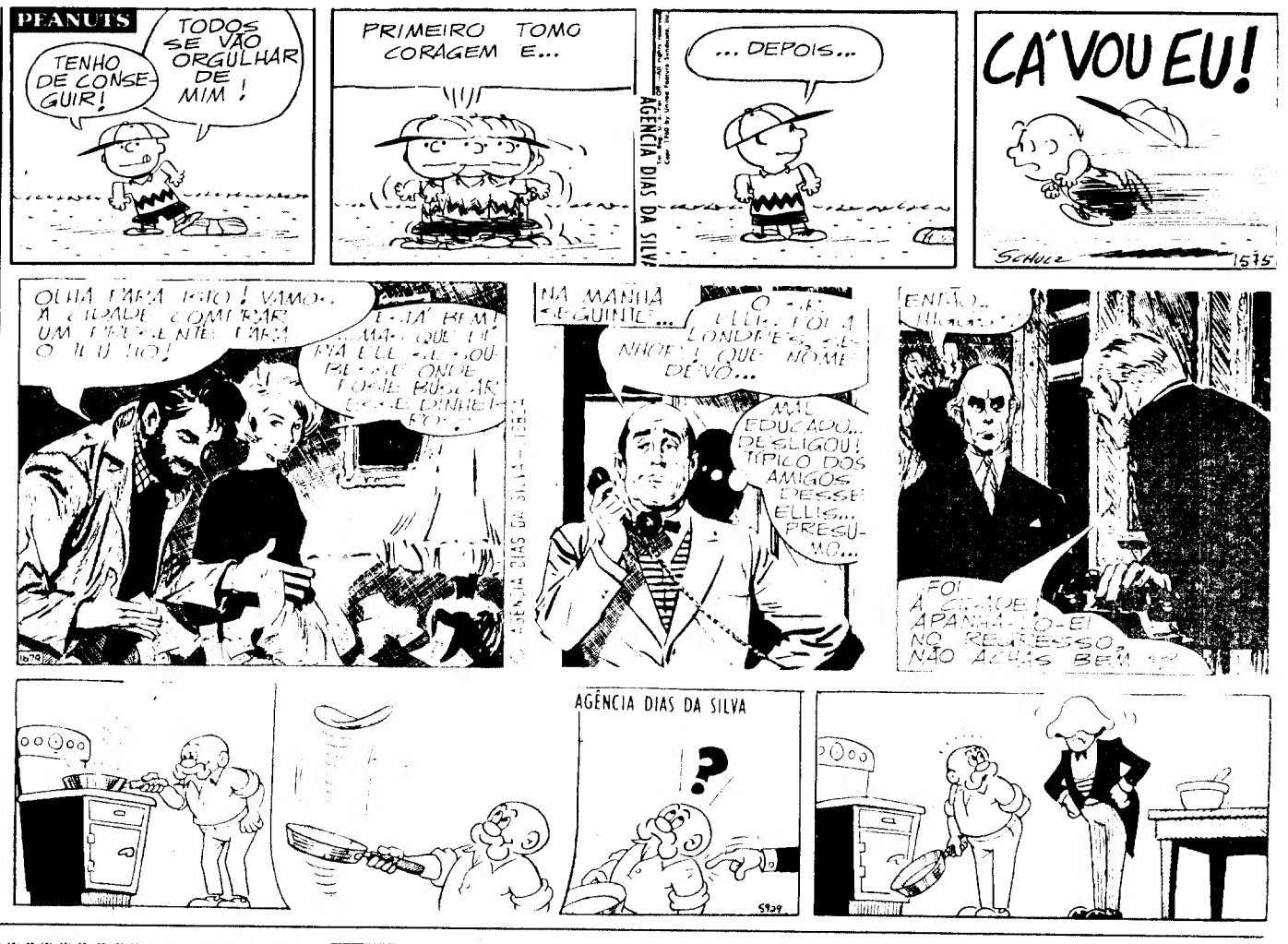
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA
BANCO DE FOMENTO NACIONAL
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
PANCADA, MORAES & C.ª

Lisboa, 26 de Março de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



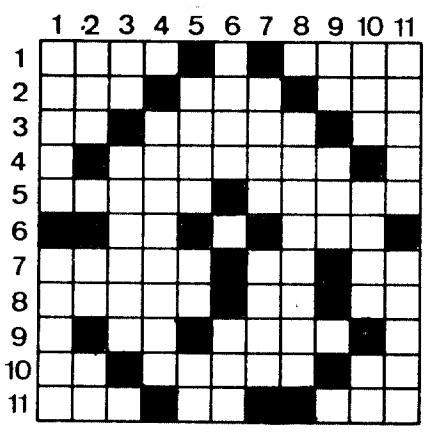
Lisa Minelli, do «Cabaret»: dois beijinhos... e o «Oscar»



PASSATEMPOS

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10383



HORIZONTAIS:

1 Cidade da Jogoslávia. Aniversário.
2 Pronome pessoal. Bondosa. Bolo de farinha de arroz e azeite de coco usado na Ásia.
3 Apelido. Atravessa. Prefixo de afastamento.
4 Induz. Artigo definido.
5 Sustentai com estacas ou ligais a estas as videiras. Arquear.
6 Laço (inv.º). Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho.
7 Faro dos animais. Letra grega. Antes de Cristo.
8 Primeira parte do nome de uma vila e sede de concelho de Portalegre. Caminhar. Interjeição que exprime admiração.
9 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Erguem.
10 Campeão. Tocas de leve. Quarto.
11 Rata. Solitário. Artigo indefinido.

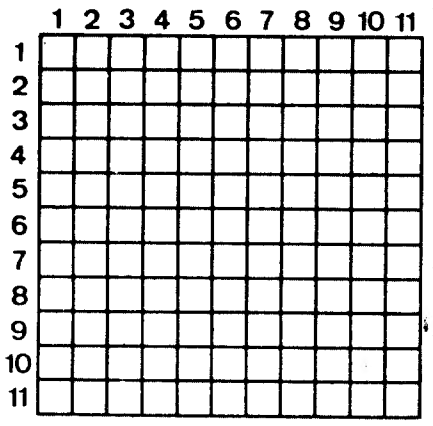
VERTICAIS:

1 Epidemia. Atravessar.
2 Olé. Artigo definido. (Ant.). Solitário.
3 Nota musical. Indique.
4 Lastimar.
5 Cidade de Itália. Sufixo que designa estado. Artigo definido.
6 Tosquia. Levanto.
7 Tosta. Resta.
8 Artigo definido. Encantaras.
9 Sódio (s.q.). Mau cheiro.
10 Capa sem mangas. Grande cão de fila. Prefixo que designa ar.
11 Rio de Portugal. Tudo que vem ou cai em grande abundância (fig.).

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6539



HORIZONTAIS:

1 Termino. Distribuis em lotes.
2 Ramalhete. Terror.
3 Fileira. Aparência. Braço de mar.
4 Apelido. Fazer horas, matar o tempo (gir).
5 Tostei. Voz usual entre os índios e caboclos da Amazónia que esprime alegria ou mofa.
6 Ilha do Pequeno Belt. Passadas.
7 Caminhar. Aro.
8 Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Cidade da Suiça. Sufixo que designa estado.
9 Fazer doação de. Doença que dificulta a respiração.
10 Pronome demonstrativo (pl). Encaram.
11 Fora para fora. Empregara.

VERTICAIS:

1 Serra do Pará (Bras). Ilha grega do Arquipélago, na costa S.O. da Anatólia.
2 Que tem calos. Costure.
3 Misturai. Empunhei.
4 Boro (s.q.). O mesmo que aterroar.
5 Caiadura. Apelido.
6 Compaixão. Prendo.
7 Cidade da Alemanha. Mulo.
8 Grande ribeira da Ásia Russa. Regulais.
9 Mundano. Senhora.
10 Transfere para outro dia. Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria.
11 Ecoara. Urde.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10382

HORIZONTAIS:

1 DEVER. Bailo.
2 Árama. Airar.
3 Fria. É. Sapa.
4 Nasc. Aca. Sai.
5 Er. Amora. Rs.
6 Aira. Miro.
7 Barbada.
8 Anis. Armo.
9 Gas. Aia. Até.
10 Ad. Adoar. Ar.-
11 HONRA.

VERTICAIS:

1 Dafne. PAGAR.
2 Errara. Nada.
3 Vais. Ibis. É.
4 Ema. Aras. Ar.
5 Ra. Amor. Ada.
6 Eco. BRIO.
7 Ba. Arma. Aah.
8 Ais. Aida. Ro.
9 Irás. Rara.
10 Láparo. Miar.
11 Orais. Soera.

Provérbio: DEVER É HONRA; PAGAR, É BRIO

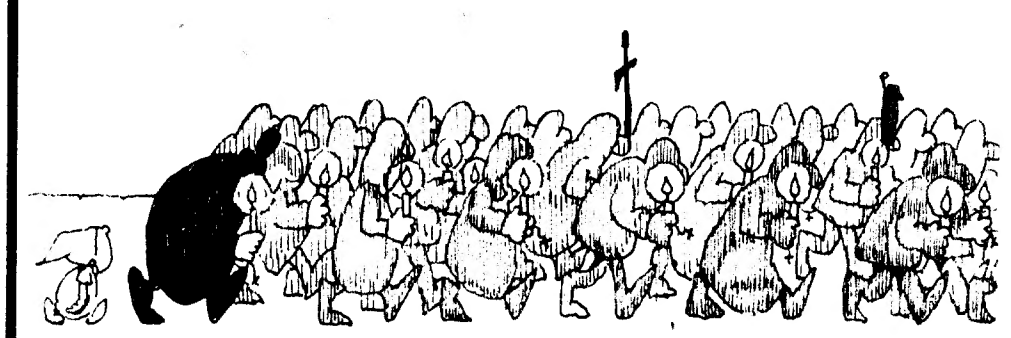
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6538

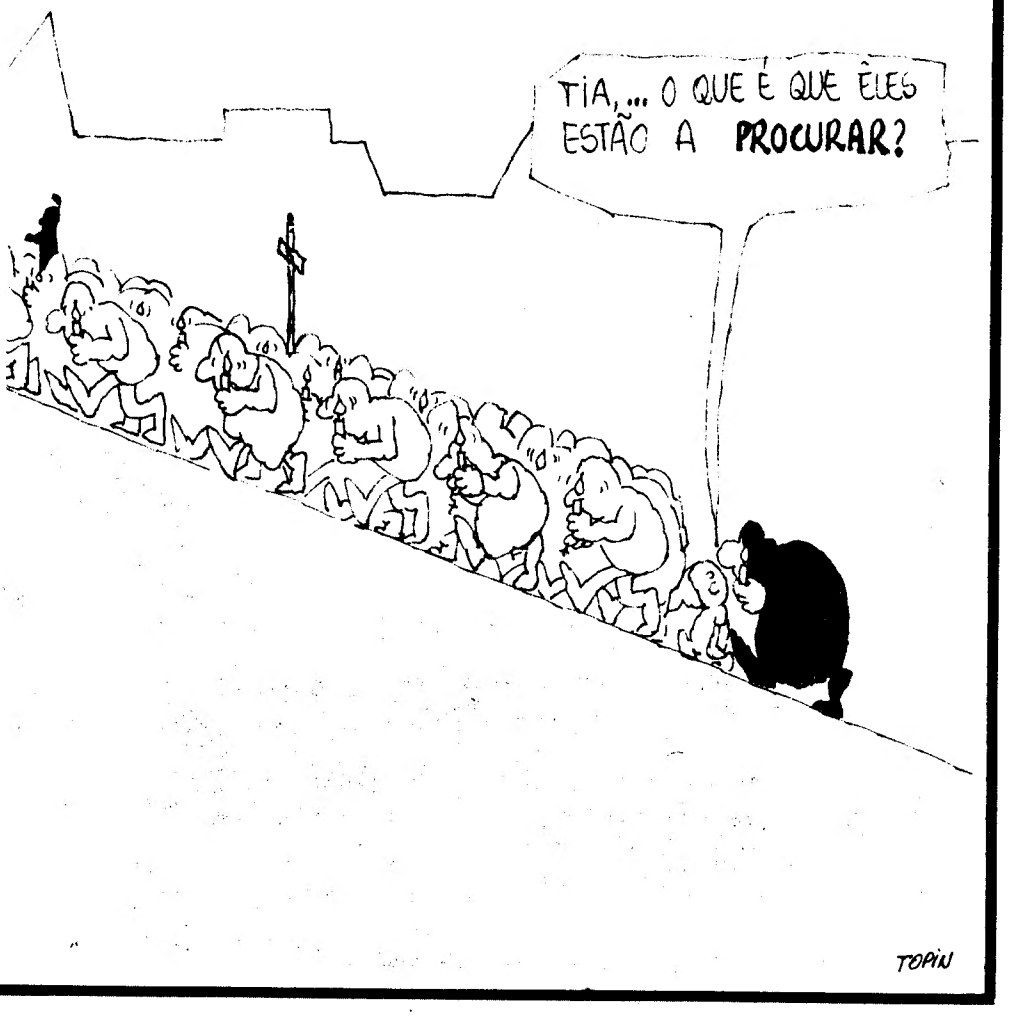
HORIZONTAIS:

1 Riev. Ocaias.
2 ONU. Amarrai.
3 Sa. Aporta.
4 Aliso. Áureo.
5 Saco. Ms.
6 Ratava.
7 Romanos. Ua.
8 Ave. Traça.
9 Lima. Tenras.
10 Maomé. Sias.
11 Assomo. Rasa.

VERTICAIS:

1 Rosas. Calma.
2 Inalar. Vias.
3 Eu. Içaremos.
4 Asoto. Amo.
5 Apo. Arne. Em.
6 Omo. Uva.
7 Cara. Antes.
8 Artur. Ornar.
9 Irar. Usaria.
10 Aa. Ema. Caás.
11 Sinos. Passa.





ISCSPU: UMA ESCOLA NA ENCRUZILHADA

Desde 1969 que a vida escolar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina tem sido atribulada. Com efeito, data de 15 de Julho desse ano uma «ordem de serviço» do então ministro da Educação Nacional, dr. José Hermano Saraiva, segunda á qual não se deveriam realizar os exames previstos para esse ano lectivo nem, futuramente, os exames de aptidão e as inscrições no primeiro ano de três dos cinco cursos ministrados naquele Instituto: Serviço Social, Complementar de Serviço Social e Complementar de Ciências Antropológicas. A deliberação enfrentou imediatamente as mais vivas reações, desde a dos estudantes à dos professores. Inclusivamente, em 29 do mesmo mês o Conselho Universitário da Universidade Técnica de Lisboa, tomou posição contrária à ministerial e propôs expressamente a restauração dos referidos cursos, no seguimento, aliás, de proposta nesse sentido do Conselho Escolar do ISCSPU.

Prof. Adriano Moreira, fundador e ex-director do I. C. S. P.U.

PONTO DE VIRAGEM

Recorde-se que o Instituto estava integrado na Universidade Técnica de Lisboa desde 1961, devido ao impulso do prof. Adriano Moreira, então ministro do Ultramar e mais tarde director do ISCSPU, que, até à decisão ministerial acima assinalada, e não obstante certas oposições, se viria enenriquecido com novos cursos, ampliando-se o elenco das matérias e enriquecendo-se o seu carácter sociológico.

Pode-se dizer, aliás, que o ano lectivo 1968/9 marca, simaltâneamente, o apogeu e um ponto de viragem decisivo na vida da escola. Nesse ano, o interesse pelo Instituto, o seu prestígio e aceitação dentro da Universidade, atingiram o ponto máximo

O próprio ritmo de frequência de alunos e de finalizações de cursos comprovam esta evolução do ISCSPU. Repare-se: em 1962/3 havia um total de 286 inscritos, em 1964/5, 518, em 1966/7, 724,, em 1968/9, I.291 (número máximo), em 1969/70, 961, em 1970/I, 894, e em 1972/3, 788. Em 1969/70 acabaram os seus cursos I0I estudantes, e no ano lectivo seguinte apenas 70.

DECISÃO CONTESTADA

Ao determinar a extinção dos cursos de Serviço Social, Complementar de Serviço Social e Complementar de Ciências Antropológicas, o ministro Hermano Saraiva argumentara que se tinham suscitado dúvidas sobre a criação daqueles cursos superiores por simples despacho ministerial — como, efectivamente, fora o caso — e que a importância intrínseca de tais actos aconselhava forma mais solene, a qual só deveria ser dispensada em casos de legalidade incontrovertível; seria de manifesta conveniência a prévia prospecção das possibilidades de colocação dos diplomadosdos cursos a instituir, e que, no caso presente, se verificavam já situações de desemprego ou subemprego; e, ainda — ponto importante —, que se encontravam em curso os trabalhos de reforma dos estudos superiores, devendo ser em função das linhas dominantes dessa reforma que se erigiriam os novos ramos e cursos do ensino superior.

Não se pode dizer que estas justificações tenham tido grande aceitação dentro da Universidade. Antes pelo contrário. Com efeito, três dias depois da «ordem de serviço» ministerial ter sido divulgada, o Conselho Escolar do ISCSPU, em reunião expressamente convocada para debater o assunto, aprovou, entre outras, a seguinte deliberação: **«Contestar** os fundamentos constantes do preâmbulo do referido despacho, não só porque vários cursos, em outras Faculdades, têm sido criados por simples despacho ministerial, mas também porque nunca foi invocada qualquer dúvida sobre a existência legal dos cursos em causa; e tanto mais que, desde 1964, sucessivos actos do Governo reafirmaram a necessidade e a legalidade desses cursos e que desconhece a possibilidade de desemprego, ou mesmo subemprego, em relação a cursos em que ainda não houve tempo de produzir licenciados. Aliás , Governo tem à sua disposição meios de corrigir os defeitos de forma que, em dado momento, possam verificar-se e de que ele é exclusivamente responsável». No dia seguinte, o Conselho Universitário da Universidade Técnica de Lisboa manifestava a sua solidariedade com o Conselho Escolar do ISCSPU.

DESEJOS E ASPIRAÇÕES

Entretanto, os anos passaram, sem que a situação sofresse sensíveis alterações. Permanencia apenas a esperança na anunciada reforma do ensino, cujo conteúdo, segundo as previsões dos mais optimistas, poderia vir a repôr as coisas no seu lugar.

Os três primeiros anos dos cursos de Ciências do Trabalho e de Economia passaram a ser comuns, findos os quais o aluno poderá optar por um deles. Entretanto, foi criada a licenciatura em Ciências Sociais — que, em princípio, interessa grande número de estudantes — mas a qual apenas tem acesso, por um lado, os licenciados em qualquer curso superior, por outro, os bachareis em Ciências do Trabalho e Economia. O problema surge, assim, para os alunos do curso de Administração Ultramarina que, não obstante terem no seu «curriculum» de ciências sociais, não possuem possibilidades de acesso, ao fim do bacharelato — e ao contrário do que acontece com os seus colegaa de Economia e Ciências do Trabalho — ao aludido curso de Ciências Sociais.

Mas os estudantes do ISCSPU têm outros desejos. Pensam, por exemplo, que todos os que frequentam o segundo ano dos cursos Complementares de Estudos Ultramarinos ou Serviço Social deverão poder transitar para o 2.º ano do curso de Ciências Sociais, se o desejarem, admitindo-se a hipótese de terem de frequentar cadeiras de transição, desde que isto não leve a qualquer aumento na duração do curso; pensam ainda que a todos os alunos deverá ser dada a possibilidade para o novo curso de Ciências do Trabalho, mediante a frequência de algumas cadeiras que,, neste caso, aceitam poder vir a a aumentar a duração do cursso.

Acrescente-se que muitos estudantes e professores — o problema, aliás, é de fundo — não concordam com a limitação ao número de matriculas nos novos cursos, que deveriam ser abertos a todos aqueles que, realmente, os possam frequentar.

CONTRADIÇÃO

Ao fim e ao cabo, o que desde sempre parece ter estado em causa é a própria definição do ISCSPU enquanto escola superior: quais os seus objectivos? O que é que realmente procuram os que o frequentam? A situação a este respeito, pelo menos para quem está de fora, afigura-se tão confusa como confuso é o emaranhado de cursos, equivalências, etc. tanto mais que a actual reforma do Instituto foi englobada com a do ISCEF e do IES.

Segundo um documento oficial, os cursos do ISCSPU «têm por fim ministrar o ensino superior das ciências ultramarinas, preparando pessoal para os quadros da administração ultramarina, e cultivar a investigação dos problemas científicos ligados à valorização dos territórios ultramarinos, ao seu povoamento e ao estudo das populações ultramarinas e suas línguas». A vocação da escola implícita nesta definição aparece reforçada em determinações internas como esta, relativamente ao curso de Aperfeiçoamento Profissional: «São dispensados de exame de admissão os funcionários que tenham exercido durante dois anos as funções de administrador de circunscrição, de I.º oficial ou de categoria equivalente em qualquer serviço público ultramarino».

Aliás, as idades dos alunos matriculados no Instituto, por exemplo no ano lectivo 1970/1, apresentam-nos este curioso panorama: dos 894 inscritos, apenas 329 tinham menos de 25 anos, e quase 200 ultrapassavam os 35 anos.

Entretanto, simultâneamente com este grande número de estudantes, (na quse totalidade alunos voluntários), para quem o Instituto é um veículo de aperfeiçoamento profissional e de promoção hierárquica, há outros que nela procuram, fundamentalmente, uma formação de carácter sociológico que, no actual contexto do ensino superior, o ISCSPU é o único a poder fornecer-lhes.

Entre os interesses destes dois tipos de estudantes parece haver uma contradição. Ou talvez que a contradição radique na aparente indefinição do próprio Instituto: formação **urgente** de quadros e técnicos administrativos ou facultamento de uma cultura sociológica geral de nível universitário? Acresce que a recente criação da licenciatura em Ciências Sociais não se afigura satisfazer cabalmente nenhum destes objectivos.

mesa redonda